

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**JOSÉ CANDIDO RIFAN SUETH**

**MONIZ FREIRE E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA  
CAPIXABA (1882-1908): ENTRE SONHOS E MÁGOAS, O BRILHO DA ESTRELA  
“INTROMETIDA”**

**VITÓRIA  
2016**

**JOSÉ CANDIDO RIFAN SUETH**

**MONIZ FREIRE E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA  
CAPIXABA (1882-1908): ENTRE SONHOS E MÁGOAS, O BRILHO DA ESTRELA  
“INTROMETIDA”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em História Social, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco

**VITÓRIA  
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) (Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Sueth, José Candido Rifan, 1949-  
S944m Moniz Freire e a construção de uma identidade política capixaba (1882-1908) : entre sonhos e mágoas, o brilho da estrela "intrometida" / José Candido Rifan Sueth. –2016.  
300 f. : il.

Orientador: Sebastião Pimentel Franco.  
Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Moniz Freire, José de Mello Carvalho. 2. Representações sociais. 3. Espírito Santo (Estado) – História - 1882-1908. 4. Espírito Santo (Estado) – Aspectos políticos – 1882-1908. 5. Brasil - História - República Velha, 1889-1930. I. Franco, Sebastião Pimentel, 1957-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

**JOSÉ CÂNDIDO RIFAN SUETH**

**MONIZ FREIRE E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA  
CAPIXABA (1882-1908): ENTRE SONHOS E MÁGOAS, O BRILHO DA ESTRELA  
“INTROMETIDA”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientador

---

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Julio César Bentivoglio  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon  
Universidade Federal de Goiás

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Surama Conde Sá Pinto  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Minha homenagem ao meu querido e saudoso pai que, como Moniz Freire, resistiu com galhardia e altivez às pressões ideológicas que o queriam demover de seus ideais.

Meu emocionado agradecimento as duas mulheres de minha história: uma abriu para mim os sonhos da vida, enquanto a outra me conduziu à vida de meus sonhos: minha saudosa mãe e minha esposa querida.

Minha gratidão a toda a família pela torcida amorosa.

## AGRADECIMENTOS

Para realizar a pesquisa que deu fundamento às reflexões colocadas nesta tese, muito tempo foi despendido na leitura e análise das fontes, das obras e textos de caráter teórico-metodológico, como também de apoio, que constam nas referências. Contribuíram para o desfecho deste estudo as diversas consultas feitas on-line aos *sites* do Senado, Câmara Federal, Biblioteca Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de Vitória, Arquivo Público Estadual do Espírito Santo e diversos outros *sites* registrados também nas referências. Foram de extrema utilidade as consultas à Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo e aos Arquivos da Loja Maçônica União e Progresso, de Vitória, onde encontrei inúmeros dados que possibilitaram a elaboração desta tese. Às pessoas ligadas a essas entidades e que abriram para mim pessoalmente as portas da pesquisa meu agradecimento.

Entretanto, quero agradecer especialmente à Universidade Federal do Espírito Santo, que oferece o Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. A excelência desse curso estimula aqueles que dele participam. Assim, não poderia prosseguir em meus agradecimentos sem uma menção aos competentes professores doutores que ministraram as disciplinas que cursei entre 2013 e 2015 e que me possibilitaram aprofundar em inúmeros conceitos que utilizei nesta tese: professores doutores Maria Beatriz Nader, Maria Cristina Dadalto, Pedro Ernesto Fagundes e Vítor Amorim de Angelo.

Destaco, com muita gratidão, os professores Dr. Gilvan Ventura da Silva e Dr. Júlio Cesar Bentivoglio que, no Exame de Qualificação do Doutorado, fizeram importantes, competentes e inteligentes observações que incluí na tese finalizada. O mesmo sentimento se volta para a Profa. Dra. Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos, que também ofereceu sugestões muito seguras sobre o rumo a ser dado à tese, quando essa ainda se achava em fase inicial de elaboração.

Não só desempenhando um acompanhamento afetivo, mas colaborando nas pesquisas, minha esposa exerceu uma função fundamental nesta tese, como o fizera na dissertação defendida por mim há 12 anos, uma vez que, graduada em História, pôde fazer observações muito pertinentes aos textos que sempre lhe mostrei antes de levá-los a meu orientador.

Agradeço, sobretudo, ao meu orientador, Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco, que, diversas vezes, em seus momentos de descanso, atendia em sua residência, no tempo dedicado à sua família. Seu celular estava sempre livre para mim. Sua calma, seu estímulo, sua profunda visão da História, sua ampla erudição e sua inteligência perspicaz, tudo isso me foi ofertado com rapidez e muito método, para que esta tese saísse conforme desejávamos. A ele – também professor de minha esposa na Universidade Federal do Espírito Santo e meu orientador na Especialização e no Mestrado feitos nessa mesma Instituição – minhas homenagens e minha gratidão.

Em um “lunch” que houve em Viena, no dia da inauguração da estrada de ferro Sul do Espírito Santo, pronunciárão-se vários discursos, exaltando o Governador daquele Estado. Um dos oradores, médico e banqueiro, achou que diria a última palavra qualificando o Dr. Moniz Freire de mãe do Espírito Santo...

(**Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1895)

[...] longe de pesar a província sobre o thesouro, é este quem leva-lhe à porfia bem estimáveis sommas, para ocorrer algures às solicitações de nossas co-irmãs mais protegidas, enfeudadas aos figurões da política pátria.

(MONIZ FREIRE, **Cartas a S.M. o Imperador**, Carta IV)



## RESUMO

Esta tese visa a demonstrar que as representações difundidas a respeito da posição política e cultural das terras capixabas em frente às outras regiões do Brasil se acham no bojo de uma identidade política construída por Moniz Freire entre 1882 e 1908. Os pilares dessa identidade política relacionam-se com o sentimento de mágoas e o desejo dos capixabas de se firmarem no universo político brasileiro, entendido no recorte temporal proposto. Este estudo se aprofunda na pesquisa de como foi gerado, no Espírito Santo, esse conjunto de representações sociais que definiam o Estado como abandonado e fadado ao fracasso e a forma como elas se encontram presentes no discurso de Moniz Freire, voltado para o desenvolvimento da região. Para a compreensão do que propusemos nesta pesquisa, são estabelecidas três dimensões teóricas centrais, profundamente relacionadas entre si – poder, representação social e identidade – e conceituadas respectivamente por Max Weber, Serge Moscovici e Stuart Hall. Nossa metodologia de estudo das fontes escolhidas voltou-se para um conjunto de técnicas de análise das comunicações, chamado de análise de conteúdo por Laurence Bardin. Também são analisadas na tese a decadência do prestígio político de Moniz Freire e a consequente perda de influência da identidade política criada por ele. Importantes aspectos da vida política capixaba são aí aprofundados e analisados.

Palavras-chave: Espírito Santo. Moniz Freire. Identidade. Política. Representações.

## **ABSTRACT**

This thesis aims to demonstrate that the representations disseminated about the political and cultural position of Espírito Santo before other regions of Brazil find themselves in the midst of a capixaba political identity built by Moniz Freire between 1882 and 1908. The pillars of this political identity relate themselves with the feeling of hurt and desire of Espírito Santo to enter into the Brazilian political world, understood in the proposed time frame. This study deepens on how it was generated, in Espírito Santo, this set of social representations that defined the region as abandoned and doomed to failure and the way they are present in the Moniz Freire's speech focused on the development of region. For the understanding of what we proposed in this research are established three central theoretical dimensions, deeply related to each other - power, social representation and identity - and studied respectively by Max Weber, Serge Moscovici and Stuart Hall. Our study methodology of the chosen sources turned to a set of communication analysis techniques, called content analysis by Laurence Bardin. We also analyzed in the thesis the decay of political prestige of Moniz Freire and the consequent loss of influence of political identity created for him. There are detailed and analyzed important aspects of the trajectory capixaba policy.

Keywords: Espírito Santo. Moniz Freire. Identity. Politics. Representations.

## RÉSUMÉ

Cette thèse vise à démontrer que les représentations répandues sur la position politique et culturelle de l'État d'Espirito Santo devant les autres régions du Brésil, se trouvent au milieu d'une identité politique construite par Moniz Freire entre 1882 et 1908. Les piliers de cette identité politique se rapportent à la sensation de ressentiment et le désir de l'État d'Espirito Santo à entrer dans l'univers politique brésilienne, pendant un certain temps. Cette étude approfondit sur la façon dont il a été généré dans les terres capixabas cet ensemble de représentations sociales qui définit la région comme abandonnée et vouée à l'échec et comment ils sont présents au discours de Moniz Freire sur le développement de la région. Pour une meilleure compréhension de ce que nous avons proposé dans cette recherche sont mis en place trois dimensions théoriques centrales, profondément interdépendantes – pouvoir, représentation sociale et d'identité – et étudié respectivement par Max Weber, Serge Moscovici et Stuart Hall. Notre méthodologie de l'étude des sources choisies se tourna vers un ensemble de techniques d'analyse de communication, appelée analyse de contenu par Laurence Bardin. La désintégration de prestige politique Moniz Freire et la perte d'influence de l'identité politique créée pour lui sont également analysées dans la thèse. Ainsi, des aspects importants de toute la trajectoire politique de l'État de l'Espirito Santo y sont détaillés et analysés.

Mots-clés: État de l'Espirito Santo. Moniz Freire. Identité. Politique. Représentations.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Taxa de crescimento médio anual da Economia (%) Brasil e no Espírito Santo.....	62
TABELA 2 – Jornais capixabas, entre 30 de julho de 2014 e 26 de outubro de 2014: presença de alguns conceitos-chave.....	66
TABELA 3 – Mensagem de 1903: alguns conceitos-chave.....	66
TABELA 4 – Representação política na Primeira República.....	100
TABELA 5 – Estudantes brasileiros matriculados em Coimbra, por Província, 1772-1872.....	118
TABELA 6 – Mensagens, discursos e relatórios presidenciais: 1892-1896.....	204
TABELA 7 – Quadro comparativo das populações dos Estados brasileiros em 1900. ....	207
TABELA 8 – População de Vitória no final do século XIX.....	208
TABELA 9 – Mensagem de 1903: alguns conceitos-chave .....	222
TABELA 10 – Número de anos em que os postos de gabinete foram ocupados por representantes dos partidos estaduais: de 15 de novembro de 1889 a 14 de novembro de 1910.....	223
TABELA 11 – Exportação de café capixaba (1896-1900).....	236
TABELA 12 – Receita gerada pelo café proporcionalmente à receita total do Estado do Espírito Santo no segundo mandato de Moniz Freire (1896-1900).....	235

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Artigo de Lucas Izoton sobre o isolamento político capixaba.....	60
FIGURA 2 – A campanha presidencial de 2014 e o abandono do Espírito Santo.....	65
FIGURA 3 – Convite para baile comemorativo da abolição, em Vitória.....	146
FIGURA 4 – Campanha pública em defesa do Espírito Santo.....	196
FIGURA 5 – Vista parcial de Vitória em 1902.....	206
FIGURA 6 – Primeiro número de <i>A Provincia do Espirito Santo</i> , em 1882.....	213
FIGURA 7 – Último documento público: Moniz Freire manifesta sua real posição em frente a Bernardino Monteiro .....	262
FIGURA 8 – Fragmento de notícia da morte de Moniz Freire .....	263

## **LISTA DE SIGLAS**

**BNB** – Banco do Nordeste do Brasil

**CNI** – Confederação Nacional da Indústria

**Fyndes** – Federação das Indústrias do Espírito Santo

**Fundap** – Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICMS** – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**PC** – Partido Conservador

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PL** – Partido da Lavoura

**PL** – Partido Liberal

**PR** – Partido Republicano

**PRC** – Partido Republicano Construtor

**PRC** – Partido Republicano Conservador

**PRES** – Partido Republicano Espírito-Santense

**PRF** – Partido Republicano Federal

**PRH** – Partido Republicano Histórico

**PRL** – Partido Republicano Liberal

**PRM** – Partido Republicano Mineiro

**PRP** – Partido Republicano Paulista

**PRR** – Partido Republicano Rio-Grandense

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**Sudam** – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

**Sudene** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

**UnB** – Universidade de Brasília

**URES** – União Republicana Espírito-Santense

## SUMÁRIO DA TESE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1 O QUE É SER CAPIXABA: UMA REPRESENTAÇÃO SOCIAL</b> .....	44
1.1 IDENTIDADE POLÍTICA CAPIXABA: A ELABORAÇÃO DE UMA VISÃO DE MUNDO .....	47
1.2 O OLHAR DO "NÓS" .....	48
1.3 O OLHAR DO "OUTROS" .....	55
1.4 O OLHAR DA ATUALIDADE RECENTE: DADOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS .....	59
<b>2 O DEBATE POLÍTICO BRASILEIRO NO PERÍODO DE ATUAÇÃO DE MONIZ FREIRE: OS PARTIDOS E O IDEAL FEDERALISTA NA MONARQUIA E NA REPÚBLICA</b> .....	68
2.1 A POLÍTICA BRASILEIRA NO PERÍODO MONÁRQUICO: OS PARTIDOS E A CENTRALIZAÇÃO DO PODER .....	69
<b>2.1.1 A movimentação das tendências e dos partidos políticos</b> .....	70
<b>2.1.2 O Liberalismo e a discussão federalista</b> .....	86
2.2 A POLÍTICA BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: FEDERALISMO, PARTIDOS E <i>POLÍTICA DOS GOVERNADORES</i> .....	92
<b>2.2.1 Um Federalismo à brasileira</b> .....	96
<b>2.2.2 Regime peculiar de partido único</b> .....	100
<b>2.2.3 A <i>Política dos Governadores</i> e o Federalismo à brasileira</b> .....	102
<b>2.2.4 As interpretações sobre o significado da <i>Política dos Governadores</i></b> .....	105
<b>3 ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA, A TRAJETÓRIA DO ESPÍRITO SANTO: OS FUNDAMENTOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA E A ATUAÇÃO PÚBLICA DE MONIZ FREIRE</b> .....	112
3.1 A EMERGÊNCIA DOS PINTOS RIBEIRO NA CAPITANIA E NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO .....	115
3.2 OS PINTOS RIBEIRO NO PRIMEIRO REINADO (1822-1831): A CONSTRUÇÃO DE UM IMENSO CAPITAL POLÍTICO .....	120
3.3 NO SEGUNDO REINADO, A AFIRMAÇÃO POLÍTICA DOS MONJARDINS .....	125



3.4	NOVA DÉCADA, NOVOS LÍDERES, NOVOS IDEAIS E MESMAS MÁGOAS .....	136
3.5	NA REPÚBLICA NASCENTE, MONIZ FREIRE, EM DISCURSOS E PRÁTICAS POLÍTICAS, AFIRMA-SE COMO LÍDER REPUBLICANO.....	148
3.6	NO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, MONIZ FREIRE EMBLEMATIZA SONHOS E MÁGOAS DA ESTRELA "INTROMETIDA" .....	153
<b>4</b>	<b>MONIZ FREIRE E A POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO: SONHOS E MÁGOAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA .....</b>	<b>160</b>
4.1	SONHOS E MÁGOAS: A CONSTRUÇÃO DE UMA REPRESENTAÇÃO... 163	
4.2	A FORMAÇÃO DO GRUPO POLÍTICO MONIZISTA NA REPÚBLICA .....	180
4.3	AS <i>CARTAS A S.M. O IMPERADOR, AFFAIR</i> SÍMBOLO DO RELACIONAMENTO ENTRE MONIZ FREIRE E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA CAPIXABA .....	189
4.4	OS SONHOS DE BRILHO DA ESTRELA "INTROMETIDA" .....	199
4.5	OS SONHOS NO RELATÓRIO DE MONIZ FREIRE AO PASSAR O GOVERNO EM 23 DE MAIO DE 1896.....	205
4.6	O DIFÍCIL CAMINHO DAS MÁGOAS.....	212
4.7	O PAPEL DAS ARTICULAÇÕES POLÍTICAS .....	225
<b>4.7.1</b>	<b>Relatório dirigido a seu sucessor em 1896.....</b>	<b>229</b>
<b>4.7.2</b>	<b>A crise de superprodução do café .....</b>	<b>230</b>
<b>4.7.3</b>	<b>A vinda de imigrantes para o Espírito Santo .....</b>	<b>233</b>
<b>4.7.4</b>	<b>O episódio da descoberta das areias monazíticas .....</b>	<b>234</b>
<b>4.7.5</b>	<b>Os pagamentos da dívida externa .....</b>	<b>235</b>
<b>4.7.6</b>	<b>Articulações políticas: pilar de uma identidade política capixaba .....</b>	<b>239</b>
4.8	OCASO DE UMA LIDERANÇA: AURORA DE UMA NOVA IDENTIDADE?.....	240
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>265</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>271</b>

## INTRODUÇÃO

Sintetizando bem um dos mais importantes traços da representação que atualmente se faz sobre o que é ser capixaba, Kleber Galvêas (2005, p. 7), conhecido artista plástico capixaba, emitiu sobre o Estado do Espírito Santo um juízo que, embora controverso, indica com clareza a visão que muitos capixabas têm de si mesmos: "Se a oliveira fosse uma planta nativa de nossa flora, o mundo jamais teria conhecido e degustado uma azeitona". Ora, percorrendo os jornais, lendo livros, assistindo a programas de televisão e conversando com pessoas comuns, percebem-se sentimentos semelhantes: o Espírito Santo até "parece uma ficção geográfica"; o Espírito Santo "ficou à margem do governo desde o período colonial até nossos dias"; "O capixaba é antes de tudo um fraco"; "[...] baianos, cariocas, gaúchos, mineiros [...] e os nordestinos em bloco [...] fazem um estardalhaço tão grande que nossa voz não se faz ouvir".

Refletindo sobre o pensamento atual de muitos capixabas, as frases aspidadas, além da de Galvêas, são, respectivamente, de Monteiro Lobato, em visita ao Espírito Santo em 1919 (PACHECO, 1994, p. 129); de Lucas Izoton (2012, p. 20), atual empresário capixaba, ex-presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo; do jornalista capixaba José Carlos Oliveira (CAMPOS, 2001, p. 95); e do escritor e professor Francisco Aurélio Ribeiro (RIBEIRO, 2001, p. 66). Por trás dessas e de muitas outras afirmações sobre o Espírito Santo, nota-se a presença de sentimentos de mágoas, ao lado de sonhos e esperanças de que o Estado se afirme no conjunto dos Estados da Federação.

Ora, ao se estudar o posicionamento político dos capixabas no século XIX, bem como a figura de José de Melo Carvalho Moniz Freire (1861-1918), podem-se vislumbrar similaridades com a atualidade. Assim, por exemplo, Moniz Freire (2012, p. 17) afirmava que "[...] não se explica o desamor dos estadistas e legisladores brasileiros pela prosperidade desta zona do Império [a província do Espírito Santo] [...]". Mais tarde, já na República, ele declarava (ESPÍRITO SANTO, 1892, p. 2-4) que o Espírito Santo "[...] tem sido governado de fora, através de quase todas as situações [...]" e que os espírito-santenses estavam "[...] reduzidos à posição imbecil de quem não tem autoridade própria".

Ou seja, em meio a discursos que são proferidos hoje sobre a situação política e cultural capixaba, confundem-se vozes que há mais de um século proclamam ideias e sentimentos semelhantes, com representações que ainda hoje nos interpelam e nos desafiam. Trata-se, nesses exemplos aqui lembrados, de representações que inferiorizam o Espírito Santo e que, muitas vezes partindo de meios intelectuais ou políticos externos ao Estado, foram apropriadas no âmbito do senso comum.

Mesmo certo de que não se trata de um mesmo fenômeno a se manifestar ao longo da história do Espírito Santo – uma vez que é outro o contexto, são outros os personagens e diferentes são as motivações –, podemos ver na atualidade, entretanto, a reprodução de representações que trazem vestígios e indícios dos significados que há mais de um século permeiam os discursos – não só de Moniz Freire, mas de toda uma classe política capixaba – e apontam para o desprezo, o abandono e o esquecimento do Espírito Santo.

### **A busca de uma identidade política capixaba**

Ora, esta tese procura aprofundar-se à procura de um esclarecimento sobre esse tema e visa a demonstrar que, nesse caminhar dos capixabas em meio aos desprezos, em busca de reconhecimento e de crescimento, essas representações sobre a posição política e cultural do Espírito Santo<sup>1</sup> em frente à Federação acham-se no bojo de uma identidade política capixaba, para cuja construção Moniz Freire colaborou ativa e afincadamente, entre 1882 e 1908. Trata-se, assim, de uma pesquisa que se adapta tanto à primeira quanto à segunda parte da proposição do título, já que procura entender essa trajetória do Estado do Espírito Santo, traçada por Moniz Freire em um determinado recorte temporal e realizada em meio a grandes sonhos e muitas mágoas.

O Estado do Espírito Santo é representado na Bandeira Nacional pela estrela *epsilon* do Cruzeiro do Sul, que os astrônomos também chamam de estrela “*intrrometida*”, por se introduzir na lateral da cruz que forma o Cruzeiro do Sul, desfigurando o formato que dá nome à constelação, composta também pelas estrelas *Alfa*, *Gama*, *Beta* e *Delta*, que

---

<sup>1</sup> Verificamos que outros Estados/Províncias do Brasil também receberam, em momentos vários, semelhante tratamento em virtude de idênticas representações sociais construídas a seu respeito. Optamos, entretanto, por dispensar aprofundamentos com relação a essa questão, uma vez que apenas indicariam a extensão de um fenômeno analisado com relação ao Espírito Santo, o que extrapolaria aos objetivos desta tese que pretendeu apenas pesquisar sobre a elaboração de uma identidade política por parte de um eminente capixaba.

representam, respectivamente, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, conforme informações de Paul Wolf (20000, p. 256), que descreve as cinco estrelas do Cruzeiro do Sul na Bandeira Nacional brasileira: "[...] Alfa ('Estrela de Magalhães'), Beta ('Mimosa'), Gamma ('Rubídea'), Delta ('Pálida') e Epsilon ('Intrometida'), representam os Estados organizados por sua importância: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo." Justifica-se, portanto, no título da tese, a menção ao brilho da estrela "intrometida".

A tese que aqui propomos estudará um tema que é candente e que poderá ajudar a deitar alguma luz sobre aspectos pouco pesquisados do desenvolvimento da História do Estado do Espírito Santo. Trata-se de verificar o papel exercido por José de Melo Carvalho Moniz Freire (1861-1918) na construção de planos de crescimento que marcaram um modo capixaba de agir e de ver o mundo político, entre 1892 e 1908.

Por que Moniz Freire? Nossas pesquisas visam ao estudo de um político atuante, Moniz Freire, que, tanto em âmbito regional quanto nacional, durante o período da Primeira República (1889-1930), pôde, por meio do exercício do poder, imprimir profundas marcas na política capixaba. Entretanto, não só a biografia em geral quanto o pensamento filosófico e político de Moniz Freire só nos interessaram na medida em que foram úteis para atingir o objetivo desta tese: indicar a existência dos pilares de uma identidade política capixaba construída por ele por meio da articulação, em seu discurso político, de representações sociais sobre o abandono e o desprezo em que se encontrava uma região que, entretanto, se sentia preparada para um grande futuro. Ora, não houve, no final do Império e início da República, conforme se verá nesta tese, político capixaba de igual projeção que Moniz Freire.

O recorte temporal justifica-se em virtude de o ano de 1882 ser caracterizado por três eventos marcantes na vida de Moniz Freire: foi o início de sua vida política, como deputado provincial (1882-1883 e 1888-1889); tornou-se também membro da Maçonaria capixaba, entidade importante para a política de sua época; fundou e passou a ser também redator do *A Provincia do Espírito Santo*, transformado, mais tarde, em *Estado do Espírito Santo*. Por outro lado, o ano de 1908 foi marcado pelo fim de seu *Partido Republicano Construtor* e o início do *Partido Republicano Espírito-Santense*, fundado por seu opositor, Jerônimo Monteiro, marcando, assim, a nosso ver, o final do processo de construção de uma identidade política capixaba, por parte de Moniz Freire.

Enquadrando-se em novas tendências historiográficas orientadas para a história política e centrada na problemática do poder, nossa hipótese foi trabalhada em cima de um *corpus* fundamentado nos documentos oficiais relacionados com Moniz Freire enquanto presidente de Estado, cargo por ele ocupado duas vezes; como também em seus discursos na Constituinte de 1891 e no Senado, já que, durante algumas legislaturas, foi também senador da República; nos registros da política encontrados em jornais da Primeira República (1889-1930), período de maior atuação política de Moniz Freire; em documentos oficiais e jornais do período imperial; e em uma série de outros documentos que, posteriormente, registraram ou constataram a presença de uma cultura política e de uma identidade capixabas.

A atuação preponderante de Moniz Freire deu-se em um período em que, no Brasil, estavam em gestação uma política republicana, tanto em âmbito nacional, quanto no regional. Tratava-se de um contexto que permite ao historiador se questionar sobre o papel que, no exercício do poder ou não, Moniz Freire teve na construção do que podemos designar como uma identidade política regional. Que atitudes suas ou posicionamentos levam um pesquisador a acreditar nessa influência? Que representações sociais existiam sobre o Espírito Santo, no período aqui proposto para estudo? De que maneira Moniz Freire teria se apropriado dessas representações para, com elas, construir uma identidade política que orientasse o Espírito Santo em direção ao futuro? Trata-se de perguntas/problemas que, para serem respondidas/solucionados, envolveram uma pesquisa sobre a maneira como, em Moniz Freire, a atuação pública em geral e o exercício do poder em particular contribuíram para essa construção.

Em nossa dissertação de Mestrado, *O Espírito Santo, um estado satélite na Primeira República: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912)* (SUETH, 2005), analisamos os dois mandatos de Moniz Freire enquanto presidente de Estado (1892-1896 e 1900-1904), sob o ponto de vista de um Espírito Santo considerado Estado "satélite", periférico, desprezado, sem autonomia, na Primeira República. Trata-se de uma característica política presente naquele momento histórico, explicitada por Moniz Freire em seu discurso político e por nós demonstrada naquela dissertação, com base na análise de inúmeros documentos e dados estatísticos.

Ora, esta tese é um desdobramento das análises feitas naquela dissertação. O atual estudo pretendeu ampliar as considerações já feitas, mostrando que, juntamente com nova

documentação aqui analisada, a constatação daquela falta de autonomia do Espírito Santo é apenas um dos traços de uma identidade política capixaba que, entre 1882 e 1908, Moniz Freire construíra, incorporando aos seus planos de ação as representações sociais sobre o Espírito Santo e seu futuro.

De que maneira o poder fornece àquele que o exerce condições para a construção de identidades vividas por seus comandados/influenciados? De que modo esses colaboram naquela construção? Como foi gerado, no Espírito Santo, esse conjunto de representações sociais que definiam a região como abandonada e fadada ao fracasso? De que forma essas representações se encontram presentes no discurso de Moniz Freire? É o que esta tese procura elucidar: a ação de Moniz Freire imprimindo no Espírito Santo de seu tempo uma marca política definida, articulada em cima de determinadas representações.

Existem muitos bons estudos a respeito da história do Espírito Santo que analisam o governo de Moniz Freire, mas não centralizam a atenção nesse ponto que nesta pesquisa desejamos verificar. Assim, só para citar alguns exemplos, Vilma Paraíso Ferreira de Almada (1984), Gabriel Bittencourt (2006) e Maria da Penha Smarzaró Siqueira (1984) fornecem dados sobre a economia e a sociedade capixaba, enquanto Marta Zorzal e Silva (1995) e Ueber José de Oliveira (2013) dão indicações sobre a formação política capixaba. Há estudos sobre a imigração, como o de Nara Saletto (1996). Entretanto, nenhum deles fez do tema aqui proposto, nem mesmo sucintamente, o alvo de suas análises. Sebastião Pimentel Franco, em várias de suas obras e em sua tese de doutorado (2001), analisa aspectos culturais e políticos que foram muito úteis nesta pesquisa, embora também seja outro seu foco de atenção. Lançada recentemente por Estilaque Ferreira dos Santos, a biografia *José de Melo Carvalho Moniz Freire* (2012) proporcionou elementos úteis para esta pesquisa, mas o tema desta tese não é o objetivo daquela interessante obra.

Após o início do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* de História da Universidade Federal do Espírito Santo, inúmeras pesquisas foram feitas sobre o Estado capixaba, inclusive sobre Moniz Freire, abrangendo a questão do poder e da criação de culturas políticas estaduais. Entretanto, nenhum desses estudos abordou diretamente o que aqui propomos. Sebastião Pimentel Franco (2006a) comprova essa afirmativa, quando a esse respeito fornece uma breve retrospectiva sobre a produção acadêmico-científica relacionada com a história do Espírito Santo.

Já existe uma bibliografia que, sob diversos aspectos, analisa Moniz Freire. Assim, por exemplo, além de Santos, também Marcelo Antonio de Souza Basílio (1961), Carlos Teixeira de Campos Jr. (1996), Leandro do Carmo Quintão (2010), Simone Lemos Vieira Herkenhoff (2000) e Diones Augusto Ribeiro (2008) pesquisaram e escreveram sobre ele e/ou seus projetos. Nenhum deles, porém, trata do tema aqui proposto.

Alguns estudos já se fizeram em cima das várias identidades regionais do país ao longo da História, o que servirá de base para reflexões aqui propostas. Assim, pode ser lembrado Jeffrey D. Needell (1993), que estudou o Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX. Também se pode mencionar Rubem Barbosa Filho (2000), que trata do papel das diferenças regionais no século XIX. John Wirth (1997) e Joseph Love (1997) também pesquisaram sobre as identidades paulista e mineira, sob o ponto de vista do exercício do poder, na Primeira República (1889-1930). Trata-se de estudos que ofereceram subsídios para o aprofundamento das hipóteses desta pesquisa, mas não abordam nem de passagem o que aqui propomos sobre o Espírito Santo.

Um estudo da natureza do nosso pretendeu voltar-se, sem dúvida, para uma análise da distribuição do poder no Brasil republicano, a fim de posicionar o Estado do Espírito Santo no contexto político nacional e, assim, entender a importância de Moniz Freire em seu discurso e em sua prática política, no papel de construtor de uma identidade política capixaba. Trata-se de reflexões que se fundamentaram nas distintas relações de poder em vigor nas sociedades humanas, o que levou ao estudo de autores que analisaram o poder, entre os quais, por exemplo, Norbert Elias e Michel Foucault (2001, p. 162), o qual já afirmava que “[...] o indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças”. Queremos ressaltar a referência feita por Foucault à relação entre poder e identidade. Pode-se com certeza aplicar essa aproximação ao relacionamento entre um indivíduo – o Estado do Espírito Santo – e um poder superior que, tanto no Império quanto na República, procurou moldar a prática política capixaba.

Desse modo, no que diz respeito ao poder, um dos objetivos desta tese é contribuir com o estudo do relacionamento entre o poder de Estado e os chamados micropoderes que permitem um determinado mapeamento político da sociedade. Também temos a intenção de pensar e identificar as influências mútuas entre o Estado e os diversos níveis de poder, quando

analisamos a importante questão da prática do Federalismo brasileiro na Primeira República, prática essa que influenciou profundamente o pensamento político de Moniz Freire e o agir político do Estado do Espírito Santo. Trata-se de um estudo localizado em um pequeno cenário – o Espírito Santo –, mas que se oferece como um paradigma de relações que, à maneira das pesquisas de Norbert Elias (2000, p. 49), poderia “[...] permitir que o microcosmo de uma pequena comunidade esclarecesse o macrocosmo das sociedades em larga escala e vice-versa”.

Estudar esse tema é certamente de muito interesse para as pesquisas históricas e políticas que se desenvolvem atualmente no Estado do Espírito Santo, uma vez que este pedaço do Brasil vem polemizando – e muito – com a visão que a Federação brasileira tem deste recorte geográfico, econômico e político, que responde por um IDH,<sup>2</sup> por um PIB e outros indicadores que se encontram acima da média nacional. Estão aí as polêmicas a propósito dos *royalties* do petróleo e do Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap),<sup>34</sup> para justificar essa afirmação. É o Espírito Santo em busca de seu crescimento e de sua afirmação no cenário político e econômico do Brasil, mas sendo desprezado e abandonado. Este estudo também visa a contribuir para o entendimento dessa problemática.

Segundo várias pesquisas, o mundo globalizado também tende a manter – e muito – as diferenças regionais, o que ressalta a importância de se estudar a construção das identidades, conforme as reflexões de Zygmunt Bauman (2005, p. 23): “Atualmente [...] a ‘identidade’ é o ‘papo do momento’, um assunto de extrema importância e em evidência”. Entretanto, a problemática da identidade política, aqui proposta para estudo, relaciona-se com muitos

---

<sup>2</sup> Trata-se do Índice de Desenvolvimento Humano que, medido pela Organização das Nações Unidas, avalia saúde, educação e Produto Interno Bruto (PIB).

<sup>3</sup> O termo *royalties* foi criado na Inglaterra, século XV, como uma forma de compensação à realeza em virtude de disponibilizar suas terras à exploração de minério. Atualmente, o termo é utilizado para definir o pagamento ao dono de uma patente. No Brasil, o valor arrecadado pelos *royalties* do petróleo é dividido entre a União, Estados e municípios produtores ou com instalações de refino e de auxílio à produção. As empresas petrolíferas pagam 10% do valor de cada barril extraído pelo direito de explorar o produto, de tal modo que os *royalties* eram divididos de maneira que os Estados e municípios produtores ficavam com 52,5% do arrecadado. Com a descoberta de petróleo na camada pré-sal e alegando que o petróleo é uma riqueza nacional, foi proposta nova divisão dos *royalties*, prejudicando enormemente o Estado do Espírito Santo.

<sup>4</sup> O Fundap é um incentivo financeiro criado no governo de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971). Entretanto, em 2013, chegou ao fim, sob a justificativa de acabar com a chamada “guerra fiscal”, tendo em vista que Estados do Sul e do Sudeste (exceto o Espírito Santo) praticam 7% nas operações com Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), mas a alíquota dos produtos saídos do Espírito Santo e dos Estados das demais regiões é de 12%, diferencial que se adotou para atrair setores ligados à produção. Para conter a disputa fiscal entre os Estados, o Governo Federal generalizou em 4% o ICMS importação, o que prejudica o Espírito Santo, cuja estimativa de perdas é de R\$ 1,8 bilhão por ano.



questionamentos contemporâneos sobre política e cultura e apresenta toda uma gama de discussão influenciada por fatores, como localização geográfica, gênero, raça, nacionalidade, orientação sexual, crença religiosa, etnia, orientação política e muitos outros. Estudar a construção de uma identidade política é, com certeza, mergulhar nas águas profundas de trabalhos relacionados com a política.

Quando aqui abordamos os conceitos de cultura e política, procuramos entendê-los conforme o faz Clifford Geertz. Sobre cultura, ele (2008, p. 135) afirma que “[...] não são cultos e costumes, mas as estruturas de significado através das quais os homens dão forma à sua experiência [...]”. Quanto à política, declara que “[...] não são golpes e constituições, mas uma das principais arenas na qual tais estruturas se desenrolam publicamente”. Daí sua conclusão: “Com essa reformulação das duas – cultura e política – passa a ser um empreendimento mais praticável determinar a conexão entre elas [...]”. É essa uma das propostas desta tese que estuda os sonhos e as mágoas capixabas enquanto constituintes de uma cultura política regional.

Vê-se que esta tese visa a contribuir com a lenta, mas contínua reabilitação da política que vem se dando desde a década de 70 do último século. A política sempre foi um tema clássico da história tradicional que, a partir da referida década, começou a passar por um processo de adaptação junto a outros ramos da ciência, tais como: Ciências Sociais, Antropologia e Psicologia, por exemplo. Esta pesquisa tem por objetivo integrar-se nessa nova visão da História Política, a qual, segundo René Remond (2009, p. 26), é hoje, na França, “[...] um dos ramos mais ativos e fecundos da historiografia”. Ao propor este estudo, temos a convicção de que contribuímos com o desenvolvimento e o aprofundamento desse novo conceito de História Política.

A política é uma atividade por meio da qual, em toda sociedade, os indivíduos e os grupos negociam, articulam-se e fazem suas reivindicações. E cultura política é “[...] o conjunto de discursos e práticas simbólicas pelas quais essas reivindicações são feitas” (BARATA, 2009, p. 53). Daí as análises aqui desenvolvidas, no sentido de entender, por meio do discurso e da atuação de Moniz Freire, as relações de poder que influenciaram sua colaboração na construção de uma identidade política do Espírito Santo, entre 1882 e 1908.

Analisando as múltiplas e complexas relações entre história e memória, Lúcia Lippi Oliveira (2006, p. 37) esclarece que, enquanto "[...] a memória é fonte de informação para a construção do saber histórico", a história, "[...] como saber específico está voltada para a produção de evidências [...]". Nossas análises visam à produção de evidências sobre o viver político do Estado do Espírito Santo, sem pretender afirmar, no entanto, que apenas existe uma só identidade política capixaba, simbolizada por Moniz Freire. Pretendemos, isto sim, sinalizar que José de Mello Carvalho Moniz Freire atuou ativamente na construção de *uma* das maneiras pelas quais influentes segmentos capixabas viram a política e o mundo. A tese apresenta os pilares dessa específica identidade política.

### **Três conceitos diversos na solução de um mesmo problema**

Nosso estudo visa a apresentar como, em seu discurso e em sua prática política destinados a enfrentar o Poder estabelecido e desenvolver o crescimento do Espírito Santo, Moniz Freire trabalhou, entre 1882 e 1908, para a construção de uma identidade política capixaba, articulando-se com o processo de elaboração de uma imagem política sobre sua região natal, iniciada antes mesmo de sua atuação na vida pública capixaba. Trata-se da imagem de um Espírito Santo que sonha se firmar no cenário nacional, mas encontra sérios obstáculos no abandono em que é colocado pela política brasileira. Moniz Freire, em sua atuação pública – como jornalista ou como político – constituiu um núcleo de amigos e seguidores que se apropriaram dessa imagem e a trabalharam com vistas a um futuro que trouxesse desenvolvimento às terras capixabas.

Assim, *Entre sonhos e mágoas, o brilho da estrela "intrometida"* é um subtítulo que procura sintetizar, em um recorte temporal, a atuação de Moniz Freire em frente a uma determinada imagem que se constituiu segundo um processo que se ajusta ao conceito de *representação social* e que marcou de tal maneira a vida capixaba, que se pode afirmar tratar-se de uma imagem que passou a compor uma *identidade* política capixaba construída por Moniz Freire.

Encontrava-se notadamente presente no século XIX e também no início do século XX a representação de que os sonhos do Espírito Santo – Província ou Estado – eram largamente impedidos pelo abandono político em que teria sido colocada essa faixa litorânea, espremida entre Minas Gerais e o mar, a Bahia e o Rio de Janeiro. Daí as mágoas e ressentimentos

presentes no imaginário de uma parcela da elite política do Espírito Santo e articulados por Moniz Freire na composição de seus planos destinados ao desenvolvimento de sua região.

Desse modo, para a compreensão do que propusemos neste estudo, são estabelecidas três dimensões centrais, profundamente relacionadas entre si: poder, representação social e identidade.

Vê-se, assim, que a elaboração do que pretendemos nesta tese se encontra na dependência do esclarecimento de três conceitos sobre os quais ela se assenta, quais sejam, o Poder, a Representação Social e a Identidade que, conforme Jovchelovitch (2011, p. 278), acham-se presentes quando indivíduos e comunidades são levados a participar da vida pública. Para ela, o poder está presente "[...] como uma arena desigual de recursos para a ação e realização de interesses que possibilita ou incapacita as comunidades de terem suas identidades [...], projetos e necessidades reconhecidos e trabalhados". Por outro lado, as representações sociais fazem-se presentes "[...] como uma arena de saber construída por comunidades sobre identidade, tradições culturais [...] e estratégias de sobrevivência [...]" (JOVCHELOVITCH, 2011, p. 278). Finalmente, a identidade aparece para a autora "[...] como uma arena de entendimento e luta sobre 'quem sou e quem somos', o que define e limita a vida que eu/nós vivemos e o que eu/nós podemos, devemos ou gostaríamos de fazer [...]"

Conforme se verá no desenvolvimento desta pesquisa, Moniz Freire trabalhou na construção de uma identidade política especificamente relacionada com determinadas concepções e práticas da relação de poder que dominaram o processo de elaboração do projeto de Brasil muito claramente configuradas no Federalismo brasileiro, que gerou um singular relacionamento político entre o Espírito Santo e o conjunto dos Estados brasileiros, colocados em uma arena desigual de recursos para a ação e realização de seus interesses. Trata-se, assim, de uma tese fundamentada em concepções de poder.

Para atingirmos nosso objetivo, fizemos nossos os conceitos que atualmente fazem parte da *Nova História Política*. Segundo Le Goff (REIS, 1994), sob a influência da Antropologia e da Sociologia, o poder passou a ser o conceito central da *Nova História Política*. Foi esse um dos conceitos básicos com os quais trabalhamos em nossas pesquisas, que procuraram analisar com profundidade a esfera política, focalizando os discursos, os símbolos do poder, bem como as atitudes e as relações entre poderes. Assim, fundamentamos nossos estudos naquilo

que Le Goff, citado por Reis (1994, p. 145), considera o conceito central da Nova História Política: o poder, que “[...] não é residual, mas fundamental na sociedade”. Tudo isso envolve, evidentemente, um relacionamento profundo entre a política e a história social, conforme afirma Peter Burke (1992, p. 37): “[...] nos percebemos preocupados com o elemento social na política e com o elemento político na sociedade”.

Em geral os estudos sobre o poder procuram focalizar a relação política fundamental entre governantes e governados. Trata-se de uma relação entre dois sujeitos, em que um comanda e outro obedece. Pode-se, assim, analisar o poder sob dois pontos de vista: da parte dos que dominam – considerados sujeitos ativos – e da parte dos que são dominados – tratados como sujeitos passivos da relação. No estudo do poder, em muitas ocasiões, considerou-se apenas o primeiro elemento, enquanto em outras vezes se focalizou o sujeito passivo. Neste estudo procuramos refletir sobre as relações entre dois sujeitos – o Espírito Santo e o Estado brasileiro –, sob o ponto de vista das relações de poder, levando em consideração especialmente o elemento passivo, um membro da Federação.

Existem três teorias fundamentais do poder, conforme Norberto Bobbio (1997, p. 78): a substancialista, que entende o poder como “[...] qualquer coisa que serve para alcançar aquilo que é o objeto do próprio desejo [...]”; a subjetivista, que não leva em conta “[...] a coisa que serve para alcançar o objetivo, mas a capacidade do sujeito de obter certos efeitos [...]” (p. 79); e a relacional, que interpreta o poder como “[...] uma relação entre dois sujeitos, dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, em caso contrário, não ocorreria” (p. 79).

A conceituação weberiana privilegia o conceito relacional de poder, o qual pode ser exercido, segundo Weber, por três meios distintos, dando origem, assim, a três formas de poder: econômico, ideológico e político, cada um deles usando três meios distintos: a riqueza, o saber e a força.

O poder econômico se vale da posse de bens para impor certa conduta aos que não os possuem. O poder ideológico é o dos sacerdotes, cientistas, técnicos, intelectuais, que se utilizam de certas formas de saber, informações, conhecimentos, para exercer influência e levar membros do grupo a realizar ou não alguma ação. Talvez se pudesse dizer que foi essa uma das modalidades de poder mais tipicamente identificada com a influência exercida por

Moniz Freire sobre a política capixaba, na Primeira República. O poder político acha-se identificado com o uso da força e pode ser conceituado como o poder que, “[...] para obter os efeitos desejados [...] tem o direito de se servir da força, embora em última instância [...]” (BOBBIO, 1997, p. 80). Daí a conclusão de que a força física legítima é o fio condutor da ação do sistema político.

Essas três formas de poder contribuem para instituir e manter sociedades de desiguais, divididas com base no poder econômico, no poder ideológico e no poder político. Ou seja, sociedades onde existem superiores e inferiores, incluídos e excluídos, protegidos e abandonados, tal qual – conforme se verá no decorrer desta pesquisa – ocorria com as províncias e os Estados brasileiros no decorrer dos séculos XIX e XX.

Uma vez que o conceito de poder ainda não está inteiramente determinado, tanto na sociologia, quanto na ciência política (PARSONS, 1982, p. 152), fica difícil empregar qualquer fundamentação teórica, não só no que diz respeito ao poder, mas também à autoridade. Desse modo, procuraremos seguir as formulações de Weber conforme a interpretação dada por Dahrendorf (1982, p. 152): *Poder* é “[...] a probabilidade de que um ator em uma relação social tenha condições de implementar sua vontade não obstante resistências, independentemente da base em que se fundamenta essa probabilidade”.

Para Weber (1999), o poder pode legitimar-se por meio de três formas: uma estatuída, outra consuetudinária e, por fim, afetiva, constituindo, desse modo, as três dominações: legal, tradicional e carismática. Neste estudo, interessar-nos-á bastante a conceituação de dominação carismática que, com adaptações, pode ser aplicada à influência política exercida por Moniz Freire. Trata-se da admiração pessoal ao dominador e a seu carisma, ou seja, seus poderes, suas qualidades, suas origens de vida, conforme conceitua Sell (2015, p. 149): "O termo 'carisma' remete a uma qualidade pessoal considerada extracotidiana em virtude da qual uma pessoa exerce a função de líder [...]." Para Weber (1999), na dominação carismática, a vigência da legitimidade está baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heroico ou de caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas. Como uma das formas de dominação carismática, considera a democracia plebiscitária, que ele chamou de *dominação plebiscitária* e que pode ser encontrada nas lideranças de partido.

Ora, o poder é a problemática mais importante do estudo da Política e foi por nós utilizado dentro de uma abordagem bem mais ampla que a feita pela história política tradicional que não reconhecia outras formas políticas que não o Estado. Conforme se verá, a tese procura verificar, no caso do Espírito Santo, outras formas de exercício do poder presentes na vida política capixaba, tais como as de origem familiar, partidária ou religiosa, por exemplo. Aqui entra a colaboração dos princípios teóricos de Foucault. Entretanto, foi em Weber que buscamos a fundamentação teórica desta tese.

Weber (1999) analisa o exercício dos poderes em organizações soberanas, tais como: o Estado, igrejas, universidades, empresas comerciais, que se utilizam de eleições e mecanismos administrativos para as tomadas de decisões em torno de interesses e objetivos conflitantes dos participantes, o que faz com que um agente só pode ganhar às expensas de outro, sempre havendo vencedores e perdedores nas relações de poder.

Ele também assenta suas reflexões sobre a ideia de Dominação que "[...] é o poder que foi organizado em estruturas sociais estáveis e duradouras [...] e o meio pelo qual as elites são constituídas como grupos dominantes [...]" (SCOTT, 2010, p. 164), formando estruturas de dominação que operam por meio da coerção e da indução, que são formas elementares da força e da manipulação.

Weber (1982, p. 69) estabelece que, em várias ocasiões, o econômico é subordinado ao político: "A ciência da política econômica nacional é uma ciência política. Ela é uma serva da política, não da política momentânea dos grupos e classes dominantes no momento, mas dos perenes interesses do poder nacional". Um dos seguidores de Weber, Ralph Dahrendorf (1997, p. 159, grifo nosso), fornece a conclusão com a qual se podem fechar as presentes considerações sobre o poder, afirmando que "[...] tudo indica que os pontos de transição da história sejam o resultado de processos e decisões políticas, e **não de forças econômicas**".

Desse modo, no que diz respeito ao estudo do poder – seja o poder propriamente dito, seja as reflexões sobre a dominação – o referencial teórico desta pesquisa se fundamenta no que Weber conceituou a esse respeito, embora, sob esse ponto de vista do estudo do poder, se busque inspiração conceitual também em Serge Berstein (2009), René Rémond (2009) e Foucault (2001).

Quanto ao segundo fundamento teórico deste estudo – o conceito de representação social –, Gerard Duveen, considerado uma das maiores autoridades em Psicologia Social, na introdução da obra *Representações sociais: investigações em psicologia social* (MOSCOVICI, 2012), já no primeiro parágrafo, menciona um fenômeno que tem grande relação com o que se estuda nesta tese. Ele sugere um teste aos leitores para, mentalmente, localizar as cidades de Praga e Viena e se surpreende com a resposta errada, que ele já antecipa: Praga acha-se a leste de Viena. Por que muita gente responderia assim? Duveen conclui que se trata de uma imagem da geografia da Europa, que foi reconstruída em termos da divisão política da Guerra Fria, em que as definições ideológicas de Leste e Oeste substituíram as geográficas. Trata-se de uma imagem construída em função de uma disputa ideológica. Ora, o Espírito Santo, no final do século XIX era, conforme Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1892), o oitavo ou o nono Estado em rendas públicas, entre os 20 da Federação brasileira e, no entanto, abandonado, desprezado e desconhecido, conforme se verá ao longo desta tese. Pensamos que se encontra aí o mesmo fenômeno de imagem que Duveen viu quanto à localização de Praga e que ele procura explicar com o conceito de *representação social*.

Formulador e defensor do conceito de representação social, Serge Moscovici (2012, p. 30) analisa "[...] algumas coisas bastante óbvias; de que nós não conseguimos ver o que está diante de nossos olhos [...]", mencionando, como exemplo, afirmações de pessoas negras que se consideram invisíveis em diversas ocasiões em que se encontram com outras que simplesmente as ignoram. Essa invisibilidade não se deve a qualquer falta de informação, mas "[...] a uma fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que a compreendem, que faz algumas delas visíveis e outras invisíveis" (MOSCOVICI, 2012, p. 31). Tal fenômeno pôde ser registrado inúmeras vezes com relação ao Espírito Santo – província ou Estado – e, por isso, consideramos passível de análise por meio da aplicação do conceito de representação social.

Trata-se de um fenômeno mental, tema que mereceu a atenção de Georges Duby (1988, p. 131) que declarou que, para se entender a ordenação das sociedades humanas e para se ter a noção das forças que as fazem evoluir, "[...] é importante dedicar uma igual atenção aos fenômenos mentais, cuja intervenção incontestavelmente é tão determinante quanto a dos fenômenos econômicos e demográficos [...]", uma vez que os homens pautam sua conduta, não em função de sua condição verdadeira, "[...] mas da imagem que constroem [...]" (p. 131).

Nos três casos aqui citados – a localização de Praga, a invisibilidade de negros e o desconhecimento sobre o Espírito Santo –, a imagem reflete um saber, o qual nunca é uma simples descrição de um estado de coisas, mas, pelo contrário, segundo Duveen (2012, p. 8), "[...] é sempre produzido por meio da interação e comunicação [...]", o que faz com que sua expressão esteja "[...] sempre ligada aos interesses humanos que estão nele implicados [...]" (p. 9). Para Duveen (2012, p. 8-9), "[...] o conhecimento surge das paixões humanas e, como tal, nunca é desinteressado; ao contrário, ele é sempre produto dum grupo específico de pessoas que se encontram em circunstâncias específicas, nas quais elas estão engajadas em projetos definidos". De acordo com Duveen (2012, p. 9), por meio do conceito de representações sociais, estudam-se os processos "[...] através dos quais o conhecimento é gerado, transformado e projetado no mundo social". Assim, fundamentado nesse conceito, analisaremos como se deu o processo de produção desse conhecimento singular sobre o Espírito Santo e seu relacionamento com o discurso político de Moniz Freire.

Moscovici (2012, p. 10) afirma que "[...] as representações sociais são entidades quase tangíveis [...]. Mas se a realidade das representações é fácil de ser compreendida, o conceito não o é [...]". Ele esclarece que elas "[...] devem ser vistas como uma 'atmosfera', em relação ao indivíduo ou ao grupo [...]" (p. 53) e, do ponto de vista dinâmico, elas se mostram como uma "rede" de imagens, metáforas e ideias, mais ou menos interligadas e, assim, mais móveis e fluidas que teorias.

De qualquer forma, Moscovici (2012, p. 21) considera que as representações sociais podem ser definidas como um sistema de valores, ideias e práticas, com a função de "[...] estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo [...]", ao mesmo tempo em que possibilita que a "[...] comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social" (p. 21).

Denise Jodelet (1989, p. 36), outra especialista das representações sociais, assim as define: "[...] trata-se de uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, possuidor de uma intenção prática, que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social [...]", sabendo-se que elas, "[...] na qualidade de sistema de elaboração que rege nossa relação com o mundo e com os outros, orientam e organizam as condutas e as



comunicações sociais [...], a difusão de conhecimentos [...], a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais" (p. 37).

Queremos ressaltar, em sua definição (JODELET, p. 37), que as representações organizam "[...] a definição das identidades pessoais e sociais", assertiva que, diretamente ligada aos objetivos desta tese, desejamos relacionar com a conceituação de Roger Chartier (1991, p. 183), outro especialista no estudo das representações sociais, quando afirma que a noção de representação possibilita uma via de estudos que "[...] pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma". Também Chartier (1991) relaciona a elaboração de representações com a construção de identidades.

É, entretanto, Moscovici (2012, p. 20) quem esclarece as possibilidades de relação entre a construção das representações sociais e a configuração de identidades. Para ele, as representações sociais emergem não só como um modo de compreender um objeto particular, mas também como "[...] uma forma em que o sujeito (indivíduo ou grupo) adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, que é uma das maneiras como as representações expressam um valor simbólico [...]".

Moscovici (2012, p. 68) complementa seu pensamento sobre a ligação entre esses dois fenômenos, quando afirma que, com a construção de uma representação, "[...] é dada uma identidade social ao que não estava identificado". Mais adiante, ele (2012, p. 212) afirma que representações "[...] constituem [...] a identidade, o self [...], o mercado, as características de uma pessoa ou de um grupo [...]". Ainda sobre a relação entre representação e identidade, Moscovici (2012, p. 218) constata que as representações coletivas expressam "[...] a maneira como o grupo pensa a si mesmo em suas relações com os objetos que a afetam [...]" e que, por isso, toda representação social desempenha a função de manter ou criar identidades e equilíbrios coletivos.

Le Goff (1990, p. 11) dá seu aval a essa fundamentação teórica, quando afirma que a crítica da noção de fato histórico tem trazido o reconhecimento de "realidades" históricas esquecidas por muito tempo pelos historiadores e que, "[...] junto à história política, à história econômica e social, à história cultural, nasceu uma história das *representações*".

Desse modo, embora passível de críticas por parte de historiadores, é válida a fundamentação de uma pesquisa com base nesse conceito de representação, uma vez que "[...] as representações sociais podem ser consideradas como núcleo de um dos paradigmas possíveis nas ciências humanas e sociais", conforme opinião abalizada de Ciro Flamarion Cardoso (2012, p. 43). Aliás, justificando a utilização desse recurso metodológico em pesquisas, seu artigo para a revista *Psicologia e Saber Social* (2012) tem por título *O uso, em história, da noção de representações sociais desenvolvidas na psicologia social: um recurso metodológico possível*.

Nossa tese trabalha com a ideia da construção de uma identidade política capixaba, o que faz do conceito de identidade o terceiro fundamento teórico de nossa pesquisa. Joutard (2013, p. 155) declara que "[...] os historiadores nem sempre compreenderam que a identidade era também objeto da história".

Ora, os estudos que atualmente se fazem sobre a problemática da identidade sofrem críticas de inúmeros historiadores. Pode-se citar, por exemplo, Evaldo Cabral de Mello (2004, p. 98) que afirma: "A noção de identidade nacional, tão em moda hoje (menos por culpa dos historiadores do que dos antropólogos), é o abastardamento grotesco da ilusão sobre a existência de um conteúdo ôntico na história".

Em seguida, no mesmo texto, Mello (2004) exemplifica citando os casos da Inglaterra e da Espanha, concluindo que "[...] a noção de identidade nacional é uma invenção ideológica [...]", fundamentando-se, sempre, na ideia da incompatibilidade entre o conceito de identidade – que, para ele, seria fixo – e o entendimento de que a história não é imutável, mas a "mudança da mudança". Mello, entretanto, baseia-se na noção de que só existe uma concepção de identidade: a que se fundamenta em um "conteúdo ôntico", que significaria uma identidade essencial e, portanto, imutável.

Ora, nosso estudo sobre a identidade política capixaba não se baseia na concepção teórica da imutabilidade da identidade. Não se considera imutável o que aqui se propõe como identidade política capixaba. Durável não significa imutável. Por outro lado, também não se considera que as características da identidade política capixaba tenham um conteúdo ôntico e, assim, sejam fruto da natureza. Este estudo compartilha com a visão de Resende (2009, p. 19), quando analisa essa problemática e afirma que atualmente a identidade "[...] vem sendo

geralmente tratada [...] como planos de identificação que são construídos continuamente - e não dados *a priori* - e desempenhados de acordo com os vários contextos de interação, sempre em transformação [...]". Assim como Rezende, nesta tese, afastamo-nos de visões clássicas que tomam a identidade como um processo que faz parte do desenvolvimento psicofisiológico dos indivíduos. Não se trata, portanto, de essencializar o conceito, mas de fundamentá-lo numa visão construtivista da identidade.

Também com relação à crítica feita por Mello (2004), de que o estudo da identidade se deve mais à influência dos antropólogos que a dos historiadores, podemos argumentar que, desde muito tempo, a História vem procurando se fundamentar nas pesquisas e reflexões de não historiadores, como cientistas sociais, linguistas e antropólogos, por exemplo.

De qualquer forma, são realmente muitas as críticas ao estudo das identidades. Sandra Jatahy Pesavento (2003), por exemplo, critica a construção histórica de uma identidade rio-grandense a partir de estudos sobre a Revolução Farroupilha. José Murilo de Carvalho (2003, p. 51) também afirma, citando Ernest Renan, que "[...] a construção de uma nação frequentemente conflita com a visão do historiador, porque para construir uma nação é preciso frequentemente mentir. São mentiras históricas feitas para construir a identidade de uma nação".

Entretanto, a Nova História Política não se furta a tendência de estudar identidades. Braudel não recuou diante de um possível questionamento, como esse, e sua última obra, em 1986, foi a *Identidade da França*, na qual constrói um controverso discurso<sup>5</sup> político em torno da identidade francesa. Seu projeto incluía três tomos: I. A Identidade da França; II. O Nascimento da França; III. O Destino da França. No que diz respeito à Identidade da França, ele dividiu o estudo em quatro partes: 1. Espaço e História; 2. Os Homens e as Coisas (Demografia e Economia Política); 3. O Estado, a Cultura, a Sociedade (Política, Psicologia e Sociologia); 4. A França fora da França (a dimensão internacional e a conclusão deste primeiro tomo). Guilherme Ribeiro (2010) afirma tratar-se de um grande historiador que se volta para o passado, a fim de encontrar elementos que moldaram a identidade de seu país, embora tenha sido criticado por Gerard Noiriel e Perry Anderson, entre outros. Vê-se, assim,

---

<sup>5</sup> Entendemos "discurso" conforme Foucault (2014, p. 44) que o conceitua como "[...] um pensamento revestido de seus signos e tornado visível pelas palavras, ou, inversamente, seriam as estruturas mesmas da língua postas em jogo e produzindo um efeito de sentido".

que a entrada de Braudel no campo de estudos das identidades indica que não há unanimidade na avaliação sobre pesquisas relacionadas com esse tema.

Ora, pesquisadores afirmam hoje a atualidade e a necessidade de se estudar as identidades. Entre eles, Zygmunt Bauman, nascido em uma Polônia que, no início do século XX, era considerada uma espécie de Estado “satélite” entre os países europeus: pequena e sem influência, mas buscando uma identidade. Ninguém mais gabaritado para pensar em identidade, do ponto de vista de características regionais. Escrevendo para a atualidade, na introdução à entrevista que fez a Bauman (2005), Benedetto Vecchi (2010, p. 13) diz que “[...] a política de identidade [...] fala a linguagem dos que foram marginalizados pela globalização [e que a questão da identidade se refere a] [...] uma convenção socialmente necessária”.

O que se deve entender, então, por identidade? Esta problemática do semelhante e do diferente, ou seja, da identidade, já preocupava os pensadores, desde a Antiguidade. Parmênides, por exemplo, buscava um elemento único, a essência, que explicasse o real. Por outro lado, Heráclito era pluralista e via o real como o local da diferença. Platão, por sua vez, procurava conciliar as duas posições. A palavra vem do latim tardio: *identitas*, que tem a mesma raiz de *idem*, que significa *o mesmo*. É por isso que a filosofia conceitua *identidade* como a “[...] relação de semelhança absoluta e completa entre duas coisas, possuindo as mesmas características essenciais, que são assim a mesma” (JAPIASSU; MARCONDES, 1996, p. 136). Jacqueline Russ (1994, p. 137) considera que a identidade é a “[...] característica do que permanece tal como é (embora possa ser percebido de diversas maneiras)”. Já Marcel Detienne (2013, p. 10) procura tornar claro o conceito, quando afirma que identidade é equivalente à “mesma coisa” ou, dito de maneira mais abstrata, à “mesmidade”. Nesse sentido, Peter Burke (2008, p. 78) cita Bourdieu que, ao analisar a identidade social, coloca que ela “[...] está na diferença, e a diferença é afirmada contra aquilo que está mais perto, que representa a maior ameaça”. Por sua vez, Burke (2008, p. 116) diz que uma das características importantes da Nova História Cultural é a preocupação com a construção da identidade que, segundo ele, “[...] não é de surpreender numa época em que a ‘política de identidade’ se tornou questão de grande relevância em muitos países”.

Naturalmente, nesse campo, a História precisaria buscar ajuda em áreas como a Sociologia, a Antropologia e muitas outras, fazendo com que um estudo dessa natureza se adequasse ao que há de mais atual na historiografia, uma vez que se aproxima da Nova História Política ou da História Cultural. Entretanto, não é fácil navegar nessas águas. Profundo conhecedor desse

tema, Stuart Hall (1998, p. 8) esclarece que o conceito de *identidade* é “[...] demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova, [portanto é] impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros [...]”.

Ressaltando o papel das diferenças e da exclusão, na constituição das identidades, Hall (2014, p. 129) sublinha que “[...] todas as identidades funcionam por meio da exclusão, por meio da construção discursiva de um exterior constitutivo e da produção de sujeitos abjetos e marginalizados [...]” e conclui que as identidades constituem mais o produto da marcação da exclusão e da diferença do que o sinal de uma unidade idêntica, constituída de “[...] uma 'identidade' em seu significado tradicional - isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna” (HALL, 2014, p. 109-110). Daí que “[...] as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora 'sabendo [...], sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída [...] a partir do lugar do Outro”, ao que Hall (2014, p. 112) conclui que elas “[...] não podem, nunca, ser ajustadas - idênticas - aos processos de sujeito que são nelas investidos”.

Para complementar sua conceituação de identidade, é interessante indicar que ele também afirma que “[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 1998, p. 47). Mais uma vez – ressaltamos – a relação entre representação e identidade. Continua ele: “[...] nós só sabemos o que significa ser ‘inglês’ devido ao modo como a ‘inglesidade’ veio a ser representada [...] pela cultura nacional inglesa” (p. 47). Vê-se, assim, que é nessa questão da representação que se encontra o fundamento da identidade, conforme se pode deduzir de Hall (1998, p. 47-48), quando diz que “[...] as pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação: elas participam da ideia da nação, tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica [...]”. É o que pretendemos, nesta tese: analisar de que modo foi construída uma identidade capixaba, por meio da emergência de uma determinada representação do Espírito Santo, em um recorte temporal específico.

Ressaltando os efeitos da globalização, os estudos de Hall conduzem à ideia da importância de se analisar as identidades regionais. É assim que ele afirma que se nota hoje que “[...] as identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direitos

legais e de cidadania, mas as identidades locais, regionais e comunitárias têm se tornado mais importantes” (HALL, 1998, p. 73).

Hall é muito rico de conceitos, quando relaciona *identidade* com *cultura* e esclarece que as instituições culturais, como também os símbolos e representações compõem a cultura nacional que nada mais é que um discurso, “[...] um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...]. As culturas nacionais [...] constroem identidades” (HALL, 1998, p. 51). Ou seja, ele estabelece relações entre representações, culturas e identidades.

De grande influência em estudos dessa natureza, Benedict Anderson dá ênfase à problemática do imaginário, que pode ser resumida na conhecida expressão “comunidades imaginadas”, para referir-se às nações. É o que historiadores franceses chamam de história do imaginário social (BURKE, 2008).

É legítimo pensar em identidade regional com os conceitos utilizados para se estudar a identidade nacional? Parece que sim, se se levar em consideração as palavras de Timothy Brennan quando, citado por Hall (1998, p. 58), lembra que a palavra *nação* se refere “[...] tanto ao moderno Estado-nação quanto a algo mais antigo e nebuloso – a *natio* – uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento”. Não é sem sentido que, para designar *a região*, os franceses utilizam até hoje a expressão *le pays*.

Peter Burke (2002, p. 83) afirma categoricamente que “[...] o conceito de comunidade passou a desempenhar papel cada vez mais importante na escrita da história nos últimos anos”, o que o levou a constatar que, recentemente, estudiosos “[...] passaram a considerar a cidade como um conjunto de comunidades ou ‘aldeias urbanas’” (p. 83). Por outro lado, aproximando o conceito de comunidade ao de identidade, Burke (2002, p. 83) menciona um especialista que cunhou o termo “*communitas*” com o objetivo de “[...] referir-se a solidariedades sociais espontâneas, não estruturadas (seus exemplos iam dos antigos franciscanos aos hippies)”. Ora, o que é isso senão o interesse por identidades da parte, e não do todo? Ainda na mesma sequência de reflexões, ele menciona os rituais das paróquias e guildas das cidades dos primórdios da Idade Moderna e conclui que “[...] aquilo que esses rituais estimulam é ‘identidade’ coletiva, conceito cada vez mais importante em várias disciplinas” (BURKE, 2002, p. 84).

Por fim, convém ressaltar mais uma vez que se preocupar com *identidade* é se envolver com uma das tendências mais atuais na historiografia: o estudo da história política, entendida no sentido bem amplo, diferente dos meros fatos, leis e nomes com que se encarava tradicionalmente esse ramo da escrita da história. É nesse sentido que Renée Rémond (2003, p. 449) defende a ideia de que “[...] o político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva”, pois “[...] um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma que seus outros comportamentos coletivos” (p. 449). Ou seja, sua relação com a política mostra sua identidade.

Trata-se de reflexões que dão suporte ao que se deseja, nesta tese: analisar a construção de uma identidade política capixaba. Dentre as considerações com capacidade de síntese, Ken Plummer (2015, p. 196 ) define identidade: "O reconhecimento de quem alguém é e de como alguém é reconhecido pelos outros".

### **Fontes e a metodologia de análise**

Para atingir os objetivos, nossos estudos fundamentaram-se na investigação de seis tipos de documentos:

- a) todas as declarações oficiais dos Presidentes da Província e do Estado do Espírito Santo, desde o Império até o último mandato de Moniz Freire como Presidente do Estado (1900-1904), escaneadas pelo Arquivo Público Estadual do Espírito Santo ou pela Universidade de Chicago;
- b) os escritos de os escritos de Moniz Freire, que contêm sua prática política e sua visão de mundo, portanto, seu posicionamento em frente à política. Nesse sentido, é importante destacar seus discursos na Constituinte de 1891 e no Senado, que forneceram boas indicações sobre seu posicionamento nas questões políticas, naquele início da República brasileira. Por outro lado, escritos no período anterior à proclamação da República, seus artigos *Cartas a S.M. o Imperador*, publicados em jornal de então, constituem uma excelente fonte de conhecimento de suas reflexões a respeito de como era visto o Espírito Santo no conjunto das províncias brasileiras;

- c) os jornais capixabas publicados no século XIX e início do século XX, que veiculavam as representações e o imaginário do capixaba, tanto no campo social e político, quanto no econômico e cultural, permitindo, assim, uma análise ampla a respeito da identidade capixaba construída por Moniz Freire entre 1882 e 1908. Desse modo, foram pesquisados jornais do Rio de Janeiro, como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Commercio*, como também os do Espírito Santo, tais como o *Jornal da Victoria*, *Diario da Manhã*, *O Cachoeirano* e *A Provincia do Espirito Santo*, o qual, na República, circulou com o título de *Estado do Espirito Santo* e tem especial importância por ter sido fundado e dirigido por Moniz Freire. Todo esse material de pesquisa encontra-se digitalizado pelo Arquivo Público Estadual e constituiu o terceiro grande bloco do *corpus* documental deste estudo;
- d) os discursos dos senadores e deputados federais capixabas da Primeira República, arquivados no Senado e na Câmara de Deputados Federais, que serviram de base para uma análise das ideias, dos planos e do imaginário político do Estado do Espírito Santo, constituindo, assim, um conjunto de documentos que forneceram importantes informações sobre o tema aqui proposto;
- e) as obras escritas por políticos capixabas que tiveram contato com Moniz Freire, por exemplo, Afonso Claudio, que escreveu *História da propaganda republicana no Estado do Espírito Santo* e *História da literatura espírito-santense*, também foram de extrema utilidade;
- f) os escritos de inúmeros pensadores capixabas da atualidade, bem como notícias dos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* foram analisados e forneceram dados preciosos para a elaboração desta tese.

Com relação a essas fontes, procuramos interpretá-las em função de pressupostos segundo os quais um documento é sempre portador de um discurso não transparente. Barros (2009, p. 87) afirma que “[...] analisar significa buscar o sentido mais explicativo dos resultados da pesquisa”. Ao estudar um documento, o historiador deve sempre estar atento ao conteúdo histórico nele embutido, sabendo que, nos registros escritos – que fazem parte do *corpus*



documental desta tese –, é de importância fundamental a análise de conteúdo, que procura buscar outras realidades por meio das mensagens escritas.

Naturalmente, nesse campo de análise, foram necessários inúmeros cuidados, entre os quais o relacionado com a capacidade explicativa da história, que não pode ser reduzida a um mero gênero narrativo, prisioneiro de estruturas discursivas. Ou seja, o historiador não pode reduzir a História ao texto, como fazem os estruturalistas, “[...] que negam haver história fora do discurso” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 378). Trata-se, na verdade, de buscar os nexos entre o texto e o contexto.

Entretanto, afirmar que a história não se reduz ao texto não significa aceitar o extremo oposto, que seria admitir a existência da história independente do texto. A história, de fato, é sempre discurso, escrito, iconográfico ou gestual. O historiador só cumprirá sua tarefa, se decifrar esses discursos. Foi o que pretendemos realizar nesta pesquisa.

Movido por essas reflexões, optamos por orientar nossa metodologia de estudo das fontes escolhidas para um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações”, que Laurence Bardin (2003, p. 31) chama de “análise de conteúdo”, consciente de que “[...] tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo” (p. 33), caracterizada por técnicas que permitem a inferência: “[...] operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceites como verdadeiras” (BARDIN, 2003, p. 39).

Ora, qualquer análise de conteúdo tem por objetivo não o estudo da linguagem, mas a determinação das condições de produção dos textos. Não se procura caracterizar os próprios textos, mas suas condições de produção. A análise de conteúdo “[...] tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado [...]” (BARDIN, 2003, p. 43).

Assim, procuramos trabalhar todo um conjunto de técnicas de análise das comunicações com o objetivo de, por meio de procedimentos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores – quantitativos ou não – que “[...] permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] dessas mensagens” (BARDIN, 2003, p. 42).

Várias práticas são sugeridas por Bardin. Optamos sobretudo pela análise dos resultados num teste de associação de palavras conforme está exposto em algumas tabelas nas quais reunimos palavras utilizadas nas Mensagens dos presidentes do Estado do Espírito Santo. Tais práticas reduzem-se à associação de palavras estabelecida por aproximações semânticas ligeiras (por exemplo, *cowboy*, cavalo, espora, rodeio) e à medição da frequência/ocorrência delas no discurso, surgindo daí a inferência sobre as condições de produção dos textos analisados. Considerando os textos como uma manifestação contendo indicativos que a análise vai fazer falar, escolhemos alguns desses em função das hipóteses levantadas nesta tese, partindo do princípio de que esses indícios estão relacionados com temas que, por serem de importância para o locutor, serão mais frequentemente lembrados. Estabelecidos os quadros de resultados – as tabelas – propusemos inferências e adiantamos interpretações a propósito dos objetivos previstos, descobrindo "[...] os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido" (BARDIN, 2003, p. 105).

Trata-se de uma abordagem quantitativa, fundada na frequência de aparição de certos elementos da mensagem. Entretanto, também levamos em consideração a importância da abordagem não quantitativa, que recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências. Assim, "[...] a presença (ou a ausência) pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência da aparição" (BARDIN, 2003, p. 114). A discussão abordagem quantitativa vs. qualitativa marcou a concepção da análise de conteúdo. No início do século XX, privilegiava-se a quantificação. Depois, compreendeu-se que o que caracteriza a análise de conteúdo é a inferência, quer as modalidades de inferência se baseiem, ou não, em indicadores quantificáveis.

Assim, fundamentando-se nos conceitos e práticas de *Análise de Conteúdo* propostos por Bardin e priorizando o qualitativo, as pesquisas desta tese procuraram voltar-se prioritariamente para os documentos do governo da província e do Estado do Espírito Santo, os escritos de Moniz Freire, os jornais capixabas e os discursos parlamentares no Congresso Nacional, no período de atuação política de Moniz Freire, a fim de estudar a elaboração de uma determinada representação depreciativa sobre o Espírito Santo e a maneira como, por meio dessa imagem construída, Moniz Freire planejou, em meio a mágoas e ressentimentos, um conjunto de sonhos destinados ao brilho da estrela "intrometida".

Desse modo, este trabalho se divide em quatro capítulos, dos quais o primeiro se iniciará com uma análise das representações sobre o Espírito Santo, construídas depois da morte de Moniz Freire (1918) e enfocadas mais especialmente na atualidade. Sem querer considerar a ideia de longa duração e de continuidade da identidade política construída por Moniz Freire, o capítulo, entretanto, faz reflexões em torno das representações existentes entre os capixabas e não capixabas da atualidade e, com base nelas, mostra o interesse pelo estudo a que se refere esta tese. Trata-se de uma relação entre o presente e o passado, fundamentada sobretudo nas observações de Jacques Le Goff (1990).

O capítulo seguinte abordará inicialmente as tendências e práticas políticas que movimentaram o Brasil, tanto no período monárquico, quanto na Primeira República, a fim de se compreender o jogo de poder nos momentos em que Moniz Freire atuou na construção de uma identidade política capixaba. Pode parecer supérfluo ter um capítulo dedicado só ao estudo da política no Brasil, mas ocorreu-nos ser essa uma opção metodológica acertada, pois este segundo capítulo dedica-se a aprofundamentos de determinados aspectos políticos que, se fossem analisados no capítulo seguinte, poderiam dificultar o entendimento das propostas ali apresentadas. Trata-se de um procedimento bastante comum em apresentações de problemas em teses acadêmicas: primeiro o geral e, depois, o particular.

Enquanto o segundo capítulo analisa o geral, a política no Brasil, o capítulo terceiro trata do particular, o desenvolvimento político do Espírito Santo ao longo do Império e da Primeira República, com ênfase no período iniciado na década de 1860, nascimento de Moniz Freire. Entretanto, não é o objetivo deste capítulo fazer outros aprofundamentos que não se relacionem com a participação do clã familiar de Moniz Freire ou dele próprio na política, uma vez que a meta deste capítulo é estudar a construção do capital político do qual se serviu o estadista capixaba para colaborar na construção de uma identidade política de seu Estado. Nesse sentido, serão analisadas aqui as participações – de seu clã e dele – na política, desde a Independência até a Primeira República.

O último capítulo procurará configurar os pilares que constituíram essa identidade política que Moniz Freire ajudou a construir, com base nas representações sociais sobre o Espírito Santo e buscando para seu Estado um crescimento e um brilho que o colocassem em justa e digna posição em frente aos outros Estados brasileiros. Serão analisados, desde o final do Império, o discurso e a prática política de Moniz Freire, como captador dos sonhos e mágoas

dos espírito-santenses. Todo esse conjunto teve o objetivo de levar a bom termo a demonstração de que Moniz Freire trabalhou na elaboração de uma identidade política que orientou a estrela "intrometida", através do árido caminho de mágoas, na busca de seus sonhos de afirmação e crescimento.

## 1 O QUE É SER CAPIXABA: UMA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Tendo em vista que esta tese versa sobre a construção de uma representação social e seu relacionamento com a construção de uma identidade política capixaba realizada por Moniz Freire<sup>6</sup> em um determinado recorte temporal, este capítulo procurará tão somente definir como é representado, hoje, o ser capixaba.

Por que escrever a respeito dessa representação atual, uma vez que a tese trata de uma outra representação em cima da qual se construiu uma identidade política entre 1882 e 1908? O principal fator dessa opção está relacionado com o fato de que esta pesquisa sobre o passado foi gerada por uma observação de escritos, reflexões e fatos que indicam a construção de uma imagem atual sobre o Espírito Santo, portadora de muita similaridade com o que está documentado nesta tese que, diferentemente deste primeiro capítulo, analisa outro recorte temporal. Por que apresentar a atualidade, se o recorte temporal da tese é de 1882 a 1908?

Ora, vimos de uma pesquisa que há mais de dez anos se debruça sobre o Estado do Espírito Santo. Em 2002, terminando um Curso de Especialização na Universidade Federal do Espírito Santo, escrevemos um trabalho intitulado *O desenvolvimento da malha rodoviária do Espírito Santo na Primeira República (1889-1930)*,<sup>7</sup> que nos possibilitou dar início às nossas observações sobre o abandono, as mágoas e os sonhos dos capixabas. Nosso projeto de Mestrado, iniciado no ano seguinte, foi elaborado em cima dessas observações, dando origem a uma tese defendida em 2004, denominada *O Espírito Santo, um estado "satélite" na Primeira República: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1890-1912)*,<sup>8</sup> que nos fez refletir mais ainda sobre essa realidade, que é o abandono do Espírito Santo, a representação que os capixabas construíram em cima dessa constatação, bem como o discurso político com essa questão relacionado entre 1890 e 1912.

---

<sup>6</sup> Em muitas referências atuais, o nome de Moniz Freire é registrado como Muniz Freire. Entretanto, nos documentos da época, utilizou-se a primeira grafia: Mensagens governamentais, jornais etc. Esta tese preferiu mesclar as duas versões: utilizar Moniz quando se referir ao personagem José de Mello Carvalho Moniz Freire; e grafar Muniz quando se reportar a membros de sua família. Tal opção tem o objetivo de facilitar a leitura e evitar possíveis equívocos de interpretação.

<sup>7</sup> Este trabalho foi publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* em seu número 63 de 2009.

<sup>8</sup> Essa dissertação foi publicada em 2006, sob o patrocínio do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

Não cessaram nossas pesquisas e, por isso, pudemos verificar que não só entre 1890 e 1912 houve a construção de uma imagem e a elaboração de discursos políticos sobre os sonhos e as mágoas dos capixabas, perante o tratamento dado ao Estado do Espírito Santo, tanto na área política, quanto na econômica ou cultural, ao longo dos séculos XX e XXI. Pudemos observar que, também na atualidade, havia uma representação social presente não só entre os capixabas, mas também entre os não capixabas, da elite ou não. A atualidade despertou-nos o interesse pelo passado. As observações feitas sobre o período recente levaram-nos a querer examinar se, ao longo dos séculos XIX e XX, já se poderia constatar uma representação semelhante.

Ora, esse desejo era coerente com as conclusões de nossa dissertação sobre o Espírito Santo como um Estado "satélite", já que percebemos que, nos dois contextos – Primeira República e atualidade – era muito semelhante a imagem que se construiu sobre o que é ser capixaba. Essa constatação levou-nos a querer, então, aprofundar-nos nos estudos desse fenômeno durante todo o período da atuação pública de Moniz Freire, cujo discurso e cujas práticas já havíamos estudado desde 2001, sendo figura central, conforme já mencionamos, de nossa dissertação de Mestrado. Ora, naquela dissertação, a figura política de Moniz Freire já se apresentava como muito especial, do ponto de vista de se utilizar dessa realidade constatada, para elaborar um discurso político que passou a caracterizar politicamente o Estado do Espírito Santo no contexto nacional. Em nossas pesquisas anteriores ao Doutorado, não percebemos tal disposição em nenhum dos homens públicos do século XIX ou início do século XX. Daí o projeto desta tese para o Doutorado: *Moniz Freire e a construção de uma identidade política capixaba: entre sonhos e mágoas, o brilho da estrela "intrometida"*. Assim, veio das observações da atualidade o desejo de aprofundar o passado. Para um historiador, trata-se de atitude metodologicamente correta?

Estudando História e Memória, Jacques Le Goff (1990, p. 13-14) afirma com clareza que "[...] o interesse do passado está em esclarecer o presente; o passado é atingido a partir do presente (método regressivo de Bloch)". Citado por Bloch (2001, p. 25), o mesmo Le Goff declarava que “[...] o presente bem referenciado e definido dá início ao processo fundamental do ofício do historiador: ‘compreender o presente pelo passado’ e, correlativamente, ‘compreender o passado pelo presente’”. O medievalista francês (LE GOFF, 1990, p. 23-24) reafirma suas ideias:

Para restituírem à história o seu movimento verdadeiro, seria muitas vezes vantajoso lerem-na [...] 'ao contrário' [...]. Daí o interesse de um 'método prudentemente regressivo' [...]. Prudentemente, isto é, que não transporte ingenuamente o presente para o passado e que não procure por outras vias um trajeto linear que seria tão ilusório como o sentido contrário.

E ele explica as razões que, nesta pesquisa, procuramos acatar com lisura: "Há rupturas e descontinuidades inultrapassáveis quer num sentido quer noutro" (LE GOFF, 1990, p. 24). De qualquer forma, "[...] o historiador parte do presente para pôr questões ao passado" (p. 24), lembrando sempre que "[...] s'il existe des continuités, celles-ci ne sont jamais synonymes d'immobilités [...], [tarefa muito delicada, uma vez que] ce passé est souvent interrogé em fonction du présent [...]" (JOUTARD, 2013, p. 16).<sup>9</sup>

Citando Lucien Febvre, Le Goff (1990, p. 26) reafirma a ligação entre as observações do presente e o estudo do passado: "A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história". Mostrando a legitimidade desse método, Le Goff (1990, p. 51) esclarece: "[...] o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente". Por fim, para não deixar dúvidas, Le Goff (1990, p. 51-52) exemplifica:

Sabemos bem, por exemplo, que os progressos da democracia nos levam a procurar mais o lugar dos 'pequenos' na história, a colocarmo-nos ao nível da vida cotidiana, e isso impõe-se segundo várias modalidades, a todos os historiadores. Sabemos também que a evolução do mundo nos leva a pôr a análise das sociedades em termos de poder e esta problemática entrou assim na história.

Desse modo, iniciaremos o estudo do objeto de nossa tese com este capítulo, que analisa a existência, na atualidade, de uma representação sobre o Espírito Santo. E depois, conforme recomenda Le Goff (1990), voltar-nos-emos para o recorte temporal que nos propusemos pesquisar. Iniciaremos o capítulo por uma breve exposição a respeito do que se pode nomear como identidade capixaba, aprofundando no que poderia ser caracterizado como o posicionamento do capixaba diante do mundo. Trata-se, entretanto, de *uma* visão do mundo, construída pelos capixabas. Em seguida, procuraremos traçar outra imagem, elaborada pelos

---

<sup>9</sup> Tradução livre: "[...] se existem continuidades, elas nunca são sinônimo de imobilidade [...]; "[...] esse passado é frequentemente interrogado em função do presente [...]"

que não são capixabas. Assim, serão desenhados, na sequência, o olhar do "nós" e o olhar do "outros", concluindo com o olhar da atualidade recente, tudo voltado para mostrar a construção de um imaginário que é hoje trabalhado em torno da uma identidade capixaba.

## 1.1 IDENTIDADE POLÍTICA CAPIXABA: A ELABORAÇÃO DE UMA VISÃO DE MUNDO

Estudioso das questões relacionadas com a identidade, Tomaz Tadeu da Silva (2014, p. 75) declara: "A afirmação 'sou brasileiro' , na verdade, é parte de uma extensa cadeia de 'negações', de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da afirmação 'sou brasileiro' deve-se ler 'não sou argentino', 'não sou chinês' [...]". Ora, continua o pesquisador, identidade e diferença "[...] são o resultado de atos de criação linguística [...] não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas [...]" (p. 75). Para Silva (2014, p. 75), a diferença e a identidade têm que ser ativamente produzidas, uma vez que elas "[...] são criaturas [...] do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos [...]" É o que, mais adiante, reafirma Silva (2014, p. 79): "A mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade". Ora, o que é "ser capixaba" na atualidade? Como essa ideia foi construída por meio da "outridade"? Vê-se, assim, que a identidade individual é caracterizada por duas visões: o olhar que se tem sobre si mesmo; e o olhar do outro. Essa comparação é um dos pilares metodológicos deste segmento.

Pesquisando pessoas que fizeram pós-graduação no exterior e a maneira pela qual experimentaram ser um estrangeiro brasileiro, Cláudia Barcellos Rezende (2009, p. 17) comenta que "a principal questão" que tomou como ponto de partida para sua pesquisa foi "[...] a vivência de uma situação que evidencia uma identificação entre 'nós' por oposição a 'eles', como eixo de elaboração subjetiva de uma identidade brasileira [...]". É o que se costuma conceituar como "nós" e os "outros", ou "eles". Sua análise foi sobre identidade individual, mas o mesmo discurso se pode aplicar a uma identidade regional ou nacional. Assim, para se entender a identidade capixaba, pareceu necessário compreender a maneira como os habitantes do Estado veem a si mesmos para, em seguida, analisar o modo pelo qual os de fora do Estado – os "outros", "eles" – veem o capixaba.



Este capítulo tratará dessas duas maneiras de se construir a visão do que é ser um capixaba, tendo presente que "[...] a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação" (RUTHERFORD, 1990, 19-20). Assim, dado que visões econômicas, políticas e culturais se acham entrelaçadas, o capítulo procurará estudar, documentar e, sobretudo, relacionar essas diversas perspectivas.

## 1.2 O OLHAR DO "NÓS"

É interessante iniciarmos com as ideias do historiador Renato Pacheco,<sup>10</sup> cujo compromisso “[...] sempre foi o de escrever sobre o Espírito Santo, só sobre o Espírito Santo, basicamente o Espírito Santo [...]” (GAMA FILHO, 2014, p. 8), o que era uma atitude que o transformou no “[...] principal escritor regionalista capixaba” (p. 8). O estudioso da cultura capixaba, Oscar Gama Filho,<sup>11</sup> afirma que “[...] o trabalho de Renato Pacheco contribuiu decisivamente para estruturar a identidade cultural capixaba”(GAMA FILHO, 2014, p. 8).

Em um de seus livros, Pacheco (2004, p. 17) se interroga, já no prefácio:

Por que o Espírito Santo esteve sempre tão afastado do movimento cultural brasileiro? Estivemos sempre quase completamente alheios à vida do pensamento. [...]os grandes movimentos culturais do mundo que repercutiram no Brasil aqui chegaram com atraso considerável – ou nem chegaram –, dado o isolamento provinciano do povo [...].

Ressaltamos a palavra “isolamento”, porque ela estará ligada a inúmeras observações de Moniz Freire com relação à política, como se verá adiante. Em seguida, Pacheco (2004, p. 22) reafirma a mesma ideia: “Nosso Estado, por não ter identidade cultural forte, tem vivido, sempre, preso ao colonialismo cultural, a reboque do que se faz em outras terras, o que, no que concerne à literatura, mas que se aplica às culturas em geral, foi chamado, com acerto, por Francisco Aurélio Ribeiro,<sup>12</sup> de ‘marginalidade periférica’”. Para exemplificar essa sua

<sup>10</sup> Renato José Costa Pacheco (1928-2004) nasceu em Vitória/ES. Bacharelou-se em Direito e em História e foi livre-docente da Universidade Federal do Espírito Santo. Também foi juiz de Direito em várias comarcas capixabas. Em sua mocidade, foi jornalista profissional em *A Tribuna* e em *O Diário*, tendo colaborado em *Vida Capixaba* e *A Gazeta*. Foi pesquisador da história e do folclore do Espírito Santo. Pertenceu à Academia Espírito-Santense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Escreveu vários livros.

<sup>11</sup> Nasceu em Alegre, em 1958. É psicólogo e pesquisador da cultura capixaba. Membro da Academia Espírito-Santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, escreveu vários livros. Atua profissionalmente como psicólogo da Ufes.

<sup>12</sup> Escritor capixaba, nascido em 1955, pertence à Academia Espírito-Santense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. É professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

concepção de um Estado capixaba dependendo culturalmente de fora, ele menciona a contratação de um maestro não capixaba, Artur Napoleão,<sup>13</sup> para compor a música do Hino Espírito-Santense, como também o fato de o conselheiro Rui Barbosa,<sup>14</sup> e não um capixaba, ter sido contratado para defender o Estado do Espírito Santo numa questão de limites com o Estado de Minas Gerais, na Primeira República (1889-1930) (PACHECO, 2004).

Como historiador, Pacheco procura na História argumentos que justifiquem sua ideia de um Espírito Santo "satélite",<sup>15</sup> afirmando que, depois que o paulista Antonio Rodrigues Arzão, em 1697, chegou a Vitória, informando sobre a existência do ouro em território claramente capixaba, foram proibidas estradas de Vitória para Minas, fazendo com que a capitania se tornasse "[...] o lado escuro de um triângulo que tinha seus vértices na Bahia, Rio e Vila Rica [...]" (PACHECO, 2004, p. 49). Ou seja, a descoberta do ouro não trouxe benefícios ao Espírito Santo e o isolou política, econômica e culturalmente. Não compartilhamos inteiramente dessa ideia, conforme se verá posteriormente, mas a mencionamos apenas com o intuito de compor o imaginário do que os capixabas pensam a respeito de si próprios.

Pacheco (2004, p. 27) menciona que, na Primeira República (1889-1930), Afonso Claudio de Freitas Rosa<sup>16</sup> (1859-1934) reclamava da falta de apoio do governo e publicou em Porto, em 1913, a *História da literatura espírito-santense*. Ou seja, um capixaba precisou ir ao exterior, a fim de editar uma obra sua, porque lhe faltou um respaldo político, um "apoio do governo" de seu Estado e de seu País.

---

<sup>13</sup> Nasceu em Porto (1843) e morreu no Rio de Janeiro (1925), tendo sido o segundo grande virtuose a visitar o Brasil, em 1857. Consagrou-se como um dos mais importantes pianistas de seu tempo. Também era compositor.

<sup>14</sup> Conhecidamente nascido na Bahia (1843-1923), foi um dos intelectuais mais brilhantes do seu tempo. Foi um dos organizadores da República e coautor da Constituição da Primeira República juntamente com Prudente de Morais.

<sup>15</sup> Entendemos, aqui, a característica "satélite" como está delineada em nossa dissertação de Mestrado: *O Espírito Santo, um estado "satélite" na Primeira República: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912)*, publicada em livro (2006), que reconhece como satélites os entes federados que não gozavam de completa autonomia política e econômica, girando em torno dos Estados de primeira ou segunda grandeza. É preciso levar em consideração que, de fato, nas relações entre Estados federados, não se pode afirmar que alguns são inteiramente autônomos e outros não. Não existe autonomia perfeita, no sentido de que o ente federado é completamente dono de seu destino político e econômico. Há graus de autonomia/heteronomia. Dado que, na Federação brasileira da Primeira República (1889-1930), havia Estados de primeira grandeza, segunda grandeza e os "satélites", que giravam em torno daqueles, podemos também distinguir graus de autonomia correspondentes a cada uma dessas três categorias. Assim, quando mencionamos que o Espírito Santo não tinha autonomia, queremos significar a heteronomia própria aos Estados "satélites". Não tem consistência, portanto, uma possível objeção de que, de fato, ninguém é completamente autônomo. Quando nos referimos à falta de autonomia do Espírito Santo, queremos, assim, nos reportar à heteronomia que caracterizou os Estados "satélites" na Primeira República.

<sup>16</sup> Nasceu em 1859 e faleceu em 1934. Participou ativamente do movimento republicano e, quando da Proclamação da República, foi escolhido primeiro governador do Estado do Espírito Santo, nomeado em 20 de novembro de 1889, exercendo o governo até 7 de janeiro de 1890. Foi membro fundador da Academia Espírito-Santense de Letras e autor de livros sobre o Espírito Santo.

Na década de 1930, Kosciuszko Barbosa Leão,<sup>17</sup> em seu livro *A visão da miséria através da polícia: socialismo - cooperativismo* (PACHECO, 2004, p. 34) chama o capixaba de seu tempo de "[...] um homem localizado fora da civilização contemporânea [...], um pensamento isolado ao fundo da sociedade, sem contato com ela [...], alheio, indiferente, [...] uma projeção sombria da família colonial [...], um resíduo da antiga Capitania". Kosciuszko era capixaba influente e trazia em seu imaginário essa representação sobre seus conterrâneos.

Embora não tenha nascido no Espírito Santo, os estudos do holandês Geert Banck<sup>18</sup> sobre o Estado são portadores de reflexões que permitem incluir seu pensamento entre os que pensam como "nós". Sua antiga permanência em terras capixabas autoriza o registro de suas conclusões como sendo capixabas. Ele será citado algumas vezes nesta tese. Sua afirmação sobre o Espírito Santo (1998, p. 16) é contundente:

É espantosa a ignorância, o desdém que de vez em quando os brasileiros têm deste Estado pequeno, que, nas palavras de Cleto Nunes e Moniz Freire, já em 1885, era uma 'esquecida zona, uma filha espúria da comunhão brasileira'. Ou, como se lê em *A Gazeta* no ano 1970 sobre a falta duma sucursal do Banco Central: Ele simplesmente não existe... o que também não é novidade, num Estado como o nosso, cujos mapas teimam em situar dentro do Brasil mas que, pelo que acontece, parece estar mais distanciado do Planalto do que a própria Lua [...].

Convém ressaltar a referência a Moniz Freire que fez a mesma queixa com relação ao Espírito Santo, como também o fato de que essas reflexões se acham em uma obra sua que tem por subtítulo *Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*, ou seja, aborda uma realidade que indiretamente também faz parte do tema desta tese. Suas observações são fruto de 18 meses que passou no Espírito Santo, em 1970-1971, envolvido com a pesquisa de campo que resultou em sua tese de doutoramento sobre as relações sociais em terras capixabas.

Sintetizando bem a característica de esquecimento do Estado do Espírito Santo, Galvêas<sup>19</sup> emitiu um juízo que comentamos na Introdução desta tese e que indica com clareza a visão que muitos capixabas têm de si mesmos: "Se a oliveira fosse uma planta nativa de nossa flora, o mundo jamais teria conhecido e degustado uma azeitona" (GALVÊAS, 2005, p. 7).

---

<sup>17</sup>Capixaba, nasceu em 1889. Poeta, trovador, teatrólogo, jornalista, advogado. Professor catedrático da Faculdade de Direito e membro da Academia Espírito-Santense de Letras. Faleceu em Vitória, em 1979, após ter doado o palacete em que residia para sede da Academia Espírito-Santense de Letras, atualmente também conhecida como Casa Kosciuszko Barbosa Leão, em homenagem ao doador.

<sup>18</sup> Nascido na Holanda, em 1937, é antropólogo e professor na Universidade de Utrecht e pesquisador do Centro de Estudos e Documentação Latino-Americanos (Cedla), de Amsterdã.

<sup>19</sup> Conhecido artista plástico capixaba, nascido em 1947.

Arlindo Villaschi<sup>20</sup> (2009. p. 1), escrevendo sobre a inovação e o desenvolvimento capixaba, lembra uma frase dita por um ex-governador e que é também emblemática da representação coletiva sobre o Espírito Santo:

A formação sócio-econômica capixaba sempre guardou certa defasagem com relação à média da economia brasileira. Isso ficou mais marcante e evidente no final dos anos sessenta do século passado, a ponto de inspirar o então Governador Christiano Dias Lopes Filho em sua conhecida frase 'o Espírito Santo é o Nordeste sem SUDENE'.

Publicado em 2001, pela Secretaria Municipal de Cultura de Vitória e fazendo parte da coleção *Escritos de Vitória*, o livro *Identidade capixaba*<sup>21</sup> contém uma série de artigos escritos por pessoas que poderiam ser consideradas pertencentes à elite intelectual do Espírito Santo e, por isso, reveladores de um determinado imaginário a respeito da posição dos que vivem no Espírito Santo em frente à política, à economia ou à cultura nacional. Nesse sentido, pode ser citado, por exemplo, José Augusto Carvalho<sup>22</sup> (2001, p. 102-103) que, apesar de concordar que esse traço capixaba não existe mais, registra o fato de que

O capixaba era tão dependente dos grandes centros que ele dizia sem pejo nem humilhação que o melhor atrativo de Vitória era o aeroporto que o levava para o Rio de Janeiro, para São Paulo ou para Belo Horizonte [...]. Culturalmente, só nos últimos anos o capixaba tem conseguido libertar-se da influência (ou do domínio) dos grandes centros dos Estados limítrofes [...].

Carvalho (2001, p. 103) busca na história<sup>23</sup> a explicação dessa dependência:

Nossa história mostra que o Espírito Santo se manteve isolado do resto do país por causa da estratégia portuguesa de evitar evasão do ouro, na sua política de sugar nossas riquezas o mais possível. Esse isolamento [...] repercutiu negativamente na nossa dependência de outros centros culturais [...].

---

<sup>20</sup> Escritor e professor do Departamento de Economia da Ufes. Foi diretor técnico da Fundação Jones dos Santos Neves (estudos e planejamento urbanos e regionais, ES) (1976-1979); diretor executivo Alternô do Banco Interamericano de Desenvolvimento (representando o Brasil e o Suriname) em Washington, DC (2004-2007) e secretário de Estado do Planejamento do Governo do Espírito Santo (1979-1980).

<sup>21</sup> Quando citados, os autores desta obra serão, em sua maioria, caracterizados pela descrição que o próprio livro faz sobre eles, uma vez que, tendo sido publicado, os escritores concordaram com os dados divulgados a seu respeito.

<sup>22</sup> Escritor e professor da Ufes. Colaborou na obra *Identidade capixaba*, da Secretaria da Cultura de Vitória.

<sup>23</sup> Estudos recentes analisam criticamente o que a historiografia tradicional vinha considerando com relação aos efeitos sobre a Capitania do Espírito Santo, provocados pelas medidas portuguesas tomadas por ocasião da descoberta do ouro na região que é hoje o Estado de Minas Gerais. Assim, Elaine Flauzina Carvalho (2010, p. 48), refletindo o pensamento dos mais recentes estudiosos, resume o que sua recente pesquisa concluiu sobre esse tema: "[...] durante 33 anos, através de leis, tentava-se manter a Capitania do Espírito Santo como barreira natural contra os descaminhos do ouro das Minas Gerais, não significando, entretanto, o isolamento daquela região ou mesmo de toda a extensão da Capitania capixaba [...]."

Lembramos novamente que não compartilhamos inteiramente dessa visão do isolamento capixaba nesse período mencionado.

Eliomar Carlos Mazoco<sup>24</sup> (2001, p. 60) reforça essa concepção de dependência e abandono do Espírito Santo: "Não é outra a grita dos atores econômicos acusando nossa pouca força política para atração de grandes projetos e financiamentos". Em seguida, compara o Espírito Santo com um vizinho: "Tanto mais quando olhamos para a vizinha Bahia, que, com o seu salto cultural simbólico, acumulou o valor político-econômico agregado para competir com os demais Estados do país, cunhando uma identidade e imagem baiana" (p. 60). Uma de suas conclusões relaciona-se diretamente com a orientação teórica deste estudo: "[...] a construção da identidade não é só um processo cultural, mas também político e econômico" (p. 60).

Como mencionado, Ribeiro (2001), em seu artigo *Nós, os capixabas*, procura responder à pergunta se *existe uma identidade capixaba* e fornece vários exemplos que podem ilustrar o que, neste capítulo, procuramos estudar. Por exemplo, ao comentar sobre outros Estados, Ribeiro (2001, p. 66) escreveu o que também já abordamos na *Introdução* desta tese: "[...] baianos, cariocas, gaúchos, mineiros [...] e os nordestinos em bloco [...] fazem um estardalhaço tão grande que nossa voz não se faz ouvir". Em seguida, relaciona esse fenômeno com a política: "Eles levam tudo: verbas, destaque na mídia, aplausos e apupos, e nós ficamos aqui, a contemplar o convento da Penha, há quinhentos anos" (p. 66). Trata-se, segundo ele, da continuidade de um mesmo fenômeno, uma vez que, "[...] por sinal, essa parece ser a explicação histórica para nosso isolamento: ficamos tanto tempo isolados dos poderes e benesses da matriz, quando fomos colônia, servindo de proteção verdejante às riquezas de Minas, que nos acostumamos a ficar alijados" (p. 66).

Sobre a mágoa capixaba, diante dessa realidade, Ribeiro (2001, p. 67) comenta: "Capixaba só sai daqui para 'fazer sucesso no Rio' ou para desmatar em Rondônia. Por isso, o Rio está cheio de 'artistas' capixabas [...]". Em seguida, cita a letra do Hino Capixaba, para exemplificar essa melancolia: "Se as glórias do presente forem poucas/Acenai para nós - Posteridade". E conclui o pensador capixaba: "Ou seja, não confiamos muito nas nossas 'glórias do presente', por isso, apelamos para as que virão, se vierem" (p. 67). Já no penúltimo parágrafo de seu

---

<sup>24</sup> Historiador, presidente da Comissão Espírito-Santense de folclore. Colaborou na obra *Identidade capixaba* da Secretaria da Cultura de Vitória.

artigo, como que a passar suas considerações finais e definitivas, pondera: "Talvez sejamos portadores da síndrome do 'Patinho Feio' ou do 'Flicts', do Ziraldo" (p. 68).

Cristalizada nessa metáfora, acha-se uma síntese do que é, talvez, uma representação coletiva<sup>25</sup> e está no imaginário de muitos escritores pesquisados para este estudo. Bem formulado por Peter Burke (1994, p. 21), ao estudar a construção da imagem pública de Luís XIV, o termo representação

[...] pode se referir não só aos retratos visuais ou literários do rei, à imagem projetada nos meios de comunicação ou por eles, mas também à imagem recebida, a imagem de Luís na imaginação coletiva ou, como dizem os historiadores e antropólogos franceses, a 'representações coletivas' da época.

Entre os escritores que participam de uma determinada "representação coletiva", está Gabriel Bittencourt<sup>26</sup> (2001, p. 76), que analisa a identidade capixaba marcada pela ansiedade da exploração do território, uma aspiração que ficará marcada, segundo o estudioso, pelo ideal "desenvolvimentista", "[...] como que numa reação ao aspecto secundário do Espírito Santo no contexto regional, fato este que não deixou de trazer uma certa repercussão na auto-estima do capixaba". O escritor reconhece que o caráter "secundário" do Espírito Santo deixou uma marca na autoestima do espírito-santense. Trata-se, conforme temos documentado, de uma "representação coletiva".

Getúlio M. Pereira Neves<sup>27</sup> (2001, p. 80) compartilha da ideia do isolamento do Espírito Santo, quando, tratando da identidade cultural capixaba, considera que "[...] não se pode partir de outra premissa que não a da constatação da 'marginalidade periférica' do Espírito Santo, no contexto da nação brasileira, o que se deve a sua pouca influência política, sua reduzida expressão econômica em termos absolutos [...]". Quanto à influência sobre o ânimo da população, Neves (2001, p. 81) considera que "este Estado de coisas indubitavelmente influi [...] sobre a auto-estima dos capixabas, que, acometidos por um 'complexo de coitado', tendem a não valorizar as coisas da terra, 'tão pobre'. Infelizmente, pode-se dizer ser este o principal traço que tem caracterizado o capixaba [...]". O estudioso constata "[...] o processo de

<sup>25</sup> Por representações coletivas, este estudo entende "[...] os fenômenos mentais compartilhados, pelos quais as pessoas organizam suas vidas e os constituintes fundamentais de qualquer cultura" (SCOTT, 2006, p. 175). Pode também ser interpretado como uma representação social (MOSCOVICI, 2012).

<sup>26</sup> Ex-professor do Departamento de História da Ufes e dos cursos de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e da Universidade Gama Filho. Livre-docente em História e doutor em Direito. Autor de livros, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Espírito-Santense de Letras. Colaborou na obra *Identidade capixaba* da Secretaria da Cultura de Vitória.

<sup>27</sup> Escritor, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e juiz de Direito em Vila Velha. Colaborou na obra *Identidade capixaba* da Secretaria da Cultura de Vitória.

achacamento que foi sofrendo o Espírito Santo a partir de certa altura e que chegou a culminar no famoso 'nossos braços são fracos, que importa', estampado no hino do Estado, reconhecimento impotente dessa debilidade que passou a ser debitada à terra" (p. 82).

A essa sensação de fraqueza também se referiu Ítalo Campos<sup>28</sup> (2001, p. 95), quando citou o jornalista capixaba José Carlos Oliveira<sup>29</sup> que, "[...] parodiando Euclides da Cunha, afirma: 'o capixaba é antes de tudo um fraco.' Carlinhos, como nos conta o professor Renato Pacheco, se inspirou no hino que cantava na sua escola primária [...]: 'nossos braços são fracos. Que importa?'" Procurando uma explicação histórica para essa "fraqueza" e essa "marginalidade periférica", Neves (2001, p. 83) constata que "[...] com a fundação de Salvador ao norte e do Rio de Janeiro ao sul, o Espírito Santo foi paulatinamente sendo esvaziado [...]", seguido pela descoberta das riquezas minerais na região das Minas Gerais e que "[...] culminou no travamento pela Coroa portuguesa de qualquer projeto de desenvolvimento da terra, condenada a não mais que baluarte natural de defesa das minas [...]".

Vê-se que a ideia de marginalização do Espírito Santo é extremamente recorrente. Ivan Borgo<sup>30</sup> (2001, p. 96) menciona que "[...] o José Costa, então secretário de Estado, reclamava da crônica marginalização do Espírito Santo".

Entre as cinco passagens da trajetória histórica do Espírito Santo que influenciam os debates sobre a identidade capixaba, Roberto Garcia Simões<sup>31</sup> (2001, p. 181-182) aponta, em primeiro lugar, "[...] o longo isolamento, mais de 300 anos, do Estado", ao qual ele se refere como "[...] longo processo de isolamento [e de] letargia socioeconômica e cultural" (p. 181), que fizeram com que a "[...] absorção histórica do Espírito Santo pelos Estados da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro associada à forte expressão desses Estados na Federação [marcasse] as análises sobre a identidade do capixaba" (p. 182). É interessante notar que o estudioso relaciona os traços políticos da história capixaba com a identidade, tema deste capítulo. Com relação ao isolamento e à dependência, Simões (p. 182) também cita José Carlos de Oliveira

<sup>28</sup> Poeta e psicólogo. Colaborou na obra *Identidade capixaba* da Secretaria da Cultura de Vitória.

<sup>29</sup> José Carlos Oliveira (1934-1986) foi um escritor capixaba que se celebrou por suas colaborações diárias no *Jornal do Brasil* (RJ), para o qual escreveu por mais de duas décadas, tornando-se um dos grandes cronistas brasileiros do século XX.

<sup>30</sup> Professor da Ufes e consultor. Pertence à Academia Espírito-Santense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Publicou contos no Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil*, no jornal de cultura *Paratodos* e na revista *A Cigarra*. Colaborou na obra *Identidade capixaba* da Secretaria da Cultura de Vitória.

<sup>31</sup> Articulista, consultor e professor da Ufes. Colaborou na obra *Identidade capixaba* da Secretaria da Cultura de Vitória.

que, nos anos 70, dizia que " [...] a grande meta do homem capixaba é tentar a vida no Rio de Janeiro [e que] [...] só nos sentimos irmãos dos fluminenses, nossos vizinhos que são pobres, pequeninos e anônimos como nós mesmos" (p. 182).

Simões (2001, p. 182) menciona o Prof. Miguel Kill,<sup>32</sup> que diz que o capixaba olhou muito "[...] para os outros que o rodeiam, muito mais numerosos, famosos, poderosos e bem sucedidos, que acabou deixando de olhar para si mesmo, de se valorizar e de se destacar [...]". O pesquisador também cita o então secretário de Cultura da Prefeitura Municipal de Vitória, Joaquim Beato, que, na década de 1990, declarou que o capixaba não pode "[...] ficar apenas como um satélite, como um desterrado que sonha morar no Rio de Janeiro, sonha ir para a Bahia [...]" (p. 182).

É interessante registrar que Simões (2001, p. 184) entende que é preciso ter presentes duas situações, ambas relacionadas com o debate sobre a identidade capixaba: o caráter das relações históricas de dependência que havia entre o sul do Estado e o Rio de Janeiro; e as disputas territoriais travadas com Bahia e Minas Gerais. Ora, só foi aberta a possibilidade de formar um território e uma "economia efetivamente estaduais" no "limiar do início do século XX", quando se decidiu pela construção do Porto de Vitória, ou seja, tempo e decisão tomados diretamente relacionados com o papel político e os planos de Moniz Freire, o que coincide com o tema desta tese, que é o construção de uma identidade política capixaba por Moniz Freire, defensor da autonomia do Estado do Espírito Santo, conforme se verá neste trabalho.

### 1.3 O OLHAR DO "OUTROS"

Para a construção da identidade, especialistas dizem ser de grande importância o contraste entre o que pensamos "nós" e o que pensam os "outros", "eles". Assim, Rezende (2009, p. 17), estudando a formação de uma identidade de brasileiros que vivem no estrangeiro, pondera que é preciso "[...] uma identificação entre 'nós' por oposição a 'eles', como eixo de elaboração subjetiva de uma identidade brasileira [...]". A mesma pesquisadora, ao tratar do tema identidade brasileira, afirma (REZENDE, 2009, p. 18) fundamentar-se em algumas questões teóricas, entre as quais a da "[...] relação entre a construção da identidade brasileira e o imaginário em torno dela [...]". É o que pretendemos neste segmento.

---

<sup>32</sup> Escritor e professor do Departamento de História da Ufes. Autor de estudos sobre o Espírito Santo.



Convém observar, a esta altura, que este capítulo não se propõe analisar a historicidade ou não das afirmações daqueles que procuram caracterizar o capixaba, sejam "nós", sejam "outros". O objetivo, aqui, é simplesmente fazer um levantamento do imaginário e das representações a respeito do Estado do Espírito Santo, sem preocupações com o "real". Adotamos a metodologia de Roger Chartier (1990, p. 80) que, citando Michel Foucault, considera que "[...] não existe 'o' real que se atingiria com a condição de falar de tudo ou de certas coisas mais 'reais' do que as outras". Para o estudioso francês (1990, p. 80), o essencial está "[...] em compreender como a articulação dos regimes de prática e das séries de discursos produz o que é lícito designar como a 'realidade', objeto da história."

É, assim que, procurando compreender a articulação entre a prática e o discurso, buscaremos, no imaginário do historiador Renato Pacheco, a visão que os "outros" tinham ou têm a respeito do Estado do Espírito Santo. Ele (2004, p. 31) menciona, por exemplo, Sergio Buarque de Holanda que, em *Raízes do Brasil* (p. 145), afirma que o litoral do Espírito Santo e a zona sul da Bahia "[...] permaneceram quase esquecidas dos portugueses". O ilustre autor de *Raízes do Brasil* cita Haldelman, que "[...] chegou a dizer que, excetuado o Alto Amazonas, era essa a zona mais escassamente povoada de todo o Império, e espantava-se de que, após trezentos anos de colonização, ainda houvesse uma região tão selvagem, tão pobremente cultivada, entre a baía de Todos os Santos e a baía do Rio de Janeiro" (p. 145). Note-se, neste excerto, a comparação inusitada entre o Espírito Santo e o Alto Amazonas. Não se pode negar, assim, que o abandono do Espírito Santo no período colonial e "em todo o Império" se acha no imaginário do autor de *Raízes do Brasil*, tese que hoje é contestada, em função de alguns estudos de Enaile Flauzina Carvalho (2010) e outros pesquisadores aqui referenciados.

Capistrano de Abreu, em seu *Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil* (1982, p. 231), compartilha desse imaginário, quando diz que "[...] Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, parte de São Vicente e Santo Amaro, pouco diferiam em 1801 do que foram em 1601". Ora, pesquisadores recentes demonstram que o Espírito Santo não poderia estar incluído nesse conjunto.

Para corroborar a ideia de esquecimento, Renato Pacheco (PACHECO, 2004, p. 51) declara que, em 1852, um presidente da Província do Espírito Santo informava ao ministro do

Império que, nas terras que ele governava, não havia "[...] nenhuma associação literária, nem periódico literário e científico, nem se publicam obras algumas".

Muito sintomática da visão do "outro" sobre o Estado do Espírito Santo é a opinião de Monteiro Lobato, quando esteve no Estado capixaba em 1919: "[...] o Estado do Espírito Santo... me parece uma ficção geográfica, onde não tenho uma só livraria, nem um só assinante".<sup>33</sup> Tal opinião encontra-se registrada em livro recentemente editado no Brasil pelo autor britânico Laurence Hallewell (PACHECO, 1994, p. 129), que a cita para respaldar seu modo de pensar sobre o Estado capixaba: "[...] os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo são comumente agrupados para fins estatísticos, [mas] o último deles, infelizmente, logo é descartado". Em seguida, o britânico menciona a opinião de Monteiro Lobato e conclui que "[...] infelizmente o Espírito Santo não figura em nossa tabela sobre atividade editorial nos Estados" (p. 129). É a representação do "outro" sobre o Espírito Santo: uma ficção geográfica, sem cultura e descartável.

Em seu artigo *Identidade capixaba: alguns questionamentos*, o professor Alain Herscovici (2001, p. 18), embora faça questionamentos sobre a identidade capixaba, afirma, com clareza, referindo-se ao Estado do Espírito Santo:

A maneira como [...] os jornalistas, as mídias locais, os poderes públicos e os produtores culturais tratam e divulgam o local não foi capaz de criar referenciais especificamente capixabas, de exportá-los e, a partir deles, construir uma imagem midiática do Estado. Os atuais formadores de opinião capixaba refletem um certo provincianismo [...]. No lugar de revelar o mundo, a maneira como o local é apresentado esconde este mundo. É um local atrofiado, cortado de suas raízes universais, que está sendo apresentado.

Silvana Sampaio<sup>34</sup> (2001, p. 207) conta que, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando se preparava para mudar-se para Vitória, ouviu de uma amiga: "Da Conquista?". A amiga pensava em outra Vitória, na Bahia, pois "[...] o Espírito Santo era pouquíssimo conhecido no contexto nacional". E concluía: "Esse minúsculo pedaço de terra, prensado entre as riquezas e a influência política, em âmbito nacional, das Minas Gerais, a força simbólica do Rio de Janeiro [...], o bairrismo exacerbado dos baianos, [...] tudo contribuía para que o

<sup>33</sup> A opinião de Monteiro Lobato encontra-se no livro de Laurence Hallewell publicado em 1985, mencionado por Pacheco (1994, p. 129) que, em sua *Introdução à história do livro capixaba* (capítulo do livro *Estudos espírito-santenses*), concorda apenas em parte com a ideia do pesquisador britânico e procura refutar a afirmação de que não havia qualquer esforço editorial no Estado capixaba. Na realidade, entretanto, o próprio Pacheco constata que "[...] até 1950 Vitória não tinha livrarias" (2004, p. 173).

<sup>34</sup> Professora, contadora de histórias, artista plástica e escritora. Colaborou na obra *Identidade capixaba* da Secretaria da Cultura de Vitória.

Espírito Santo não conseguisse mostrar sua cara para o resto do Brasil" (p. 207). Com isso também concorda Neida Lúcia<sup>35</sup> (2001, p. 155), referindo-se à identidade capixaba, que : "[...] ficou esmagada com a vizinhança dos grandes centros socioeconômicos da Região Sudeste, cidades prósperas como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro".

Aqui já citado, Borgo (2001, p. 96-97) lembra que "[...] um humorista afirmou que o Estado do Espírito Santo era uma ficção e um estorvo porque fazia a Bahia ficar mais longe do Rio de Janeiro". Completa essa ideia com afirmações bastante elucidativas sobre o desprezo de outros brasileiros com relação ao Estado capixaba: "Não existíamos. Éramos um ectoplasma incômodo grudado no mapa do Brasil. Durante anos, por assim dizer, nossos patrícios brasileiros também nos ignoraram" (p. 97), constatando que "[...] anos atrás autores de nível nacional decretaram que o Espírito Santo não tinha literatura" (p. 97) e acrescenta que "[...] o problema era nossa invisibilidade [...]".

Antes de concluir as observações deste capítulo, é interessante observar que qualquer estudioso que pesquisar o "índice remissivo" de *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, de Raymundo Faoro (2001), poderá intrigar-se com o fato de existirem apenas duas referências ao Estado do Espírito Santo, ao lado de inúmeras citações dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, numa obra que, num total de 913 páginas, faz exaustivo estudo da história brasileira.

A mesma análise se pode fazer de *Casa grande e senzala*, livro que esmiúça o cotidiano do período colonial brasileiro e que não faz sequer uma referência ao Espírito Santo em seu índice remissivo. Talvez seja necessária uma busca mais cuidadosa, mas nem mesmo no texto geral de um livro com 727 páginas em algumas edições, o arguto Gilberto Freyre escreve sobre o Espírito Santo, o "vilão farto" de que fala Frei Vicente de Salvador (1627), em sua *História do Brasil*, publicada no século XVII.

Por outro lado, o mesmo Gilberto Freyre escreveu uma obra, *Interpretação do Brasil* que, ao tratar do período colonial brasileiro, não fez qualquer menção ao "vilão" citado por Frei Vicente de Salvador. Mais que isso, da página 297 até a 307, ele analisa o romance *Canaã*, publicado por Graça Aranha, em 1902, e que trata da imigração alemã no Espírito Santo, fazendo desse Estado o centro de sua narrativa. Ora, em seus comentários, nem uma vez

---

<sup>35</sup> Escritora e professora da Ufes. Colaborou na obra *Identidade capixaba* da Secretaria da Cultura de Vitória.

Gilberto Freire cita o Espírito Santo, de modo que seu leitor fica sem saber onde se passam os fatos narrados por Graça Aranha.

Vê-se que o olhar do "outro" sobre o que é ser capixaba coincide com o que "nós" imaginamos e representamos a esse respeito: secundário, abandonado, desprezado e sem qualquer importância no cenário nacional.

#### 1.4 O OLHAR DA ATUALIDADE RECENTE: DADOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS

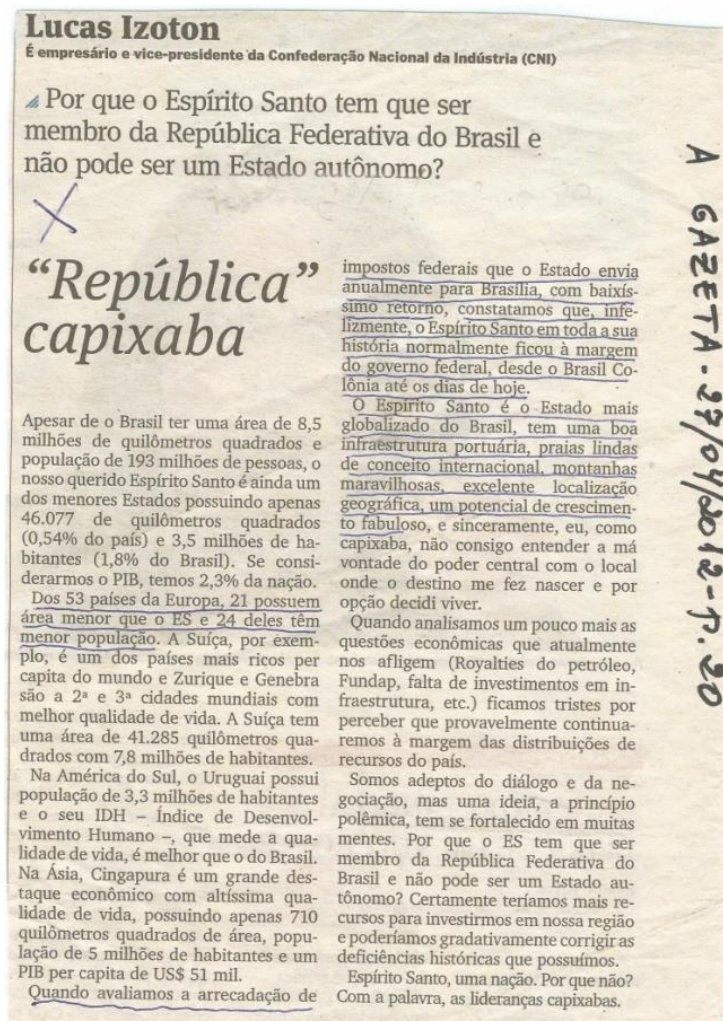
Para finalizar, convém abordar a atualidade mais recente, pois, quando se a estuda, tantas são as referências ao isolamento do Estado do Espírito Santo e à mágoa do capixaba com isso relacionada, que se faz necessário um desenvolvimento à parte e que se trate da construção desse imaginário, dessa representação, nos dias atuais. É emblemático dessa ideia o artigo<sup>36</sup> publicado – e que aqui reproduzimos – em 2012, pelo então vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Lucas Izoton, que afirma claramente que "[...] infelizmente, o Espírito Santo em toda a sua história normalmente ficou à margem do governo federal,<sup>37</sup>, desde o Brasil Colônia até os dias de hoje".

---

<sup>36</sup> IZOTON, Lucas. "República" capixaba. *A Gazeta*, Vitória, p. 20, 27 abr. 2012.

<sup>37</sup> Apenas se deseja registrar a imprecisão histórica, quando se afirma que, no período colonial, o Espírito Santo ficou à margem de um Governo Federal que não existia. Provavelmente o empresário quiz referir-se à Coroa Portuguesa.

FIGURA 1 – Artigo de Lucas Izoton sobre o isolamento político capixaba.



Fonte: A Gazeta, Vitória, p. 20, 27 abr. 2012.

Também esses depoimentos da atualidade constituem valiosa documentação que indicará a construção de uma representação observada também no discurso político de Moniz Freire. Basta lembrar Moniz Freire (2012, p. 14-29) referindo-se aos capixabas e à Província do Espírito Santo em 1885: "[...] somos uns enfeitados dos poderes públicos; [e] pequena e desprotegida" terra.

Representação ou "real", o conjunto de ideias, que aqui será exposto, acha-se, com certeza, presente no imaginário capixaba da atualidade. Estudando o papel de Joana D'Arc na França, a historiadora Colette Beaune<sup>38</sup> indica um rumo a ser tomado, quando se fazem pesquisas dessa natureza aqui proposta: "[...] é preciso se preocupar com as representações tanto quanto com os fatos" (TORRES, 2013, p. 6). É o que esta tese e especialmente este capítulo

<sup>38</sup> Professora da Paris-Ouest Nanterre e autora do *Joana d'Arc: verdades e lendas*, publicado em 2008.

pretendem realizar: estudar as representações e os "fatos". Existem estudos<sup>39</sup> que analisam as causas que podem estar na origem das afirmações e práticas negativas sobre o Espírito Santo, quer sejam capixabas, quer sejam não capixabas, de políticos ou não, historiadores ou simples cidadãos. Este estudo, embora possa às vezes procurar o "porquê?", orienta-se, entretanto, para a pesquisa do "como?", na esteira da metodologia sugerida por Marcelo Gleiser<sup>40</sup> (2006, p. 1) para trabalhos de caráter científico:

Uma das percepções mais comuns da ciência é que ela tem o dever de explicar o porquê de tudo. Por exemplo, por que o céu diurno é azul e não amarelo ou laranja? [...]. Na prática, no entanto, a situação é mais complicada: existem dois tipos de pergunta, o 'por quê?' e o 'como?'. Nem sempre a ciência pode ou mesmo tenta ou deve explicar o porquê das coisas. Perguntas do tipo 'como' são, em geral, muito mais apropriadas à missão da ciência de descrever a realidade em que vivemos.

Ora, atualmente o Estado do Espírito Santo vem se destacando na Federação brasileira. Conforme o Instituto Jones dos Santos Neves (VOGAS, 2010), entre 2002 e 2007, o PIB brasileiro cresceu em média 4%, enquanto o crescimento médio do PIB capixaba chegou a 5,3%. Em 2007, o PIB *per capita* capixaba foi o quarto maior do país. O jornalista J.C. Monjardim Cavalcanti (2006), em um artigo cujo título é, simbolicamente, *Um pequeno grande Estado*, afirma que o Espírito Santo é detentor da maior indústria de pesca e exportação de atum no Brasil, tendo o maior complexo de pelotização do mundo, além de ser o maior exportador de placas de aço e de minério de ferro. Ele lembra que o Espírito Santo é o maior produtor de mármore e granito do Brasil, maior produtor de gás por poço, detendo 40% das descobertas de petróleo e gás do Brasil.<sup>41</sup> Vitória é, atualmente, a segunda capital brasileira em IDH,<sup>42</sup> ultrapassada apenas por Florianópolis. Desde 1990 até 2005, a taxa média anual de crescimento é de 3,4% no Espírito Santo, superior à média nacional, de 2,2 %.

Nesse sentido, a Tabela 1 apresenta o crescimento da economia, no Brasil e no Espírito Santo, desde 1970 até 2006:

---

<sup>39</sup> Por exemplo, o professor André Ricardo Valle Vasco Pereira (doutor em Ciência Política e professor do Departamento de História da Ufes) apresenta um estudo – *Fantasia persecutórias na História do Espírito Santo* – que analisa o que ele chama de "fantasia persecutórias" e que se "[...] atribui falsamente a certos atores propósitos malévolos que visam afetar a TODOS os capixabas" (2013, p. 142). Mais adiante, procuraremos fazer uma análise do pensamento do autor, relacionando-o com as conclusões desta tese.

<sup>40</sup> Professor de Física Teórica do Dartmouth College, em Hanover (EUA), e colunista do jornal *Folha de São Paulo*.

<sup>41</sup> A crise econômica mundial iniciada nos Estados Unidos da América em 2008 modificou um pouco os dados, mas não invalida a afirmativa de que o Estado do Espírito Santo é economicamente bem situado na Federação brasileira.

<sup>42</sup> Trata-se do Índice de Desenvolvimento Humano que, medido pela Organização das Nações Unidas, avalia saúde, educação e Produto Interno Bruto (PIB).

TABELA 1 – Taxa de crescimento médio anual da Economia (%) Brasil e Espírito Santo

PERÍODOS	BRASIL	ESPÍRITO SANTO
1970-1980	8,6	12,1
1980-1990	1,7	3,3
1990-2000	2,8	4,0
2001-2005	2,2	3,5
Jan./jun.2006	2,2	4,7

**Fonte:** Sistema de Contas Nacionais e Regionais do IBGE (In: **Revista 200 Maiores Empresas - Espírito Santo**, 2006, p. 169).

Compreendemos o comentário de João Gualberto Vasconcellos<sup>43</sup> (2006, p. 18): "[...] apesar de sermos um Estado com médias de crescimento acima da nacional, ainda somos um Estado pouco conhecido para a maioria dos brasileiros".

Num painel da história do Espírito Santo, realizado em dezembro de 2001 na Assembleia Legislativa Estadual, Simões (2002, p. 242-243) foi taxativo:

[...] o descompasso entre a posição econômica do Espírito Santo e os resultados políticos são flagrantes. O Espírito Santo é o oitavo Estado no ranking de competitividade nacional [...]. Porém, o Espírito Santo não está colocado entre os quinze Estados divulgados que, em 2000, conseguiram mobilizar o maior volume de recursos federais para investimentos [...].

Entretanto, esses dados quanto aos investimentos federais vêm se mantendo ao longo dos anos, o que lembra procedimento parecido entre o Governo Federal e o Espírito Santo, no primeiro mandato de Moniz Freire na presidência do Estado. Tratava-se do estabelecimento de imigrantes no Espírito Santo, que requeria ajuda federal, o que não foi possível obter, uma vez que São Paulo foi beneficiado com verbas desviadas de Estados menos influentes na política. Moniz Freire a isso se refere, dirigindo-se ao Legislativo estadual e afirmando:

[...] Infelizmente falhou completamente este ano o auxílio federal com que contávamos [...]. [E, por isso,] [...] nem temos a verba para auxiliar o serviço que fazemos por nossa conta, em virtude do contrato estadual, nem recebemos dos imigrantes introduzidos pelos contratantes federais a porcentagem correspondente à verba que o orçamento da União nos destinou (ESPÍRITO SANTO, 1893, p. 16-17).

Ora, é grande a queixa atual do Espírito Santo, no que diz respeito a ser preterido, quando o tema são as verbas federais. Assim, em 2004, no repasse dessas verbas aos Estados, o Espírito

<sup>43</sup> Doutor em Sociologia e professor da Ufes.

Santo ficou em 25º lugar, na frente apenas do Amapá e de Rondônia.<sup>44</sup> Em 2007, *A Gazeta (ES)*<sup>45</sup> estampava: "Estado fica na lanterna dos investimentos federais no país". Em 2007, "[...] o Estado ficou ao lado do Rio Grande do Norte [...], Mato Grosso [...] e Mato Grosso Sul [...] entre as unidades da federação que receberão uma fatia menor do bolo orçamentário da União".<sup>46</sup> Em 2008, a mesma *A Gazeta (ES)*<sup>47</sup> trazia a manchete: "Distribuição desigual - há diferenças gritantes em relação aos recursos do PAC liberados para os Estados". Em 2007, o Espírito Santo ficou em penúltimo lugar em valor recebido. Era 22 vezes menos do que Tocantins. Em 2008, *A Gazeta (ES)*<sup>48</sup> noticiava: "A análise do cenário [...] mostra ainda uma espécie de 'desprestígio' político do Espírito Santo. Dos 27 Estados da federação, o Espírito Santo [...] ocupa a quinta pior colocação no ranking, em termos percentuais, com os menores repasses da União". No ano de 2009, *A Gazeta (ES)*<sup>49</sup> dava continuidade à constatação, comentando: "[...] as transferências voluntárias [...] do governo Federal para o Espírito Santo cresceram [...]. Entretanto, o Estado ainda é o segundo pior no ranking de repasses feitos aos 26 estados federados e ao Distrito Federal; ficando à frente apenas do Estado de Rondônia". Ainda em 2009, a manchete de *A Gazeta (ES)*<sup>50</sup> mais uma vez confirmava: "Estado fica na lanterna dos repasses do PAC<sup>51</sup> no país". Sabedor de que essa situação não está associada apenas ao governo daquele momento, o então presidente da Findes,<sup>52</sup> Lucas Izoton, afirma<sup>53</sup> que "[...] os números mostram que o governo federal não trata adequadamente o Espírito Santo, e isso acontece há mais de décadas". Em 2012, a colunista Martha Ferreira<sup>54</sup> sublinhava que "O Espírito Santo ocupa o 23º lugar na lista de transferências do Fundo de Participação dos Estados". Em 2014, o jornal *ESHoje*<sup>55</sup> trazia a manchete e o nariz de cera: "Governo Federal não vê o ES - o Espírito Santo é um dos Estados que menos recebeu verba do Governo Federal para prevenção de desastres no ano de 2013".

O ex-prefeito de Serra (ES), João Batista Mota,<sup>56</sup> em entrevista publicada em Vitória, resume – embora radicalizando seu pensamento – o que certamente está no imaginário de inúmeros

<sup>44</sup> *A Gazeta*, Vitória, O repasse aos Estados, p. 15, 13 ago 2004).

<sup>45</sup> *A Gazeta*, Vitória, Estado fica na lanterna dos investimentos federais no país, p. 15, 31 mar. 2007.

<sup>46</sup> *A Gazeta*, Vitória, Governo Federal reduz em 7% repasses ao Estado, p. 26, 8 set. 2007.

<sup>47</sup> *A Gazeta*, Vitória, Distribuição desigual, p. 6, 11 maio 2008.

<sup>48</sup> *A Gazeta*, Vitória, União deve 42% do dinheiro previsto para o Estado em 2007, p. 28, 20 abr. 2008.

<sup>49</sup> *A Gazeta*, Vitória, Estado é o último em repasses da União, p. 22, 27 mar. 2009.

<sup>50</sup> *A Gazeta*, Vitória, Estado fica na lanterna dos repasses do PAC no país, p. 11, 22 abr. 2009.

<sup>51</sup> Programa de Aceleração do Crescimento, lançado pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2007.

<sup>52</sup> Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo.

<sup>53</sup> *A Gazeta*, Vitória, "Por que a União não nos respeita?", p. 19, 15 mai. 2011.

<sup>54</sup> *A Tribuna*, Vitória, Perdas e danos, p. 29, 16 jun. 2012.

<sup>55</sup> *ESHoje*, Vitória, Governo Federal não vê o ES, p. 2, 10 jan. 2014.

<sup>56</sup> *ESHoje*, Vitória, p. 6 e 7, 16 maio 2014.



capixabas: "Hoje não valemos o cocô do cavalo do bandido. O Espírito Santo não vale nada, absolutamente nada!".

Em artigo publicado, Paulo Hartung (2014, p. 17), que ainda não havia sido eleito governador do Estado em 2014, escreve:

[...] Moniz Freire pautou sua vida política com vistas à modernização socioeconômica e político-cultural do Estado, objetivando conferir-lhe maior autonomia e integração ao cenário nacional [...] [investindo] em uma 'memória histórica capaz de conferir identidade provincial e melhorar sua autoestima' [...], [podendo ser nomeado] um verdadeiro estadista espírito-santense [...] formulador de uma pauta que até hoje encontra desafios a serem superados.

É de se notar a relação entre esse pensamento de um político atual e a tese que aqui pretendemos desenvolver. É interessante observar a afirmação de que Moniz Freire procurou "conferir identidade provincial", tema desta tese.

Mencionando as batalhas do Espírito Santo com relação ao Fundap e aos *royalties* do petróleo, o economista Orlando Caliman (2013, p. 29) comenta sobre a viabilização de investimentos estratégicos no Estado: "São novas batalhas de uma 'guerra' longa de busca de espaço e lugar ao sol na federação, de cujas raízes podemos extrair reminiscências ao longo da história econômica e política do nosso Estado".

Atribuindo à política o fato de o Espírito Santo continuar sendo "[...] um dos lanterninhas no recebimento de verbas federais, José Carlos Corrêa<sup>57</sup> (2009, p. 6) escreveu em seu artigo intitulado *Até quando?* : "[...] nossa pequena representatividade política [...], [pois] [...] a bancada federal capixaba, por sua vez, repete a desarticulação das anteriores".

Eduardo Caliman<sup>58</sup> (2011, p. 23) faz uma relação entre esses fatos e a história do Estado: “[...] os capixabas, que há séculos sofrem discriminação da União na aplicação dos seus recursos. O Estado que sempre aparece na lanterna dos investimentos federais e que não tem aeroporto nem rodovia decentes, é o mesmo que, no início da colonização, foi usado como barreira natural para a capitania das Minas Gerais". Já nos posicionamos em frente a essa afirmação do abandono do Espírito Santo no período colonial, devido às questões auríferas.

<sup>57</sup> Articulista do jornal *A Gazeta*, Vitória.

<sup>58</sup> Articulista do jornal *A Gazeta*, Vitória.

A última eleição presidencial (2014) mostrou, no Espírito Santo, uma polêmica travada em torno desse imaginário que se está analisando para a construção desta tese, que relaciona Moniz Freire com uma identidade política capixaba, a qual tem por um dos traços a representação do isolamento político do Espírito Santo. O jornalista Eduardo Fachetti (2014, p. 18) chegou a afirmar que essa "[...] poderá ser a primeira chaga a ser tocada nesta campanha [presidencial de 2014]: afinal de contas, o Espírito Santo é ou não isolado pelo governo federal?".

Desde o desencadear da campanha presidencial 2014, em 6 de julho, até o segundo turno, em 26 de outubro, o Estado capixaba recebeu a visita de vários presidentiáveis, inclusive de Eduardo Campos, que aqui esteve na véspera de seu trágico falecimento. Todos eles se envolveram no debate sobre o isolamento do Estado capixaba na Federação brasileira. Favorável ou contrariamente a essa ideia, todos se manifestaram publicamente a respeito. São emblemáticas duas manchetes estampadas por ocasião das visitas dos candidatos ao Estado. Em 10 de julho de 2014, *A Tribuna*, Vitória (p. 36) proclamava em letras garrafais: "Aécio promete acabar com isolamento do Estado". Em 30 de julho de 2014, *A Gazeta* (p. 19), Vitória, também alardeava com enormes manchetes: "Campos faz críticas 'Espírito Santo sente o problema do abandono'". Observando a Figura 2, podemos perceber a importância dada pelo jornal a esse tipo de informação sobre o abandono do Espírito Santo.

FIGURA 2 – A campanha presidencial de 2014 e o abandono do Espírito Santo



Fonte: *A Gazeta*, Vitória, p. 14, 14 ago. 2014.

Outras manchetes, em outras ocasiões, indicavam a preocupação com o mesmo tema. É de se notar, na Tabela 2, o número de vezes em que os jornais da Capital capixaba desse período fizeram referência ao que neste capítulo analisamos:

TABELA 2 – Jornais capixabas, entre 30 de julho de 2014 e 24 de outubro de 2014: presença de alguns conceitos-chave

CONCEITOS-CHAVE	NÚMERO DE PALAVRAS	EXEMPLOS DE PALAVRAS
Desprezo	7	Respeito, atenção, prejudicar
Isolamento	39	Isolado, isolamento, esquecido, abandonado
Descaso	7	Descaso, débito, distanciamento, ausente

**Fonte:** Notícias publicadas pelos jornais *A Gazeta*, *A Tribuna* e *ESHoje*, Vitória.

No processo de mostrar semelhanças, mas sem pretender uma relação de permanência ou de longa duração, é interessante comparar os dados anteriores com os que foram compilados com base na Mensagem que, em 1903, Moniz Freire dirigiu à Assembleia Legislativa estadual. Como em várias de suas Mensagens, podemos notar, com base na Tabela 3, o mesmo fenômeno observado nessa Mensagem de 1903, escolhida a título de amostragem.

TABELA 3 – Mensagem de 1903: alguns conceitos-chave

CONCEITOS- CHAVE	NÚMERO DE PALAVRAS	EXEMPLOS DE PALAVRAS
Fraqueza	92	Apreensões, infrutíferos, crise
Passividade	6	Sofrer, abster, submeter
Subestima	24	Insuficiente, inconveniente, mal situado

**Fonte:** Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da quarta Legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 22 de setembro de 1903 (Victoria: Papelaria e Typographya Nelson Costa & Comp.,1903).

De acordo com a Tabela 3, que aborda sentimentos relacionados com a posição política do Estado do Espírito Santo, concluímos que a subordinação do Estado estava ligada à fraqueza daquele que se encontra em posição secundária. Nota-se, nessa Mensagem, um

reconhecimento da fragilidade do Espírito Santo, em comparação com a posição dos Estados considerados de primeira ordem. Daí também a insistência na subestima.

O presente capítulo demonstrou a presença de um imaginário sobre o que é ser capixaba e suscitou ideias sobre a semelhança entre esse fenômeno geral e o que fundamentou a atividade pública de Moniz Freire, em particular, o que obrigatoriamente leva a outros questionamentos, tais como: existe similaridade entre o que pensa sobre si mesmo o capixaba atual e o que pensava a seu respeito o capixaba no século XIX? Qual representação social o capixaba do século XIX e início do século XX construiu sobre si mesmo? De que maneira Moniz Freire se utilizou dessa representação que, em seu tempo, o capixaba fazia de si mesmo, uma vez que, em seus escritos, pode-se constatar, com muita clareza, a presença dessas mesmas mágoas e mesmos sonhos registrados na atualidade? De que modo o discurso político de Moniz Freire articulou esses sentimentos? É possível dizer que essa articulação deu origem a uma identidade política capixaba? Que relação tem essa identidade política com a atuação pública de Moniz Freire tanto no Segundo Reinado (1840-1889), quanto na Primeira República (1889-1930)? São perguntas suscitadas pela análise da atualidade. Tinha razão Le Goff (1990, p. 23), quando afirmava que, "Para restituírem à história o seu movimento verdadeiro, seria muitas vezes vantajoso lerem-na [...] 'ao contrário' [...]".

Essas são, então, perguntas cujas respostas os capítulos seguintes principiarão a elucidar. Para isso, no próximo, estudaremos o jogo político em vigor no Brasil monárquico e na Primeira República, em geral. A metodologia é clara e clássica: para se entender o Espírito Santo, faz-se necessário compreender o Brasil, em primeiro lugar. O capítulo posterior complementarará o próximo e analisará o caso concreto do Espírito Santo no Império e na Primeira República. Assim, depois do geral, o particular. Desse modo, o objetivo desses dois capítulos seguintes é configurar os contextos políticos – nacional e capixaba – dentro dos quais foi elaborada uma representação social sobre o que é ser capixaba, bem como a articulação dessa representação por parte de Moniz Freire, entre 1882 e 1908, para a construção de uma identidade política capixaba, tema desta tese.

## 2 O DEBATE POLÍTICO BRASILEIRO NO PERÍODO DE ATUAÇÃO DE MONIZ FREIRE: OS PARTIDOS E O IDEAL FEDERALISTA NA MONARQUIA E NA REPÚBLICA

Para se entender o papel de Moniz Freire na construção de uma identidade política capixaba, faz-se necessária uma análise de práticas e representações políticas em vigor no Brasil, no período em que atuou esse eminente capixaba, que foi, ao longo de uma vida de 56 anos, jornalista, advogado, vereador, deputado provincial, deputado federal, por duas vezes presidente de Estado e senador da República, tendo, assim, pronunciado inúmeros discursos, assinado muitos relatórios e escrito uma quantidade grande de artigos em jornais do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, capital da República. Desse modo, esta tese, por seu propósito, dará prioridade à análise política, muitas vezes se furtando a estudos mais aprofundados da economia ou de qualquer outro aspecto da vida em sociedade, conforme a conceituação de René Rémond (2009, p. 447), quando defendeu que

O historiador do político não reivindica como objeto de sua atenção preferencial essa hegemonia [do político]; não pretende que tudo seja político, nem terá a imprudência de afirmar que a política tem sempre a primeira e a última palavra, mas constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social.

Assim, nesta análise política, é preciso considerar que Moniz Freire nasceu em 1861 e, já em 1885 – no final do Império –, com apenas 24 anos incompletos, escrevia sua *Cartas ao Imperador no A Província do Espírito Santo*, primeiro diário que circulou em terras capixabas, tratando de questões políticas brasileiras, em grande parte relacionadas com a centralização/descentralização do poder e que envolviam a província em que vivia. Era filiado ao *Partido Liberal*, em um momento histórico em que "[...] ser culto, moderno, significa, para o brasileiro do século XIX e começo do século XX, estar em dia com as ideias liberais [...]" (FAORO, 2001, p. 567). É desnecessário afirmar que, até sua morte, em 1918, atuou intensamente na política que, a partir de 1889, já não vivenciava mais o Império, mas a Primeira República (1889-1930).

Ora, o presente capítulo procurará fornecer os pré-requisitos indispensáveis para se entender o tema de que trata esta tese. Ou seja, a prática política de Moniz Freire encontrava-se em um contexto que era a política capixaba, a qual, por sua vez, inseria-se em outro contexto mais amplo: a política brasileira como um todo, que é o objetivo deste capítulo. É, assim,

indispensável conhecer as práticas políticas brasileiras tanto no período imperial, quanto no republicano, abrangendo as duas fases em que atuaram Moniz Freire e o grupo familiar de que ele fazia parte e que, com certeza, exerceu sobre ele grande influência política. Este capítulo não tratará da política no Espírito Santo, mas no Brasil, em geral. Daí a subdivisão. Serão abordadas, inicialmente, as tendências políticas que movimentaram o Brasil no período monárquico, dando origem aos partidos Conservador e Liberal. Em seguida, trataremos do Liberalismo e do Federalismo, como doutrinas divulgadas no século XIX brasileiro, servindo de fundamento para as discussões políticas dos partidos no Império e na República. No que diz respeito ao período da Primeira República, três abordagens serão articuladas: a maneira como se entendeu e se aplicou o Federalismo; o funcionamento partidário, no Brasil, que privilegiou a prática do partido único; e a chamada "política dos Estados", que orientou toda a movimentação política do Brasil da Primeira República.

Iniciemos, então, com a fase imperial e, em seguida, com o período da Primeira República.

## 2.1 A POLÍTICA BRASILEIRA NO PERÍODO MONÁRQUICO: OS PARTIDOS E A CENTRALIZAÇÃO DO PODER

Para se analisar a atuação e as ideias dos partidos brasileiros no período imperial, convém iniciar<sup>59</sup> com as origens do pensamento e da prática desses partidos<sup>60</sup> que agiram no Brasil monárquico ao longo do século XIX.<sup>61</sup> Raimundo Faoro (2001, p. 389) constata que, a partir de 1836, a história política brasileira se resumiria "[...] na luta dos dois grandes partidos, o liberal e o conservador, separados e identificáveis por um ideário próprio". Entretanto, o mesmo Faoro (2001, p. 389), logo em seguida, afirma que "[...] antes do ministério de conciliação (1853-1857), os partidos têm, embora dificilmente discernível quando governam,

---

<sup>59</sup> Optamos, neste capítulo, por estudar esses partidos sob a ótica de seus objetivos e de sua atuação, já que esta constitui uma adaptação desses objetivos às possibilidades do momento histórico. Trata-se de método que, a nosso ver, possibilitará entender com mais clareza a prática política capixaba nesses períodos específicos e, assim, compreender melhor Muniz Freire e sua atuação política.

<sup>60</sup> Analisando os partidos políticos na América hispânica, são esclarecedoras as ideias de Annick Lempérière (2009), quando se pergunta se a palavra "partido" tem o mesmo significado, seja no início do século XIX, seja no final. Afirma ela que, depois de serem consideradas entidades ilegais e ilegítimas, os partidos só conseguiram ser reconhecidos como atores imprescindíveis em meados do século XIX. Por outro lado, esclarece Lempérière (2009, p. 470) que os partidos do século XIX são "[...] radicalmente distintos do que os politólogos chamaram, no princípio do século XX, os partidos modernos, ou seja, organizações permanentes e formais, dotadas de estatutos, de uma direção e de militantes, de um programa e até de uma doutrina [...]".

<sup>61</sup> Por não ser bem-sucedida, não analisaremos aqui a tentativa frustrada de fundação do Partido Católico em Pernambuco, ao término e, por consequência, da Questão Religiosa, em 1876.

uma linha particular, inconfundível", características que foram identificadas também por outros, políticos e/ou historiadores. Muitos contemporâneos consideravam que os dois partidos eram, na realidade, grupos praticamente idênticos, separados apenas por rivalidades pessoais. Até ficou célebre uma frase atribuída a Holanda Cavalcanti, influente político pernambucano, que dizia que nada se assemelha mais a um "saquarema"<sup>62</sup> do que um "luzia" no poder. Raimundo Faoro (2001, p. 391) procura interpretar essa conhecida afirmação do visconde de Albuquerque, dizendo que "[...] o certo seria dizer que, no poder, nada separa um *saquarema* de um *luzia*, mas o poder, na verdade, tem outra estrutura, independente do jogo cênico dos partidos em revezamento no ministério". Ou seja, só são iguais quando estão no poder,<sup>63</sup> mas seus programas são diferentes. Skidmore (1998, p. 75) constata, entretanto, que

[...] havia de fato diferenças reais entre eles. Ambos apoiavam um Brasil unificado sob a monarquia. Mas os liberais, cuja força principal estava em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, defendiam ao menos alguma descentralização. Os conservadores, fortes na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, tendiam a ser firmes defensores de uma burocracia centralizada.

De qualquer forma, apesar de a política de então – como a de hoje – envolver busca de vantagens ou do poder, ela não se reduzia apenas aos interesses pessoais. Assim, a elite política do período imperial precisou lidar com grandes temas, como liberdades públicas, organização do Estado e a questão da escravatura, por exemplo. Para esta tese, torna-se importante o aprofundamento nesse tema, porque envolverá o posicionamento político do grupo ao qual pertencia Moniz Freire, como também dele próprio.<sup>64</sup>

### 2.1.1 A movimentação das tendências e dos partidos políticos

Entre as características do *Partido Liberal*, podemos mencionar – de acordo com Faoro e outros –, em sua origem, seu comprometimento com a ideia da soberania popular, o que o fez

---

<sup>62</sup> Nos primeiros anos do Segundo Reinado (1840-1889), "saquarema" era o apelido dado aos conservadores, que tinham entre seus principais chefes o visconde de Itaboraí, possuidor de uma fazenda no município fluminense desse nome. Por sua vez, "luzia" era o apelido dado aos liberais, em alusão à vila de Santa Luzia (MG), onde eclodiu a Revolução Liberal de 1842. De fato, a política – em especial desse período histórico – mesmo apresentando objetivos ideológicos, pretendia o alcance do poder e a consequente obtenção de benefícios.

<sup>63</sup> José Murilo de Carvalho (1980) analisa as várias interpretações sobre a origem social e a ideologia do *Partido Liberal* e do *Partido Conservador* e elenca três posições radicalmente distintas: os que negam qualquer diferença entre eles; os que os diferenciam quanto à classe social; e os que os diferenciam por causa de outras características, como a origem urbana, rural ou regional.

<sup>64</sup> Em benefício da clareza de exposição, este capítulo não procurará se aprofundar nas posições políticas adotadas na Província ou no Estado do Espírito Santo, deixando essa tarefa para o capítulo seguinte, como já destacamos. .

abrigar membros que defendiam ideais republicanos, expurgados depois da experiência regencial (1831-1840).<sup>65</sup>

Nesse sentido, a divisão entre conservadores e liberais envolveu, por exemplo, com bastante ênfase, a problemática da centralização ou descentralização<sup>66</sup> do poder, questão bastante relevante especialmente na década de 1830, quando essas duas tendências ainda não haviam se transformado em partidos. Schwarcz (1998, p. 122) constata, por exemplo, que "[...] tomando o intervalo de tempo decorrido entre o final das Regências e a conclusão do movimento praieiro, em 1848 [...], pode-se prever uma política tendente à descentralização provincial".

Quanto à defesa das liberdades e de uma participação maior dos cidadãos na política, esse foi um tema defendido pelo *Partido Liberal*, especialmente a partir da década de 1860, quando também foi retomada a questão da descentralização. Em 1870, foi organizado um novo *Partido Liberal*, com programas tais como a garantia das liberdades de consciência, educação, comércio e indústria, ao lado da defesa da eleição direta nas cidades maiores, do Senado temporário e da abolição da escravidão, conforme se verá adiante.

Para se compreender os discursos desses dois partidos, é altamente conveniente analisar suas práticas ao longo do período imperial. Por isso, não é supérfluo descrever alguns eventos relacionados com a evolução dessas duas tendências políticas. Conforme Hamilton de Mattos Monteiro (2000), o *Partido Liberal* e o *Partido Conservador* tiveram sua origem em tendências geradas nos dois períodos<sup>67</sup> que antecederam o Segundo Reinado (1840-1889), especialmente no Período Regencial (1831-1840), quando, após a abdicação, se formaram três grupos: os restauradores (ou Caramurus), contrários às Reformas e desejando a volta de D. Pedro I ao trono; os liberais exaltados (ou farroupilhas) que exigiam mudanças profundas, especialmente no que diz respeito à autonomia provincial; e os liberais moderados (chamados

---

<sup>65</sup> Depois da abdicação de D. Pedro I, em abril de 1831, o país entrou no Período Regencial (1831-1840), cujo início se revestiu "[...] de um significado de ruptura em relação ao período anterior e de grandes esperanças e expectativas para os contemporâneos da época, sobretudo para aqueles que participaram mais ativamente de sua realização [...]" (BASILE, 2000, p. 221). A Regência terminou com o Golpe da Maioridade em 1840 e a consequente ascensão de D. Pedro II, que deu início, assim, ao Segundo Reinado (1840-1889).

<sup>66</sup> Na análise desses partidos, devido às características do discurso e das práticas políticas de Muniz Freire, adotamos, como um dos principais pilares dessas duas tendências, o posicionamento quanto à questão centralização/descentralização e seus corolários – por exemplo, a ideia da autonomia regional. Para ressaltar essa questão, ao longo do texto deste subitem essas palavras podem se encontrar em destaque.

<sup>67</sup> Trata-se do Primeiro Reinado (1822-1831) e do Período Regencial (1831-1840).



de chimangos), que não queriam a volta de D. Pedro I e defendiam a existência de uma Câmara de Deputados forte e contrária aos arbítrios do Poder Executivo.

Com a morte de D. Pedro I, em 1834, os três grupamentos transformam-se em apenas dois, o que, segundo Skidmore (1998, p. 72), significava duas, em vez de três facções políticas entre a elite: "As forças pró-Império haviam-se tornado em grande parte um partido imperial, o *Partido Conservador*. Os pró-regionalistas tornaram-se basicamente o *Partido Liberal*". É ainda Thomas Skidmore (1998, p. 75) quem procura resumir as diferenças entre esses dois partidos do período imperial brasileiro, ressaltando a luta entre a centralização e a descentralização:

Ambos apoiavam um Brasil unificado sob a monarquia. Mas os liberais, cuja força principal estava em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, defendiam ao menos alguma descentralização. Os conservadores, fortes na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, tendiam a ser firmes defensores de uma burocracia centralizada.

Analisando os períodos de predomínio de uma ou outra das duas tendências – Liberal e Conservadora – Hamilton de Mattos Monteiro (2000) afirma que, de 1831 a 1837, houve um predomínio liberal na política brasileira, quando foram implementadas várias reformas liberais, todas de caráter descentralizador, assim, por exemplo, a criação da Guarda Nacional, uma milícia cidadã, fundada em 1831 e que "[...] tinha como princípio a ideia burguesa de confiar a segurança do país aos seus cidadãos proprietários" (BASILE, 2000, p. 225) e não ao Estado,<sup>68</sup> constituindo, então, uma prática descentralizadora. Também se procurou descentralizar o sistema judiciário, por exemplo, pela instituição dos juízes de paz, magistrados eleitos localmente pelos habitantes de cada distrito de paz. Era uma bandeira liberal que constituía uma forma de esvaziar a centralização dos poderes imperiais. O Código do processo criminal<sup>69</sup> instituído em 1832 também possuía caráter descentralizador.

---

<sup>68</sup> Os historiadores divergem quanto ao significado da Guarda Nacional: alguns a consideram um instrumento de articulação entre os Poderes Central e Local, promovendo a consolidação do Estado Imperial e do projeto centralizador; outros afirmam ter sido ela uma organização democrática, um instrumento de mudança social pelo igualitarismo (BASILE, 2000).

<sup>69</sup> Fez parte das reformas judiciárias descentralizadoras que caracterizaram um primeiro momento do Período Regencial. Foram ampliados os poderes dos juízes de paz que passaram a ter, também, por exemplo, as atribuições de julgar certas ações e de ajudar a preparar, junto com o presidente da Câmara Municipal e dos párocos, a lista de jurados.

Emblemático desse caminhar pela descentralização liberal foi o Ato Adicional de 1834<sup>70</sup> que, entre outras determinações, extinguiu o Conselho de Estado e substituiu a Regência Trina pela Regência Una,<sup>71</sup> estabelecendo que o regente seria eleito por voto secreto e direto. Além disso, o Ato de 1834 criou as Assembleias Legislativas nas Províncias. Segundo Basile (2000, p. 228), "[...] se não chegava a estabelecer uma federação, já que os presidentes de província continuavam a ser escolhidos pelo poder central, [...] ao menos consagrava a descentralização [...], conferindo uma maior autonomia às províncias". Por outro lado, a eleição do regente configurava o que o imaginário da época considerou uma experiência republicana, conforme afirmação de Paulo Pereira de Castro, mencionado por Basile (2000).

De qualquer modo, as reformas liberais produziram um notável fortalecimento dos poderes locais, que passaram a dispor de grande parte dos instrumentos garantidores da ordem,<sup>72</sup> sem, todavia, estarem bem afinados com os interesses mais amplos do poder central (BASILE, 2000). Entretanto, em conhecido panfleto denominado *Ação; Reação; Transação*, um jornalista conservador desse período das reformas liberais, Justiniano José da Rocha, afirmava que o fortalecimento das liberdades gerou excessos e promoveu a anarquia, fazendo desenvolver-se no país um desejo de restauração da ordem e de idealização do poder como o natural defensor da sociedade, e não mais seu inimigo. Bernardo Pereira de Vasconcelos (citado por BASILE, 2000, p. 237), líder, então, do recém criado *Partido do Regresso* – que depois transformaria em *Partido Conservador* – exprime bem o surgimento da nova tendência, denominada *regressista*:<sup>73</sup>

Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista.

<sup>70</sup> Promulgado em 12 de agosto de 1834, o Ato Adicional completou a série de reformas liberais realizadas pela Regência.

<sup>71</sup> Tratava-se da substituição legal de uma regência composta por três representantes políticos, por apenas um regente, que deveria ser eleito por um mandato de quatro anos, por voto secreto e direto. Essa eleição periódica para regente único foi tida, no imaginário da época, como uma "experiência republicana", conforme Basile (2000, p. 228).

<sup>72</sup> Não foi difícil que os desentendimentos ocorridos nas províncias se convertessem em clara luta contra o Poder Central que, devido à descentralização, não mais dispunha dos antigos mecanismos de controle sobre as províncias, o que fez com que de norte a sul do país eclodissem revoltas, como a Cabanagem (1835-1840), a Farrroupilha (1835-1845), a Sabinada (1837-1838) e a Balaiada (1838-1841).

<sup>73</sup> Nome dado aos que desejavam o fim da descentralização promovida pelos liberais, chamados de progressistas. Eles lutavam pelo regresso da centralização do poder. Regresso significava, então, centralização do poder.

Em 1837, premido pela oposição do Parlamento, o regente Feijó renunciou – foi essa a primeira vitória do *Regresso* – e entregou a regência a um dos líderes mais prestigiosos da facção moderada, Araújo Lima, em 18 de setembro de 1837. Desse modo, o governo do Império foi entregue a uma facção moderada majoritária, dentro da qual sobressairia um grupo novo, do Sudeste brasileiro, envolvido com a produção e a comercialização do café. Trata-se dos barões do café, que passaram a controlar o aparelho de Estado, impondo a ordem escravista e latifundiária, numa fase chamada de "reação monárquica" e que só iria terminar em 1850. Sobre a ascensão dos barões do café, Hamilton de Mattos Monteiro (2000, p. 141) afirma que não só estavam comprometidos com a manutenção da escravidão, mas " [...] também com uma forma de Estado extremamente centralizado e oligárquico. Centralização político-administrativa e escravidão/latifúndio eram os alicerces em que se assentava o país". Com a ascensão de Araújo Lima, têm início, então, as reformas regressistas, entre as quais a Lei<sup>74</sup> de Interpretação do Ato Adicional de 1840, que modificava o Ato de 1834, reduzindo os efeitos da descentralização, por exemplo, retirando várias atribuições das Assembleias provinciais.

A elite imperial, entretanto, dividiu-se quanto ao regresso, o qual tinha como principais objetivos o processo de centralização política e de reforço da figura do imperador. Os que a ele se opuseram formaram o *Partido Progressista*, núcleo do futuro *Partido Liberal*. Defendiam a descentralização e as prerrogativas do Poder Legislativo. Embora em minoria, fomentaram um plano para chegar ao poder e, assim, conter o *Regresso*: a antecipação da maioria de D. Pedro, que possuía 14 anos nesse momento.

Segundo Basile (2000, p. 238), "[...] o prestígio e toda a mística que revestiam a figura do Imperador eram vistos agora como indispensáveis para o restabelecimento da ordem que tanto pregava o Regresso". Lilia M. Schwarcz (1998, p. 67) comenta que, "[...] se o projeto de antecipar a maioria não passou, a princípio, de uma manobra política, o certo é que aos poucos a medida foi tomando 'ares de salvação nacional' [...]". Afinal, os próprios governistas pareciam favoráveis a pôr fim ao regime eletivo das Regências.

---

<sup>74</sup> Inserida nas reformas centralizadoras do Regresso, a Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 12 de maio de 1840, mais do que interpretar certos artigos do Ato Adicional, na realidade, modificava o sentido, procurando, assim, reduzir os efeitos da descentralização que caracterizava o Ato de 1834.

Foi, assim, proclamada a Maioridade, dissolvida a Regência e iniciado o Segundo Reinado (1840-1889). Formou-se imediatamente o Gabinete da Maioridade, entregue aos liberais que, desse modo, chegavam pela primeira vez ao poder, iniciando, nesse momento, um sistema de alternância entre liberais e conservadores na direção dos gabinetes ministeriais. Nesse momento, entretanto, a Câmara era de maioria conservadora, o que provocou conflitos entre ela e o gabinete liberal. Em vista disso, caem os liberais, e o imperador forma um gabinete conservador que procurou dar continuidade ao *Regresso*. Entre outras medidas, foi aprovada a Reforma do Código do Processo Criminal, que colocou sob o controle do Poder Central toda a estrutura judiciária e policial: obra centralizadora.

Em 1º de maio de 1842, o governo conservador dissolveu a Câmara eleita durante o Gabinete da Maioridade, o que fez com que os liberais desencadeassem a revolta armada, que se estendeu por São Paulo, Minas Gerais e Vale do Paraíba fluminense, tendo à frente os líderes liberais Diogo Antônio Feijó, Theophilo Ottoni e Joaquim José de Souza Breves. A intenção não era a derrubada do Imperador, mas a suspensão das reformas regressistas. A revolta foi logo debelada e os principais líderes foram presos. Foi nessa época que Feijó se refugiou em Vitória, onde parece ter desenvolvido certo relacionamento com Francisco Pinto Homem de Azevedo, bisavô de Moniz Freire, o que denota a ligação profunda entre essa família e o *Partido Liberal* do qual fazia parte Diogo Antonio Feijó.

De 1844 a 1848, formaram-se gabinetes liberais, o que deu origem ao nome "quinquênio liberal". É de se notar uma gradação de posicionamento ideológico entre os liberais. Assim, havia, por exemplo, o liberal radical, o exaltado, como Teófilo Ottoni, Chichorro da Gama e Paula Souza. Este último, em 1848, chefiou um gabinete que só durou quatro meses, "[...] devido a suas propostas radicais de reforma agrária, com a distribuição gratuita de terras públicas [...]"(MONTEIRO, 2000, p. 142).

Em 1847, o Imperador criou o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, dando início ao Sistema Parlamentarista<sup>75</sup> brasileiro, que vigorou até 1889, com a queda da Monarquia. Em 1848, o Imperador chama de volta os conservadores ao poder, convidando Araújo Lima para

---

<sup>75</sup> O Sistema Parlamentarista brasileiro ficou conhecido pelo nome de "Parlamentarismo às Avessas", devido ao fato de, contrariamente ao parlamentarismo inglês, fazer com que, no Brasil, não vigorasse a máxima de "o rei reina, mas não governa", embora o presidente do Conselho de Ministros funcionasse como uma espécie de primeiro-ministro, com a prerrogativa de chefiar o gabinete e escolher os demais ministros.

presidir o Conselho de Ministros. A primeira tarefa do primeiro-ministro foi debelar a Revolução Praieira.

A Revolução Praieira eclodiu em Pernambuco, em novembro de 1848, com antecedentes que remontavam ao final de 1842, quando uma ala do *Partido Liberal* se rebelou contra seus dirigentes e contra o conservador Francisco do Rego-Barros que dirigia a Província em aliança com os liberais e foi acusado de monopolizar os cargos para seu partido e para a chefia do *Partido Liberal*. Essa ala dissidente fundou o *Partido Nacional de Pernambuco* que, entre outros jornais, publicava o *Diário Novo*, cuja tipografia ficava na Rua da Praia, o que o fez receber a denominação de Partido da Praia, que era composto de senhores de engenho e comerciantes médios, como também de pequenos lavradores e rendeiros.

Em 1845, o *praieiro* Chichorro da Gama foi nomeado presidente da província e adotou a prática comum, na época, de substituir os funcionários, colocando correligionários seus na administração, o que fez desencadear – junto com problemas econômicos, tais como concessão de crédito e aumento de impostos – uma verdadeira onda de protestos, o que levou o Governo Imperial a anular eleições nas quais haviam sido eleitos candidatos *praieiros*. Chichorro da Gama renunciou. É escolhido o conservador Herculano Ferreira Pena para presidente da Província. Assim tem início a grande revolta. Anunciam o *Manifesto ao Mundo*, que faz referência às revoluções liberais europeias de 1848, mas não propõem a implantação da República ou o fim da escravidão. Suas propostas<sup>76</sup> voltavam-se sobretudo para uma descentralização que deixasse o Governo Provincial a cargo dos políticos locais – autonomia conquistada no período regencial –, permitindo que a administração de recursos fosse realizada pela própria província. Os cerca de mil e quinhentos homens não foram suficientes para continuar a luta, o que, juntamente com a divisão entre os rebeldes, proporcionou a vitória do Governo Imperial. Em 1851 todos foram anistiados.

A Praieira foi a última revolta importante desse período de formação do Estado imperial. O novo período foi marcado pela prosperidade econômica – com grande produção de café e aumento da exportação – e por uma certa estabilidade político-social, sendo dominado pelo *Partido Conservador* que, de 1850 a 1863, liderou com êxito o que veio a ser conhecido como

---

<sup>76</sup> Izabel Marson, citada por Basile (2000), defende a tese de que as propostas mais radicais feitas no *Manifesto ao Mundo* nunca teriam sido defendidas pela direção da revolta e até foram criticadas pelo deputado Lopes Neto no *Diário Novo*, o qual afirmou que o lançamento do panfleto fazia parte de uma manobra dos conservadores, para comprometer o movimento.

a "conciliação".<sup>77</sup> É interessante notar que, durante essa fase da política imperial, nasceu Moniz Freire, em 1861, em uma família de tradição liberal na qual, portanto, tomou conhecimento das discussões políticas presentes no cenário brasileiro de então.

Desde outubro de 1849, a política imperial havia se tornado fortemente conservadora, quando o presidente do Conselho de Ministros, José da Costa Carvalho, nomeara a chamada "Trindade Saquarema"<sup>78</sup> para importantes pastas do Ministério. Foram promovidas reformas que iriam completar a obra do *Regresso*. Uma delas foi a aprovação do projeto de lei que abolia<sup>79</sup> o tráfico negreiro para o Brasil, tornando-o equivalente à pirataria e estabelecendo tribunais marítimos para julgar as infrações. A segunda reforma do Gabinete Saquarema foi a *Lei de Terras*, sancionada 14 dias após a abolição do tráfico negreiro e que, segundo Basile (2000, p. 247), se destinava ao "[...] suprimento de mão de obra para as grandes fazendas, sobretudo para atender à expansão cafeeira". Isso porque, com a abolição do tráfico, seria necessário pensar numa solução para a mão de obra: a imigração de estrangeiros para o Brasil, o que implicava o estabelecimento de uma política de terras<sup>80</sup> que as tornassem inacessíveis para os imigrantes que, se não fosse a nova política, não iriam mais trabalhar para os fazendeiros, somente para si próprios.

Assim, em 1850, foi aprovada a *Lei de Terras*, que decretou que a terra pública só poderia, a partir desse momento, ser adquirida por compra do governo ou por pagamento de impostos para regularizar os acordos de terra feitos anteriormente, o que dificultou o acesso de pequenos proprietários à terra. Segundo Skidmore (1998, p. 77), "[...] sua aplicação favorecia os grandes proprietários, especialmente aqueles envolvidos na agricultura de exportação. E esta era exatamente a intenção. De fato, o propósito principal da lei era promover o sistema de grandes plantações".

---

<sup>77</sup> Conforme Skidmore (1998, p. 75), tratava-se de "[...] um abafamento do conflito partidário e um acordo para evitar questões controversas". Marcello Basile (2000, p. 253) diz que a Conciliação não pretendia "[...] eliminar os partidos e a diversidade de opiniões, mas não se pode negar que havia um sentido de reduzir as margens de conflito e de cooptar os liberais sob uma direção conservadora".

<sup>78</sup> Para as pastas da Justiça, Fazenda e Estrangeiros, foram nomeados, respectivamente, Eusébio de Queiroz Matoso da Câmara, Joaquim José Rodrigues (depois visconde de Itaboraí) e José Soares de Souza (posteriormente visconde de Uruguai), que constituíam a assim chamada *Trindade Saquarema*.

<sup>79</sup> A conhecida Lei Eusébio de Queiroz, de 4 de setembro de 1850, foi a resposta encontrada pelo governo conservador às operações ostensivas da Inglaterra que pressionava o Brasil a abolir o tráfico negreiro transatlântico. A lei de 1850 foi uma solução de compromisso, que eliminava o tráfico, não por meio de um tratado com a Inglaterra, mas por uma medida governamental, dando a entender que essa iniciativa do Governo Imperial foi gerada por interesses nacionais.

<sup>80</sup> Pensou-se também em definir um novo regime de acesso e posse de terras, já que o sistema colonial das sesmarias estava suspenso, sem nenhuma lei que o substituísse, o que gerava uma situação jurídica caótica.

Ilmar Rohloff de Mattos, mencionado por Basile (2000), resume bem o papel da hegemonia *saquarema* na consolidação do *Regresso*, afirmando que sua missão foi continuada pelo conhecido *Ministério da Conciliação*, formado em setembro de 1853, e pelos gabinetes seguintes, só chegando ao fim com o renascer liberal, que se deu com a ascensão do Ministério de 24 de março de 1862.

O renascer liberal foi analisado por Basile (2000) que o caracterizou por meio da análise de alguns textos políticos da época, de autoria de liberais conhecidos, como Theophilo Ottoni, Zacarias de Góis e Vasconcelos e Tavares Bastos. Este, entre setembro de 1861 e março de 1862, publicou no *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, as *Cartas do Solitário*, que constituem, segundo Basile (2000, p. 254), "[...] a mais completa exposição feita até então dos princípios liberais[...]" com uma extensa defesa de temas, como "[...] a descentralização política e administrativa [...], a liberdade de culto, a liberdade de comércio [...], a liberdade de navegação [...], o estreitamento dos laços com os Estados Unidos, a emancipação dos escravos e a imigração europeia". José Murilo de Carvalho (2005, p. 171) afirma que Tavares Bastos, defendendo liberdade e Federalismo, tinha como sua fonte de inspiração "[...] confessadamente, o *Federalista* e a experiência norte-americana [...]", temas que serão analisados ainda neste capítulo.

Em contraste com o deputado Tavares Bastos, estavam as ideias do líder conservador visconde de Uruguai, divulgadas em seu *Ensaio sobre o Direito Administrativo* e nos *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias no Brasil*, ambos publicados no período do renascer liberal. Para o conservador, a ameaça às liberdades estava também nos poderes locais, e não apenas no Estado, bastando observar a anarquia que, segundo ele, vigorou nas províncias durante o Período Regencial (1831-1840). O político defende a centralização política, com vistas à manutenção da unidade do país, fundamentando-se até no centralizado modelo político francês, que ele coloca em oposição ao descentralizado modelo inglês ou norte-americano.<sup>81</sup> É de se notar que a década de 1860 foi marcada pela discussão sobre a Guerra Civil (1860-1865) que abalou os Estados Unidos e que mereceu do historiador norte-americano Forrest McDonald (apud CARRESE, 2003, p. 10) o comentário de que uma

---

<sup>81</sup> Na formação do Estado norte-americano, após a Independência (1776), as teses centralizadoras de Hamilton foram rejeitadas e o Congresso ficou dividido entre os jeffersonianos e hamiltonianos. Jefferson pregava um Governo Central fraco e suas ideias – levadas ao extremo – são consideradas por alguns como causadoras da doutrina da secessão, que levou os Estados Unidos à guerra civil em 1860.

descentralização radical, “[...] a doutrina dos direitos dos Estados foi levada para além de seus limites, como demonstrou a guerra civil”.

De qualquer forma, esse renascer liberal de um simples bloco parlamentar, a *Liga Progressista*,<sup>82</sup> transformou-se, em 1864,<sup>83</sup> no *Partido Progressista*, portador do primeiro programa político<sup>84</sup> formalmente elaborado no Império brasileiro e do qual constava a descentralização. Sobre o programa do *Partido Progressista*, José Murilo de Carvalho (1980, p. 159) afirma que retomava “[...] as velhas demandas liberais por maior descentralização [...]” e que foi o primeiro programa partidário<sup>85</sup> elaborado no Império. Carvalho (1980, p. 159), entretanto, explica que “[...] o *Partido Conservador*, no entanto, nunca apresentou qualquer programa escrito [...]”.

Nessa década de 1860, por causa da Guerra do Paraguai<sup>86</sup> (1865-1870) e da crise financeira que dela decorreu, as divisões políticas e a instabilidade caracterizaram praticamente toda a fase em que predominou a *Liga* ou o *Partido Progressista*. Havia muitos desentendimentos entre os Ministérios e o Parlamento, quanto à condução da guerra e os gastos, o que acabou provocando a saída do Ministério liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos e a ascensão de um gabinete conservador que, entretanto, não contava com a maioria do Parlamento, dominado pelos progressistas. O retorno dos conservadores foi, assim, uma decisão pessoal do Imperador, o que provocou grande movimentação que afirmava ser legal essa decisão,

---

<sup>82</sup> A *Liga Progressista* surgiu, em 1862, a partir de liberais descontentes com o domínio do *Partido Conservador*, tendo contado com o apoio de conservadores dissidentes, como Nabuco de Araújo. Dentre os seus integrantes, destacou-se a figura do Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. Sob orientação liberal, a Liga procurou concretizar o ideal da conciliação de partidos. Ela deu origem ao *Partido Liberal Progressista*, em 1864, permanecendo atuante até 1868. Dominaram a cena política entre 1862-1868, quando, então, com a queda de seu maior representante, Zacarias de Góis e Vasconcelos, acabou por dissolver-se. Parte de seus integrantes formou o novo *Partido Liberal* e outra parte ingressaria no recém-fundado *Partido Republicano*.

<sup>83</sup> Por motivos metodológicos, não serão analisados episódios importantes do Segundo Reinado (1840-1889) que não se relacionam diretamente com a disputa programática dos partidos Liberal e Conservador. De qualquer forma, convém registrar que a estabilidade do período foi abalada por conflitos externos, como a Questão Christie, que envolveu sérios incidentes com a Inglaterra, somente resolvidos em 1865; e as questões platinas, entre as quais a que trouxe grandes complicações ao Governo Imperial: a Guerra do Paraguai (1865-1870).

<sup>84</sup> De seu programa fazia parte a reforma da lei regressista de 1841, com o objetivo de dar mais garantias à liberdade individual e conferir maior autonomia aos magistrados.

<sup>85</sup> José Murilo de Carvalho (1980) afirma que os programas de conservadores e liberais, anteriormente a 1864, são deduzidos das afirmações dos líderes, dos escritores e dos debates parlamentares.

<sup>86</sup> As razões desse conflito suscitaram um grande debate historiográfico, devido a interpretações distintas sobre suas causas. Em meio ao debate, Basile (2000, p. 259) declara que “[...] parece mais apropriado pensar a Guerra do Paraguai como um conflito cujas motivações encontram-se, essencialmente, na própria dinâmica de constituição dos Estados nacionais platinos e na disputa, entre esses países, pelo predomínio político-econômico da região [...]”. Brasil, Uruguai e Argentina formaram a Tríplice Aliança em guerra contra o Paraguai. Os historiadores destacam o papel da Guerra do Paraguai na construção da identidade brasileira no século XIX. De qualquer forma, “[...] os anos que se seguiram ao término da Guerra do Paraguai assinalam um novo e decisivo período de inflexão na história do Império” (BASILE, 2000, p. 264).



embora não fosse fundamentada na legitimidade, já que a imposição do novo gabinete não correspondia à vontade do povo que tinha eleito um Parlamento com outra orientação. Vem daí o *discurso do sorites*<sup>87</sup> pronunciado por Nabuco de Araújo em 1868, colocando em xeque o próprio sistema representativo do Império brasileiro.

Logo em seguida, conforme previa Nabuco de Araújo, a Câmara foi dissolvida, e foi eleita uma maioria conservadora, o que fez com que os liberais, sob o comando de Nabuco, se reagrupassem no *Centro Liberal* que, no ano seguinte deu origem ao novo *Partido Liberal*. Do *Centro Liberal* saiu o *Clube da Reforma* que promoveu os principais temas que, em 1869, constituíram o programa do novo *Partido Liberal*. Este defendia a descentralização político-administrativa, liberdades (consciência, educação, comércio e indústria), eleição direta nas capitais e cidades com mais de dez mil habitantes, ampliação das garantias individuais e emancipação dos escravos.

Essa renovação liberal tem em Tavares Bastos, já mencionado, um de seus principais componentes, com a publicação de sua mais importante obra, em 1870: *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil*, em que ele propõe temas como a emancipação dos escravos, a imigração europeia, o ensino público obrigatório e gratuito, mas faz da autonomia provincial e do Federalismo o centro de suas atenções, com propostas como a restituição dos poderes às Assembleias provinciais – como estabelecia o Ato Adicional de 1834 – e a instauração de Senados provinciais com mandato de quatro anos. Para ele, só o Federalismo poderia evitar a desintegração do império. Basile (2000, p. 266-267) resume seu posicionamento quanto ao *Federalismo*, quando comenta: "[...] da fórmula que concebeu - *absolutismo, centralização, império, são, neste sentido, expressões sinônimas* - é possível inferir que o oposto fosse também verdadeiro - liberdade, federalismo e república seriam expressões equivalentes -, embora Tavares Bastos não se declarasse republicano".

Ao mesmo tempo em que isso ocorria, uma ala mais radical do *Partido Progressista* fundou, em 1868, o *Clube Radical*, que defenderá propostas bem mais avançadas que as de Tavares Bastos. É assim que estavam em seu programa, por exemplo, a eleição dos presidentes de província, a abolição da escravidão e o sufrágio direto e universal, tendo sido "[...] o programa

---

<sup>87</sup> Nesse discurso, Nabuco de Araújo, citado por Basile (2000, p. 265), declarava: "Vede este sorites fatal, este sorites que acaba com a existência do sistema representativo: o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí está o sistema representativo do nosso país!"

mais radical proposto oficialmente durante o Império" (CARVALHO, 1980, p. 160). Vê-se, assim, que, com a queda do Gabinete liberal de Zacarias Góis, em 1868, terminou a coalizão progressista, surgindo, em seu lugar, o novo *Partido Liberal* e, com os elementos mais radicais, o *Partido Republicano*, no Rio de Janeiro, em 1870.

É lançado o *Manifesto Republicano*, que defende a soberania popular e a instauração da República com a adoção do sistema federativo, tudo dentro do método da persuasão, fora da via revolucionária. José Murilo de Carvalho (1980, p. 161) considera que esse Manifesto "[...] refletia o pensamento liberal clássico mais do que qualquer outra coisa [...]". Foi assim que, conforme Nelson Werneck Sodré, mencionado por Basile (2000), nos dois anos que se seguiram ao lançamento do *Manifesto Republicano*, em todo o país surgiram mais de 20 jornais republicanos. O primeiro desses jornais circulou no Rio de Janeiro: *A República*. Logo, formaram-se em todo o país os clubes e partidos republicanos, que publicarão jornais e organizarão conferências públicas.

No Rio de Janeiro, o partido reuniu pessoas provenientes das classes médias, em especial intelectuais e profissionais liberais. Em São Paulo, o *Partido Republicano Paulista* foi fundado em 1873 e também reunia profissionais liberais, ao lado de uma grande participação de cafeicultores. Os paulistas não se deram ao trabalho de publicar manifestos e procuraram, prioritariamente, se organizar. Assim, reuniram a primeira convenção do partido, em Itu, 1873, ano em que, logo depois, realizaram o primeiro congresso, em São Paulo. Um dos documentos publicados pelos paulistas era sobre a escravidão, em que o partido tomou uma posição ambígua, pois reconhecia o problema, mas se isentava da responsabilidade de resolvê-lo. Por outro lado, para os paulistas, a principal preocupação "[...] não era o governo representativo ou direitos individuais, mas simplesmente a federação, isto é, a autonomia estadual" (CARVALHO, 1980, p. 162). Já aqui convém registrar que o *Partido Republicano* também surgiu no Espírito Santo. Moniz Freire não se filiou a ele, tendo se engajado na militância política pelo *Partido Liberal*, embora amigo de republicanos históricos, como Afonso Claudio, primeiro governador nomeado para o Espírito Santo, com a proclamação da República, em 1889.

Juntamente com o início do movimento republicano, a década de 1870 colocou para o país duas grandes questões – a abolição da escravatura e a Questão Religiosa – que levaram a posicionamentos e discussões que envolviam tanto liberais quanto conservadores. A extinção

da escravatura caminhou por etapas até 1888, com a assinatura da *Lei Áurea* pela princesa Isabel. A primeira proposta de lei foi a chamada do *Ventre Livre*,<sup>88</sup> em 1871, cujo projeto partiu de um gabinete conservador, presidido pelo visconde do Rio Branco, que arrebatou a bandeira do abolicionismo das mãos dos liberais. Em 1885, foi aprovada a *Lei Saraiva-Cotegipe*,<sup>89</sup> chamada "Lei dos Sexagenários". Havia sido proposta por um gabinete liberal presidido pelo conselheiro Saraiva, mas foi aprovada no Senado, quando o gabinete era conservador,<sup>90</sup> chefiado pelo Barão de Cotegipe.

A partir da década de 1880, o movimento abolicionista ganhou grande força, com a participação de pessoas de condição social e ideias diferentes. O próprio escravo tornou-se ator importante em seu drama. E resistiu. Por exemplo, em 1887, os escravos estavam realizando fugas em massa das fazendas, em especial as de São Paulo, com os fugitivos formando comunidades perto das praias de Santos e do Rio. Os oficiais do Exército que antes eram obrigados a seguir as ordens de perseguir os fugitivos, agora começam a se rebelar contra elas.

Schwarcz (1998, p. 437) constata que "[...] a questão escrava levava à subida e à queda de vários gabinetes" e a relaciona com a atuação dos partidos imperiais:

É só em 1884 que o Partido Liberal adere, em grande parte, ao movimento [abolicionista], sendo que a vinculação do Partido Conservador demoraria até 1888. Até então, os dois partidos se solidarizavam no sentido de vincular à lei a desorganização da economia e do trabalho; a ruína do crédito do país. Mas em 1888 o tema já era quase suprapartidário. Fez cair os governos liberais de Dantas e Saraiva e levou à subida dos gabinetes conservadores de Cotegipe e finalmente de João Alfredo, que aprovou a medida de forma rápida e sem a indenização.

O senador conservador Antônio Prado havia elaborado um projeto que previa a libertação dos escravos, com indenização. Os liberais se opuseram. Então, o presidente do gabinete conservador, João Alfredo de Oliveira, propôs a libertação, sem indenização ou qualquer

---

<sup>88</sup> A Lei do Ventre Livre declarou de condição livre os filhos de escrava nascidos após a lei. Os libertos ficariam em poder dos senhores de suas mães até a idade de oito anos, a partir da qual os senhores podiam escolher entre receber uma indenização do Estado ou utilizar os trabalhos do menor, até que completasse seus 21 anos (SKIDMORE, 1998).

<sup>89</sup> Em linhas gerais, essa lei tornava livres os cativos maiores de 60 anos e estabelecia também várias normas para a liberdade gradual de todos os escravos, por meio de indenização (SKIDMORE, 1998).

<sup>90</sup> É interessante registrar a observação de José Murilo de Carvalho (1980, p. 175) de que a abolição do tráfico negreiro, a Lei do Ventre Livre, a Lei da Abolição e a Lei de Terras, consideradas as principais leis de reforma social, foram aprovadas por conservadores, tanto nos Ministérios quanto nas Câmaras, e com frequência, "[...] os liberais reformistas propunham as reformas e os conservadores as implementavam [...]", o que dava origem a uma fragilidade do sistema político imperial, já que os liberais não conseguiam implementar suas reformas, mas os conservadores as realizavam, embora à custa da unidade partidária.

outra restrição. A maioria parlamentar aprovou. Skidmore (1998, p. 103) atesta: "[...] o voto da oposição concentrava-se entre os deputados da província do Rio de Janeiro (sete entre os oito votos contrários)". Em 13 de maio, a princesa Isabel sancionou a chamada Lei Áurea.

Quanto à *Questão Religiosa*, ela nasceu quando dois bispos brasileiros, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira (de Olinda) e D. Antonio Macedo Costa (de Belém do Pará) decidiram proibir o ingresso de maçons nas irmandades religiosas de suas respectivas dioceses. O Conselho de Ministros, presidido pelo liberal visconde de Rio Branco, prendeu os bispos, que foram julgados e condenados. Diante de grande reação popular, um novo gabinete, agora conservador, chefiado por Caxias, anistiou os bispos. A *Questão Religiosa* se constituiu em um dos grandes desgastes do Governo Imperial, tanto no seu desencadear quanto em sua finalização, envolvendo também participação de liberais e conservadores.

Contemporaneamente à *Questão Religiosa*, cresciam, envolvendo conservadores e liberais, as críticas ao sistema político imperial, especialmente no que diz respeito ao processo eleitoral. Em janeiro de 1878, havia sido formado um gabinete liberal, sob o comando de João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, que apresentou à Câmara dos Deputados um programa de governo que incluía a introdução do voto direto, a supressão das eleições primárias e a exclusão dos analfabetos, como restabelecia a divisão eleitoral das províncias em círculos de um só deputado. O projeto, entretanto, só foi aprovado no gabinete liberal que se seguiu ao de Sinimbu e que era comandado por José Antonio Saraiva. Foi a *Lei Saraiva*, de 9 de janeiro de 1881.<sup>91</sup> Conforme defendiam os liberais, foi instituída a eleição direta em turno único, excluindo os analfabetos do direito de voto e concedendo o direito de elegibilidade aos naturalizados e aos não católicos. Em 1882, uma pequena modificação na lei tornou-a, segundo Basile (2000, p. 284), "liberalizante": foi reduzida de 25 para 21 anos a idade mínima exigida. Boris Fausto (2001, p. 131) considera que, afora a abolição da escravatura, a aprovação da *Lei Saraiva* foi "[...] uma das medidas mais importantes do Império na década de 1880 [...]".

---

<sup>91</sup> Antes dessa lei, o índice eleitoral brasileiro era mais alto do que o verificado na maior parte dos outros países da época, como a Grã-Bretanha, conforme demonstrou José Murilo de Carvalho, citado por Basile (2000). A drástica redução do eleitorado brasileiro ocorreu apenas depois da Lei Saraiva de 1881, que excluiu os analfabetos (84% da população brasileira) e determinava maior rigor na verificação da renda, fator importante na qualificação do eleitor.

O final do Império também presenciou a *Questão Militar*, quando, a partir de 1883, surgiram vários desentendimentos entre o governo e oficiais do Exército. A *Questão Militar*<sup>92</sup> envolveu pronunciamentos tanto de liberais quanto de conservadores, a favor ou contra os militares punidos pelo Governo Imperial. Por exemplo, um dos militares punidos, Sena Madureira, publicou seu manifesto de defesa em um jornal gaúcho, *A Federação*, dirigido por Júlio de Castilhos, propagandista republicano. Com o crescimento da insatisfação militar e da propaganda republicana, em junho de 1889, o Imperador convidou o visconde de Ouro Preto, um liberal, para formar um novo gabinete, que fez propostas de uma série de reformas e nomeou para a presidência do Rio Grande do Sul um inimigo pessoal de Deodoro da Fonseca, dirigente atuante do Clube Militar, recentemente organizado. Como decorrência de articulações que, desde 1887, vinham se concretizando entre os militares e os líderes republicanos paulistas e gaúchos, foi proclamada a República em 15 de novembro de 1889.

Após descrever a movimentação das tendências e dos partidos no Império brasileiro, será útil apresentar alguns dados que dizem respeito às raízes sociais<sup>93</sup> que fundamentaram as aspirações liberais ou conservadoras. Os dados mostram, por exemplo, a tendência de se concentrarem os funcionários públicos no *Partido Conservador* e os profissionais liberais no *Partido Liberal*. Por outro lado, os elementos vinculados à posse da terra não se ligavam predominantemente em qualquer dos partidos monárquicos, distribuindo-se quase igualmente entre o *Partido Liberal* e o *Partido Conservador*. Desse modo, pode-se dizer que o núcleo majoritário do *Partido Liberal* era constituído de uma coalizão de profissionais liberais e de proprietários de terras, enquanto o núcleo do *Partido Conservador* compunha-se de uma coalizão de burocratas e donos de terras.

Na distribuição dos senhores de terras, entre liberais e conservadores, podemos afirmar que o núcleo liberal compunha-se de elementos que defendiam a descentralização do poder em benefício de grupos locais ou provinciais, ou seja, de si mesmos. Provinham mais de áreas como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que tinham pouco interesse na

---

<sup>92</sup> Um dos mais expressivos atritos ocorreu em 1884, quando o tenente-coronel Sena Madureira foi transferido para o Rio Grande do Sul, porque havia convidado para visitar a escola de tiro do Rio de Janeiro um dos jangadeiros que participara da luta pela abolição no Ceará. Por outro lado, suscitou grande debate entre os militares uma ordem, assinada pelo ministro da Guerra, proibindo os militares de discutir questões políticas pela imprensa.

<sup>93</sup> José Murilo de Carvalho analisou, com profundidade, a profusão de dados que ele coletou em sua tese de Doutorado apresentada à Universidade de Stanford e que, em versão modificada e ampliada, acha-se em seu *A construção da ordem: a elite política imperial*. Muitos dados apresentados no final deste item foram retirados dessa importante obra sobre o Brasil Império.

centralização. O núcleo conservador, porém, tendia a pertencer a áreas de produção agrícola voltada para a exportação e de colonização mais antiga, como o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, Estados interessados na estabilidade do sistema e, portanto, com mais disposição para apoiar medidas que fortalecessem o Poder Central. Já no final do Império, com o surgimento do *Partido Republicano*, é preciso distinguir o que surgiu no Rio de Janeiro do que se firmou em São Paulo. No grupo do Rio de Janeiro, predominavam os advogados e jornalistas; já o grupo paulista também contava com um bom número de advogados mas tinha menos profissionais liberais e incluía muitos proprietários rurais.

Em termos de filiação partidária, Carvalho afirma que a divisão regional não se dava entre o Norte e o Sul, ou entre Minas e São Paulo e os demais Estados. Ao longo de todo o Segundo Reinado, independentemente das transformações econômicas e sociais pelas quais passaram algumas províncias, os dados de Carvalho (1980) mostram que:

- a) Rio de Janeiro era predominantemente conservador;
- b) Bahia e Pernambuco dividiam-se mais ou menos igualmente entre os dois partidos;
- c) Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul e as outras províncias eram predominantemente liberais.

Aqui se fecha um conjunto de reflexões, úteis para se entender o posicionamento liberal do grupo familiar de José de Carvalho Moniz Freire e dele próprio, em um período histórico – o Segundo Reinado (1840-1889) – em que, conforme constata Faoro (2001), os liberais organizaram 21 gabinetes, com a soma de 19 anos e 5 meses no governo, contra 15 dos conservadores, para uma estada de 29 anos e 9 meses de poder.

Podemos, com certeza, concluir que, quanto ao tema centralização política, o apoio básico para essa prática veio do *Partido Conservador*. Por outro lado, também está claro que a oposição à centralização residia no *Partido Liberal*, que também apoiava fortemente as reformas sociais. José Murilo de Carvalho (1980, p. 175) afirma que "[...] a posição tradicional dos liberais, desde a década de 1830, foi a de que liberdade exige descentralização,

despotismo requer centralização [...]". É ainda com José Murilo de Carvalho (1980, p. 175-176) que apresentamos as reflexões finais do subtema deste capítulo:

A análise dos partidos confirmou a posição típica dos magistrados como os principais construtores do Estado através do Partido Conservador, e confirmou também a posição divergente do clero, engajado principalmente no Partido Liberal [...]. Apareceu como novidade a divisão em proporções iguais dos donos de terra entre os dois partidos monárquicos [...]. E surgiram também os profissionais liberais como grupo ascendente formando a ala ideológica do Partido Liberal e o núcleo do Partido Republicano do Rio de Janeiro.

"Ala ideológica do Partido Liberal e o núcleo do Partido Republicano do Rio de Janeiro", que defendiam clara e abertamente a descentralização do poder e – mais radicalmente, ou menos – o ideal federalista: dois temas indispensáveis para se conhecer o *Partido Liberal* do qual, conforme já mencionamos, fazia parte Moniz Freire, e a Primeira República (1889-1930), na qual atuou intensamente, configurando uma identidade política capixaba. Dado o papel fundamental que a defesa do *Federalismo* foi adquirindo ao longo do Império e, depois, no início da República brasileira, faz-se indispensável entender como era conceituado o *Federalismo* e que relação tinha com o *Liberalismo*.

No Espírito Santo, os dois partidos exerceram papel preponderante na condução da política provincial, embora só na década de 1860, segundo estudos abalizados – que serão analisados no próximo capítulo –, haverá a configuração, como partidos, do *Partido Liberal* e do *Partido Conservador* em terras capixabas.

### 2.1.2 O Liberalismo e a discussão federalista

Para se entender o debate federalista no Brasil, é necessário compreender, antes, a questão do *Liberalismo*<sup>94</sup> como fenômeno histórico altamente presente no país, durante o século XIX e, intrinsecamente, ligado ao *Federalismo*. Coloca-se, por isso, a pergunta: o que é o *Liberalismo*?

---

<sup>94</sup> Não se estudará aqui o fenômeno do *Liberalismo* como conceito moral, mas em sua versão política, com implicações econômicas e sociais.

"A definição de *Liberalismo* como fenômeno histórico oferece dificuldades específicas [...]", assim começa Nicola Matteucci<sup>95</sup> (2002, p. 686) o verbete *Liberalismo*, do *Dicionário de Política*, do qual é organizador, juntamente com Norberto Bobbio e Gianfranco Pasquino. Tanto entre os que estudam política, quanto entre os historiadores, não há consenso com relação a uma definição, já que é praticamente impossível traçar uma história unitária e homogênea do *Liberalismo* euro-americano do qual descende o brasileiro.

Sabe-se que o *Liberalismo* manifestou-se na Revolução Gloriosa (1688-1689) na Inglaterra e em quase todos os países da Europa continental do século XIX. Matteucci (2002) afirma que, para os historiadores, o *Liberalismo* é um conjunto de ideias e de ações que ocorreram na história europeia e americana, em determinado período histórico. Os historiadores utilizam o adjetivo liberal em seu uso político do século XIX. Assim, segundo Matteucci (2002, p. 687), o termo *liberal* "[...] aparece, primeiro, na proclamação de Napoleão (18 Brumário), entrando, depois, definitivamente, na linguagem política através das cortes de Cadiz, em 1812, para determinar o partido que defendia as liberdades públicas contra o partido servil [...]".

Podemos constatar que existiram momentos históricos – mais ou menos longos – que podem ser chamados de *liberais*, com algumas constantes, como a de se manifestar contra todas as possíveis formas de Estado absoluto e estimular a liberdade política por meio da participação indireta dos cidadãos na vida política, como também a autonomia da sociedade civil como autogoverno local. Percebemos que, no fundo, é a defesa do indivíduo contra o poder, quer do Estado, quer da sociedade. É a defesa da autonomia moral do indivíduo. É nesse sentido que – conclui Matteucci (2002) – fundamentalmente, o *Liberalismo* lutara pelas liberdades de religião, de associação, de iniciativa econômica para o indivíduo e de participação no poder político, reivindicando a não interferência do Estado e a garantia dos direitos individuais, civis e políticos. Politicamente, o *Liberalismo* procurou ampliar o número dos que tinham direitos eleitorais e propôs uma divisão do poder político, estimulando autonomias locais e o ideal federalista.

Vários autores trataram da relação entre o liberalismo e a sociedade brasileira nos Oitocentos. Nos anos 70 do século XX, conforme Julio Bentivoglio (2010, p. 269), o discurso foi, de maneira geral, pontuado por duas posições: "[...] a de que era um conjunto de ideias fora do

---

<sup>95</sup> Basicamente, esta exposição sobre o *Liberalismo* está fundamentada nessa síntese que Matteucci (2002) fez a respeito do tema.



lugar - como postulou Roberto Schwarz (1973) [...] - ou a de que estavam no lugar - segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976) em sua crítica àquele autor". O presente trabalho não deseja entrar nesse debate, nem no dos anos 80, que pretendia pensar um Liberalismo brasileiro. Este trabalho almeja, a esta altura, apenas lembrar a influência, nos Oitocentos, do Liberalismo político, que "[...] possui matrizes diferenciadas no pensamento ocidental em suas expressões francesas, inglesa, alemã e norte-americana [...]" (BENTIVOGLIO, 2010, p. 271-273), sabendo que "[...] as ideias liberais vão ganhando novas acepções em meio às experiências geracionais [...] [que incorporavam também a defesa da] [...] liberdade política, compreendida como poder votar e ser votado". Desse modo, a defesa do ideal federalista achava-se incluída na pauta liberal.

Lúcio Levi (2002, p. 476) afirma que o *Federalismo*<sup>96</sup> tem se definido historicamente "[...] como a negação do Estado Nacional [...] [e está presente, de maneira persistente] [...] dentro das correntes liberal, democrática e socialista que dominaram a história do século XIX", embora o século anterior tenha fornecido as bases para o entendimento do conceito de *Federalismo*, já que a Constituição dos Estados Unidos da América fora o primeiro exemplo de pacto federal entre Estados soberanos. Tão logo os norte-americanos se separaram da Inglaterra (1776), tornaram-se 13 Estados independentes e formaram uma Confederação, cujos artigos só foram ratificados em 1778, numa frágil organização em que a Confederação não podia criar tributos e não possuía autoridade sobre os cidadãos, sendo essencialmente órgão de uma política exterior comum. Em setembro de 1783, a Inglaterra reconheceu a independência das ex-colônias americanas. A partir daí, a Confederação perdeu sua razão de ser e passou, então, a enfrentar a ameaça de desaparecer, já que tudo separava os Estados e quase nada os mantinha unidos. Um pequeno grupo de homens, em 1787, conseguiu levar à Filadélfia, 55 representantes para discutirem um projeto de Constituição. Dentre eles, destacam-se Washington, Franklin, Hamilton e Jefferson.

Nessa ocasião, na imprensa de New York, com a finalidade de contribuir para esse debate relacionado com a ratificação da Constituição pelos Estados, foram publicados inúmeros ensaios que, reunidos, constituem o *Federalist* e foram assinados por Publius, nome fictício que constitui pseudônimo de três autores: Alexander Hamilton (1755-1804), James Madison (1751-1836) e John Jay (1745-1859). Embora não se conheça com precisão a autoria, parece

---

<sup>96</sup> Essa exposição sobre o *Federalismo* está fundamentada, basicamente, na síntese que Lúcio Levi (2002) fez a respeito do tema. Para uma análise sobre a atualidade do ideal federalista, ver George Anderson (2009).

que a maioria desses artigos foi escrita por Hamilton. Segundo Lúcio Levi (2002, p. 480), eles "[...] nos oferecem a primeira e uma das mais completas formulações da teoria do Estado federal".

O Estado federal<sup>97</sup> baseia-se no princípio constitucional da pluralidade de centros de poder soberanos coordenados entre si, de modo que ao Governo Federal é atribuída uma quantidade mínima de poderes, suficientes para garantir a unidade; e aos Estados federais são garantidos os demais poderes. O funcionamento desse arranjo faz com que cada indivíduo esteja subordinado a dois centros de poder: ao Governo Federal e ao Estado federado. Levi (2002, 482) afirma, assim, que "[...] o comportamento social típico dessa população tem um caráter bipolar; de um lado há a lealdade para com a sociedade global comum a toda população da federação, de outro lado, a lealdade para com cada uma das comunidades menores [...]". Trata-se de uma síntese "[...] entre o princípio democrático da soberania popular e a exigência liberal de limitação do poder" (RAYNAUD, 2010, p. 17)

Os artigos do *Federalist* defendiam a formação de um Estado federal nesses moldes e refletem as duas grandes tendências no debate político daquele momento de construção de uma Constituição nos Estados Unidos da América: a centralizadora, mais ligada às ideias de Montesquieu; e a individualista e favorável à descentralização, influenciada por Locke. Adepto da centralização, Hamilton citava muito Montesquieu em seus artigos. Por exemplo, o *Federalist* de número 47 menciona-o como o “oráculo” da separação dos poderes. O de número 9 cita profusamente sua teoria do *Federalismo*.

De qualquer forma, no que diz respeito à solução de Estados unidos por um Governo Federal, as duas “faces” da polêmica fundamentavam-se nas ideias de Montesquieu. A grande questão, entretanto, era: qual a proporção de poder a ser conferida aos Estados, em detrimento ou não do Governo Central? Hamilton queria mais poderes ao Governo Central, pois via no contrário os germens da secessão. Jefferson,<sup>98</sup> por sua vez, defendia a ideia do fortalecimento dos Estados.

---

<sup>97</sup> O Estado nacional visa a tornar homogêneas, pela imposição da mesma língua e dos mesmos costumes, todas as comunidades naturais de seu território. Em uma Federação, entretanto, os Estados federados possuem poderes para se governar com autonomia.

<sup>98</sup> Na Convenção Federal, as teses centralizadoras de Hamilton foram rejeitadas e, depois da adoção da Constituição, o governo de Georges Washington (1789-1797) e o Congresso ficaram divididos entre os jeffersonianos e os hamiltonianos. Jefferson pregava um Governo Central fraco e suas ideias são até

No fundo da questão do *Federalismo*, acha-se a problemática da centralização/descentralização no modo de governar. É o que Tocqueville (2010) explana em seu *De la démocratie en Amérique*, lançado em 1835, e várias vezes reeditado. Segundo ele, existem duas espécies de centralização: há interesses comuns a todas as partes da nação, como a construção de leis gerais e as relações internacionais; há outros interesses que são específicos de certas partes da nação. Centralização governamental ou política é concentrar na mesma mão o poder de dirigir os primeiros interesses; centralização administrativa é reunir na mesma mão o poder de dirigir os interesses específicos de cada uma das partes da nação. A centralização governamental ganha muita força, quando a ela se junta também a centralização administrativa. É nesse sentido o comentário de Tocqueville (2010, p. 65) sobre a Federação norte-americana: "[...] nos Estados Unidos, não existe centralização administrativa [...]", mas a centralização governamental é grande, o que o faz admirar o *Federalismo* americano como uma grande invenção política, por permitir uma síntese entre a centralização política e a descentralização administrativa. Nesse sentido, Tocqueville é considerado herdeiro de Montesquieu (1869-1755) e ambos são mencionados por Raymond Aron (RAYNAUD, 2010) como os pais dos sociólogos.

Que pensava Montesquieu sobre a descentralização e o *Federalismo*? Muito em voga no Brasil, sobretudo em fins do século XIX, o *Federalismo* era fundamentado na obra de Montesquieu *O espírito das leis*, publicada em 1748. Nela o pensador desenvolveu sua noção de lei e de liberdade política, que ele associou à moderação que deveria orientar os governos nos quais o poder controlaria o poder.<sup>99</sup> Montesquieu daí derivou sua famosa doutrina da separação dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

As ideias de Montesquieu sobre o regime republicano acham-se no *Livro IX* daquela sua obra, no qual ele propõe a organização federativa, que ele considera uma solução adequada para os Estados democráticos modernos. Essas ideias, como aqui já registramos, serviram de guia dos norte-americanos na organização de seu Estado. No capítulo I do *Livro IX*, Montesquieu (2009, p. 144) afirma:

Se a república for pequena, será destruída por uma força estrangeira; se for grande, será destruída por um vício interno. [...] não há nenhuma forma que possa remediá-

---

consideradas por alguns como causadoras da doutrina da separação, que levou os Estados Unidos à Guerra de Secessão em 1860.

<sup>99</sup> Por estarem altamente relacionadas com a atual pesquisa, reproduzimos nesta tese algumas de nossas reflexões sobre diversos temas, registradas na dissertação de Mestrado.

lo. Assim, é muito plausível que os homens fossem por fim obrigados a viver sempre sob o governo de um só, se não tivessem imaginado um tipo de constituição com todas as vantagens internas do governo republicano e a força externa do monárquico. Refiro-me à república federativa.

Montesquieu coloca aí o sistema federativo como solução para países de grande extensão territorial e, em seguida, fornece o conceito de Federação: "[...] essa forma de governo é uma convenção, pela qual diversos corpos políticos consentem em se tornar cidadãos de um Estado maior que querem formar. É uma sociedade de sociedades, que forma uma nova sociedade, a qual pode expandir-se com novos associados que se unam a ela [...]".

Mais adiante, no cap. III, o iluminista francês (p. 146), estudando dois exemplos de funcionamento da Federação – a Holanda e a República dos lícios –, comenta:

[...] é difícil que os Estados que se associam sejam do mesmo tamanho e tenham uma potência igual. A república dos lícios era uma associação de vinte e três cidades: as grandes tinham três votos, no conselho comum; as médias, dois; as pequenas, um. A república da Holanda é composta de sete províncias, grandes ou pequenas, que têm cada uma um voto [...]. Se tivesse de apresentar um modelo de uma bela república federativa, eu escolheria a república da Lícia.

Os norte-americanos, claramente, em sua Constituição, adotaram o modelo federativo defendido por Montesquieu. Com adaptações, o Brasil republicano seguiu o mesmo modelo.

Convém terminar as presentes considerações sobre o *Federalismo*, traçando, ainda que resumidamente, a trajetória da prática da centralização/descentralização, bem como do *Federalismo*, no Brasil do século XIX, para, em seguida, dar continuidade às reflexões sobre o *Federalismo* por meio do estudo do que aconteceu com esse ideal tão logo foi proclamada a República, em 1889.

Como Estado soberano, surgido em 1822, o Brasil optou por uma forte centralização política e administrativa, o que não impediu que, após 1831, no período Regencial (1831-1840), as reivindicações localistas voltassem com plena força, fazendo com que o grande tema da época fosse o reforço dos aspectos federativos que nela estavam presentes e a extinção dos resíduos absolutistas da Constituição. Desse modo, o Ato Adicional de 1834 adotou alguns elementos do *Federalismo*, como as assembleias provinciais. Provavelmente, como consequência da descentralização, manifestaram-se tendências separatistas em todo o país. Em diferentes momentos, três províncias proclamaram sua independência: Rio Grande do Sul, Bahia e Pará.

O Segundo Reinado (1840-1889) trouxe o retorno do centralismo monárquico, favorecido por um importante fator econômico: o Brasil tornou-se o maior produtor de café do mundo, com a produção – numa primeira fase da expansão – concentrada na Província do Rio de Janeiro. Com isso, a centralização do poder político coincidiu com a grande concentração da riqueza na Província do Rio de Janeiro. Era, assim, natural que os principais defensores do centralismo estivessem na burocracia central e entre os grandes fazendeiros de café e comerciantes da cidade e da Província do Rio de Janeiro, juntamente com os segmentos que, em outras províncias, eram ligados ao comércio externo. Em 1885, o Governo Central arrecadava 77% das rendas públicas, ficando as províncias e os municípios com os restantes 23% (CARVALHO, 1998).

O *Federalismo* voltou a pleno vapor com a propaganda republicana, que se inspirou na experiência norte-americana. O Manifesto Republicano de 1870 atacava a centralização, ligando-a aos interesses monárquicos, e defendia clara e abertamente o *Federalismo*.<sup>100</sup> A produção de café deslocara-se do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, fazendo de São Paulo a província mais rica, o que levou seus políticos a apontarem a centralização como mecanismo de transferência de renda para as províncias mais pobres. Crescia, assim, a campanha pelo *Federalismo*, especialmente pelos escritos de Rui Barbosa (CARVALHO, 1998). Proclamada a República, o debate continuou. Rui Barbosa, que tanto defendeu a Federação, reconhecia, entretanto, que não se tratava de exigência popular, mas das elites políticas.

## 2.2 A POLÍTICA BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: FEDERALISMO, PARTIDOS E *POLÍTICA DOS GOVERNADORES*

Dois anos antes da proclamação da República, e dois anos depois de Moniz Freire ter publicado suas *Cartas ao Imperador* (1885), um deputado republicano na Assembleia Provincial de São Paulo, Martim Francisco, procurando demonstrar que a união São Paulo/Brasil era prejudicial àquele, fazia uma comparação entre as diferentes identidades<sup>101</sup> – que ele chama também de "personalidades" – das províncias brasileiras. Numa classificação em que, segundo ele, a identidade paulista é a de "pagador geral do Império", o Espírito Santo

<sup>100</sup> Ver *Manifesto do Clube Republicano do Rio de Janeiro* (2002, p. 76-87).

<sup>101</sup> Renato Lessa (1999) usa inúmeras vezes o termo "identidade política" para caracterizar comportamentos políticos por ele estudados no Brasil dos séculos XIX e XX.

é tachado de ser o "hoteleiro desempregado" (LESSA, 1999). Trata-se de uma visão que São Paulo tinha sobre o Espírito Santo, em um momento político em que um deputado paulista correspondia a 16.000 habitantes da província, o que era duas vezes a população do Espírito Santo, que elegia dois deputados, enquanto aquela província elegia nove. Assim era representado o Espírito Santo naquele contexto histórico.

Nessa visão do "eles", o Espírito Santo era considerado um território que tem a vocação de apenas abrigar e alimentar pessoas (um hotel) que trabalham alhures e colaboram com o progresso de outras áreas; ao mesmo tempo em que se acha sem emprego e, portanto, empobrecido. Era a visão contra a qual lutou Moniz Freire em sua prática política, conforme se verá adiante.

Poucos anos depois (1892), Moniz Freire assume pela primeira vez a presidência do Espírito Santo, agora um Estado, no regime republicano, sem que quase nada tenha mudado, no que diz respeito à visão que ele tinha sobre a província capixaba. Põe-se, então, a pergunta: no período de atuação republicana de Moniz Freire, como era a política brasileira que possibilitava representar desse modo o Estado do Espírito Santo? Trata-se de um estudo indispensável para se compreender como Moniz Freire atuou nesse contexto, trabalhando, assim, na construção de uma identidade política capixaba que levasse em conta esse tipo de representação. Desvendar essa política brasileira de então foi o objetivo deste subitem.

Proclamada a República, em 1889, o Governo Provisório<sup>102</sup> (1889-1891) decreta que o país passava a se chamar Estados Unidos do Brasil, formado pelas antigas províncias, reunidas agora pelos laços da Federação, na qual cada Estado deveria decretar sua Constituição e eleger seus governos. Os analistas do período são unânimes em localizar, no Decreto 1, a marca de Rui Barbosa, presente na opção pelo Federalismo, que pode ser entendida não apenas como demanda pela descentralização política e pela redistribuição dos poderes, mas sobretudo como exigência de diminuição do tamanho do Governo Central, conforme afirmava Rui Barbosa quando defendia a presença do Estado, mas criticava os utopistas "[...] que pretendem modelar o mundo por fórmulas abstratas [...] e negam a vantagem, para as nações, da interferência discreta da administração [...]" (FAORO, 2001, p. 577).

---

<sup>102</sup> Renato Lessa (1999) afirma que, apesar da opção federalista, a primeira elite republicana tinha vago acesso às ideias federalistas e da defesa da autonomia estadual, como também não sabia o que poderia fazer para aplicar essas ideias em uma ordem política e administrativa.

Os republicanos – que antes eram uma minoria – assumiram, a partir de 1889, a função de construir novas instituições. Desse modo, entre 1890 e 1891, foi reunida a Assembleia Constituinte, recém-eleita, com o objetivo de redigir a primeira Constituição Republicana para o Brasil. Rui Barbosa, autor-chave e conhecido estudioso das leis, imprimiu, conforme Skidmore (1998, p. 109), como "a característica mais importante" dessa Constituição a "*descentralização radical*", com o Brasil transformado em Federação.

Punha-se, entretanto, para o país, um importante desafio, pois os diversos grupos que disputavam agora o poder tinham interesses diferentes e não concordavam quanto às concepções sobre a maneira pela qual a República deveria ser organizada. Assim, os representantes políticos da classe dominante de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul eram a favor de uma República federativa que assegurasse autonomia às unidades regionais, mas também divergiam quanto a outros aspectos da organização do poder, já que o modelo liberal era defendido por Minas Gerais e por São Paulo, enquanto os gaúchos, pelos ideais positivistas. Os militares<sup>103</sup> constituíam outro segmento, dentro do qual se encontrava o Exército, artífice do novo regime. Para eles, positivistas ou não, a República deveria ser dotada de um Executivo forte e, nesse sentido, suspeitavam dos argumentos a favor da autonomia das províncias.

No que diz respeito a essas divergências, José Murilo de Carvalho (2005) refere-se as duas liberdades, ideia retirada da conferência pronunciada por Benjamin Constant, em 1819, no Athénée Royal de Paris, com o título de *De la liberté des anciens comparée à celle des modernes*, em que o autor fala da liberdade dos antigos (Atenas, Roma e Esparta) e que fora adotada pelos jacobinos da Revolução Francesa (1789), a liberdade do homem público, a de decidir na praça pública os negócios da República e de participar coletivamente do governo e da soberania; e a dos modernos, do homem privado, a liberdade de propriedade, de mercado, de opinião, com uma participação política feita pela representação e não pelo envolvimento direto, já que – com o desenvolvimento do comércio e da indústria – não há mais o tempo que se deveria dedicar à deliberação em praça pública.<sup>104</sup> A defesa da segunda forma de liberdade acha-se no *Federalist* – já comentado – que, conforme notou Stourzh, mencionado por Carvalho (2005, p. 85), apresenta "[...] a visão de uma nação sem patriotas, [...] de uma

<sup>103</sup> Também os militares não constituíam um grupo homogêneo, já que o Exército era claramente republicano, ao lado de uma Marinha vista como ligada à Monarquia.

<sup>104</sup> José Murilo de Carvalho (2005) dá a entender que a Revolução Francesa – ao menos em sua fase mais radical – procurou aplicar a primeira liberdade, com Rousseau como o autor mais importante; enquanto a Revolução Americana praticou a segunda, com Montesquieu como o autor de maior influência.

colecção de indivíduos em busca de uma organização política que garantisse seus interesses [...]". O comtismo<sup>105</sup> introduziu uma variante nessas duas vertentes, fugindo ao individualismo da visão liberal, sem colocar em seu lugar a vontade geral de Rousseau e dando ênfase especial à noção de pátria como a mediação necessária entre a família e a humanidade e tendo como característica os dons femininos do sentimento e do amor.

Assim, sintetizando os três modelos de República pelos quais os brasileiros podiam optar, Carvalho (2005, p. 90) afirma:

Dois deles, o americano e o positivista, embora partindo de premissas totalmente distintas, acabavam dando ênfase a aspectos de organização do poder. O terceiro colocava a intervenção popular como fundamento do novo regime, desdenhando os aspectos de institucionalização.

Os dois modelos franceses (o segundo e o terceiro, na classificação de Carvalho) utilizavam a ideia de ditadura republicana, embora ela permanecesse vaga na versão jacobina e muito precisa entre os positivistas, que até detalhavam o papel do ditador e do Congresso.

Que republicanos sustentavam qual visão? Para os proprietários rurais de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, o *Federalismo* era o que mais buscavam, pois era o que mais lhes convinha. Assim, sobretudo por meio da pena de Rui Barbosa, prevaleceu na Constituição de 1891 o modelo norte-americano, embora – segundo Carvalho (2005, p. 93) – com uma interpretação completamente diferente da que vigorou nos Estados Unidos, onde

[...] a preocupação com a organização do poder [...] era antes consequência da quase ausência de hierarquias sociais, [enquanto no Brasil] [...] o *Liberalismo* adquiria um caráter de consagração da desigualdade, da sanção da lei do mais forte [...], fazendo com que, ligado ao presidencialismo, fossem colocados em mãos [...] os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário.

Entretanto, para os pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores, o regime imperial limitava as oportunidades de trabalho e, por isso, não eram favoráveis à solução liberal, sendo atraídos por apelos em favor da igualdade, da liberdade e da participação no poder. Falavam em revolução e cantavam a Marselhesa nas ruas, como aconteceu, por exemplo, em Cachoeiro do Itapemirim e em outras localidades do Espírito Santo, quando souberam do 15 de novembro. Tratava-se de um grupo pequeno, mas radical.

---

<sup>105</sup> Doutrina de Augusto Comte (1798-1857), fundador do positivismo, que grande influência teve na proclamação da República no Brasil, inspirando o lema "Ordem e Progresso", colocado na Bandeira brasileira (CARVALHO, 2001).



### 2.2.1 Um Federalismo à brasileira

A corrente positivista possuía um arsenal teórico que atraía sobretudo os militares e os republicanos do Rio Grande do Sul. Em nome do progresso, condenavam a Monarquia. Gostavam igualmente da ideia de separação entre a Igreja e o Estado, como também a da ditadura republicana e da proposta de inclusão do proletariado à sociedade.

Proclamada a República, a visão positivista governou o país até 1894. A partir daí, impera a visão liberal. Mas, de qualquer forma, a Constituição de 1891 consagrou o modelo federalista de inspiração norte-americano e que, ao longo do tempo, foi eliminando a autonomia provincial e reforçando o Poder Central. Assim rezava o art. 1º da Constituição de 1891:

A Nação Brasileira adopta como fórma de governo, sob o regimen representativo, a Republica Federativa proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitue-se, por união perpetua e indissolúvel das suas antigas provincias, em Estados Unidos do Brazil.

Os Estados eram especificamente regulados por outros dois artigos:

Art. 5º Incumbe a cada Estado prover, a expensas proprias, ás necessidades de seu governo e administração; a União, porém, prestará soccorros ao Estado que, em caso de calamidade publica, os solicitar.

Art. 6º O Governo Federal não poderá intervir em negocios peculiares aos Estados, salvo:

- 1º Para repellir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;
- 2º Para manter a fórma republicana federativa;
- 3º Para restabelecer a ordem e a tranquillidade nos Estados, a requisição dos respectivos governos;
- 4º Para assegurar a execução das leis e sentenças federaes.

Entre os políticos que assinaram sua aprovação, estava o positivista capixaba José de Mello Carvalho Moniz Freire, seguido de Domingos Vicente Gonçalves de Souza, Gil Diniz Goulart, José Cesario de Miranda Monteiro de Barros e Antonio Borges de Athayde Junior.

No começo da República, o Federalismo fora entendido de uma maneira considerada radical por muitos. O *Manifesto Republicano* de 1870 (CHACON, p. 250) já proclamava:

A autonomia das províncias é, pois, para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira. O regime da federação baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios,

[...] é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.

Desse modo, a Constituição do Estado de São Paulo, de 14 de julho de 1891, autorizava que o chefe do Executivo estadual decretasse estado de sítio e se considerava um estado autônomo e soberano. Também a Constituição da Paraíba, promulgada em 1892, autorizava o estado de sítio. As Constituições de Sergipe e de Alagoas declaravam o respectivo estado livre e autônomo. O Estado do Rio de Janeiro declarou-se independente. As Cartas Constitucionais da Bahia e do Paraná diziam se constituírem em Estados soberanos. Vê-se que, nesse início do Federalismo republicano, seis Estados declararam-se soberanos, dois consideraram-se livres e um deles tornou-se literalmente independente.<sup>106</sup>

O Estado do Espírito Santo não fugiu à regra e, apesar de não aplicar um Federalismo radical, sob influência do *Partido Republicano Construtor* de Moniz Freire, promulgou, em maio de 1892, sua Constituição, diferente da de 1891, que estabelecia, em seu art. 2º, que o Estado gozaria de “[...] *autonomia política e administrativa*”. Em 1892, entretanto, a formulação foi até radicalizada<sup>107</sup> com o art. 1º registrando:

O Estado do Espírito Santo, tendo por forma de governo a República Federativa, obedecerá como membro confederado da República dos Estados Unidos do Brasil, a todas as suas leis, concorrerá para o fortalecimento da sua integridade e gozará das vantagens, como contribuirá para os ônus, do engrandecimento, da defesa, da honra, do crédito e do bem geral da nação (CALDEIRA, 1980, p. 15).

É interessante notar a evolução do Federalismo na Constituição capixaba, por exemplo. Assim, na Reforma Constitucional de 30 de novembro de 1904, o art. 1º utilizava a expressão “*membro federado*”. Entretanto, em 13 de maio de 1913, a reforma constitucional já não usava mais o conceito de *Federalismo* e identificava o Espírito Santo simplesmente como “[...] *parte integrante da República dos Estados Unidos do Brasil [...]*”, expressão que posteriormente foi usada tanto na reforma constitucional de 1923 quanto na Constituição promulgada em 1928. Na década de 1930, sob os auspícios da centralização varguista, o art. 1º do texto constitucional registrava que o estado determinava suas leis, “[...] *nos limites de sua autonomia*”.

<sup>106</sup> Para isso, ver Basílio (1961, p. 33-38).

<sup>107</sup> A presença do termo “confederado” confere essa característica de radicalização na Constituição de 1892, uma vez que, conforme Lúcio Levi (2002, p.218), na confederação, os Estados-membros “[...] mantêm toda a sua soberania [...], [podendo] [...] rescindir em qualquer momento os vínculos que o ligam [...] [ao conjunto], respeitando a absoluta independência dos Estados associados [...]”. Em seus primeiros anos como nação, os Estados Unidos foram uma confederação. Não é sem razão que, na Guerra de Secessão (1860-1865), os Estados do Sul se reuniram em Estados Confederados.

Vê-se que o Poder Executivo, no Brasil, tendeu a concentrar cada vez mais o poder, desvirtuando, assim, o ideal federalista inicial. Chacon (1985, p. 61) afirma:

Mesmo sob a capa de autonomia mandonista local, montara-se, na Primeira República, um mecanismo de 'reconhecimento' [...]. Quem terminava mandando mesmo era o Superchefe Presidente da República, 'His Majesty the President' na definição de Ernest Hambloch, mais concentrador de poder pessoal que nunca. No seu raciocínio centralizador e autoritário, Campos Sales prossegue deplorando a profusão de gabinetes parlamentaristas na França [...]. Para Campos Sales, a 'autoridade legal ou moral (do Presidente presidencialista) jamais deverá desaparecer atrás do seus ministros' e por consequência de nenhum outro delegado.

Aliás, segundo Faoro (2001, p. 596), "[...] a política do *funding loan*<sup>108</sup> provocou, malgrado a condição federal dos negócios, o fortalecimento do poder central, com o rígido controle das finanças estaduais [...]".

O Federalismo à brasileira trouxe duas práticas para a vida política do país: o funcionamento de um partido único e a invenção, pelo presidente Campos Sales, da chamada "política dos estados". É indispensável conhecer essas duas práticas, para se compreender a atuação de Moniz Freire como governador do estado e político de renome nacional, na construção de uma identidade política capixaba.

O regime federativo permitiu que as oligarquias locais se organizassem dentro de seus Estados e montassem partidos únicos, que funcionavam como instrumentos duplos de manutenção da ordem e de negociação com o Governo Federal, fato este aliado a outro que é o de que, no Brasil, a vida política apresenta modalidades de ação diferentes das de países com outra formação, já que o funcionamento do poder não se articula somente nas áreas oficiais. Assim, o sistema político funciona na base de forças exercidas por elites e partidos, que fazem com que, no Brasil, "[...] o processo político e a realidade do poder [transcendam] os limites da autoridade institucionalizada" (BRUNO, 1995, p. 10).

É pela mesma razão que, no Brasil da Primeira República, uma grande parcela do poder passou a ser exercida pelas oligarquias, que garantiam para si força política por meio da ingerência nos negócios públicos. O poder é, então, dividido entre essas forças, as quais vão encontrar, por assim dizer, seu *habitat* natural na chamada *Política dos Governadores*,

---

<sup>108</sup> Acordo sobre a dívida externa brasileira, assinado por Campos Sales (1989-1902), em parceria com seu ministro da Fazenda, Joaquim Murinho.

também conhecida como Política dos Estados, idealizada pelo presidente da República Manuel Ferraz de Campos Salles (1898-1902) que, antes mesmo de ser eleito, já havia formulado a teoria de que as deliberações oriundas da democracia podem ser perigosas, por trazerem agitações e fazer com que sejam aproveitadas por grupos não confiáveis politicamente, do que deriva a consequência de que, segundo ele, a política e a ação devem ser exercidas por uma minoria. Logo, desnecessários, os partidos políticos só agiriam na medida em que atuassem de forma tolerante e com disciplina. Desse modo, o cerne de seu pensamento é uma “[...] representação aristocrática” (BRUNO, 1995, p. 34). É daí que derivam duas grandes características da política no Brasil da Primeira República, cujo estudo será de imensa utilidade para se analisar a atuação política de Moniz Freire, bem como a construção de uma identidade política capixaba: o funcionamento de um sistema peculiar de partido político e a chamada *Política dos Governadores*.

Iniciar-se-á o desenvolvimento dessas duas grandes características a partir da análise do sistema partidário. Dado que Moniz Freire morreu em 1918, só será estudada a questão partidária anterior a essa data.

Após a Assembleia Constituinte de 1891, a primeira eleição para a escolha de representantes federais, tanto da Câmara quanto do Senado, ocorreu em 1894, funcionando até a Revolução de 1930, a cada três anos. Foi definido o número de 212 deputados federais e 63 senadores – sendo três senadores para cada Estado e o Distrito Federal – para compor o Congresso Nacional Constituinte, permanecendo o mesmo quantitativo para a próxima legislatura. O Decreto nº 1.542, de 1893, determina o quantitativo de 212 deputados, assim permanecendo até a ascensão de Getúlio Vargas. Os deputados exerciam o mandato por três anos, os senadores, por nove e o presidente da República era eleito diretamente a cada quatro anos. Não havia previsão legal de definição de suplentes nos pleitos regulares. Assim, se houvesse vacâncias, escrutínios complementares eram convocados para todos os cargos.

A Tabela 4 nos facilita a visualização de como ficou formatada a distribuição de deputados federais no Brasil da Primeira República, podendo-se notar que o Estado que elegia mais representantes para a Casa era Minas Gerais, com direito a 37 vagas. Em seguida, vinham São Paulo e Bahia, com 22 deputados, Rio de Janeiro e Pernambuco, com 17, Rio Grande do Sul com 16 cadeiras e os demais Estados variavam entre 4 e 10 parlamentares. Daí, “[...] parte da

propalada preponderância política de São Paulo e Minas no sistema político [...] uma vez que detinham, sozinhos, 28% na Câmara [...]" (RICCI; ZULINI, 2014, p. 445).

TABELA 4 – Representação política na Primeira República

ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	NÚMERO DE DEPUTADOS
Alagoas	6
Amazonas	4
Bahia	22
Ceará	10
Espírito Santo	4
Goiás	4
Maranhão	7
Mato Grosso	4
Minas Gerais	37
Pará	7
Paraíba	5
Paraná	4
Pernambuco	17
Piauí	4
Rio de Janeiro	17
Rio Grande do Norte	4
Rio Grande do Sul	16
Santa Catarina	9
São Paulo	22
Sergipe	4
Distrito Federal	10
<b>TOTAL</b>	<b>212</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912 (1916).

### 2.2.2 Regime peculiar de partido único

Faz-se necessário recordar, inicialmente, que, no Império, as articulações políticas eram voltadas mais para o Poder Moderador<sup>109</sup> que para o eleitorado. Com o advento da República e, conseqüentemente, do Federalismo, foi estabelecido um novo modelo de estruturação partidária, com ênfase na dinâmica política estadual. Fracassaram as tentativas de formação de partidos de âmbito nacional, como o *Partido Republicano Federal* ou o *Partido*

<sup>109</sup> Trata-se de um dos quatro poderes de Estado, instituídos pela Constituição monárquica de 1824. O Poder Moderador sobrepõe-se aos outros três poderes, cabendo ao seu detentor força coativa sobre os demais, sendo pessoal e privativo do Imperador, assessorado por um Conselho de Estado. Era uma construção idealizada pelo escritor e político francês de origem suíça, Benjamin Constant (1767-1830), o mesmo que, em 1819, escreveu *Sobre a liberdade dos antigos comparada com a dos modernos*, comentada por José Murilo de Carvalho e citada nesta tese.

*Republicano Conservador*, o que a história dos partidos republicanos pode nos ajudar a compreender.

O *Manifesto Republicano de Itu*, de 1870, deu origem ao *Partido Republicano Paulista* e à fundação do primeiro *Clube Republicano* do Rio de Janeiro. Com o objetivo de realizar a unificação dos republicanos das diversas regiões do país, fundou-se em 1875 o *Clube Republicano Federal*. Tão fraca era a assimilação do ideal republicano pela população que, quatro meses antes da proclamação da República, os republicanos conseguiram eleger um sétimo da votação para o Senado e a Câmara dos Deputados. Por outro lado, não havia um Partido Republicano que pudesse se caracterizar como autenticamente nacional, mesmo que Quintino Bocaiúva, em maio de 1889, tenha se tornado o chefe do *Partido Republicano Nacional* (PRN), que englobava partidários com opiniões diversas a respeito da República e dos métodos para se chegar a ela no Brasil (BRUNO, 1995).

Proclamada a República, é criado, em 1890, o *Partido Republicano Histórico* do Rio Grande do Sul. Em 1893, Francisco Glicério fundou em Salvador o *Partido Republicano Federal*, tendo como um de seus objetivos manter a defesa da autonomia dos Estados. Em 1910, apoiado por Pinheiro Machado e servindo de base para Hermes da Fonseca, cria-se o *Partido Republicano Conservador*. Em 1913, Rui Barbosa funda o *Partido Republicano Liberal*.<sup>110</sup> Surama Conde Sá Pinto (1998, p. 67) afirma que a instituição do *Federalismo* pela Constituição de 1891 consolidou "[...] uma estrutura partidária estadual e antipartidária a nível nacional, apesar das tentativas, sem êxito, de organização de agremiações [...]"

Desse modo, de 1889 a 1930, só os Partidos Republicanos estaduais tiveram durabilidade: o *Partido Republicano Paulista*, o *Partido Republicano Mineiro* e o *Partido Republicano Histórico* (no Rio Grande do Sul), juntamente com os diversos Partidos Republicanos dos outros Estados, por exemplo, o *Partido Republicano do Espírito Santo*, que dominou o território capixaba a partir de 1908, depois de um período em que ocorria disputa entre dois outros partidos. De qualquer forma, eram, em geral, partidos únicos estaduais, concorrentes de eventuais e efêmeros partidos nacionais. Entretanto, o poder não residia nos partidos políticos, mas nos governos estaduais, conforme se verá mais adiante, neste capítulo.

---

<sup>110</sup> Não listamos aqui os partidos cujo estudo é importante, mas que não tiveram maior papel no desenvolvimento político daquele momento histórico, como o Partido dos Católicos e o dos Operários.

Historiadores há que defendem a ideia de que nasceu com a República uma aversão ao espírito partidário. Trata-se até de um ponto central do pensamento político de Campos Sales, o que permitiu que, a partir da *Política dos Estados*, a disputa partidária fosse substituída pela nova realidade: a disputa entre o Poder Central e as políticas estaduais, realidade essa que prejudicou imensamente o Estado do Espírito Santo, proporcionando a Moniz Freire tomadas de atitudes que contribuíram para a configuração de uma identidade política capixaba.

### **2.2.3 A Política dos Governadores e o Federalismo à brasileira**

Para Surama Conde Sá Pinto (1998, p. 63), a *Política dos Governadores* "[...] pode ser definida como um conjunto de normas e práticas políticas informais, articuladas por Campos Sales, que estabilizou o relacionamento entre o poder central e as situações estaduais". Por meio dela, o Presidente da República concedia apoio político, realizava obras públicas e até ajudas pessoais que pudessem favorecer a facção política que dominasse cada Estado da Federação, desde que a facção apoiasse o Presidente da República. Desse modo, os conflitos políticos ficariam restritos à esfera regional e, caso isso não ocorresse, poderia haver intervenção federal no Estado. Então, alcançar-se-ia a estabilidade política do país. Conforme José Murilo de Carvalho (1997, p. 1), o Federalismo

[...] criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado. O antigo presidente de Província, durante o Império, era um homem de confiança do Ministério, não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas bases de poder na Província à qual era, muitas vezes, alheio. No máximo, podia preparar sua própria eleição para deputado ou para senador.

Ora, a *Política dos Governadores* não se coaduna com o Federalismo, uma vez que esse requer um Poder Central controlado, ao mesmo tempo em que os Estados-membros são igualmente soberanos, sem a dominação de uns sobre outros. Desse modo, a parte constitucional – o Federalismo – impunha autonomia dos Estados, enquanto a parte não constitucional – a *Política dos Governadores* – restringia o poder dos Estados e dava origem ao domínio de uns Estados sobre outros. Era a contradição do Federalismo brasileiro. Portanto, hegemonia de alguns Estados e dependência, por parte de outros – como o Espírito Santo – configuram realidades que não estão de acordo com o princípio federal, o que se explica, talvez, pelo fato de que somente Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva conheciam mais de perto o *Federalismo* norte-americano, naquela fase inicial da Primeira República, quando

quase todos "[...] ignoravam [...] a prática do regime na América do Norte e na América Latina" (BELLO, 1999, p. 76). Essa hegemonia foi inúmeras vezes notada por Moniz Freire, como em seu discurso dirigido aos deputados, por ocasião da sua posse em seu primeiro mandato, conforme veremos em ocasião oportuna.

Vê-se, assim, que essas duas práticas constituem os dois lados da moeda: o constitucional e o não constitucional que, para Lessa (1999, p. 86), resumiam as duas principais características dos dez primeiros anos da República: a "[...] elaboração constitucional [...] [e a] [...] feitura do pacto oligárquico da política dos governadores [...]". É até possível afirmar que, nesse jogo dominador/dominado, a "elaboração constitucional" servia para dar legitimidade à parte "não-constitucional", o que se justifica à luz dos estudos de Weber (1999, p. 139) sobre a dominação, sobretudo quando ele afirma que "[...] nenhuma dominação contenta-se voluntariamente com motivos puramente materiais ou afetivos ou racionais referentes a valores, como possibilidades de sua persistência. Todas procuram despertar e cultivar a crença em sua 'legitimidade' [...]". Provavelmente, nesse caso da *Política dos Governadores*, a legitimidade<sup>111</sup> estaria fundamentada na Constituição e em um de seus fundamentos teóricos, o *Federalismo* à brasileira.

Ora, a *Política dos Governadores* gerou o domínio oligárquico de Minas e São Paulo.<sup>112</sup> Quando se estuda a hegemonia de São Paulo e de Minas Gerais, não se pode daí concluir que os dois Estados exerciam a mesma hegemonia ao mesmo tempo. Assim, logo depois da presença dos militares – a República da Espada (1889-1904) – tem início a República do Café (1894-1930) que elege como seus primeiros presidentes da República três paulistas: Prudente de Moraes (1894-1898), Campos Salles (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906). A partir de 1906, tem início a fase caracterizada pela forte presença de mineiros. Tivemos Afonso Penna (1906-1909), interrompido por dois não mineiros – Nilo Peçanha (1906-1909) e Hermes da Fonseca (1910-1914) –, logo sucedidos pelo mineiro Wenceslau Braz. Este, por sua vez, foi sucedido por um não mineiro, Epiácio Pessoa (1919-1922), logo seguido por mais um mineiro, Arthur Bernardes (1922-1926). A Primeira República termina com um

<sup>111</sup> Para Weber (1999, p. 140), "A 'legitimidade' de uma dominação deve naturalmente ser considerada apenas uma probabilidade de, em grau relevante, ser reconhecida e praticamente tratada como tal."

<sup>112</sup> A Primeira República (1889-1930) é conhecida como o período do "café com leite", o que exprime a ideia de que a aliança entre o café (São Paulo) e o leite (Minas Gerais) comandou a política brasileira. Ora, a realidade foi mais matizada e, para compreendê-la, é necessário focalizar outros aspectos, por exemplo, as relações entre a União e outros Estados, como o Rio Grande do Sul, bastante influente na política brasileira desse período. Por outro lado, os acordos entre as oligarquias indicam que o Governo Federal não se constituía apenas de defensores da política cafeeira.



"paulista de Macaé", de qualquer forma representante da oligarquia paulista, Washington Luís (1926-1930). Pode-se, assim, contabilizar no período quatro presidentes paulistas e três mineiros.

Instaurada por Campos Salles, a *Política dos Governadores* foi a grande marca da República brasileira, desde 1898 a 1930, caracterizando-se pela hegemonia de alguns estados, o fortalecimento do poder do presidente da República<sup>113</sup> e a ausência de Partidos Políticos de âmbito nacional. Em nossas pesquisas voltadas para a dissertação de Mestrado – da qual se originou esta tese sobre Moniz Freire e a construção de uma identidade política capixaba – mostramos com clareza que o Estado do Espírito Santo estava fora dessa hegemonia, era "satélite". Moniz Freire desenvolveu, assim, grande parte de sua atuação pública em um momento histórico em que vigorava, no Brasil, essa prática política.

De qualquer forma, pode-se dizer que a união das oligarquias paulista e mineira foi um elemento fundamental da história política da Primeira República. Love (1997, p. 53) afirma que, "[...] conquanto São Paulo não pudesse dominar sozinho o governo federal, podia geralmente agir de acordo com Minas Gerais para controlar o Executivo federal e, através dele, todo o governo central [...]". Também os mineiros só aumentaram sua presença na política nacional depois que foram superadas as divergências de sua classe política, o que se deu com a chamada segunda fundação do *Partido Republicano Mineiro* (PRM), em 1897. Wirth (1997, p. 77) declara que "[...] a coesão doméstica era a chave dessa influência nacional [...]". Unidade política que faltou, conforme se verá adiante, na elite capixaba. Talvez tenha sido essa uma das razões de um Espírito Santo "satélite" na política nacional: falta de articulação das elites capixabas entre si. Moniz Freire se ressentirá dessa realidade, conforme se verá também nesta tese.

Em 1909, abriu-se a dissidência entre São Paulo e Minas Gerais, o que facilitou a volta do Rio Grande do Sul à política nacional, com a ascensão de Hermes da Fonseca à Presidência da República, com o apoio do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e dos militares. Na oposição, estava São Paulo que, em aliança com a Bahia, lançou a candidatura de Rui Barbosa. A partir da vitória de Hermes da Fonseca, o Rio Grande do Sul começou a brilhar como estrela de

---

<sup>113</sup> Faoro (2001, p. 596) afirma, por exemplo, que a aprovação da Lei de 30 de dezembro de 1905, que criou o quarto Banco do Brasil – que é o atual – que passou a funcionar como Banco Central regulador e agente financeiro do Tesouro, fez com que o pacto federal, a partir do funcionamento do novo Banco do Brasil, adquirisse outra índole, segundo a qual o predomínio dos Estados poderosos se definisse "[...] na conquista da presidência da República, com a constelação de poder articulada para o controle do país".

terceira grandeza, junto a Minas Gerais e a São Paulo, ainda que fosse, em algumas vezes, apenas com grande presença em Ministérios. Love (1997, p. 118) constata a forte presença desses três Estados na política, quando fala dos Ministérios constituídos no período republicano:

As organizações políticas dos três estados mais poderosos, São Paulo, Minas e Rio Grande, deram quase a metade (48%) do número total de anos que membros de máquinas estaduais ocuparam pastas ministeriais entre 1910-1930; e membros dos partidos dos três grandes estados chefiavam os principais ministérios civis (Viação, Fazenda e Justiça) durante 63% do tempo.

Assim, sob a hegemonia paulista ou sob forte influência mineira ou gaúcha, vigorava a *Política dos Governadores* que ostentava, como um de seus pilares, o estabelecimento da *Comissão de Verificação*. Tratava-se de um presidencialismo sem partidos, em um regime que, entretanto, funcionava por meio de um sistema eleitoral. Como ocorria, então, esse jogo eleitoral que efetivava a ligação entre o presidente e os políticos regionais? Foram estabelecidos mecanismos para a formação de uma *Comissão de Verificação de Poderes*.<sup>114</sup> Essa, sim, constituía-se nessa ponte que ligava essas duas pontas: o Poder Central e os Poderes Estaduais. Entretanto, para se entender o caminhar do *Federalismo* no Brasil e o funcionamento da *Comissão de Verificação*, faz-se necessário compreender, ainda que brevemente, o debate historiográfico que atualmente se dá em torno do significado da *Política dos Governadores* para a história, no Brasil.

#### **2.2.4 As interpretações sobre o significado da *Política dos Governadores***

Um grupo de historiadores – entre os quais, alguns citados nesta tese, como Raymundo Faoro, Joseph Love e Renato Lessa – defendem a explicação que enfatiza o fator regional como o principal elemento determinante das lutas políticas no início da República brasileira, o que consistiria, por isso, no principal móvel para o estabelecimento da *Política dos Estados*, por

---

<sup>114</sup>A *Comissão Verificadora dos Poderes* foi um importante instrumento usado na Primeira República para colocar em prática a chamada *Política dos Governadores*. Tratava-se de uma comissão que reconhecia a legitimidade dos deputados eleitos em cada Estado e excluía os da oposição. Se um candidato da oposição fosse eleito para o Congresso, ele era acusado de fraude eleitoral e não era diplomado. Os candidatos da oposição sofriam, assim, a chamada "degola" (CARONE, 1972).

Campos Sales. Ora, historiadores e cientistas políticos<sup>115</sup> recentes procuram em outros fatores os motivos da aplicação da mais corriqueiramente chamada *Política dos Governadores*.

Assim é que Paolo Ricci e Jaqueline Porto Zulini vêm, em seus escritos, desenvolvendo argumentos que rebatem o grupo mais recentemente representado por Renato Lessa, em sua publicação *A invenção republicana* (1999). Afirmam eles que "[...] a ênfase no regionalismo e na questão federativa subestima elementos essenciais para a compreensão do período, especialmente a influência da cisão operada no seio do PRF em 1897 [...]" (RICCI; ZULINI, 2013, p. 3). Os autores ainda analisam a existência, antes da ascensão de Campos Sales, de uma polarização do Congresso brasileiro entre os "concentrados"<sup>116</sup> e os "republicanos",<sup>117</sup> o que teria provocado uma cisão no PRF, *Partido Republicano Federal*. Ora, uma proposta de punição a alunos rebeldes da Escola Militar acirrou a luta entre os dois grupos, numa cisão que, segundo Ricci e Zulini (2013, p. 6), "[...] é claramente ideológica [...] [e não se reduz a uma] identificação aos interesses regionais dos estados [...]", sendo, na realidade, grupos favoráveis/contrários a posições intervencionistas/nacionalistas na tribuna da Câmara dos Deputados, anulando, assim, "[...] a importância da clivagem regional [...]" (p. 7). Ora, essas duas facções "[...] dividiam o poder nos estados mais importantes como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco. Estados que, vale lembrar, conjuntamente somavam 93 deputados, quase a metade da representação na Câmara dos Deputados [...]" (p. 8).

Essa divisão entre "concentrados" e "republicanos" manteve-se forte até 1899, ano da eleição para a Câmara. O que estaria em jogo, caso fosse eleita uma nova Câmara composta por deputados divididos entre essas duas correntes antagônicas? Alguns historiadores levantam a hipótese da necessidade da estabilização das relações entre Executivo e Legislativo com uma finalidade momentânea, qual seja, a de soerguer as finanças públicas nacionais. Outros pesquisadores, representados por Renato Lessa, apelam para uma visão aristocrática de mundo, de Campos Sales, que defendia um Legislativo comprometido em homologar as decisões do Presidente da República. Uma e outra dessas interpretações são desprezadas por Ricci e Zulini (2013, p. 10), que rejeitam a ideia da "[...] cosmologia do modelo Campos Sales" e afirmam que, com base em documentos da época, a Câmara achava-se empenhada

---

<sup>115</sup> Entre os cientistas políticos, pode-se consultar a tese de Doutorado de Ana Luíza Backes (2004), que procura repensar o Pacto Campos Sales sob a mesma ótica de Ricci e Zulini.

<sup>116</sup> Eram basicamente os florianistas, defensores de um republicanismo radical e da ditadura republicana, considerada até como jacobinismo, em lembrança dos radicais da Revolução Francesa (RICCI; ZULINI, 2013).

<sup>117</sup> Tratava-se dos republicanos legalistas, na sua maioria os paulistas e ex-monarquistas (RICCI; ZULINI, 2013).

em votar todas as medidas necessárias para tirar o país do desarranjo financeiro em que se encontrava.

Assim, ainda conforme Ricci e Zulini (2013, p. 10), "[...] o problema real para Campos Sales, então, não era a contraposição entre concentrados e republicanos, mas a de que tal divisão, interna aos estados, se refletisse dentro do Parlamento", fazendo com que as duas facções – "concentrados" e republicanos – perdessem "[...] o caráter nacional que as contradistinguiram entre 1897 e 1899" (p. 10). Desse modo, "[...] a dinâmica política era local" (p. 10). Daí a reforma do Regimento Interno da Câmara em 1899, sobre a qual trataremos mais adiante e que deu configuração à *Política dos Governadores*.

Não somente as duas primeiras hipóteses, mas também a de Ricci e Zulini justificam as reflexões levantadas neste capítulo a respeito do papel do Federalismo e dos grandes Estados na condução da política brasileira. Ricci e Zulini (2013, p. 10), por exemplo, afirmam que "[...] não sabemos se a ênfase nos valores servia para Campos Sales enquanto forma de atrair grupos republicanos históricos (em particular, o grupo dos concentrados) [ou seja, reconhecem que a] ênfase nos valores" estava presente na decisão de Campos Sales. Mais adiante (p. 11), no estudo sobre esse tema, Ricci e Zulini explicitam que uma das metas de Campos Sales era promover uma "[...] mudança regimental que levaria à institucionalização de um sistema partidário regionalizado". Eles também concordam com as outras tendências historiográficas, quando dizem que "[...] o arranjo permitira o controle sobre a diplomação dos candidatos, criando bancadas estaduais unânimes" (p. 12). E, por fim, defendem claramente a ideia de que, com o objetivo de produzir "[...] bancadas unânimes - evitando problemas com representações hostis [...], [realizou uma] reforma que anula de fato a existência de partidos nacionais" (p. 12-13). Objetivamos mostrar que o estudo desses dois pesquisadores não invalida nossas afirmações sobre os fundamentos da *Política dos Governadores*.

Como se deu essa Reforma do Regimento da Câmara, em 1899? Pelo Regulamento Cesário Alvim – primeira lei eleitoral da República, decretada em 22 de junho de 1850 – o processo eleitoral, por meio de vários mecanismos, ficaria subordinado à responsabilidade dos intendentes municipais, escolhidos pelos governadores que, por sua vez, eram nomeados pelo Governo Central. Por essa razão, citando Faoro, Lessa (1999, p. 91) diz que foram eleitos para

a Assembleia Constituinte somente políticos que "[...] teriam em comum a aprovação prévia de seus nomes pelos governadores e, em última análise pelo Ministério [...]".

A Constituição promulgada em 1891 concedeu ao Poder Legislativo uma série de prerrogativas, entre as quais o direito exclusivo de verificar e reconhecer os poderes de seus membros, o que dava ao Legislativo um completo controle sobre a renovação de seus quadros. Assim, pela Carta de 1891, a decisão final a respeito da composição do Congresso cabia a ele próprio, por meio do funcionamento da *Comissão de Verificação*. Não havia ainda uma justiça eleitoral e, por essa razão, as eleições eram controladas, em cada Estado, pelo Executivo e pelo Legislativo. O primeiro controlava a apuração e o segundo, o reconhecimento final dos eleitos, bem como a degola dos inimigos. Entretanto, a composição da *Comissão de Verificação* era determinada por um processo diferente do eleitoral: no início da nova Câmara, o parlamentar mais idoso deveria ocupar a presidência da Casa e nomear os cinco deputados que deveriam decidir sobre a legitimidade do mandato dos demais. É o reconhecimento dos eleitos.

Entretanto, Campos Sales promoveu a reforma do Regimento Interno da Câmara,<sup>118</sup> estabelecendo duas mudanças: a *Comissão de Verificação* deveria ser formada pelo Presidente da legislatura anterior; o diploma passaria a ser definido como a ata geral da apuração da eleição, assinada pela maioria da Câmara Municipal, encarregada de organizar a apuração eleitoral. Desse modo, a degola da oposição passa a ser feita na expedição dos diplomas pelas juntas apuradoras que, por sua vez, eram controladas pelas situações locais. Se houvesse disputa pela mesma vaga, valeria a presunção – ideia defendida por Campos Sales – a favor do que se considera eleito pela política que domina seu Estado. O fraudulento é aquele que não tem apoio dos chefes estaduais. A conclusão é que o mandato legítimo era todo aquele que tinha por origem a política oficial de seu Estado. Foi a fundamentação legal da *Política dos Governadores*.

Que relação teve essa política com a Constituição de 1891? Ocorre que, entre as principais características da Constituição de 1891, estavam: atribuições dilatadas ao Legislativo, ao lado de uma opção federalista, com presidencialismo e imprecisão nas relações políticas entre

---

<sup>118</sup> Em 15 de novembro de 1904, foi promulgada a Lei Rosa e Silva, como ficou conhecida a primeira reforma eleitoral de monta, aprovada na República. Entre outras determinações, estabeleceu uma redistribuição dos distritos eleitorais por unidade federada. Assim, os Estados que elegiam até sete deputados passaram a formar um único distrito; para os outros Estados, os distritos seriam compostos por cinco deputados (RICCI; ZULINI, 2014).

União e estados. Assim, dado que a Constituição não estabeleceu o contrapeso entre esses distintos – e, muitas vezes, até contraditórios – aspectos, somente o desempenho dos atores políticos pôde realizar uma acomodação, por meio de um pacto não escrito, cuja construção foi finalizada no Governo Campos Sales (1898-1902) com seu programa apresentado em 31-10-1897. Por esse programa, "[...] o candidato propõe a despolitização da estrutura governamental ou [...] uma nova modalidade de política que deve buscar canais de expressão outros que não sejam o parlamento ou os partidos [...]"(LESSA, 1999, p. 132). É o fundamento teórico da *Política dos Governadores*.

Trata-se, conforme se pode ver, de uma visão aristocrática da sociedade que, em sua obra *Da propaganda à Presidência*, Campos Sales (1983, p. 124) mostra com toda clareza:

[...] sou infenso às grandes reuniões para deliberar sobre assuntos que, pela sua natureza, se relacionem com a direção ou a orientação que se deve imprimir a um determinado momento político. Essa é uma função que pertence a poucos e não à coletividade [...]. Parece-me, portanto, que o mais acertado será evitar a reunião e sujeitar o exame dos meios práticos [...] ao critério de alguns poucos, que sejam conhecidamente mais competentes [...].

A nova política adotada faria com que os detentores do poder, no momento de realização desse pacto, adquirissem condições de permanecer eternamente nos governos de seus Estados. Faoro (2001, p. 646) diz com clareza que "[...] cada estado terá seu dono, pessoal ou da família, de um chefe ou de um grupo fechado [...]". É o momento em que se firmará, no Espírito Santo, a oligarquia Souza Monteiro, dentro de uma política em que "[...] só os grandes estariam ao abrigo da ajuda federal direta, impondo seus interesses na formulação da política econômica [...], [enquanto] os pequenos estados obedecem porque são pobres e continuam pobres porque não participam dos estímulos comandados pela União [...]" (FAORO, 2001, p. 647), o que perpetuará no Espírito Santo a característica de Estado "satélite".

Assim, a nova política – a *Política dos Governadores* – estabelecia que o Presidente falasse diretamente aos Estados, constituindo, desse modo, os atores políticos relevantes. Rui Barbosa (citado por CHACON, 1981, p. 85) considerava que a *Política dos Governadores* fazia com que a política brasileira fosse um "[...] sindicato dos governadores presidido pelo chefe do Poder Executivo". Chacon (1985, p. 61), conforme citação já mencionada, faz alusão a essa estrutura montada por Campos Sales, dizendo que "[...] quem terminava mandando mesmo era o Superchefe Presidente da República, 'His Majesty the President', na definição de

Ernest Hambloch, mais concentrador de poder pessoal que nunca [...]". Nicolau Sevcenko (1998, p. 33) comenta que a *Política dos Governadores* permitiu à União uma situação "[...] de controle centralista, neutralizando o que no início do regime haviam sido denominadas as ‘vinte ditaduras’, resultado da redução do princípio federal à ação irrefreada das oligarquias estaduais [...]". O Parlamento será, assim, uma simples extensão dos domínios dos estados e da União. Com certeza, dominou a visão aristocrática de Campos Sales.

Por sua vez, José Murilo de Carvalho (2001, p. 31-32) considerava que

[...] o problema central a ser resolvido pelo novo regime era a organização de outro pacto de poder, que pudesse substituir o arranjo imperial com grau suficiente de estabilidade [e que] a maneira indireta de neutralizar a capital [a cidade do Rio de Janeiro] e as forças que nela se agitavam era fortalecer os estados, pacificando e cooptando suas oligarquias, [de modo que se pudesse] reunir as oligarquias em torno de um arranjo que garantisse seu domínio local e sua participação no poder nacional de acordo com o cacife político de cada uma [...].

Essa foi, segundo o historiador, "[...] a obra de Campos Sales, que, além do mais, precisava desesperadamente de paz interna para negociar a dívida externa com os banqueiros ingleses" (CARVALHO, 2001, p. 32). Vê-se que, conforme Carvalho (2001), entravam no Pacto diversos fatores, inclusive o *funding loan*, em hipótese negada por Ricci e Zulini (2013). Quanto à ideia sobre partido único, Carvalho (2001, p. 32-33) explicita que, "[...] se os partidos não funcionavam como instrumentos de governo, se se dividiam em facções, se ficavam presos a caudilhos, a solução, para Campos Sales, era formar então um grande partido de governo com sustentação nas oligarquias estaduais". Daí a afirmação do próprio Presidente, citada por Carvalho (2001, p. 33): "[...] é de lá [dos estados] que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da capital da União [...]. *A política dos estados [...] é a política nacional*" (O destaque é do próprio Campos Sales).

Houve, entretanto, movimentações políticas, como a de Nilo Peçanha, que procurou organizar um outro eixo de poder que pudesse disputar com a hegemonia<sup>119</sup> Minas/São Paulo. É nesse sentido que podemos compreender a formação da Reação Republicana (1921-1922), que lançou, nas eleições presidenciais de 1922, o nome do político fluminense em oposição a Arthur Bernardes. A Reação Republicana, contando com a aliança entre os Estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, foi a primeira grave cisão das

<sup>119</sup> Ver conceito de hegemonia em Belligni (2002, p. 579-581). Utilizamos, aqui, a palavra não em seu sentido marxista e gramsciano, mas significando supremacia político-militar.

oligarquias na Primeira República e que culminou, depois, com o Golpe/Revolução de 30 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Para finalizar este capítulo, citamos nossa dissertação de Mestrado, quando afirmamos que "[...] é em função de todo esse jogo de influências, poderes, alianças e sujeições, resultante da 'política dos estados', que vai se colocar a dependência do Espírito Santo, nesse período [...]" (SUETH, 2006, p. 54). O entendimento da política capixaba no final do século XIX e início do século XX dependerá, com certeza, do que foi desenvolvido neste capítulo, que apresentou as características fundamentais da política brasileira nesse recorte temporal, com enfoque nas especificidades que orientarão o discurso e a prática de Moniz Freire na construção de uma identidade política capixaba. Assim, depois de analisada a política brasileira – naquilo que interessa ao entendimento do que, nesta tese, propomos – voltar-nos-emos para a política capixaba: depois do geral, o particular. De que modo as características aqui estudadas influenciaram a movimentação política do Espírito Santo – província ou estado – em meio aos debates do Segundo Reinado (1840-1889) e da Primeira República (1889-1930)? É o tema do próximo capítulo.



### **3 ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA, A TRAJETÓRIA DO ESPÍRITO SANTO: OS FUNDAMENTOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA E A ATUAÇÃO PÚBLICA DE MONIZ FREIRE**

Para se entender o discurso e as práticas políticas de Moniz Freire e sua atuação como construtor de uma identidade política capixaba, faz-se necessário estudar não somente sua trajetória política, mas também a de sua família, que participou de todos os grandes momentos que caracterizaram a história do Espírito Santo no século XIX, o que faz dela uma das mais importantes famílias que atuaram na história desse Estado representado na bandeira pela estrela "intrometida". Desse modo, podemos dizer com toda certeza que Moniz Freire era detentor de uma forma de capital, o capital político, que ele acumulou por meio da herança que recebeu de sua família, como também do que reuniu com sua ação pessoal, ao longo de sua trajetória de homem voltado para o desenvolvimento do Espírito Santo, seja no Império, seja na República, como político atuante, jornalista ativo, conferencista arguto ou escritor perspicaz.

Trata-se, segundo Bourdieu (1989, p.187-188), de uma forma de capital simbólico, firmado na crença e no reconhecimento por parte de seus seguidores. O capital simbólico, segundo ele, conduz ao poder simbólico, que "[...] é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *autoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe" (p. 188) e, por isso, "[...] o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele" (p. 188). O poder simbólico é um poder invisível, "[...] quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física (ou econômica), graças ao efeito específico da mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário" (p. 14).

As pessoas podem deter esse capital político a título pessoal ou por delegação (como mandatário de uma organização detentora de um capital político acumulado no decurso de lutas passadas). O capital pessoal desaparece com a pessoa do seu portador. Dessa forma, o capital delegado da autoridade política, por ser devido e controlado pela instituição, ainda conforme Bourdieu (1989, p. 191), é produto de uma "[...] transferência limitada e provisória, apesar de renovável, por vezes vitaliciamente". O capital pessoal pode se dar por duas razões:

o capital pessoal por notoriedade, firmado no fato de ser conhecido, de ter um nome, uma reputação; o capital pessoal profético (no qual pensa Max Weber quando fala de "carisma"). O "[...] capital pessoal por notoriedade é produto de uma acumulação lenta e contínua, a qual leva em geral toda uma vida [...]" (BOURDIEU, 1989, p. 191) enquanto o capital pessoal profético "[...] é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos [...]" (p. 191).

Ora, em virtude de eleições, Moniz Freire deteve também o capital por delegação, mas esse capital não lhe veio por acaso, já que também ostentou um capital pessoal por notoriedade, vindo em grande parte do clã familiar a que pertencia. Também é verdade que sua atuação na vida pública fez com que ele pessoalmente ampliasse esse capital que recebera por herança familiar. Por outro lado, mesmo antes de ser eleito, ainda no Império, parece ter começado a acumular também um capital profético, pelo fato de enfrentar e afrontar, com muita coragem e altivez, o desprezo com que as autoridades viam e tratavam o Espírito Santo, conforme se verá ao longo desta tese.

É possível que seu discurso nessas ocasiões tenha sido de alto valor na conquista desse capital pessoal profético. Não é sem razão que a *Revue du Brésil*, jornal publicado em Paris e consagrado aos interesses do Brasil, em seu número de 15 de fevereiro de 1897, trouxe um retrato elogioso à figura desse ilustre capixaba, publicado pelo jornal *O Estado do Espírito Santo* (Vitória, p. 1, 16 mar. 1897). Transcrevemos o texto em sua totalidade, pois resume bem a prática política de Moniz Freire, no que diz respeito à construção de uma identidade política capixaba:

O Espírito Santo é de todos os estados do Brasil, excetuado o de Sergipe, o menor em extensão territorial.

Olvidado durante muito tempo, apesar de situado muito próximo do Rio de Janeiro, de onde emanava o estímulo para o desenvolvimento de todas as atividades, no tempo do Império, patenteou suas forças logo que o regime federal se estabeleceu e achou em um de seus filhos, dr. Moniz Freire, o homem que, por sua competência, poderia aproveitar os recursos do estado em proveito do progresso e desenvolvimento do mesmo estado.

O dr. Moniz Freire, jovem advogado representou o seu país natal como deputado a constituinte em fins de 1890, e nesta assembleia convocada para dar ao novo regime republicano sua consagração legal e sua organização definitiva, salientou-se, menos pela eloquência de sua palavra, do que pelo trabalho sério das comissões em que as suas providências, instrução sólida e a firmeza de suas convicções serviram para organizar algumas das mais importantes leis federais. Dois anos depois, mais ou menos, quando reorganizou-se o Estado do Espírito Santo como estado autônomo o dr. Moniz Freire foi chamado para administrá-lo pela livre escolha de seus concidadãos que tiveram ocasião de apreciar o seu espírito organizador.

Em menos de quatro anos ele transformou inteiramente este estado e fez dele um dos fatores mais poderosos da prosperidade geral do Brasil. Trabalhos públicos,

melhoramentos urbanos, meios de comunicação, caminhos de ferro, navegação internacional, todos os progressos enfim acharam nele um promotor perseverante, ativo e inteligente. Depois de ter desenvolvido os recursos financeiros do estado ele teve a prudência de preparar o empréstimo externo que lhe permitiu começar a concluir uma rede de caminhos de ferro dando assim à produção de café um escoadouro fácil.

Esse empréstimo emitido por um dos grandes estabelecimentos financeiros de Paris, tem tido o melhor acolhimento. Foi também ele que pensou em tornar efetiva a união do Estado do Espírito Santo com o de Minas Gerais.

Este, apesar de sua grande população relativa não possui porto algum de mar. Graças ao acordo estabelecido com o Estado do Espírito Santo, que lhe servirá de passagem, ele poderá em breve exportar uma grande parte de seus variados produtos por um dos portos deste estado.

Deixando o poder no ano findo, depois de ter solidamente estabelecido as bases da grandeza futura da sua terra natal, o dr. Moniz Freire veio a Europa tratar dos interesses do seu estado. Outros poderão ter servido o seu país com mais estrépito, ninguém porém o terá feito com maior eficácia.

Relatando sonhos e mágoas do Espírito Santo, o artigo é um reconhecimento público, vindo do exterior que atesta o desempenho de Moniz Freire em seu primeiro mandato de Presidente de Estado, que terminara em 1896. É também um depoimento que resume bem algumas importantes características impressas por Moniz Freire na identidade política capixaba, como o empenho na ligação com Minas Gerais, o desenvolvimento de infraestrutura que possibilitasse esse relacionamento e a colocação do Espírito Santo em um patamar de prestígio em face aos outros entes federativos. Tudo isso deu a Moniz Freire meios de acumular ainda mais um capital político que, vindo de seu clã familiar, ele conseguira continuar edificando ao longo de sua trajetória política. O presente capítulo procurará mostrar como se deu, no desenvolvimento político do império e da Primeira República, a acumulação desse capital político: por intermédio do prestígio político de sua família e dos discursos e práticas políticas que ele pessoalmente desenvolveu ao longo de uma vida pública iniciada desde a mais tenra juventude, conforme se verá.

Este capítulo tratará do desenvolvimento político capixaba ao longo do Império e da Primeira República, com ênfase no período iniciado na década de 1860, nascimento de Moniz Freire. Não é nosso objetivo fazer aprofundamentos que não se relacionem com a participação de seu clã<sup>120</sup> familiar ou dele próprio na política, uma vez que a meta deste capítulo é estudar a

---

<sup>120</sup> O *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (FERREIRA, verbete *clã*, 2010, p. 509) afirma que clã significa uma "[...] unidade social formada por indivíduos ligados a um ancestral comum por laços de descendência demonstráveis ou putativos", o que coincide com a definição sociológica de Johnson (1997, p. 35), uma vez que, "[...] no estudo do parentesco, o clã é um conjunto de pessoas que se consideram descendentes de um mesmo ancestral e, portanto, julgam-se como parte de um grupo que tem uma identidade comum". Dado que, segundo o mesmo Dicionário (1986, p. 414), a palavra *clã* também pode significar "Partido", usaremos, com certa

construção do capital político do qual se serviu o estadista capixaba para colaborar na construção de uma identidade política de seu Estado. Nesse sentido, serão analisadas aqui as participações - de seu clã e dele - na política, desde a Independência até a Primeira República. Embora os objetivos principais digam respeito ao final do Império e à República, iniciaremos com o final do período colonial e a Independência (1822), uma vez que esses foram momentos importantes na formação de seu clã familiar.

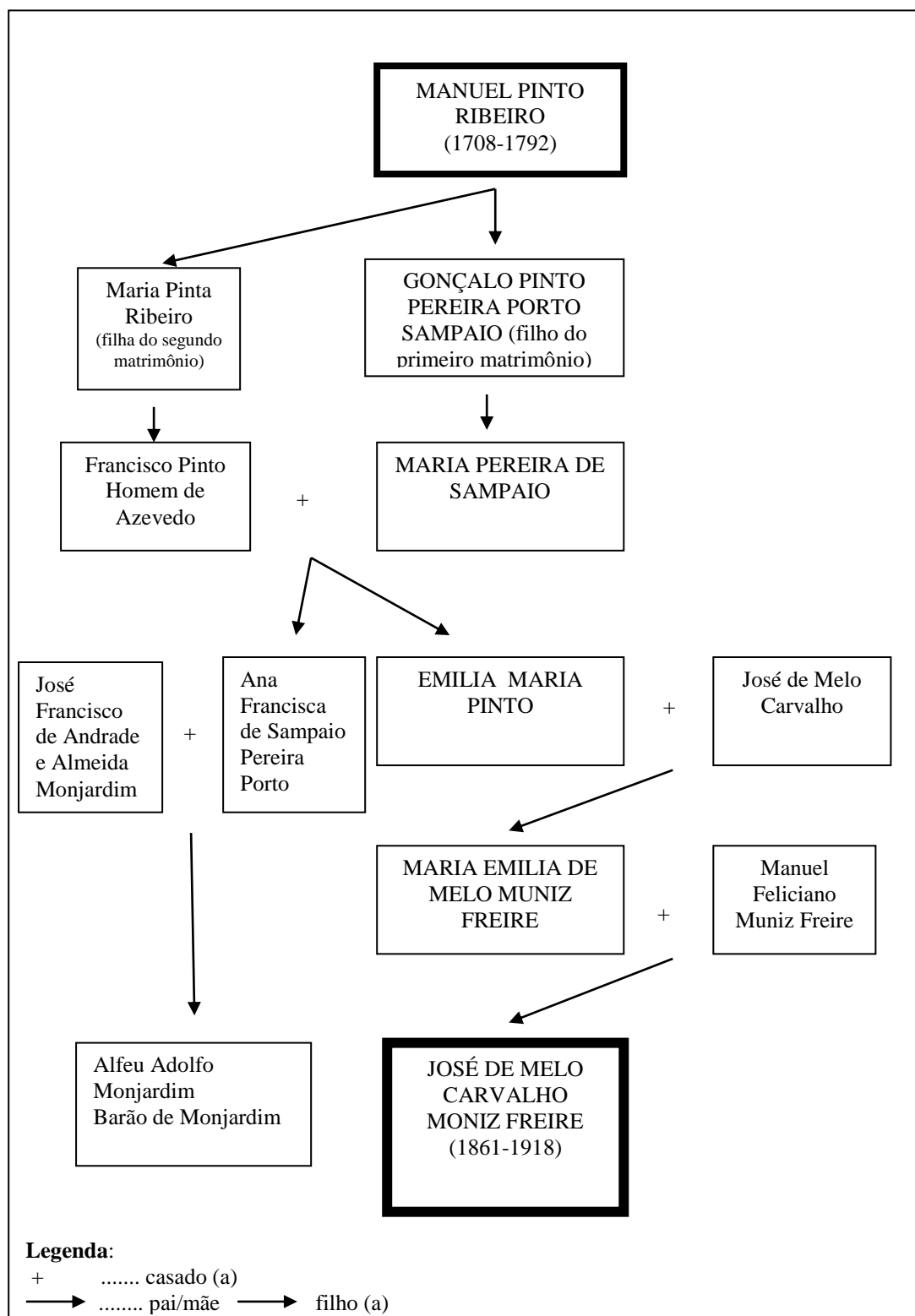
### 3.1 A EMERGÊNCIA DOS PINTOS RIBEIRO NA CAPITANIA E NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

O sobrenome de Moniz Freire com certeza deve seu prestígio político ao fato de que seu pai, Manuel Feliciano Muniz Freire, casou-se com Maria Emilia de Melo Muniz Freire, a qual, por sua vez, pertencia ao poderoso clã dos Pintos Ribeiro, atuante e influente no Espírito Santo desde o final do período colonial. O Organograma 1 ajuda a elucidar a inserção do personagem desta tese, Moniz Freire, no clã dos Pintos Ribeiro, o que ajudará a explicar, em parte, como se deu a construção de seu capital político.

---

frequência, a expressão *clã familiar*, com o objetivo de especificar que só queremos fazer referência, nesse caso, ao seu amplo grupo familiar, e não aos seus correligionários políticos.

## ORGANOGRAMA 1 – Origem familiar de Moniz Freire



**Fonte:** Montagem feita pelo autor, a partir de dados coletados em SANTOS, Estilague Ferreira. **José de Melo Carvalho Muniz Freire.** Vitória: Espírito Santo em ação, 2012. p. 31-119.

Inicia-se o clã com a chegada de Manuel Pinto Ribeiro<sup>121</sup> à Capitania do Espírito Santo, vindo de Portugal, no final do século XVIII, para ocupar a função de capitão-mor da Vila de Vitória e a de provedor<sup>122</sup> da fazenda real. Já chegou como participante do mundo político, no qual também desempenharão muitos papéis outros membros dos Pintos Ribeiro. O chefe do clã casou-se no Espírito Santo, onde teve vários filhos de dois casamentos, uma vez que enviudara da primeira esposa. Dois de seus filhos, Marcelino Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio e José Pinto Ribeiro, estudaram em Coimbra, onde o primeiro até exerceu a função de professor, e o segundo foi ouvidor<sup>123</sup> e provedor da Fazenda Real da Capitania do Espírito Santo.

José Murilo de Carvalho (1980) afirma que a educação superior, no Brasil, concentrava-se, antes da Independência, na Universidade de Coimbra e que, até 1850, a grande maioria dos membros da elite foi educada nessa universidade de origem medieval. A Tabela 5 pode ajudar a compreender a importância que a presença dos Pintos Ribeiro em Coimbra teve para a Capitania do Espírito Santo e para a acumulação do capital político do clã. Trata-se de tios trisavós de Moniz Freire.

O primeiro dos filhos de Manuel Pinto Ribeiro, Marcelino Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, matriculou-se na famosa Universidade em 1755 e o segundo filho, que estudou em Coimbra, nasceu em 1758, podendo-se deduzir que este é um dos três que entraram na estatística (Tabela 5) montada por José Murilo de Carvalho, como a de estudantes provenientes do Espírito Santo, num total de 1.242 alunos brasileiros na influente universidade portuguesa.

---

<sup>121</sup> Os dados referentes à formação e atuação do clã dos Pintos Ribeiro foram, em sua maioria, compilados da pesquisa de SANTOS, Estilague Ferreira dos, em sua obra *José de Melo Carvalho Muniz Freire* (2012b).

<sup>122</sup> O capitão-mor de uma vila exercia a função de dirigi-la assumindo grande importância em algumas capitanias, "[...] sobrepondo-se à câmara e às distantes autoridades portuguesas [...], assumindo poder incontestado [...]" (WEHLING, 1994, p. 305), enquanto o provedor da fazenda real funcionava como um representante fiscal do rei, na vila, responsável pelas finanças reais. Para as atribuições desses cargos, como também para as de ouvidor da capitania, ver mais em CAMARGO, Angelica Ricci (*Mapa - memória da administração pública brasileira*, do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça).

<sup>123</sup> O ouvidor era o maior cargo judiciário da capitania.

TABELA 5 – Estudantes brasileiros matriculados em Coimbra, por Província, 1772-1872

CAPITANIA/PROVÍNCIA	NÚMERO DE ESTUDANTES
Pará	46
Maranhão	109
Piauí	1
Ceará	5
Rio G. do Norte	1
Paraíba	15
Pernambuco	143
Alagoas	1
Sergipe	3
Bahia	322
Mato Grosso	5
Goiás	15
Espírito Santo	3
Rio de Janeiro	333
Minas Gerais	169
São Paulo	46
Santa Catarina	0
Rio Grande do Sul	19
Cisplatina	6
Total	1.242

**Fonte:** Montagem do autor, com base no Quadro 3 de José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial* (1989, p. 61).

O primeiro desses estudantes era um Pinto Ribeiro. Sabe-se também que o nome do segundo era João Ramos dos Santos Pinto (OLIVEIRA, 2008). Desconhece-se o terceiro. De qualquer forma, "[...] como o ensino superior era privilégio das classes abastadas, o reduzido número de espírito-santenses na Universidade de Coimbra reflete a precariedade de recursos da capitania" (OLIVEIRA, 2008, n. 25, p. 253) e a importância dos Pintos Ribeiro já naquele momento histórico.

Por outro lado, a presença dos dois irmãos em Coimbra, justamente no momento em que D. João V tinha, como um de seus principais conselheiros, D. Rodrigo de Souza Coutinho, futuro conde de Linhares, fez Santos (2012, p. 36) levantar a hipótese de que provavelmente houve

uma "[...] aproximação entre os membros mais ilustrados da família Pinto Ribeiro e a clientela que fazia parte desse grupo ministerial liderado pela figura proeminente do futuro Conde de Linhares".

Continuando na montagem dos personagens que fizeram parte da construção do capital político de Moniz Freire, encontramos seu bisavô, o capitão-mor da vila de Vitória, Francisco Pinto Homem de Azevedo, casado com uma neta de Manuel Pinto Ribeiro e dono de sítios, chácaras, da Ilha do Boi e das fazendas Maruípe e Jucutuquara, onde hoje se encontra o Museu Solar de Monjardim. Em 1818, o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire visitou o Espírito Santo e avistou-se com o então capitão Francisco Pinto, hospedando-se em sua casa de Jucutuquara. Ele o recebeu "muito bem" (1974, p. 40). Sobre ele, o francês declarou ser "[...] homem inteligente e bom agricultor [...], cultivava o algodão, assim como a cana [...]" (1974, p. 49). Ao longo deste capítulo, esse ancestral de Moniz Freire ainda será mencionado várias vezes, pois ocupou importante papel político nesse contexto da História do Espírito Santo.

Outro personagem que contribuiu para a construção do capital político de Moniz Freire foi José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim (1797-1884),<sup>124</sup> filho de Inácio João Monjardim (1742 - ?), nomeado capitão-mor da capitania do Espírito Santo em 1781. José Francisco casou-se com Ana Francisca de Sampaio Pereira Porto, irmã da avó de Moniz Freire e, portanto, filha do capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo. Vê-se, assim, como era poderoso e influente o clã ao qual pertenceu Moniz Freire.<sup>125</sup> Também José Francisco será várias vezes mencionado neste estudo, pois exerceu importantes funções políticas na Província do Espírito Santo, ao longo de todo o Império. Leonardo Monjardim (2003, p. 16) afirma que José Francisco, tio-avô de Moniz Freire

Elegeu-se várias vezes vereador da Província e senador do Império. Como deputado estadual, foi o maior recordista da Assembleia Legislativa Provincial, elegendo-se por quinze vezes, nove delas consecutivas, sendo presidente em sete Legislaturas. Como governador, administrou a província quatorze vezes, alcançando mais um recorde na sua vida política.

---

<sup>124</sup> Recebeu diversas condecorações: Cavaleiro da Ordem de Aviz em 1822, Conselheiro da Ordem Imperial do Cruzeiro em 1823, Comendador da Ordem de Cristo em 1847 e Comendador da Ordem da Rosa em 1860.

<sup>125</sup> Vários dados referentes à vida de Moniz Freire foram retirados de obras que resultaram da pesquisa de Estilaque Ferreira dos Santos, sobre esse influente político capixaba: *Escritos políticos de Muniz Freire e José de Melo Carvalho Muniz Freire*.



### 3.2 OS PINTOS RIBEIRO NO PRIMEIRO REINADO (1822-1831): A CONSTRUÇÃO DE UM IMENSO CAPITAL POLÍTICO

Já na proclamação da Independência, os Pintos Ribeiro tiveram grande atuação política. Quando em agosto de 1820 é desencadeada a Revolução do Porto, governava o Espírito Santo Baltasar de Sousa Botelho de Vasconcelos, que teve de enfrentar manifestações populares. Ainda no Brasil, D. João VI não concordava com a convocação das Cortes<sup>126</sup> – proposta pelos revolucionários –, mas não as dissolveu. O rei também tinha esperança de que a revolução não encontraria adesão no Brasil. Entretanto, começam as pressões sobre D. João VI no sentido de que jurasse a Constituição a ser elaborada pelas Cortes, o que ele realmente prometeu fazer. Em março de 1821, ele anuncia seu regresso a Portugal e a permanência do príncipe D. Pedro no Brasil, juntamente com o anúncio da eleição dos deputados do Brasil às Cortes. Em abril, as Cortes declararam que todos os governos provinciais seriam independentes do Rio de Janeiro e sujeitos a elas. Bahia, Pará, Maranhão e Piauí aderiram às Cortes. No Espírito Santo, houve manifestações de rebeldia que agitaram a cidade de Vitória e "[...] Padre Francisco Ribeiro Pinto - capelão da tropa - foi acusado pelo governador, como um dos cabeças das liberdades", em ofício do governador dirigido ao Conde dos Arcos, secretário dos Negócios do Reino (OLIVEIRA, 2008, p. 296). O padre, "um dos cabeças das liberdades", pertencia ao clã dos Pintos Ribeiro.

Mais tarde, em julho de 1821, a Tropa se amotinou, quando o governador, clero, nobreza e povo prestavam juramento de cumprir a Constituição portuguesa, feita pelas Cortes. O motim trouxe ao Espírito Santo Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, para fazer um inquérito. Ele fazia parte da loja maçônica *Distintiva*, considerada por Oliveira Lima republicana e revolucionária e, conforme Oliveira (2008, p. 321, nota I), sua viagem a Vitória "[...] teve finalidade especificamente política, [durante a qual] o inquérito teria sido mero pretexto para uma excursão de propaganda, [haja visto] o trabalho de aliciamento [que ele] teria feito junto à elite da província". Por outro lado, Oliveira (2008) aponta registros que mostram depoimentos do Pe. Marcelino Pinto Ribeiro Duarte contrários às conclusões de Nóbrega e

---

<sup>126</sup> As Corte Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa foram instaladas com a finalidade de elaborar uma Constituição para Portugal e seus domínios ultramarinos. Sua convocação foi decorrência da Revolução do Porto de 1820. Seu funcionamento se deu nos anos 1821 e 1822. Para maiores dados, ver CAMARGO, Angelica Ricci (*Mapa - Memória da Administração Pública Brasileira*, do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça).

favoráveis ao governador Botelho de Vasconcelos.<sup>127</sup> O Pe. Marcelino era irmão do tetravô de Moniz Freire, pertencendo também ao clã dos Pintos Ribeiro.

No dia 20 de setembro de 1821, realizou-se no Espírito Santo a eleição para o representante da província e seu vice, nas Cortes de Lisboa, que tinham por missão elaborar a Constituição para o Reino Unido. Entre os dez eleitores que participaram dessa votação, estavam o capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo e o Pe. Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, ambos do clã Pinto Ribeiro, ao qual posteriormente pertencerá Moniz Freire (DAEMON, 1879).

Nesse processo anterior à Independência, D. Pedro apoiou a formação de Juntas Regionais, o que, no fundo, significava assegurar às regiões uma certa autonomia. Desse modo, foi assinado um decreto em 1º de outubro de 1821, determinando a eleição de Juntas de Governo, o que o Espírito Santo só fará depois do grito do *Fico*.<sup>128</sup> Desse modo, em 1º de março de 1822, conforme Daemon (1879), foram eleitos os membros da Junta Provisória, que substituirá o governador Balthasar de Sousa Botelho de Vasconcellos. Dentre os cinco eleitos, estava o capitão José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim e seu cunhado e primo José Ribeiro Pinto, ambos membros do clã ao qual pertencia Moniz Freire.<sup>129</sup> Era a primeira vez, na história do Espírito Santo, que um governo fora constituído pelos próprios moradores.

A 3 de junho de 1822, é divulgado o decreto que convocava a Constituinte brasileira. Como representante do Espírito Santo, foi escolhido o ouvidor Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, também um Pinto Ribeiro, conforme indica seu sobrenome.

A proclamação do Ipiranga<sup>130</sup> fez com que as Câmaras das Vilas<sup>131</sup> corressem em manifestações de aplausos ao evento. Conforme Daemon (1879), foi esse o momento em que

---

<sup>127</sup> De qualquer forma, o Espírito Santo manteve o antigo governador e recusou-se, no princípio, à formação de uma Junta de governo.

<sup>128</sup> O *Dia do Fico* deu-se em 9 de janeiro de 1822, quando o então príncipe regente D. Pedro de Alcântara foi contra as ordens das Cortes Portuguesas que exigiam sua volta a Lisboa, ficando no Brasil.

<sup>129</sup> Logo em seguida à eleição da Junta Provisória, deu-se a escolha do comandante militar da capitania, que recaiu sobre o tenente-coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro, provocando a revolta de um dos preteridos, o coronel Julião Fernandes Leão que, depois de manobras políticas, acabou sendo nomeado para o cargo e logo em seguida, mandou prender seu antecessor, entrando desse modo em conflito direto com a Junta Governativa, contra a qual marchou, em 23 de julho de 1822, cercado de alguns companheiros, "aos gritos de "Abaixo a Junta! Morra a Junta!", mas "[...] a tropa se recusou a cumprir as ordens de seu comandante, solidarizando-se com a Junta " (OLIVEIRA, 2008, p. 301). Julião Fernandes Leão foi demitido. Foi a *Julianada*.

<sup>130</sup> Trata-se do assim chamado *Grito do Ipiranga*, marco simbólico da Independência brasileira, quando, "[...] sob influência da princesa e futura imperatriz Leopoldina de Habsburgo e do próprio José Bonifácio, que Pedro decide-se pela plena autonomia [...] [do Brasil, junto ao riacho do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822,

chegava ao Espírito Santo o ouvidor Manuel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio (? - 1857), formado em Coimbra e, de acordo com Oliveira (2008, p. 302), "[...] encarregado pelo *Grande Oriente do Brasil*<sup>132</sup> de vir a esta província apaziguar os exaltados e propagar as ideias de independência pátria por que se batia aquele grêmio". Era companheiro de Maçonaria do grupo de liberais fluminenses que atuavam sob a liderança de Gonçalves Ledo. O ouvidor era filho de João Pinto Ribeiro,<sup>133</sup> portanto também membro do clã dos Pintos Ribeiro. Não é demais lembrar que tudo isso reforça a ideia de que o capital político transmitido a Moniz Freire foi aos poucos sendo construído pelo clã aos qual ele pertencia. Ele não foi uma estrela isolada. Fazia parte de uma influente constelação e, por isso, era portador de um grande prestígio, que lhe possibilitou suas realizações políticas.

Oliveira (2008, p. 302) relata que a Junta Governativa do Espírito Santo "[...] se apressou em credenciar o capitão José Francisco de Andrade Almeida Monjardim [...] para apresentar, pessoalmente, ao imperador, as congratulações da província". Segundo Monjardim (2003, p. 43) ele "[...] foi escolhido pela Loja Maçônica a que pertencia, para representar o Espírito Santo nas solenidades de sagração e coroação de D. Pedro I, cabendo-lhe a honra e o privilégio de empunhar uma das varas do pátio sob o qual o imperador fez o trajeto do paço à Capela Imperial". Ainda de acordo com o atual descendente dos Monjardim, esse episódio histórico acha-se documentado na tela<sup>134</sup> do pintor Jean Baptiste Debret. De fato, ao descrever a coroação de D. Pedro, o pintor Debret (1978, t. II, p. 87), quando relata a marcha do cortejo, desde o palácio até a Capela, elenca os oito procuradores-gerais que seguravam as

---

declarando] o país livre da 'tirania' das Cortes, proclamando 'Independência ou Morte'" (MONTEIRO, 2000, p. 135).

<sup>131</sup> Embora fosse considerada parte do território capixaba, a vila de S. Mateus havia sido incluída, há tempos, à jurisdição da administração da Bahia. Somente em janeiro de 1823, S. Mateus aclamou D. Pedro como novo soberano do Brasil e seus habitantes declararam-se sujeitos ao governo capixaba, o que foi ratificado depois por um *Aviso* ministerial.

<sup>132</sup> Criado em 17 de junho de 1822, o *Grande Oriente do Brasil* (GOB), "[...] única potência brasileira a deter o reconhecimento primordial, secular e definitivo da Loja-Mãe da Inglaterra, inscrito entre as quatro ou cinco maiores potências maçônicas do mundo, tem cadeira cativa e fortemente destacada na história do país, tanto no período monárquico quanto no republicano". O Grande Oriente é o órgão superior a que uma Loja está subordinada (Ver *Maçonaria no Brasil*, internet: [www.gob.org.br](http://www.gob.org.br)).

<sup>133</sup> José Teixeira de Oliveira registra à nota 29 da p. 302 que o ouvidor Pereira de Sampaio era filho de João Pinto Ribeiro, "[...] entretanto, di-lo filho de José Ribeiro Pinto [...]". Estilague Ferreira dos Santos (2012b, p. 95) afirma que era "[...] filho do capitão-mor da vila do Espírito Santo, José Ribeiro Pinto, que, por sua vez, [...] era cunhado e primo de Francisco Pinto Homem de Azevedo". Independentemente de qualquer controvérsia, é certo que Pereira de Sampaio fazia parte dos Pintos Ribeiro.

<sup>134</sup> De fato, na prancha 48 de Debret, sobre a *Coroação de D. Pedro, imperador do Brasil*, há referências relacionadas com essa afirmação, pois, em sua explicação do desenho, Jean Baptiste Debret (1978, p. 324) escreve que se veem, "[no quinto plano, no interior da capela, nos primeiros lugares dos bancos, os fidalgos da corte, os delegados das províncias e outros convidados". Assim, muito provavelmente o coronel encontrava-se representado na obra de Debret, embora não seja fácil localizá-lo, já que se tratava de muitos delegados das províncias.

varas do pátio imperial: "[...] José Francisco de Andrade Almeida Mogiordim,<sup>135</sup> a quarta [vara, do lado esquerdo]". Novamente, um membro do clã e tio-avô de Moniz Freire participando de importantes atos políticos do Brasil nascente.

Afirma Daemon (1879) que, em 1824, para apresentar a D. Pedro I o preito e a homenagem do povo da Província do Espírito Santo, após o juramento da 1ª Constituição brasileira, foi enviado um Pinto Ribeiro, o agora desembargador Manuel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio que, em seguida, fez parte da lista tríplice para senador pela Província do Espírito Santo, embora não fosse escolhido pelo Imperador. Posteriormente, nesse mesmo ano, foram selecionados os seis membros do Conselho Provincial do Governo, entre os quais dois Pintos Ribeiro: Francisco Pinto Homem de Azevedo e seu primo José Ribeiro Pinto.

Novaes (197-, p. 165) registra que, no final de 1829, deixa o governo da Província o Dr. Inácio de Acióli de Vasconcelos, passando o cargo "[...] ao Vice-Presidente Francisco Pinto Homem de Azevedo, pela segunda vez investido da administração da Província". Tratava-se do bisavô de Moniz Freire, construindo um capital político herdado pelo bisneto. Mais adiante, Novaes (197-, p. 171) novamente registra que, em 1832, com a saída do Presidente da Província do Espírito Santo, "Mais uma vez o Governo do Espírito Santo foi exercido pelo Cel. José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. Aliás, esse Conselheiro do Governo e o Cap. Francisco Pinto Homem de Azevedo substituíram, muitas vezes, os Presidentes da Província". Ou seja, tio-avô e bisavô de Moniz Freire mantêm-se ativos e influentes na política.

Nesse final do Primeiro Reinado, destaca-se a figura de outro descendente do velho chefe do clã, Manuel Pinto Ribeiro. Trata-se de um tio-bisavô de Moniz Freire, o Pe. Marcelino Pinto Ribeiro Duarte (1788-1860) que, ainda jovem de 17 anos já havia auxiliado o governador Manuel Vieira da Silva Tovar e Albuquerque, que dirigia a Capitania do Espírito Santo entre 1804 e 1811. Quando governava o Espírito Santo, Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira – que comandou a Capitania de 1812 a 1819 – tinha ocorrido, em Pernambuco, a Revolução Pernambucana de 1817, liderada pelo capixaba de Itapemirim, Domingos Martins. Tratava-se de uma revolução que produziu um alerta no Espírito Santo, devido à presença do Pe. Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. Foram pedidas "[...] providências internas, como, por exemplo, o afastamento do Pe. Marcelino Duarte, patriota exaltado [...]" (NOVAES, 197-, p.

---

<sup>135</sup> O ilustre pintor não grafou Monjardim, mas Mogiordim.

124). Desse modo, ainda conforme Novaes (p. 169), foi afastado da província e mandado para o Rio de Janeiro, onde participou de vários movimentos políticos, tendo até atuado nas *Noites das Garrafadas*, "[...] tanto no púlpito quanto nos comícios, a fim de estimular o patriotismo dos seus companheiros, contra os excessos do Imperador [...]". Foi processado por abuso da liberdade de imprensa e até proibido de desembarcar no Espírito Santo, devido às suas ideias *exaltadas*. Era um membro do clã dos Pintos Ribeiro.

Em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdica do trono brasileiro. Em 21 de setembro, explode uma revolta de soldados na cidade de Vitória. Trata-se de soldados chegados da Corte no dia anterior e que vieram reforçar o Batalhão nº 12, aos quais se unirá parte dos soldados do mesmo batalhão. Conforme Daemon (1879), a soldadesca desenfreada principiou a percorrer as ruas de Vitória, dando tiros de encontro às casas. Nesse momento, o cargo de Presidente da Província era ocupado por José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, que, segundo o mesmo Daemon (1879, p. 286), "[...] dirigiu-se unicamente com seu Ajudante de Ordens ao quartel e por bons modos pode apaziguar a soldadesca aconselhando-lhes sossego, ordem e obediência". Entretanto, logo depois os revoltosos dirigiram-se ao palácio e ficaram aglomerados, gritando. Monjardim ameaçou-os de uma janela, mandando que o quanto antes se retirassem para o quartel. Mas eles não acataram as ordens e percorriam a cidade, dando tiros. Só depois de "severas providências" (DAEMON, 1879, p. 287) a rebelião foi abafada.

Entrando no período regencial (1831-1840), o Espírito Santo vivenciou as lutas políticas que caracterizaram o Brasil naquele contexto histórico. Na Corte, formaram-se grupos políticos denominados: *caramurus*, *exaltados* e *moderados*. Os *caramurus* baseavam seu pensamento na ideia de que a nação brasileira já estava politicamente constituída e negavam-se a apoiar qualquer reforma na Constituição, defendendo a centralização monárquica. Por sua vez, o grupo dos *exaltados* defendia a ideia de que a liberdade deveria caminhar junto com a igualdade social e, desse modo, combatiam os privilégios da nobreza, defendendo a descentralização. Os *moderados* constituíam-se em um meio-termo entre as duas posições, defendendo a Monarquia constitucional e combatendo o Republicanismo que era defendido por muitos *exaltados*. A fusão entre uma parte dos moderados e os *caramurus* deu origem ao *Partido Conservador*, enquanto a união da outra parcela dos moderados com os *exaltados*

provocou a formação do *Partido Liberal*. No Espírito Santo, esses partidos políticos só surgiram posteriormente.<sup>136</sup>

No começo do Período Regencial, foi grande a luta dos liberais, exaltados ou não, em defesa das liberdades e da descentralização do poder. Como consequência desse embate, foi aprovada a primeira reforma descentralizadora da Constituição de 1824, o Ato Adicional de 1834. A divulgação desse Ato, Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, motivou, conforme Novaes (197-), grandes festejos em toda a Província do Espírito Santo que, agora, teria um Poder Legislativo local, com a instalação da Assembleia Provincial. Realizaram-se as eleições em outubro de 1834. Foram eleitos 20 deputados, entre os quais, conforme Oliveira (2008), o capitão Francisco Pinto Homem de Azevedo, bisavô de Moniz Freire. Ao longo do Período Regencial, iam sendo eleitos para a Assembleia Provincial membros do clã dos Pintos Ribeiro, assim ocorrendo, por exemplo, com José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim e o Pe. Marcelino Pinto Ribeiro Duarte que, conforme Daemon (1879), fora eleito em 1838 para a legislatura provincial.

### 3.3 NO SEGUNDO REINADO, A AFIRMAÇÃO POLÍTICA DOS MONJARDINS

Com a morte do bisavô de Moniz Freire, o coronel Francisco Pinto Homem de Azevedo, em 20 de dezembro de 1846 (DAEMON, 1879), assumiu a liderança do clã seu genro, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim – tio-avô de nosso personagem – que, entretanto, já vinha ocupando posição preeminente na política da província, desde a Independência, conforme aqui se viu. Desse modo, o clã Pinto Ribeiro, em certo sentido, continuou por meio de uma nova linhagem – a dos Monjardins, liderada pelo tio-avô de Moniz Freire no período do II Reinado (1840-1889), que se seguiu à Regência (1831-1840). Essa nova fase iniciou-se com o chamado *Golpe da Maioridade*,<sup>137</sup> que trouxe a liderança do recém-formado *Partido Liberal*. O final da Regência também havia dado origem ao *Partido Conservador*, surgido da

<sup>136</sup> Karulliny Silverol Siqueira Vianna (2013) analisa com muita clareza o surgimento posterior desses partidos no Espírito Santo, demonstrando de maneira muito fundamentada que a luta entre "peroás" e "caramurus" (na realidade, tratava-se de uma disputa entre duas irmandades de Vitória e cada uma chamava seus opositores por aqueles dois apelidos), que caracterizou a Província do Espírito Santo, nesse período, nada tinha a ver com a disputa entre liberais e conservadores. A historiadora (2013, p. 73) discorda "[...] dos historiadores que evidenciam a disputa das irmandades como relacionada a partidos políticos propriamente ditos".

<sup>137</sup> A *Declaração da Maioridade*, também referida na história como o *Golpe da Maioridade*, ocorreu em 23 de julho de 1840 e, com o apoio dos liberais, colocou fim ao período regencial brasileiro. Foi declarado o jovem Pedro II maior de idade antes de completar 15 anos. Para maiores informações sobre o *Golpe da Maioridade*, ver Basile (2000).

coalizão entre antigos moderados e restauradores, passando a defender ideias centralizadoras; ao mesmo tempo em que outros moderados e os exaltados formavam o *Partido Liberal*, defensor de ideias descentralizadoras e favoráveis à autonomia provincial.

Em 1842, com a ascensão de um Ministério conservador, desencadeia-se, em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a *Revolução Liberal*,<sup>138</sup> chefiada por Teophilo Ottoni, senador Vergueiro e Pe. Diogo Antonio Feijó. Vencida a rebelião, os dois últimos, conforme Daemon (1879), viveram um tempo exilados em Vitória, onde chegaram<sup>139</sup> em agosto de 1842. Sem fornecer as fontes em que se baseou, Vianna (2013, p. 87) afirma que Feijó construiu "[...] intensa amizade com José Francisco Monjardim." Sabe-se, entretanto, que a Revolução Liberal de 1842 não teve repercussão na Província do Espírito Santo. É suficiente ler a fala do Presidente da Província, João Lopes Silva Coito (ESPÍRITO SANTO, 1843, p. 4), no fragmento em que ele comenta o evento:

[...] não se apresentavam motivos de receio pela tranquilidade pública [...]. Felizmente até hoje completo, o imperturbável sossego tem nela [Província do Espírito Santo] reinado [...]. O exemplo das Províncias de São Paulo e de Minas Gerais, onde a rebelião ousou levantar seu colo [...] nenhuma influência aqui teve.

Em 1849, o Presidente da Província, Dr. Antônio Pereira Pinto (ESPÍRITO SANTO, 1849, p. 6-7), fez declarações similares:

Dizer que a província [...] acha-se perfeitamente tranquila, é repetir uma verdade, que desde longo tempo vai tomando o lugar de axioma. Com efeito, o espírito recusa-se a crer na possibilidade da perene conservação da paz pública nesta importante porção do império brasileiro no meio da convulsão geral, que tem abalado todas as províncias, desde a Independência até o ano de 1831, e desde essa época até os últimos tempos. [...] o bom senso dos habitantes da província do Espírito Santo livrou-se constantemente de entrarem na desgraçada partida das discórdias civis. A não mencionarmos um ou outro pequeno motim de tropas insubordinadas [...] pode a província do Espírito Santo considerar-se a atalaia da tranquilidade pública, o mais firme baluarte das instituições juradas.

---

<sup>138</sup> Com a queda do gabinete liberal, em 23 de março de 1841, foi inaugurado um sistema de rodízio entre os partidos, levando o jovem Imperador a formar um novo gabinete, entregue aos conservadores, que tomaram a iniciativa de dar continuidade ao programa do *Regresso*, cujo avanço acirrou os ânimos dos liberais que passaram da oposição legal à revolta armada. A rebelião irrompe em São Paulo, em 17 de maio de 1842 e, logo em seguida, em Minas Gerais, estendendo-se também por algumas regiões do Vale do Paraíba fluminense. Para maiores dados, ver Basile (2000).

<sup>139</sup> Maria Stella de Novaes [s.d.] em certo momento afirma que os dois exilados chegaram em agosto de 1842, mas, em outro trecho da mesma página 189, diz que "[...] a 25 [de julho] chegaram a Vitória". Daemon (1879), entretanto registra o fato como tendo ocorrido em agosto. De qualquer forma, para Vitória, dirigiram-se eles, como exilados, em meados de 1842, quer seja julho, quer seja agosto.

Em seguida, no mesmo documento, o Presidente da Província avalia as causas desse procedimento e conclui: "Uma grande causa parece, que concorre para a realização deste fato, e é a não existência de partidos políticos na província".

Mesmo posteriormente, em 1859, o Presidente da Província do Espírito Santo, Pedro Leão Velloso (ESPIRITO SANTO, 1859, p. 6), asseverava que "[...] não temos que lastimar nesta província a existência de facções violentas, que, noutras, tem sulcado profundas cisões e gerado rancorosos ódios; podemos ainda asseverar, sem medo de errar, que não há aqui partidos políticos".

Vianna (2013, p. 96) desenvolve uma fundamentada argumentação que obedece à hipótese de que: "[...] até a década de 1860, o Espírito Santo não teria conhecido de fato a divisão entre liberais e conservadores, ocorrendo somente a partir deste período a redefinição partidária, ou ainda a verdadeira formação de partidos políticos na província".

Daemon (1879, p. 326) informa que, em 20 de dezembro de 1846, falecia "[...] o capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, que ocupou na província diversos cargos como fossem: membro do Conselho do Governo, vice-presidente e deputado provincial. Era homem de não pequena fortuna". Desse modo, o genro, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, tio-avô de Moniz Freire, torna-se o líder do clã. Ele continua em grande atividade política, sendo eleito várias vezes deputado provincial, podendo-se dizer que, em grande parte dessa nova fase da história do Espírito Santo, no Segundo Reinado (1840-1889), o clã e a Província do Espírito Santo são marcados pela presença e influência política do tio-avô de Moniz Freire, o que facilita também a ascensão política de outros membros do clã, por exemplo, o avô de Moniz Freire, José de Melo Carvalho, que foi deputado provincial em várias ocasiões.

É interessante observar que, no Segundo Reinado começou a desenvolver-se a imprensa no Espírito Santo. Daemon (1879, p. 313) afirma que só em 1840 deu-se a compra de uma tipografia destinada à publicação do primeiro jornal de Vitória, o *Estafeta*, que teve apenas um número. Em 1849, entretanto, a mesma tipografia começa a publicar o *Correio da Victoria*, cujo primeiro número, de acordo com Heráclito Amâncio Pereira (1922), foi lido pelo coronel José Francisco de Andrade Almeida Monjardim, antes que saísse às ruas. Vai se formando, assim, o capital político de que se utilizará Moniz Freire para ajudar a construir uma identidade política capixaba.



Ainda segundo Amâncio Pereira (1922, p. 32), o *Correio da Victoria* bateu-se muito pelos melhoramentos do Espírito Santo, pedindo incessantemente uma escala de vapores pelos portos da província, à qual chamava “[...] enteada e não filha do Brasil [...]”. Já se configurava aí, entre os que se relacionavam com o clã dos Monjardins, a representação que depois seria fartamente utilizada por Moniz Freire, no que diz respeito à maneira como era visto o relacionamento entre o Brasil e o Espírito Santo. É interessante observar como, aos poucos, vai se delineando uma representação social da maneira pela qual o capixaba via o mundo da política. Pode-se, aqui, com as devidas adaptações, invocar novamente Hall (1998, p. 49), quando afirma que “[...] as pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional”. Ou seja, é a ideia da região que vai se configurando e dando origem a uma determinada maneira de como o capixaba era representado.

Em 1860, o imperador D. Pedro II visita o Espírito Santo, onde passou 15 dias, de 26 de janeiro até 9 de fevereiro de 1860 (ROCHA, 2008). Para tanto, foi necessário organizar comissões que preparassem não só a infraestrutura que serviria de base para o atendimento ao casal imperial e sua comitiva, como também para participar do cerimonial que acompanhava essas visitas. Levi Rocha (2008, p. 71) observou que, como é de se prever, na organização das comissões, a política influenciava. Cita o *Correio da Tarde*: “Noto que os nomeados pertencem quase todos ao partido progressista”. Ele também informa que “[...] este partido era também chamado *Capixaba*,<sup>140</sup> e o seu antagonista, o *Dionisiano*, dos partidários de Dionísio Resende, era considerado retrógrado” (p. 71). Assim, do “partido progressista”, ou *Partido Capixaba*, origina-se o *Partido Liberal*, ao qual se filiaram os ancestrais de Moniz Freire e, depois, o próprio Moniz.

Não é sem razão que, conforme os fragmentos de textos selecionados por Rocha (2008), a caderneta em que, de próprio punho, D. Pedro II fez anotações sobre sua viagem de Aracaju ao Espírito Santo, em 1860, registra que o coronel Monjardim foi mencionado nominalmente sete vezes pelo Imperador. O ilustre capixaba participou de refeições e acompanhou D. Pedro II em vários trechos de sua passagem pelo Espírito Santo.<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> Embora, nessa referência, Levy Rocha mencione *Capixaba*, na realidade, a palavra era grafada como *Capichaba*, como demonstram os textos de jornais da época.

<sup>141</sup> Os valiosos manuscritos encontram-se no Arquivo do Museu Imperial, em Petrópolis.

É a partir desse ano de 1860 – talvez não seja ocasional o fato de coincidir com o ano da visita imperial – que, segundo Afonso Claudio (1912), a imprensa capixaba se tornou quase exclusivamente política. Ele lembra, então, *A Liga*, *O Indagador*, *O Provinciano*, *O Marimbondo* e *O Pica-Pau*, todos surgidos em 1860. Não significa, porém, que, antes dessa década, não existissem jornais políticos no Espírito Santo. Por exemplo, citando Afonso Claudio, Oliveira (2008, p. 350-351, nota 33) afirma que "A imprensa política fez a sua estreia na Província, a dezessete de julho de 1856, com a publicação *d'O Capichaba* [...]".

A década de 1860 foi caracterizada por apresentar na política brasileira o renascer liberal, que se deu com a ascensão do Ministério de 24 de março de 1862, depois da *Conciliação*.<sup>142</sup> O renascer liberal, conforme já estudamos no capítulo anterior, foi analisado por Basile (2000) que o caracterizou por meio da análise de alguns textos políticos da época, de autoria de liberais conhecidos, entre os quais Tavares Bastos que, entre setembro de 1861 e março de 1862, publicou, no *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, as *Cartas do Solitário*, que constituem, segundo Basile (2000, p. 254), "[...] a mais completa exposição feita até então dos princípios liberais[...]" com uma extensa defesa de temas como "[...] a descentralização política e administrativa [...], a liberdade de culto, a liberdade de comércio [...], a liberdade de navegação [...], o estreitamento dos laços com os Estados Unidos, a emancipação dos escravos e a imigração europeia". Formaram-se na Corte grupos como a *Liga Progressista*, que depois se transformou no *Partido Progressista*, tudo se constituindo em fonte de revitalização de um novo *Partido Liberal*.

Foi esse o momento de proliferação dos jornais políticos no Espírito Santo, como também do surgimento dos partidos Conservador e Liberal. O jornal conservador *A Liga* tinha por finalidade, conforme os estudos de Vianna (2013, p. 106), defender a reeleição de um fluminense, para representante do Espírito Santo na Câmara dos Deputados, o ex-presidente da Província do Espírito Santo, Antonio Pereira Pinto, ao mesmo tempo em que procurava "[...] dar fim ao domínio político de um indivíduo de extremo prestígio local: coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim", tio-avô de Moniz Freire. Para combater os jornais liberais, no campo conservador, aparece também *O Monarchista*. Por outro lado, com

---

<sup>142</sup> No dia 6 de setembro de 1853, assumiu o 12º gabinete do Segundo Reinado, que ficou conhecido como o *Gabinete da Conciliação*, que aproveitava políticos liberais e conservadores. De acordo com seu idealizador, Honório Hermeto Carneiro Leão, a conciliação não significava unir os partidos, nem conferir a eles unidade de pensamento. A Conciliação terminou em 1857, mas seus efeitos duraram até o início da década seguinte. Para maiores informações, ver Basile (2000).

o objetivo de propagar o ideal liberal, surgem *O Tempo*, o *Amigo do Povo* e o *Jornal da Victoria*, todos na Capital.<sup>143</sup> O último deles tinha três redatores principais, entre os quais Manoel Feliciano Muniz Freire, que se casou com uma sobrinha do coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, com a qual tiveram um filho, que é o personagem central desta tese, Moniz Freire. Todos esses jornais iniciaram sua publicação na primeira metade da década de 1860.

O primeiro dos jornais citados, *A Liga*, surgiu em um momento em que a disputa política no Espírito Santo se travava entre dois grupos, o *Partido Dionisiano* e o *Partido Capichaba*,<sup>144</sup> que tinham, respectivamente, como líderes o coronel Dionísio Resendo e o Pe. Inácio Rodrigues Bermudes. O coronel Monjardim pertencia ao último grupo. Quando Antonio Pereira Pinto, o fluminense, candidatou-se, em 1860, a deputado pelo Espírito Santo, foi apoiado pelos *dionisianos*, enquanto o *Partido Capichaba*<sup>145</sup> apoiou o coronel Monjardim. O jornal *A Liga* defendia abertamente a candidatura de Pereira Pinto e procurava difamar o quanto podia o Coronel Monjardim, defendido pelo jornal *O Marimbondo*. Não parece ter sido, nesse momento histórico, uma polêmica meramente individual, fundamentada apenas na necessidade de defender candidaturas sem programas definidos. O chamado *Partido Capichaba* defendia interesses relacionados diretamente com a Província do Espírito Santo, para a qual advogava um deputado aqui nascido, e não outro de província vizinha e que, por motivos óbvios, tenderia a defender os interesses de sua província, e não os da província que representaria.

Assim é que, na campanha política a favor de Pereira Pinto, o jornal *A Liga* procurou desfazer a notícia – boato ou não – de que Pereira Pinto articulava uma separação de parte do território

---

<sup>143</sup> Para muitos dados referentes à Imprensa e aos Partidos Políticos desse período histórico, recorremos ao fundamentado estudo de Karulliny Silverol Siqueira Vianna, *Imprensa e Partidos Políticos na Província do Espírito Santo – 1860-1880*, publicado pelo IHGES, em 2013.

<sup>144</sup> Na realidade, o *Partido Capichaba* reunia os *bermudistas* que, após a morte de seu líder, Pe. Inácio Rodrigues Bermudes, ocorrida em 1857, tornam-se os *capichabas*, grafia usada na época para a palavra capixaba, hoje utilizada. O *Partido Dionisiano* congregava os seguidores de Dionísio Resendo, defensor de programa mais ligado ao conservadorismo. Para maior entendimento sobre a divisão, entre *dionisianos* e *capichabas*, ver Vianna (2013).

<sup>145</sup> A palavra *capichaba* não tem aí o significado de nascido no Espírito Santo. Para se entender o surgimento da palavra e seu atual significado, ver Gama Filho (2001). É possível que o nome do partido oitocentista seja originário da fonte da capixaba, da qual, aliás, pode ter surgido o adjetivo pátrio que caracteriza, hoje, a pessoa nascida no Espírito Santo. É nesse sentido que se posiciona Guilherme dos Santos Neves, citado por Gama Filho (2001, p. 158): "Da Fonte da Capixaba é que fluiu, além da boa, cristalina e saborosa água, o nome com que se batizaram todos os que nasceram (e nascerão) nas terras do Espírito Santo". A grafia da palavra também variou conforme o tempo: se, nos Oitocentos, escrevia-se *capichaba*, no século XXI, a grafia correta é *capixaba*. É assim que, entre 1923 e 1957, circulou no Espírito Santo a conceituada revista *Vida Capichaba*.

da província, que seria destinado à formação de uma nova Província dos Goitacazes. Ou seja, havia boatos de que o fluminense trabalhava contra os interesses do Espírito Santo. Há suspeitas de que houve fraude nessa eleição em que "[...] Dionísio Resendo e Antonio Pereira Pinto teriam articulado a vitória deste último, [...] diminuindo os votos de José Francisco Monjardim" (VIANNA, 2013, p. 133). Tendo vencido Pereira Pinto, a Província do Espírito Santo passou a ser representada por um não capixaba, como várias vezes vinha ocorrendo no período imperial. É interessante notar que se tratava de uma disputa entre um capixaba – Coronel Monjardim – e um não capixaba – Antônio Pereira Pinto –, constituindo, assim, dois grupos políticos.

Enquanto um grupo não se importava se seu candidato era nascido na província, outro grupo procurava defender os interesses da província apresentando uma proposta de representantes nascidos no Espírito Santo. É um argumento a favor da hipótese de que uma corrente capixaba já se construía em defesa da autonomia provincial por meio da eleição de candidatos capixabas a cargos representativos. É nesse sentido que se pode ver o lançamento do primeiro número do jornal *O Tempo*, também surgido nessa mesma quadra histórica da primeira metade da década de 1860. Em seu primeiro ano, na edição de 10 de dezembro de 1861, declarava sua posição claramente liberal e, à página 2, referia-se às assembleias provinciais que, entre outros malefícios, faziam "[...] a decretação de algumas estradas ou pontes, que convem aos interesses das influências de fora [...]". Dava a entender que não atendia aos interesses do Espírito Santo, mas aos de fora da província.

Mais adiante, na mesma página, o jornal publica, sob o título de correspondência particular, um interessante artigo (ou uma carta?) em que o autor declara: "[...] hoje ninguém pode duvidar de que está plantada uma comunhão política entre nós, os provincianos, e que ela promete nascer e vigorar. Em todos os pontos, ainda os mais insignificantes em que há homens sensatos e eminentes o periódico *O Tempo* é aplaudido [...]". Em seguida, como que a confirmar que se refere a uma "comunhão política" em torno das ideias liberais, pondera que, ouvindo os Ottonis e Souza Franco,<sup>146</sup> "[...] a província do Espírito Santo não será como tem sido, um objeto de zombaria, até agora exposta às irrisões de um 'momo' que dela zomba despidosamente!".

---

<sup>146</sup> Famosos políticos liberais do Império, conhecidos em âmbito nacional.

Trata-se de comentários que denotam o andamento da construção de uma representação em que se tem a convicção de que o Espírito Santo era tratado com desprezo e que a política liberal o livraria desse posicionamento. Por outro lado, ao comentar as demissões motivadas pela ascensão de grupos na política, o autor citado em *O Tempo* confessa, nesse mesmo número, como a província capixaba era vista: "[...] Que significa esta reforma de pessoal de polícia em pequenas vilas, em um tempo de paz, em uma província de terceira ordem, a mais pequena entre as pequenas, porém feliz por ter um povo ordeiro?". Por trás dessa constatação, nota-se presente nos discursos uma mágoa que, em sua vida política, usará o capixaba que nascia nesse mesmo ano de 1861: Moniz Freire. E um dos três principais redatores de *O Tempo* era exatamente seu pai, Manuel Feliciano Muniz Freire.

Tratava-se do início do *Partido Liberal*<sup>147</sup> no Espírito Santo, organizado por José Marcelino Pereira de Vasconcelos e com forte apoio do coronel Monjardim que, segundo Vianna (2013, p. 139), "[...] obteve o destaque necessário para a formação do novo partido formado na Província". O jornal *O Tempo* foi o veículo divulgador.

Ora, José Marcelino Pereira de Vasconcelos parece ter sido o primeiro capixaba a utilizar, em 1856, o adjetivo capixaba para qualificar os que nasciam no Espírito Santo. Até fevereiro de 1856, o *Correio da Victoria* sempre registrou o adjetivo *capichaba* ligado a um dos substantivos rua ou chafariz, designando um determinado local de Vitória onde residiam famílias de influência, entre as quais a Monjardim: rua da capichaba, chafariz da capichaba etc. Foi, porém, o *Correio da Victoria* (16 fev. 1856, p. 2) que, pela primeira vez, mencionou o termo capichaba ligado ao povo espírito-santense, quando noticiou que José Marcellino Pereira de Vasconcellos, "[...] desejando tornar conhecidos os nossos poetas e mostrar que mais de um capichaba tem sido cultor das musas, vai publicar - o Parnaso Capichaba ou coleção de poesias antigas e modernas de autores naturais desta província [...]".

Ainda no ano de 1856, surge um pequeno jornal denominado *Capichaba*, impresso na tipografia do *Correio da Victoria*, com a finalidade de "[...] sustentar e propagar as ideias de um dos lados da assembleia provincial, e pleitear a eleição no sentido de ser eleito deputado um filho da província [...]" (CORREIO DA VICTORIA, 16 jul, ano VIII, n. 54, p. 4). Infelizmente se perderam os exemplares do *Capichaba* e só por meio das informações

---

<sup>147</sup> Com argumentos fundamentados em farta documentação e contrariando historiadores, Vianna (2013) demonstra com clareza que, no Espírito Santo, a fundação dos Partidos Liberal e Conservador se deu apenas na década de 1860.

veiculadas pelo *Correio da Victoria* pode-se conhecer tudo o que aqui estamos informando. O jornal conservador *A Liga* (Vitória, 3 ago., p. 3) afirma, em 1860, que José Marcelino é "[...] sem contestação o chefe do Partido Capichaba [...]". Em 1861, o *Correio da Victoria* (30 janeiro, p. 1) apresenta um manifesto político em que o "Grupo Capichaba" declara que "[...] a causa que pugna é justa, a eleição de um filho da província [...]". Vê-se, assim, que o *Partido Liberal*, que surgiu do *Partido Capichaba*, procurava articular os sonhos que os habitantes da província tinham, no sentido de se firmarem com uma identidade política própria.

Na mesma década de 1860 e defendendo o *Partido Liberal*, surgiu o jornal *O Amigo do Povo*, que combatia a eleição de Antonio Carlos Pereira Pinto e Luis Antonio da Silva Nunes para o posto de representantes da Província na Câmara de Deputados. Por meio do jornal, eles foram chamados de "aves sem ninho" e "candidatos aventureiros", aludindo provavelmente ao fato de que não eram da Província do Espírito Santo. Novamente, aqui, vê-se a preocupação de capixabas, no sentido de fazer com que a política da província fosse determinada por nascidos no Espírito Santo. É interessante notar que, na maioria dos documentos analisados para o estudo desta tese, tal objetivo só se achava presente em jornais e declarações de políticos do *Partido Liberal*, enquanto o *Partido Conservador* apoiava, nesses casos aqui mencionados, os chamados "forasteiros". Esse posicionamento faz todo sentido, uma vez que unicamente o *Partido Liberal* advogava a causa da descentralização e da autonomia provincial, ideias que coadunavam com a prática de uma política em que a província seja governada por dentro, e não por fora. Posteriormente, neste estudo, veremos que é a mesma posição defendida pelo liberal Moniz Freire e que, nesse sentido, consolidou uma determinada identidade política capixaba, já esboçada – conforme estamos observando – pelo *Partido Liberal*, ao qual Moniz Freire pertencerá futuramente.

Em 1863, citado por Vianna (2013, p. 147), o jornal *O Amigo do Povo*, em seu nº 5, comenta a derrota do coronel Monjardim na disputa com o "forasteiro" Antonio Pereira Pinto em 1860: foi "[...] atraído o respeitável capixaba Sr. Monjardim" por candidatos "forasteiros". Em seguida, o jornal defende a eleição do desembargador José Ferreira Souto, argumentando que ele é "quase provinciano", dando a entender que seu mérito estava no fato de *quase* ser considerado capixaba. Ou seja, o critério de valor é ter nascido no Espírito Santo. Lentamente, parece, vai se consolidando, na Província do Espírito Santo, uma identidade política – e o *Partido Liberal* vai, aos poucos, tornando-se mais transparente –, portadora de uma visão de que o Espírito Santo não pode mais ser governado de fora, mas por políticos nascidos na

própria província. Convém ressaltar, mais uma vez, que Moniz Freire – conforme se verá nesta tese – adotará essa visão política como um dos pilares de suas propostas.

Parece, assim, que o *Partido Conservador* na Província do Espírito Santo não participava dessa tendência que se nota no *Partido Liberal*, de prestigiar os políticos locais e de incentivar a autonomia regional. Talvez esteja aí uma das fontes de divergência entre a futura política de Moniz Freire e a de Jerônimo de Souza Monteiro, filho do 2º vice-presidente do *Partido Conservador*<sup>148</sup> de São Pedro das Cachoeiras, o mineiro – e, portanto, na linguagem liberal, "forasteiro" – capitão Francisco de Souza Monteiro.<sup>149</sup> No sul do Espírito Santo, onde viviam os Souzas Monteiro, a elite econômica constituía a base do *Partido Conservador*.

Ocupando o lugar do antigo jornal *O Tempo*, surge, em 1864, o *Jornal da Victoria*, impresso nas mesmas oficinas que o primeiro e dirigido por Delecarliense de Alencar de Araripe. A redação ficava por conta de pessoas do grupo de Monjardim, entre os quais o pai de Moniz Freire, Manuel Feliciano Muniz Freire, casado com uma sobrinha de José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim.

É aqui que se pode notar uma exceção às constatações anteriores de que somente o *Partido Liberal* sustentava a defesa de candidatos nascidos na terra, para representar o Espírito Santo. Referimo-nos às agitações políticas ocorridas na Província do Espírito Santo, em 1864, quando da morte do desembargador Souto como representante da província na Assembleia Geral. Houve uma grande disputa no seio do *Partido Liberal*, pois dois candidatos se apresentaram: José Marcelino Vasconcellos e o ex-presidente da Província, Pedro Leão Velloso. Ora, por razões não muito claras, mas que se pode, a respeito delas, levantar hipóteses ligadas ao relacionamento entre os Monjardins e a Corte, o coronel Monjardim apoiou o segundo, que não era capixaba, mas muito ligado à Corte, em detrimento do primeiro, esse, sim, nascido no Espírito Santo. Parece ser uma exceção a constatação que nestes estudos se vislumbra, no que diz respeito ao posicionamento dos dois partidos quanto a candidatos nascidos ou não no Espírito Santo. De qualquer forma, a polêmica levantada em toda essa última disputa indica – seja do lado liberal, seja do lado conservador – a presença,

---

<sup>148</sup> Para isso, ver a Tabela 2 de Vianna (2013, p. 181).

<sup>149</sup> O capitão Francisco de Souza Monteiro veio de Minas Gerais e casou-se com Henriqueta de Souza Rios, filha do rico Bernardino Ferreira Rios, também mineiro. Francisco era proprietário da fazenda Monte Líbano, onde nasceu Jerônimo de Souza Monteiro, em 1870.

na Província do Espírito Santo dos 1860, de uma tendência a se valorizar um capixaba, em detrimento do que não o fosse.

É assim que, no *Jornal da Victoria*, n. 7, de 23 de abril de 1864, publica-se a carta de um leitor conservador que defende Leão Velloso, ainda que ele não seja capixaba. Seus argumentos interessam aqui, no sentido de mostrar a existência, no Espírito Santo, dessa forte corrente defensora de candidatos nascidos na província, o que impediria a eleição de Leão Velloso. O leitor conservador escreve, em certo momento: "Não é o nosso partido [Conservador], que se tem apregoadado o propugnador do bairrismo [...]. Já experimentamos o bairrismo, tivemos deputados filhos da Província [...], [mas] a consideração de haver nascido na Província não é razão para que seja preferido o candidato [...]". E conclui afirmando seu voto por Dr. Pedro Leão Velloso. Daí se pode inferir a presença de uma representação favorável à preferência por candidatos nascidos no Espírito Santo – e que o leitor chama de bairrismo – bem como a afirmação de que não são os conservadores aqueles que habitualmente defendem esse posicionamento.

Entre as críticas que o jornal faz ao dissidente José Marcelino de Vasconcellos, é citada, à página 3, uma declaração sua, de que "[...] sua eleição não significaria a cor de um partido, mas o *progresso e desenvolvimento* da província inteira", que o próprio jornal fez questão de destacar em itálico. Ou seja, o argumento de José Marcelino é que sua eleição favoreceria a terra capixaba. Parece ser um complemento à ideia "bairrista", já que a finalidade do bairrismo seria progredir e desenvolver o Espírito Santo, o que – segundo a mesma lógica – não se daria, caso se continuasse elegendo não capixabas.

Portanto, já se levantava, no Espírito Santo, a questão da autonomia regional. José Marcelino Vasconcellos argumentou com esse questionamento. E foi eleito, apesar de ter como opositor o influente coronel Monjardim, com o qual havia rompido recentemente. Vê-se que está em progresso a gestação de uma representação sobre o que é ser capixaba e que possibilitou a Moniz Freire um discurso pontilhado de sonhos e mágoas, em torno da política do Espírito Santo, conforme veremos no próximo capítulo. Percebe-se, aí, a maneira como essa representação vai se tornando aquilo que Duveen (2012, p. 8) chama de "senso comum": "Elas entram para o mundo comum e cotidiano em que nós habitamos e discutimos com nossos amigos e colegas e circulam na mídia que lemos e olhamos".



A queda do gabinete liberal de Zacarias e a volta dos conservadores, que se deu no final da década de 1860, produziu mudanças na atuação do *Partido Liberal* também no Espírito Santo. Os liberais na política nacional, sob o comando de Nabuco, reagruparam-se no *Centro Liberal* que, no ano seguinte, deu origem ao novo *Partido Liberal*. Do *Centro Liberal* saiu o *Clube da Reforma* que promoveu os principais temas que, em 1869, constituíram o programa do novo *Partido Liberal*. Este, conforme analisamos no capítulo anterior, defendia a descentralização político-administrativa, liberdades (consciência, educação, comércio e indústria), eleição direta nas capitais e cidades com mais de dez mil habitantes, ampliação das garantias individuais e emancipação dos escravos. A política imperial foi dominada pelos conservadores desde 1868 até 1878, também no Espírito Santo.

Igualmente em Vitória foi formado o *Centro Liberal*, sob o comando de José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, conforme atesta, por exemplo, o número 488 do *Jornal da Victoria* (23 jan. 1869). Assim, a partir de então, os liberais capixabas alinharam-se à corrente liberal moderada que, na Corte, era representada pelo *Centro Liberal*. Os liberais radicais que terminaram por formar o *Partido Republicano* em 1870 estavam praticamente ausentes do Espírito Santo. Daí, talvez, a demora em se formarem clubes republicanos na Província, o que só ocorrerá quando uma nova geração política voltar das Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo. Entre esses, não se encontrará Moniz Freire, que se manterá filiado ao *Partido Liberal* até a proclamação da República. José Francisco Monjardim manteve-se à frente dos liberais e, quando em 1878, caem os conservadores, ele – com mais de 80 anos – ainda foi eleito deputado provincial, mas, logo em seguida, renuncia ao cargo de presidente do *Partido Liberal*, que passa a ser dirigido por seu filho Alfeu Adolfo Monjardim, que se tornará o barão de Monjardim a partir de 25 de agosto de 1889 (NOVAES, 197-), nos últimos meses da Monarquia.

### 3.4 NOVA DÉCADA, NOVOS LÍDERES, NOVOS IDEAIS E AS MESMAS MÁGOAS

A década de 1870 caracterizou-se por alguns eventos que marcaram a vida do país e do Espírito Santo. Um deles foi a chamada *Questão Religiosa* que, conforme relatado no capítulo anterior, colocou em oposição, no Brasil, a Igreja Católica e a Maçonaria.<sup>150</sup> Nesse contexto,

---

<sup>150</sup> A Ordem Maçônica é uma instituição que tem sua origem documentada desde os inícios do século XVIII, embora tudo leve a crer que suas origens históricas sejam mais antigas. Historiadores assinalam que, no Brasil,

foi fundada no Espírito Santo, em 1872, a Loja Maçônica<sup>151</sup> *União e Progresso* que teve, entre seus fundadores, dois destacados membros do *Partido Conservador* e outro do *Partido Liberal*, respectivamente, Basílio Carvalho Daemon,<sup>152</sup> Dionísio Álvaro Resendo e o pai de Moniz Freire, o engenheiro Manuel Feliciano Muniz Freire. É interessante notar que havia, então, no Brasil, duas potências maçônicas: o *Grande Oriente Unido* e o *Grande Oriente do Lavrado*. Surgindo uma loja, como a *União e Progresso*, ela poderia se vincular a um ou outro desses Grandes Orientes. Ora, o primeiro era liderado por Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), um republicano histórico que havia assinado o conhecido *Manifesto Republicano* de 1870 e o segundo era presidido pelo visconde do Rio Branco (1819-1880), membro destacado do *Partido Conservador*. A Loja Maçônica *União e Progresso* filiou-se ao segundo, mas, dois anos depois, em 1874, passou a vincular-se ao *Grande Oriente Unido* e, com essa atitude, "[...] fazia uma profissão de fé, como que lançava um manifesto a favor dos ideais abolicionistas e republicanos, o que realmente será sua marca nestes primeiros tempos de afirmação [...]" (ACHIAMÉ, 2010, p. 39).

É nesse contexto que, em 1875, Moniz Freire publica, juntamente com Afonso Claudio, o jornal *A Aurora*, de curta duração. Tratava-se, conforme Daemon (1879, p.429), de um periódico "científico, literário e industrial". Germinava aí uma amizade que se manteve por muito tempo entre dois futuros presidentes de Estado, depois de proclamada a República. É o início conhecido da atuação pública de Moniz Freire, aos 14 anos de idade. Nos registros maçônicos, consta que ele havia sido também redator de *A Liberdade*, em 1876, juntamente com Cândido Vieira da Costa, que havia iniciado na Maçonaria nesse mesmo ano de 1876 (ACHIAMÉ, 2010). Ao lado de seu capital político advindo do prestígio de sua família, começa a se formar, agora, o capital político oriundo de sua atuação pública, juntamente com

---

foi grande a participação das ideias e ações maçônicas, desde o período colonial. No movimento da Independência, em 1822, destacaram-se os maçons D. Pedro I, José Bonifácio de Andrada e Silva e vários outros. Desde então, a Maçonaria fez-se presente em diversos episódios da história brasileira, especialmente na Campanha Abolicionista e na proclamação da República. Entre vários nomes de maçons, podem ser citados também José do Patrocínio, Rui Barbosa, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Manuel Deodoro da Fonseca e tantos outros. Assevera Achiamé (2010, p. 22) que, "[...] na transição do século XIX para o século XX, a atividade maçônica no Brasil teve um grande incremento". Deu-se exatamente nesse contexto histórico a fundação da *Loja União e Progresso*, em 1872, em Vitória.

<sup>151</sup> Há registros da presença de lojas maçônicas no Espírito Santo anteriores a essa data. Tratava-se de lojas que terminaram seu funcionamento antes do surgimento da *União e Progresso*. Segundo Achiamé (2010, p. 29), "[...] a partir da instalação da Loja *União e Progresso*, a Maçonaria finca suas raízes de forma continuada e consequente em terras capixabas". Nesta tese, os dados referentes à Maçonaria no Espírito Santo, inclusive nomes de membros, estão fundamentados na obra de Achiamé, *Esquadro e compasso em Vitória: álbum da Loja Maçônica União e Progresso*.

<sup>152</sup> Membro atuante do *Partido Conservador* e deputado provincial em duas legislaturas. Redator de jornais e autor do livro *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística* (1879), diversas vezes citado neste trabalho.

uma nova elite intelectual capixaba, como Afonso Claudio, Cleto Nunes e vários outros (OLIVEIRA, 2008).

Um dos embates da Maçonaria no Espírito Santo relacionou-se com a *Questão Religiosa* (1872-1875), que havia provocado celeuma em todo o país. Conforme analisado no capítulo anterior, os acontecimentos colocaram em litígio, no Brasil, a Igreja Católica e a Maçonaria. Moniz Freire ainda não havia ingressado na instituição – o que fez somente em 1882 – mas, com certeza, já acompanhava o desenrolar da política e desses embates, uma vez que era filho de um dos fundadores da *União e Progresso* e redator do jornal *Aurora*, em 1875, mesmo ano em que o secretário da Loja *União e Progresso*, Dr. Tito da Silva Machado, mencionado por Fraga (1995, p. 43), proferiu um discurso em que afirmava:

Continua infelizmente a agitar o país a chamada questão religiosa suscitada tão intempestivamente pelos que deviam ser os primeiros a imitar a doçura de costumes d'Aquele de quem se dizem discípulos, tão maquiavelicamente mantida pelos que para serem o sal da terra, só deviam praticar atos, externar palavras de amor, de consolação e de paz. O Sup. Arq. do Un.,<sup>153</sup> em sua infinita sabedoria, não nos abandonará na emergência em que nos achamos [...].

Em várias atas (FRAGA, 1995), a Loja *União e Progresso* fez referências não só à questão nacional, mas também a assuntos locais com ela relacionados, por exemplo, a padres que, no Espírito Santo, incitavam o povo contra os maçons. Mesmo depois de o Império brasileiro ter anistiado os bispos deflagradores da *Questão Religiosa*, os conflitos continuavam no Espírito Santo. Assim, em ata de 11 de julho de 1880 (FRAGA, 1995, p. 105-106), assinada pelos maçons presentes – entre os quais os também maçons Cleto Nunes Pereira e Candido Vieira da Costa, respectivamente futuro e ex-companheiro de Moniz Freire no jornalismo –, a Loja *União e Progresso* envia um documento dirigido às "Câmaras brasileiras" em que dava notícia desses acontecimentos, lembrando, argutamente, que bispos e padres, no Brasil, eram funcionários públicos:

[...] com grande surpresa, ouviu ao Snr. Bispo do Rio de Janeiro, atualmente em visita na capital da Província do Espírito Santo, que faz parte da sua diocese, e viu-o em todos os lugares, maximé na igreja catedral, revestido das insígnias oficiais da sua autoridade, dirigir os ataques mais virulentos à nossa Associação, atrever-se a injuriar e a recusar os seus serviços e os do seu clero aos maçons que têm ido requisitá-los [...]. Convencido de que o dito Bispo exorbita de suas atribuições, como funcionário público, nos baldões grosseiros que lança à Instituição da Maçonaria; ciente de que o funcionário público não pode recusar-se a servir, a quem quer que seja, nos misteres a seu cargo. O povo Maçon da cidade da Vitória, reunido

---

<sup>153</sup> Expressão com que a Maçonaria designa o Criador, com o nome de Grande Arquiteto do Universo.

em Assembleia Geral, vem muito respeitosamente trazer esta representação às Câmaras do País contra o procedimento do citado funcionário [...].

O documento tratava da visita pastoral de D. Pedro Maia Lacerda – bispo do Rio de Janeiro, diocese à qual pertencia a cidade de Vitória – que, no início da *Questão Religiosa*, suspendera de ordens um de seus padres por ser maçom. O prelado<sup>154</sup> impedia maçons de servirem de padrinhos de casamentos e batizados, declarando-os fora da comunhão da Igreja Católica. Há notícias documentadas de fatos como esses até 1881, ano anterior à entrada de Moniz Freire na Maçonaria. Não é supérfluo, portanto, mencionar esse ambiente religioso na Vitória das últimas décadas do século XIX, uma vez que, nesses anos, atuou o jovem maçom Moniz Freire que, também partidário dos ideais positivistas, reunia características que podem explicar um possível embate com o bispo D. Fernando de Souza Monteiro no começo do século seguinte, quando se dará o ocaso político de Moniz Freire. É interessante notar que Maria Stella de Novaes (197-), sobrinha de D. Fernando, em sua famosa e citada *História do Espírito Santo*, narra em quatro linhas a visita de D. Pedro Maria de Lacerda a Vitória em 1880 e não menciona absolutamente nada dos ataques que ele então fizera à Maçonaria.

O final da década de 1870 era um período em que o Espírito Santo, segundo o pesquisador Banck (1998, p. 22), continuava uma "[...] província esquecida, [...] sem qualquer peso político nacional [pois], na vida política do Império, não houve sequer um capixaba de projeção nacional". Província na qual exercia importante papel político uma fricção entre o sul – força produtiva que, já na segunda metade dos Oitocentos, se caracterizava por ser exportadora de café – e Vitória, centro administrativo, consumidor das riquezas da província e dependente das benevolências do governo do Rio de Janeiro, tendo, por isso, uma elite vulnerável às pressões vindas da Corte.

Ora, nesse final da década, acontecimentos políticos indiciam, uma vez mais, o surgimento de uma representação, ou seja, "[...] a construção mental de um objeto externo [...]", qual seja, a posição política de um Espírito Santo que, para deixar de ser esquecido e desprezado, precisava ser governado por si mesmo, e não de fora, exatamente como, posteriormente, Moniz Freire afirmará em seus depoimentos. Era o ano de 1878 e morria o senador que representava o Espírito Santo, José Martins da Cruz Jobim. Será preciso, então, pelas leis vigentes, apresentar à Corte uma lista tríplice. Divide-se o *Partido Liberal*, ainda chefiado

---

<sup>154</sup> Em seu *Diário das visitas pastorais de 1880 e 1886 à Província do Espírito Santo* (2012), podem-se ver registrados inúmeros ataques seus à Maçonaria em geral, mas sobretudo ao movimento maçônico na Província do Espírito Santo.

pelo coronel Monjardim. O diretório liberal do sul da província compôs uma chapa com três nomes de capixabas, pois seria a oportunidade de colocar no Senado um representante que fosse realmente originário da província, o que não se deu, conforme Banck (1998, p. 20), por causa das "[...] manobras políticas para eleger o mineiro Cristiano Ottoni na lista tríplice para a Senadoria do Espírito Santo". Segundo o estudioso holandês, foi essa a primeira vez que os capixabas tentaram eleger um político da terra para o Senado. Citado por Banck (1998, p. 32), um manifesto do diretório do *Partido Liberal* de Cachoeiro de Itapemirim, de 28 de novembro de 1878, defendia a chapa dos capixabas:

É, pois, preciso que ainda uma vez saibamos repelir esse único nome, o do conselheiro Christiano Ottoni, que nos foi imposto ab-alto, para que se salvem os verdadeiros e reais interesses do nosso partido e com eles os brios da província. Só assim ganhará o Espírito Santo uma **posição digna entre suas irmãs**, só assim merecerá a província **alguma atenção** dos nossos governos, para que não continue a ser considerada uma **enjeitada** da comunhão brasileira (grifos nossos).

Acham-se aí presentes os sonhos e mágoas de que se valerá futuramente Moniz Freire que, nesse momento, possuía apenas 17 anos. Christiano Ottoni entrou em cena por meio de jogadas, intrigas e a promessa de construção de uma ligação ferroviária de Vitória a Minas. No final, Ottoni ficou na lista, embora tenha sido o menos votado. Mas, mesmo assim, foi escolhido senador pelo Espírito Santo! As leis o permitiam. Foi o último senador vitalício pelo Espírito Santo no Império. Nunca cumpriu sua promessa de construção de estrada de ferro, que só ocorreu décadas depois.

Expressão, talvez, dessa representação caracterizada por sonhos e mágoas foi a poesia, intitulada *Hino da mocidade espírito-santense* (NOVAES, 197-, p. 277) que José Joaquim Peçanha Póvoa compôs em 1880 e que tem por versos: "Surge, ao longe, a estrela prometida", "nossos braços, são fracos, que importa?", "temos fé temos crença a fartar; Suprem falta de idade e de força", "herdeiro de um passado glorioso". Mais tarde passou a ser a letra do Hino do Espírito Santo.

Dois anos depois, José de Mello Carvalho Moniz Freire foi iniciado na Maçonaria, em 6 de dezembro de 1882. A essa instituição também pertenceu seu amigo e companheiro de jornalismo e ação política, Cleto Nunes Pereira (1855-1909), várias vezes venerável.<sup>155</sup> Outros companheiros de jornada política também farão parte dessa influente instituição presente no Império e na República.

<sup>155</sup> Venerável é o maçom que, eleito pelos seus pares, preside uma loja maçônica.

Em março de 1881, o Ministério da Agricultura pede ao Presidente da Província estudos sobre a construção de uma estrada de ferro ligando Vitória a Minas Gerais, acompanhando o rio Doce. Novaes (197-, p. 280) explica que "[...] atrairia a imigração para o Vale do mesmo rio; facilitaria a exportação e, portanto, movimentaria o comércio". Velha reivindicação que Moniz Freire colocará como ponto central de seus governos e que constituirá um dos pilares de sua política. Não é sem razão que o Presidente da Província, Dr. Marcellino de Assis Tostes (ESPÍRITO SANTO, 1881, p. 38), dirigindo-se à Assembleia Legislativa, relatava:

[...] de grande utilidade e interesse para esta Província e a de Minas Gerais a construção de uma estrada de ferro, que, partindo do magnífico porto desta capital em procura do fertilíssimo vale do rio Doce, abra franca e fácil comunicação a uma população de cerca de setecentas mil almas do Norte de Minas [...]. Ligar esta Província à de Minas Gerais, por uma estrada de ferro, é Srs., atrair a colonização e emigração espontâneas para os seus ubérrimos e incultos terrenos; é facilitar a exportação dos seus produtos proporcionando um dos mais belos portos do Império; é estender o seu comércio e desenvolver a sua lavoura; é finalmente constituir a navegação direta com o estrangeiro.

Dois meses depois, a Lei nº 26 já autorizava a contratação do engenheiro Ermílio Candido da Costa Alves e do cidadão Frederico Martins de Azambuja Meireles para a construção dessa via férrea. Começaram os estudos para a viabilização desse projeto. Foi divulgada pela imprensa a notícia de que o governo de Minas Gerais também estava interessado na construção da estrada.

Com a notícia de que o Governo Imperial garantia os juros para a construção da estrada que iria de Vitória a Natividade, o povo vibrou de entusiasmo e foram organizados festejos em 21 de julho. Conforme Novaes (197-, p. 282), "[...] todas as classes sociais, mormente os comerciantes e agricultores, festejaram a promissora confirmação". Em agosto desse mesmo ano, o presidente da Província de Minas Gerais, Conselheiro João Florentino de Meira Vasconcelos, enviou ao Dr. Marcelino Tostes, presidente da Província do Espírito Santo, um telegrama, cumprimentando-o pelo fato de ter sido dado o primeiro passo para a construção da estrada de ferro, conforme também narra Novaes (197-). Poucos anos depois, Moniz Freire adotará graves posições políticas a respeito da construção dessa estrada de ferro, com intervenções e interpelações que marcarão profundamente sua elaboração de uma identidade política capixaba.

Moniz Freire havia feito os estudos de humanidades no Ateneu Provincial. Em 1877, tinha se matriculado no curso jurídico da faculdade de Recife e, em 1880, no de São Paulo, onde se

formara em 5 de novembro de 1881. Em Recife, juntamente com Clovis Beviláqua<sup>156</sup> e outros, redigiu a *Gazeta Acadêmica*. Em São Paulo, foi redator-chefe de *O Liberal*, órgão acadêmico dos estudantes filiados ao Partido Liberal, colaborando também na *Opinião Liberal* de Campinas (ROSA, 1912). No final de 1881, não havia regressado definitivamente para o Espírito Santo, mas foi eleito vereador em Vitória, tornando-se presidente da Câmara Municipal em 1883. Foi o início de sua vida política. Em seguida, fez-se eleger deputado provincial por três vezes e deputado geral (que correspondia ao de deputado federal) em 1889, embora não tenha tomado posse, devido à proclamação da República. Aos poucos vai se acumulando seu capital político.

A 15 de março de 1882, circulou o primeiro número do jornal *A Província do Espírito Santo*, fundado por Cleto Nunes Pereira e José de Melo Carvalho Moniz Freire, nove meses antes de ingressar na Maçonaria, à qual seu sócio já pertencia. Com o advento da República, passou a denominar-se *Diário do Espírito Santo* e, posteriormente, *Estado do Espírito Santo*. "Filiava-se à política liberal", conforme afirma Heráclito Amancio Pereira (1926, p. 42). Sua tiragem foi, no ano de sua fundação, de 1.000 exemplares, chegando a 1.600 no ano da proclamação da República. Recebia a colaboração de Afonso Claudio, participante ativo do movimento republicano na província. Consideramos o lançamento desse jornal um verdadeiro marco na atuação política de Moniz Freire, dado à visibilidade em que o jornal colocou as representações e as ideias políticas que ele veiculará. Por isso, a fundação do *A Província do Espírito Santo* constitui, a nosso ver, junto com outros, o primeiro grande passo na construção de uma identidade política capixaba por Moniz Freire, constituindo, assim, o início do recorte temporal desta tese.

No Brasil inteiro, nessa década, acentuava-se o movimento abolicionista. Em 5 de agosto de 1883, em sessão solene, no edifício da Câmara Municipal, presidida por Cleto Nunes Pereira, é fundada a *Sociedade Libertadora*, da qual participam capixabas inflamados pela causa abolicionista e que, no dia seguinte, reúnem-se na casa de Moniz Freire para organizar os estatutos. Em homenagem a Domingos Martins,<sup>157</sup> Moniz Freire sugeriu seu nome para a nova sociedade. Afonso Claudio, tendo se formado em Recife, voltara ao Espírito Santo,

---

<sup>156</sup>Clovis Beviláqua (1859-1944) foi jurista, legislador e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Foi o autor do projeto do Código Civil brasileiro promulgado em 1916 e que vigorou até 2003, quando entrou em vigor a Lei nº 10.406.

<sup>157</sup> Capixaba líder da Revolução Pernambucana de 1817.

tornando-se forte propagandista da Abolição e da República. A divisa adotada foi "libertas quae sera tamen" e contavam com grande colaboração das mulheres capixabas.

Em 25 de agosto de 1883, "[...] sob a influência das 'ideias adiantadas' contra os jesuítas" (NOVAES, 197-, p. 287), o vereador Moniz Freire propõe à Câmara Municipal a mudança de nome do largo Afonso Brás,<sup>158</sup> assim chamado por causa do fundador da obra jesuítica do Espírito Santo. O novo nome homenagearia João Clímaco<sup>159</sup> (1799-1866), presidente da primeira Assembleia Legislativa Provincial, instalada em fevereiro de 1835. Era, com certeza, uma maneira de desprestigiar a obra jesuítica no Espírito Santo, o que – juntamente com outras práticas políticas – talvez tenha contribuído para esboçar as futuras rusgas ocorridas entre o bispo "jesuítico" D. Fernando de Souza Monteiro e Moniz Freire, o maçom positivista e defensor das "ideias avançadas".

Em seu nº 69, o jornal *O Espirito-Santense* (Vitória, p. 1, 30 ago., 1883) trouxe, a respeito dessa troca de nomes da praça, um artigo de Basílio Daemon, que pode nos ajudar a esclarecer o significado que essa mudança teve para a época. O conservador Daemon, em seu longo artigo de primeira página, critica a troca dos nomes e, curiosamente, enfatiza o fato de que Afonso Brás era jesuíta. Nesse momento, nas atas da Maçonaria capixaba (FRAGA, 1995?), há referências a uma luta travada entre facções do clero capixaba e a Maçonaria, a qual denominava *jesuitismo* essa colocação de seus opositores católicos.

O artigo de Daemon<sup>160</sup> dá a entender que a troca dos nomes foi motivada por antijesuitismo, ou seja, teria por trás um objetivo maçônico. É de se lembrar que Moniz Freire fora iniciado na Maçonaria um ano antes e que, nesse início da década de 1880, visitara o Espírito Santo o bispo D. Pedro Maria Lacerda, altamente envolvido nas críticas à Maçonaria. Em jornal que

<sup>158</sup> Jesuíta que chegou ao Espírito Santo em 1551 e iniciou a construção do Colégio dos Jesuítas em Vitória, sendo considerado um dos fundadores do Espírito Santo.

<sup>159</sup> João Clímaco de Alvarenga Rangel (1799-1866) era sacerdote católico e também bacharel em Direito, título conferido pela Universidade de Coimbra. Foi um abolicionista que, voluntariamente, assumira a defesa dos escravos rebelados em Queimado, em 1849. Havia se bacharelado em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1833. Para mais dados, ver Bichara (1984).

<sup>160</sup> Curiosamente, Bazilio Carvalho Daemon foi um dos instaladores da Loja Maçônica *União e Progresso* de Vitória, em 1872, conforme Achiamé (2010). Entretanto, Fraga (1995 ?), à página 30 de seu livro sobre essa Loja Maçônica, não o coloca na lista de nomes dos instaladores. Talvez o seja por algum engano do autor, já que, no mesmo livro, à página 195, ele o nomeia "INSTALADOR". De qualquer forma, a posição do então diretor de *O Espirito-Santense*, contrariamente à troca de nomes da praça, não é coerente com os questionamentos colocados pela Maçonaria de então. Ele ainda era maçom? Havia uma cisão dentro da Maçonaria capixaba? São questões que os documentos pesquisados ainda não permitem responder. É certo, entretanto, que o conservador Daemon e o liberal Moniz Freire encontram-se em posições opostas, no que diz respeito a essa questão. Terá sido uma mera oposição partidária? É provável, mas também a essa pergunta não é possível um resposta adequada.



dirigia, *A Província do Espírito Santo*, Moniz Freire publicou uma contestação a Daemon, uma pequena carta (SANTOS, 2014) em que, por dez vezes, quando se referiu a João Clímaco, ressaltou o fato de que ele era padre, dando a entender que sua política não era contra os padres, mas contra o chamado jesuitismo.

A polêmica sobre o jesuitismo há tempos vinha atraindo a atenção dos capixabas, desde a década anterior, quando da eclosão da *Questão Religiosa*. Os jornais capixabas procuravam atacar não a Igreja Católica, mas a ala intransigente com a Maçonaria e que eles diziam estar imbuída de jesuitismo. Veja-se, por exemplo, *O Espírito-Santense* (Vitória, p. 2), de 19 de junho de 1872, que traz uma coluna intitulada *O santo e a senha*, na qual afirma: "Nesta luta vigorosa, cerrada, infatigável da imprensa contra os jesuítas ou lazaristas [...]". Depois, por mais seis vezes, o pequeno artigo faz referência ao jesuitismo. É de se notar que, nessa segunda metade do século XIX, nos meios que debatiam temas religiosos, era grande a polêmica<sup>161</sup> entre os liberais e os ultramontanos,<sup>162</sup> ala da Igreja Católica constituída por defensores da romanização e do jesuitismo.

Também foi nessa mesma década de 1880 que faleceu José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, o tio-avô de Moniz Freire, deixando o comando do clã para seu filho Alfeu Monjardim (1836-1924), o barão de Monjardim que, segundo Monjardim (2003, p. 62), era "[...] amigo e correligionário político" do pai de Moniz Freire, com quem fundou a Loja Maçônica *União e Progresso* em Vitória, em 1872, a mesma à qual pertencia Moniz Freire. Entretanto, apesar do parentesco, houve, em algumas ocasiões, divergências políticas entre Alfeu e Moniz Freire

Como se tem visto por meio deste trabalho de pesquisa, já estava formada no Espírito Santo uma representação imbuída da ideia de que a província possuía muitas possibilidades de progresso, mas sofria discriminação e desprezo por parte das outras regiões do Império brasileiro. A consciência desse desprezo foi aos poucos se avolumando. Exemplo disso

---

<sup>161</sup> Sobre essa polêmica, é interessante ler vários exemplares de *O Espírito-Santense*, entre os quais destacamos os números 105, 108, 190, 252, 254, 318, 406 e 456, todos da década de 1870, como também o número 48, de 15 de junho de 1881.

<sup>162</sup> Ver em Brito (2007) os detalhes sobre os chamados "padres reformadores" que, na Igreja Católica do século XIX, defendiam obediência absoluta às determinações antiliberais do Papa Pio IX (1792-1878). Entre os propagadores dessa ideologia conservadora, estavam os padres lazaristas que dirigiam o Colégio do Caraça (MG), onde estudaram muitos padres brasileiros, entre os quais os futuros bispos D. Pedro Maria de Lacerda (da diocese do Rio de Janeiro, que, na ocasião, abrangia também a população católica do Espírito Santo), D. João Nery (primeiro bispo do Espírito Santo, entre 1896 e 1901) e D. Fernando de Souza Monteiro (segundo bispo do Espírito Santo, entre 1902 e 1916).

ocorreu em 1885, quando o Senado do Império arquivou um projeto que concedia subvenção a uma empresa de navegação do rio Doce, o que prejudicaria enormemente o Espírito Santo em seu comércio com Minas Gerais. Foi, então, que Moniz Freire publicou, no jornal que dirigia juntamente com Cleto Nunes Pereira, *A Província do Espírito Santo*, sete editoriais intitulados de *Cartas a S.M. o Imperador*, em que o autor procurou demonstrar a necessidade de se prover o Espírito Santo de infraestrutura que lhe permitisse desenvolver-se. Nessas *Cartas*, conforme se verá no próximo capítulo, Moniz Freire apresenta seus sonhos e suas mágoas – que também representam os sonhos e ressentimentos de uma forte parcela da população capixaba de então – relacionados com o tratamento que era dado à Província pelo Império brasileiro. Emblemático de sua posição é o início da Carta (FREIRE, 2012, p. 17) número II:

Não se explica o desamor dos estadistas e legisladores brasileiros pela prosperidade desta zona do Império, não porque ela seja indigna de incentivos, ou pouco suscetível de progressos: V. M. já viajou-a em parte, e sabe que elementos fecundos de riqueza oferece essa natureza bruta à indústria e à atividade humana. Mas os nossos homens públicos ignoram todas essas coisas; a sua incompetência para o governo começa por ignorarem eles até a geografia do país, do que não são raros os exemplos que temos.

O movimento abolicionista no Espírito Santo foi iniciado em 1869, em Vitória, com o "[...] primeiro grêmio emancipador, a *Sociedade Abolicionista da Escravatura do Espírito Santo* [...]", conforme Oliveira (2008, p. 407) e continuou em crescimento até a assinatura da *Lei Áurea*, em 13 de maio de 1888. A elite intelectual apoiou com entusiasmo a campanha pela abolição, tendo grandes propagandistas, entre os quais Afonso Claudio, Cleto Nunes Pereira e Moniz Freire, na Capital. No interior, sobressaíram Gil Goulart e outros. Promoviam-se reuniões públicas e angariavam-se fundos. A província inteira festejou a Lei Áurea e, conforme o *Espirito-Santense* de 16 de maio de 1888 (OLIVEIRA, 2008), houve passeatas e muitas comemorações na província. Houve festas e, de uma das janelas da Loja *União e Progresso*, o venerável Francisco Escobar de Araújo comunicava ao povo a grande vitória da liberdade. Informa Novaes (197-, p. 307) que ele fora "[...] carregado em triunfo pelo povo", o que, de algum modo, denota o prestígio dos membros da Maçonaria capixaba de então.

O jornal *A Folha da Victoria* (Vitória, p. 1, 17 maio 1888) noticiava:

O coração brasileiro expande-se repleto de indescritível entusiasmo, vendo a Pátria livre, sem que fosse preciso sustentarmos guerra civil igual a de 1861 a 1864 travada na grande União Americana por efeitos da abolição [...]. Essa glória não a quis o partido liberal pela renhida oposição por si feita ao benemérito conselheiro Dantas;

coube-a ao ínclito ministério 10 de Março, e portanto ao partido conservador, a que já se devia a extinção do tráfico negreiro, a lei do imortal visconde do Rio Branco, que estancou as fontes da escravidão, e por último a gloriosa e imorredoura data de 13 de maio de 1888.

É interessante ler o anúncio publicado na página 4 do *A Folha da Victoria* (Vitória, 13 maio 1888) e reproduzido na Figura 3, convidando para um baile de comemoração pela abolição, em que, logo abaixo do "Abolicionistas! amáveis e sympathicos!", proclama com tanto charme e eloquência que, excepcionalmente, preferimos copiar na grafia da época:

Quando o telegrama annunciar à luz do sol e da lua e aos povos d'aquém e d'além mar a passagem do grande projecto abolicionista estará o Eden preparado com todo brilhantismo e grandesa para receber no seu vasto salão os grandes **Heroes da liberdade**. Assim, pois, sympathicos abolicionistas, vinde ao grande salão e trazei comvosco as sympathicas moreninhas; e as *sogras* que não fiquem no esquecimento, pois, e sem ellas (as moreninhas) não haverá prazer nem alegria. Brevemente annunciarei o dia da grande festa nacional. **ATÉ MAIS VER**, o secretário Tapiocano.

FIGURA 3 – Convite para baile comemorativo da abolição, em Vitória



Fonte: *A Folha da Victoria*, Vitória, p. 4, 13 maio de 1888.

Também a proclamação da República, em 1889, trouxe grande movimentação política e popular no Estado do Espírito Santo. Já em 1886, *A Província do Espírito Santo* trouxera uma crônica que mencionava que "[...] o que queremos, o que desejamos é que nossa Cidade [Vitória] vá-se preparando, que fique bem catita, para receber, com todas as honras soberanas, a Excelentíssima Senhora REPÚBLICA, que, por um triz, está a bater-nos à porta." (NOVAES, 197-, p. 309). No ano seguinte, foi fundado o *Clube Republicano* em Cachoeiro do Itapemirim. Clubes republicanos espalham-se pela província, especialmente no sul.

Vê-se que, mesmo sem ter se filiado ao *Partido Republicano*, Moniz Freire preparava o campo para o advento do novo regime, pois era ele um dos diretores de *A Província do Espírito Santo*. Tão logo foi proclamada a República, ele explica seu posicionamento em face à ideologia republicana, conforme se verá mais adiante.

A 9 de abril de 1889, poucos meses antes da proclamação da República, Afonso Claudio e Moniz Freire organizaram um *meeting*,<sup>163</sup> para reclamar contra a falta de luz e água em Vitória. Houve proibição policial, o que não impediu o comparecimento de mais de mil pessoas que, na frente do Palácio do governo, ouviram vários discursos, entre os quais o de Moniz Freire e Cleto Nunes Pereira. Citando *A Província do Espírito Santo*, de 9 e 11 de abril de 1889, Afonso Claudio (2002, p. 50) narra a manifestação em sua obra sobre a propaganda republicana no Espírito Santo, tornando, assim, claro que se tratava de um episódio na luta dos republicanos contra o trono. O ilustre republicano capixaba afirmava que

O Sr. Dr. Chefe de Polícia com seus auxiliares, só desistiu do plano de reação contra a reunião popular quando comparecendo ao local, teve oportunidade de conhecer a atitude enérgica e firme dos promotores do comício e a calma viril com que os Drs. Afonso Claudio e Moniz Freire, procuradores do povo, desprezando a intimação firmada por s.s. marcharam para o lugar onde ele se efetuava dispostos ao sacrifício de suas vidas, e sobretudo pelas demonstrações vivíssimas do povo, resolvido a manter heroicamente os seus direitos.

Talvez para não enfrentar demais os poderes da Monarquia brasileira, o jornal dirigido por Moniz Freire, *A Província do Espírito Santo*, não publicou os trechos mais antimonárquicos

<sup>163</sup> Os *meetings* eram reuniões populares nas quais se discutiam questões de interesse público ou divulgação de programa eleitoral. Os *meetings* eram uma novidade eleitoral que já havia sido "[...] introduzida na capital pernambucana ainda na década de 1840 [...] [quando os] 'praiheiros', ou liberais pernambucanos, nas eleições de 1846, promoveram *meetings* nos bairros populares em defesa da nacionalização daquele comércio. Os conservadores, ou 'gabirus', contra-atacaram, utilizando o mesmo modo de mobilização". (CAVANI, 2007, p. 3). Em 1860, segundo o mesmo autor, os *meetings* fizeram sucesso na cidade do Rio de Janeiro e, em 1884, nas eleições para a Câmara dos Deputados, o abolicionismo "[...] congregaria outra vez muita gente trabalhadora, além de uma nascente classe média, nos afamados meetings das principais cidades brasileiras" (p. 3).

do discurso de Afonso Claudio que, em seu livro sobre a propaganda republicana no Espírito Santo, registra e comenta, na nota 25, p. 49: "[...] por infringente de seus sentimentos monárquicos de folha liberal que era, eu a reproduzo das notas de meu arquivo de propagandista, que conservo intactos [...]". Em seguida, Afonso Claudio reproduz o trecho por assim dizer censurado, que termina com o "Abaixo o cetro! Viva o povo!".

### 3.5 NA REPÚBLICA NASCENTE, MONIZ FREIRE, EM DISCURSOS E PRÁTICAS POLÍTICAS, AFIRMA-SE COMO LÍDER REPUBLICANO

Lembramos, aqui, os estudos de Bourdieu (1989) sobre o capital político, mencionados no início deste capítulo. O *capital pessoal por notoriedade* Moniz Freire iniciou pessoalmente, em 1875, quando ingressou na vida pública por meio do lançamento do jornal *Aurora*. O **capital pessoal profético** "[...] é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos [...]" (1989, p. 191). Ora, na República, Moniz Freire passa a acumular também, conforme indicam as pesquisas desta tese, o capital pessoal profético, devido, sobretudo, à sua atuação em momentos ímpares, como na Constituinte que deu origem à Constituição de 1891 e na Presidência<sup>164</sup> do Estado do Espírito Santo, quando tomou atitudes e adotou práticas políticas que colocaram o estado no patamar de respeito e de progresso como almejavam muitos capixabas, cujos sonhos e mágoas ficaram emblemáticos na figura política de Moniz Freire.

Era presidente da Província do Espírito Santo José Caetano Rodrigues Horta, quando foi proclamada a República no Brasil, em 15 de novembro de 1889. Conforme Novaes (197-), os primeiros telegramas com a notícia da proclamação da República foram recebidos por Moniz Freire, diretor do *A Província do Espírito Santo*. Afonso Claudio (2002) narra o entusiasmo com que a República foi recebida em Cachoeiro do Itapemirim, onde grupos, em diversas ocasiões, celebravam o acontecimento, cantando a *Marselhesa*.<sup>165</sup>

<sup>164</sup> Os governadores de Estado eram, nesse período, chamados de Presidentes de Estado.

<sup>165</sup> Composta em 1792 por Rouget de Lisle como o canto de guerra para o exército do Reno, foi adotada como Hino Oficial da República Francesa em 1794. Após uma história conturbada, em função das mudanças políticas, em 1879 voltou a ser o Hino Nacional da França. Conforme Carvalho (2001, p. 124), fora da França, a Marselhesa "[...] representava um grito de guerra e de revolta [...] [e] para os republicanos brasileiros, ela era o próprio espírito da revolução".

No dia seguinte à proclamação, um jovem de 30 anos, Afonso Claudio de Freitas Rosa, foi nomeado para tomar posse do novo governo do Espírito Santo. Subia ao poder regional um amigo de Moniz Freire, também um jovem, de 28 anos. Vê-se, aí, como vai se dando a construção de um aparato humano, base da identidade política elaborada por Moniz Freire. Depois de ter tomado posse o novo governo no Paço Municipal, o cortejo encabeçado pelo governador dirigiu-se ao Palácio, aos acordes da *Marselhesa*, executada pela *Filarmônica Rosariense*, hábito que se manteve até 1908, quando Jerônimo Monteiro proibiu a *Marselhesa* e ordenou que se tocasse apenas o *Hino Nacional Brasileiro*.

Em 19 de novembro de 1889, foi adotada a atual Bandeira do Brasil, desenhada pelo pintor Décio Villares com o projeto de Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, todos positivistas. Mantendo semelhanças com a bandeira do Império, que foi desenhada em 1822 pelo pintor Debret, ela passa a ostentar, no seu fundo azul, as estrelas, simbolizando os Estados brasileiros, entre os quais o Espírito Santo representado pela estrela “intrometida” da constelação do Cruzeiro do Sul, no qual as estrelas das extremidades da cruz representam São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. A menor, e que se “intrometeu” na formação de cruz, é o Espírito Santo, o intrometido junto a grandes Estados.

Dessa forma, é a materialização em um símbolo, a estrela "intrometida", da representação da maneira como o Espírito Santo é visto pela Federação brasileira e que se concretiza na elaboração da bandeira republicana, sobretudo se levarmos em consideração a afirmação de Teixeira Mendes, citada por Carvalho (2001, p. 114): "[...] bandeira é idealização, é símbolo, é emblema [...] [que permite] atingir o coração dos brasileiros, finalidade precípua de uma bandeira". Conforme já mencionado, vem daí o título de nossa tese, que procura fundamentar historicamente essa representação do Espírito Santo presente na construção da identidade capixaba idealizada por Moniz Freire.

A *Provincia do Espirito Santo*, jornal dirigido por Moniz Freire e Cleto Nunes Pereira, teve seu nome substituído por *Diario do Espirito Santo* e, em 1890, por *O Estado do Espirito Santo*, com a divisa positivista *Ordem e Progresso*. Em 2 de outubro de 1890, tornou-se órgão do *Partido Republicano Construtor*, dirigido por Moniz Freire e tendo por divisas "Pro Patria" e "Ordem e Progresso". Mais tarde, retirou-se o artigo, no título, passando a denominar-se *Estado do Espirito Santo*, conforme informa Heráclito Amâncio Pereira (1926). A partir de 1º de agosto de 1891, a direção política do jornal ficou com Moniz Freire e Afonso

Claudio, vendo-se aí a aliança entre os dois insignes políticos capixabas. Para se compreender os embates futuros nos quais se envolveu Moniz Freire, é interessante registrar "[...] a recusa do bispo do Rio de Janeiro em abençoar a nova bandeira, como lhe pedira um comandante da Guarda Nacional. A justificativa era a presença na bandeira da divisa da seita religiosa positivista" (CARVALHO, 2001, p. 116).

Um mês após a proclamação da República, Moniz Freire publicou, em 15 de dezembro de 1889, em seu *Diario do Espirito Santo* (Vitória, p. 1-2), um manifesto aos seus concidadãos, em que mostra seu posicionamento diante do regime republicano, agora em vigor no Brasil. Fez-se necessária essa tomada de posição, já que militara sob as hostes do *Partido Liberal* e nunca se filiara ao *Partido Republicano*, enquanto vigorava a Monarquia. Assim, ele inicia o manifesto afirmando que, por ser positivista, via como indispensável e fatal o caminho que o Brasil havia tomado, trazendo o regime republicano, e constata o "[...] absenteísmo com que se houveram nestes últimos dias as massas de nossa nacionalidade [...]" (p. 2). Afirma sua convicção de que

[...] todo o poder vem do povo e da lei [...] [e constata que] estava tão longe dos fanáticos da monarquia como dos fanáticos da república [...] [e era] dos que trabalhavam para que a passagem se operasse com a naturalidade com que se operam todos os fenômenos sociais [...], [pois] é um erro querer forçar os acontecimentos, porque os resultados não poderão corresponder às intenções, senão depois do concurso lento de todas as condições normais de sua produção (DIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Vitória, p. 2, 15 dez. 1889).

Vê-se, aí, que, fiel ao Positivismo, desejava uma natural evolução da Monarquia para a República, sem solavancos e sem radicalismos, o que ele reafirmava quando escreveu que "[...] não me era estranha a convicção de que a monarquia, como instituição efêmera, tinha um papel a esgotar-se, um termo intransponível [...]" (DIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, Vitória, p. 2, 15 dez. 1889). E conclui com clareza e altivez:

Não entro para a República como o convertido que passa cabisbaixo [...]. Sinto profundamente que ainda muito resta a fazer-se para a regeneração final, e não tenho por esta atualidade, que é o delírio de uns e o terror de outros, senão a simpatia calma do observador que dominasse do cimo de um píncaro miríades de paisagens lindíssimas estendendo-se até o extremo horizonte. Desejo ardentemente que a República frutifique de modo a corresponder aos votos de seus entusiastas; por minha parte não regatear-lhe-ei sacrifícios quando o bem da Pátria o exigir. Com essas ideias e sentimentos espero merecer o assentimento de meus concidadãos, e a honra da confiança e apreço que eles me têm dispensado até hoje (1889, p. 2).

Em razão do Federalismo defendido pelo novo regime, os Estados começaram a se mobilizar para a elaboração de uma Constituição estadual, ao lado da mobilização para a confecção da Constituição nacional. Foi formada, no Espírito Santo, uma Comissão encarregada de organizar o Projeto da Constituição estadual. Entre os cinco componentes, encontrava-se Moniz Freire.

Pouco tempo depois da proclamação da República, ocorre uma cisão entre os republicanos capixabas. Em maio de 1890, reuniu-se em Vitória o Congresso Republicano, com representantes de todo o Estado, que elegem, então, o Diretório do *Partido Republicano*. Mas, logo em seguida, Antonio Aguirre renunciou à Comissão Executiva do Partido e, juntamente com Bernardo Horta, renunciavam aos cargos de vice-governadores, rompendo, assim, a parceria política com o governador Afonso Claudio. Os dois políticos começaram, então, a organizar a *União Republicana Espírito-Santense*, juntamente com outros políticos, entre os quais o barão de Monjardim. Entretanto, Moniz Freire e Cleto Nunes Pereira não aderiram ao novo partido e fundaram nova corrente política, o *Partido Republicano Construtor*. Parece que o objetivo da dissidência era colocar obstáculo à candidatura de Moniz Freire para a Constituinte. Em tom conciliador, Moniz Freire publicou a esse respeito, em *O Estado do Espírito Santo* (Vitória, p. 2, 27 jul. 1890) um manifesto com o título *Aos meus amigos e aos cidadãos do Estado*. No primeiro parágrafo, já afirmava:

Não aderi, nem adiro, à liga que nesse estado se formou sob o título de União republicana espirito-santense, e da qual foram aclamados diretores o meu prezado amigo e parente, o sr. barão de Monjardim, o cidadão Aristides Freire, redator de A Folha da Victoria, e o dr. Antônio Aguirre, que outrora distinguiu-me com afetos tais que eu supunha capazes de resistir a quaisquer embates.

Afirma Novaes (197-, p. 322) que, "[...] com esse grupo, Afonso Claudio guiou o estado até a eleição para a Constituinte [...]", apesar de precisar enfrentar muitos embates com seus opositores, que tramavam sua queda. Moniz Freire sempre procurou defendê-lo, mas Afonso Claudio não conseguiu resistir às pressões políticas e renunciou ao governo, transmitindo-o ao substituto legal, Dr. Constante Gomes Sodré, em setembro de 1890. A ele coube promover a eleição dos representantes do Estado à Constituinte Federal. Foram eleitos dois deputados e três senadores (BRASIL, 1891), todos do *Partido Republicano Construtor*: Moniz Freire e Antonio Borges de Athayde Jr, para deputados federais; e Gil Diniz Goulart, Domingos Vicente Gonçalves de Souza e José Cesário de Miranda Monteiro, para senadores. Doente, o novo Presidente de Estado, dois meses depois, transmitiu o cargo ao coronel Henrique da



Silva Coutinho que, exonerado em março de 1891, passou o governo ao Dr. Antonio Gomes Aguirre, nomeado pelo marechal Deodoro da Fonseca, em represália à atitude de Moniz Freire que "[...] hostilizou sua candidatura à Presidência da República [...]" (OLIVEIRA, 2008, p. 430, nota 7).

Desse modo, a dissidência galga o poder. Em junho de 1891, tomou posse do governo do Estado o barão de Monjardim, em eleições realizadas pelo Congresso Estadual, conforme Oliveira (2008). Tratava-se do Congresso Constituinte Estadual, no qual a *União* era maioria. Entretanto, a subida posterior do marechal Floriano Peixoto ao governo da República, em decorrência da crise política nacional, fez com que fosse fortalecido o *Partido Republicano Construtor* de Moniz Freire. O Barão de Monjardim renunciou e passou o governo ao Dr. Antonio Gomes Aguirre que sofreu pressões para renunciar.

Sobre esse fato, Oliveira (2008, p. 434, nota 16) conta que, no dia 19 de dezembro de 1891, foi distribuído, pela manhã, um convite à população de Vitória: "Convida-se aos republicanos e em geral ao povo espirito-santense para uma demonstração de sinceridade republicana, um grande *meeting* de protesto contra o sebastianismo renitente e ousado que já se atreve a conspirar na capital federal e nos estados". E avisa que será em frente ao palacete do Dr. Moniz Freire. Pressionado, Dr. Antonio Aguirre deixou o cargo. Assumiu, então, uma Junta Governativa que dissolveu o Tribunal de Justiça e o reorganizou sob a presidência de Afonso Claudio. Compunham a Junta Governativa Inácio Henrique de Gouveia, Graciano dos Santos Neves e Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto. A 2 de maio de 1892, Moniz Freire é eleito Presidente do Estado.

São os embates entre os dois grupos políticos do Estado, apoiados por importantes jornais. Do lado da *União*, encontrava-se *A Folha da Vitória*, que cedeu lugar a *O Federalista* que teve pouca duração e logo foi substituído pelo *Comércio do Espírito Santo*. Ao lado do *Partido Republicano Construtor*, estava o jornal de Moniz Freire, *O Estado do Espírito Santo*, conforme relata Oliveira (2008).

Convém ressaltar o importante papel nacional exercido por Moniz Freire que, nesse início da República no Brasil, comandava a bancada capixaba na Constituinte que trabalhou na elaboração da Constituição Republicana de 1891, defendendo especialmente as ideias do voto secreto e das eleições diretas para Presidente da República, em oposição aos que defendiam

um sistema eleitoral semelhante ao que fora estabelecido para os Estados Unidos da América. Agenor Roure (1979), também constituinte de 1891, descreve com detalhes o brilhante trabalho de Moniz Freire nessa ocasião. De qualquer forma, foi uma atuação que contribuiu – e muito – para a acumulação do capital político que fez de Moniz Freire um líder capaz de imprimir uma tônica especial na constituição de uma identidade política capixaba.

A 2 de maio de 1892, foi proclamada a Constituição Política do Estado e foi realizada a eleição do primeiro Presidente do Estado do Espírito Santo, José de Mello Carvalho Moniz Freire, que assumiu o poder no dia seguinte. Dedicou-se a uma obra voltada para a "[...] instrução, a saúde do povo, as vias-férreas, o povoamento [...]", conforme Novaes (197-, p. 329). Segundo Oliveira (2008, p. 435), foi "[...] uma fase de arrojadas realizações na terra capixaba". Deu-se, aí, a nosso ver, a consolidação da construção de uma identidade política iniciada em 1882 com a fundação do jornal *A Província do Espírito Santo*.

### 3.6 NO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, MONIZ FREIRE EMBLEMATIZA SONHOS E MÁGOAS DA ESTRELA "INTROMETIDA"

Neste terceiro capítulo,<sup>166</sup> nossa intenção não é analisar e relatar pormenorizadamente nem a atuação política de Moniz Freire, nem a história do Espírito Santo no período, mas tão só descrever analiticamente os eventos que, com certeza, poderão ajudar a compreender o papel de Moniz Freire na construção de uma identidade política capixaba, tema central do próximo capítulo, em particular, e desta tese, em geral. Desse modo, neste Capítulo 3, a análise relaciona-se apenas com a construção do capital político de Moniz Freire, tanto familiar, quanto pessoal ou por delegação, como também com a gênese de uma representação sobre o Espírito Santo como província/estado abandonada/o e sem significação no cenário nacional, impedida/o de realizar seus sonhos de crescimento. Assim, neste subitem do presente capítulo, serão priorizadas as análises que conduzam ao fim aqui proposto: a elaboração de uma representação sobre o Espírito Santo e a construção de um capital político, por parte de Moniz Freire, a partir do momento em que foi eleito Presidente de Estado, pela primeira vez.

---

<sup>166</sup> Várias análises contidas neste terceiro capítulo estão também presentes em nossa dissertação de Mestrado *O Espírito Santo, um estado "satélite" na Primeira República: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912)*, na qual tratamos de temas que conduzem diretamente a uma interpretação da prática política de Muniz Freire durante seus dois mandatos como presidente de Estado, o que é de alto interesse para esta tese.

Depois da participação de Moniz Freire na elaboração da Constituição brasileira de 1891, a grande presença dele na política nacional deu-se quando, por duas vezes, dirigiu o Estado do Espírito Santo: 1892 a 1896 e 1900-1904. Mais tarde, também atuou como senador. Seu prestígio começará a decair imediatamente depois da conclusão de seu último mandato e se consolidará em 1908, com a ascensão de uma nova liderança, a de Jerônimo Monteiro, e a fundação de um novo partido, o *Partido Republicano Espírito-Santense*.

Sua atuação no primeiro mandato (1892-1894) é resumida em sua Mensagem (ESPÍRITO SANTO, Moniz Freire, 1894) lida por ocasião da instalação do Congresso Legislativo em 1894, em que ele descreve seus trabalhos como Presidente de Estado. Na página 10, afirma que "[...] o Espírito Santo [...] só agora começa a ser devidamente considerado no seio do próprio país [...]". Mais adiante (p. 14), ele enfatiza sobre seus planos com relação a Vitória:

Uma grande preocupação assalta a todos quantos se interessam pelo engrandecimento do estado, e medem o alcance e a influência dos empreendimentos que se acham em viabilidade - é que a execução de todos eles ocorrerá seguramente para fazer de nossa capital um empório comercial vastíssimo, e entretanto ela se acha completamente desaparelhada para sê-lo. A Vitória está fatalmente destinada a ser uma grande cidade, e no entanto as suas condições topográficas não permitem que sem enormes despesas possamos adaptá-la a esse destino [...].

Em discurso pronunciado após promessa constitucional perante o Congresso Constituinte, em 1892, Moniz Freire assim se expressava, quanto aos seus objetivos:

Aumentar a produção pela introdução de novos agentes de trabalho: valorizar a nossa propriedade territorial por todos os meios indiretos que possam ter ação sobre o cômodo dos transportes; e regularizar a questão da nossa viação férrea, será a base material do meu programa de governo (ESPÍRITO SANTO, 1892, p. 4).

Em seu programa de governo, tinha por objetivo construir vias férreas, povoar o solo e transformar Vitória em um grande centro comercial. Entrou em contato com o então Presidente de Minas Gerais, Afonso Pena, tendo assinado com ele um convênio para construção de uma estrada de ferro, unindo Espírito Santo a Minas Gerais. Para conduzir esse projeto, o Estado contraiu o primeiro empréstimo externo, de 17 milhões e quinhentos mil francos franceses, para a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que ligaria Vitória a Cachoeiro de Itapemirim. É curioso notar que o *imbroglio* gerado pelo referido empréstimo denota certamente a existência de interesses políticos que prejudicavam o desenvolvimento do Estado. Moniz Freire fora acusado de ter dado passo maior que as pernas, o que certamente não condizia com a realidade do Espírito Santo naquele momento histórico,

já que em 1893 a safra de café tinha atingido um patamar que foi o maior até então, autorizando o Presidente do Estado a pronunciar um discurso otimista, na instalação do Congresso Legislativo<sup>167</sup> em 1894, em Vitória.

Também promoveu a introdução de 20 mil italianos na lavoura capixaba e implantou a navegação a vapor no rio Doce. Projetou a expansão de Vitória com o projeto Novo Arrabalde, que será analisado no capítulo próximo. Deu início às obras de construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo que, em 13 de julho de 1895, aniversário de Moniz Freire, teve inaugurado o primeiro trecho, ligando o Porto de Argolas – no continente, fronteiro à Capital – à Viana, então vila.

O historiador José Teixeira de Oliveira (2008, p. 435), ao descrever o primeiro mandato de Moniz Freire como Presidente de Estado, afirma que seu governo foi "[...] uma fase de arrojadas realizações, [uma vez que Moniz Freire possuía um] espírito progressista e realizador, [com] vastas pretensões". São palavras que indicam bem o capital político de que Moniz Freire era portador, sobretudo porque dirigia o Estado em um momento em que este se afirmou nacionalmente, conforme dizia o próprio Moniz Freire, em Mensagem (ESPÍRITO SANTO, 1893) lida na instalação do Congresso Legislativo, em 1893:

O estado, que até os últimos dias que antecederam à Constituição republicana, era arrolado nas estatísticas oficiais como um fardo da Nação, revelando rapidamente, o seu cabedal de riqueza e de vida própria, sopesando sem constrangimento algum os grandes ônus da nova situação política, apresenta um orçamento cinco vezes maior que o da antiga Província.

É emblemático que tenha sido durante o mandato de Moniz Freire a realização de uma festa de apresentação do Hino Espírito-Santense, em 21 de outubro de 1894, e que, conforme Novaes (197-, p. 277 e p. 335), tinha uma música composta "[...] para ser oferecida ao Dr. José de Melo Moniz Freire [...] [a fim de ser executada] [...] na inauguração do primeiro trecho da estrada de ferro Sul do Espírito Santo [...]", o que acabou não acontecendo. O hino, expressão da identidade de um povo, foi criado no mandato dessa importante peça formadora de uma identidade capixaba e, a partir de 1908, começou a ser cantado "[...] diariamente nas escolas, nas festas cívicas". A letra havia sido composta anteriormente, conforme já registramos nesta tese, e expressa bem os sonhos e mágoas que caracterizaram a identidade política construída por Moniz Freire.

---

<sup>167</sup> Para isso, ver Oliveira (1975, p. 414).

Foi também nesse primeiro mandato que, em 15 de novembro de 1895, a Sagrada Congregação Consistorial criara a Diocese do Espírito Santo, importante instituição religiosa que, com certeza, realçou a importância com que passou a ser visto nacionalmente o Espírito Santo dirigido por Moniz Freire. Nesse sentido, foi um dos fatores a colaborar com a construção de uma identidade política capixaba. Antes de ser oficializada a vinda do vigário de Campinas (SP), Cônego João Batista Corrêa Neri, o Arcebispo de São Paulo lhe dirigiu uma carta (NOVAES, 197-, p. 343-344), na qual se nota com muita clareza a maneira excludente e depreciativa com que era visto o Espírito Santo, inclusive nos meios religiosos:

Para V. Revma. aceitar, basta saber que será uma diocese nova; que o bispo dessa diocese deve ser moço, forte e disposto a missionar os pobrezinhos, que não têm quem lhes reparta o pão da palavra; que possa montar a cavalo e andar muitas léguas por dia; que esteja disposto a viver, ao menos no começo, pobrememente, como missionário. Já vê V. Exa. que não lhe ofereço um leito de rosas; mas, uma cruz pesada; mas saiba que, se for nomeado V. Exa. Deus lhe dará também a graça para levar com garbo essa cruz.

Convém observar que, por trás da retórica cristã – por meio de palavras como *cruz* e *cruz pesada* –, nota-se uma descrição depreciativa do que seria a população do Espírito Santo nesse momento. A palavra "pobrezinhos" pode obviamente ser utilizada, na linguagem cristã, para todos os que ainda não receberam o "pão da palavra". Mas, no contexto em que se insere, dá a entender que pode estar se referindo também à parte material do Estado, e não somente à espiritual, uma vez que essa palavra vem logo em seguida à caracterização do Estado como sendo muito pobre, já que o vigário precisaria "montar a cavalo" e "andar muitas léguas". Tais procedimentos certamente eram muito comuns no Brasil de então, mas, enunciados da maneira como o foram, dão a impressão de um olhar depreciativo para com a região onde esse bispo iria pastorear, o que se originava, com certeza, da representação que, fora do Estado do Espírito Santo também se construía, no que diz respeito à sua pobreza e ao caráter secundário de sua presença no cenário nacional.

D. João Batista Corrêa Néri fazia parte do grupo de bispos reformadores de que se tratou anteriormente. Também estudara no Caraça (MG). Chegou em Vitória a 18 de maio de 1897 e exerceu o episcopado no Espírito Santo até 1901, sucedido por um bispo capixaba, ele também ex-aluno do Caraça, D. Fernando de Souza Monteiro, filho da oligarquia sulista que iria dominar o Espírito Santo a partir do governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), seu irmão.

De qualquer forma, a pouca autonomia do Espírito Santo impediu a continuidade dos esperançosos planos de Moniz Freire após seu primeiro mandato. O estabelecimento de imigrantes no Estado, por exemplo, requeria ajuda federal, o que não foi possível obter, já que São Paulo foi beneficiado com verbas desviadas de Estados menos influentes na política. A isso se refere Moniz Freire, ao dirigir-se ao Legislativo estadual:

Infelizmente falhou completamente este ano o auxílio federal com que contávamos, e que vós orçastes na receita do corrente exercício, para o serviço de imigração [...] o ministro da Indústria não pôde [...] satisfazer as minhas reiteradas requisições. Existe com efeito no orçamento o crédito de 4.000 contos para ser distribuído igualmente pelos vinte estados, mas a título de pagamento de passagens dos imigrantes introduzidos em virtude dos contratos federais; essa verba ainda foi reputada insuficiente, e o governo pediu ao Congresso crédito suplementar [...]. Sucede porém que dos imigrantes introduzidos em virtude dos contratos federais, em número de trinta mil seguramente, talvez não tenham mais de duzentos tomado destino deste estado; de modo que nem temos a verba para auxiliar o serviço que fazemos por nossa conta, em virtude do contrato estadual, nem recebemos dos imigrantes introduzidos pelos contratantes federais a porcentagem correspondente à verba que o orçamento da União nos destinou (ESPÍRITO SANTO, 1893, p. 16-17).

Com certeza, outras razões também interferiam, colocando de lado o Espírito Santo e impedindo que esses imigrantes viessem para o Estado. A isso se referiu Moniz Freire em sua Mensagem de despedida do primeiro mandato:

Este contrato [para trazer imigrantes] termina em fins do corrente ano; o preço das passagens nele estipulado é o que vigorava em 1892 para todos os contratos, federal e estaduais, mas atualmente o serviço está sendo feito para São Paulo e para Minas, a preços muito mais razoáveis (ESPÍRITO SANTO, 1896a, p. 120).

Assim, Moniz Freire concluía sua Mensagem, com razão: “[...] o resultado é que a verba orçamentária só aproveitou ao estado de S. Paulo que é poderoso e rico, em detrimento de outros, como o nosso, que não poderiam dispensá-la” (ESPÍRITO SANTO, 1896a, p. 17).

Vê-se, então, a existência de práticas políticas que vão se acrescentando a muitas outras e que fazem parte da construção de um imenso capital político que fará de Moniz Freire um líder na vida capixaba em uma importante fase da Primeira República.

Porque governou o estado em situação financeira difícil, devido à queda do preço do café, seu sucessor, Graciano dos Santos Neves,<sup>168</sup> suspendeu quase todas as obras planejadas por Moniz Freire, exceto as da viação férrea. Em Mensagem dirigida ao Legislativo, afirmou que

---

<sup>168</sup> Para as informações referentes a esse governo, ver Oliveira (1975, p. 415).

“[...] essas questões de economia têm constituído até agora a preocupação absorvente e quase exclusiva da minha administração [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1896b, p. 12).

Sua política de cortes no orçamento provocou grande insatisfação contra seu governo, o que o conduziu à renúncia. O poder foi entregue ao vice-presidente Constante Gomes Sodré. De conformidade com a Constituição Estadual, foram realizadas novas eleições. Desse modo, em 1898, tomou posse José Marcelino Pessoa de Vasconcelos, que conduziu o mandato até o final legal, em 1900, quando retorna Moniz Freire, novamente eleito para comandar o Estado.

O segundo mandato de Moniz Freire (1900-1904) dá-se em um momento singular da política brasileira, iniciado em 1894, o período de domínio dos fazendeiros de café na política nacional, com a eleição do paulista Prudente de Moraes para presidente da República, sucedido, em 1898, por Campos Salles, conhecido pelo chamado *funding loan* e pela política econômica de grande aperto financeiro. Em uma de suas mensagens ao Congresso Nacional, Campos Salles defendia abertamente a privatização das estradas de ferro da União, alegando os prejuízos que davam.

A referida Mensagem (BRASIL, 1899, p. 22) afirmava, porém, que não se deverá privatizar a *Central do Brasil*, pois havia esperanças de prosperidade no futuro, devido ao fato de ela servir três grandes Estados do centro: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, “[...] embora dando consideráveis prejuízos [...]”. Esse argumento não valia para a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, iniciada por obra de Moniz Freire. Além do mais, o Governo Federal decretou redução do preço de transporte a favor de certos produtos agrícolas, entre os quais o café que deveria transitar pelas linhas da *Leopoldina Railway Company*, “[...] a partir de qualquer ponto até o Rio de Janeiro [...]” (BRASIL, 1901, p. 124-125). Ou seja, a medida não beneficiava o café que fosse transportado para o Porto de Vitória. Era o Espírito Santo sendo considerado secundário e sem importância na Federação brasileira e, assim, vítima de uma política que não se importava com os prejuízos causados a um Estado que estivesse fora do eixo São Paulo/Minas/Rio. Foi nesse contexto de exclusão política que Moniz Freire assumiu seu segundo mandato, de 1900 a 1904.

Nesse período ainda perdurava a crise do café: prolongava-se a seca, que tornava ainda mais grave uma situação gerada pela baixa dos preços. O “Espírito Santo viu-se obrigado a pedir

moratória aos credores estrangeiros em 1902” (OLIVEIRA, 1975, p. 418).<sup>169</sup> Vieram os inevitáveis cortes dos gastos públicos, mas Moniz Freire não suspendeu a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, argumentando que as obras levariam a estrada até as zonas de produção, tanto mais que havia verbas oriundas de empréstimos que seu antecessor fizera na França, em 1899.

Em 1903, foi inaugurada a ligação férrea entre Cachoeiro e o Rio de Janeiro. A ligação com Vitória só vai ocorrer em 1910. Mas, como o frete Vitória/Cachoeiro era mais caro que o Cachoeiro/Rio (SALETTTO, 1996, p. 27), o café do sul do Estado continuou sendo exportado pelo Rio de Janeiro. Permanecia, assim, a dependência do Espírito Santo. Prosseguia sua situação de abandono em frente às políticas públicas.

Foi em um contexto de pessimismo e de possibilidades de agravamento da exclusão e da dependência que se deu o término do segundo mandato de Moniz Freire, em 1904, quando ele passa o poder ao vice-presidente eleito, seu parente, Dr. Argeu Hortêncio Monjardim. O eleito, coronel Henrique da Silva Coutinho, só assumirá no mês de julho desse mesmo ano. Quanto a Moniz Freire, ele exercerá seu cargo de senador que iniciara em 1904 e irá até 1914. Deixou a Presidência do Estado e passou a representar politicamente o Espírito Santo no Senado. A partir daí, fixou residência no Rio de Janeiro, onde exerceu intensa ação política como legislador.

Tendo analisado a trajetória política do Espírito Santo entre o Império e o início da República no Brasil, bem como a emergência de uma representação do Estado como província/estado sem importância política, ao mesmo tempo em que Moniz Freire se lança na elaboração de uma identidade política capixaba, a próxima tarefa é a do aprofundamento dos estudos na busca dos pilares que marcam a construção dessa identidade. Ou seja, é o momento de se formular a pergunta-chave cujo objetivo é o de conduzir ao eixo desta tese: com base na representação construída pelos sonhos e mágoas dos capixabas, qual foi a identidade política elaborada por Moniz Freire, entre 1882 e 1908? A resposta, com certeza, levará à conclusão de que Moniz Freire buscou, *entre sonhos e mágoas, o brilho da estrela "intrrometida"*. É o objetivo do próximo capítulo.

---

<sup>169</sup> Ver também Franco e Hees (2003, p. 51).



#### 4 MONIZ FREIRE E A POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO: SONHOS E MÁGOAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA

Este último capítulo procurará, em um primeiro momento, configurar as bases que constituíram a identidade política que Moniz Freire ajudou a construir, fundamentada em representações sobre o Espírito Santo e articulada por ele na composição desses pilares. Em seguida, estudaremos, em linhas gerais, a ação política de Moniz Freire a partir do momento em que ele, com a proclamação da República, em 1889, deu forma a um grupo que influenciou enormemente a política do Estado, seja como partido, seja como força geradora de opiniões.

No momento seguinte, será analisada uma grande movimentação política que girou em torno das Cartas que Moniz Freire dirigiu ao Imperador D. Pedro II, a propósito de medidas políticas que prejudicavam a Província do Espírito Santo e que constituem um *affair* símbolo do que o político capixaba pensava sobre o passado, o presente e o futuro de sua região natal. No próximo passo, analisaremos as ideias e atitudes de Moniz Freire como captador dos sonhos e mágoas dos espírito-santenses, como também as estratégias por ele utilizadas para a realização de seus planos. Finalizando o capítulo, procuraremos nos aprofundar em como se deu a perda do prestígio político de Moniz Freire e o consequente enfraquecimento dos pilares que compuseram a identidade política criada por ele.

Em toda sua vida pública, iniciada com a publicação do jornal *Aurora*, em 1875, e, depois, com o início de sua vida política, como deputado provincial (1882-1883 e 1888-1889) e como vereador de Vitória (1883-1889), Moniz Freire não fez senão dar continuidade à acumulação do capital político que herdara do clã familiar do qual fazia parte. Em 1882, tornou-se também membro da Maçonaria capixaba e redator do *A Província do Espírito Santo*, transformado, mais tarde, em *Estado do Espírito Santo*. Tudo isso sinaliza para o prestígio e a força que lhe possibilitaram eleger-se vereador, deputado provincial e, na República, presidente de Estado (1892-1896 e 1900-1904) e senador (1904-1914).<sup>170</sup>

---

<sup>170</sup> As informações sobre os mandatos exercidos por Moniz Freire podem ser encontradas no *site* oficial do Senado brasileiro, que registra esses dados: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

Como político, jornalista e conferencista, fez declarações de importância para o desenvolvimento do Espírito Santo, muitas delas registradas e passíveis de consulta, como as dos anais do Congresso brasileiro, as Mensagens do presidente de Estado ao Congresso Legislativo e as que se encontram em inúmeros jornais do Sudeste, como os citados acima (exceto o *Aurora*, do qual não se tem exemplar à disposição) e outros: *Jornal Oficial* (Vitória), *O Espírito-Santense* (Vitória), *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro) e *Cachoeirano* (Cachoeiro do Itapemirim, ES).

Seu pensamento, sua prática política, suas realizações e seus sentimentos, expressos em muito do que disse e fez, constituem um conjunto que indica que uma representação sobre o Espírito Santo foi por ele articulada na construção de uma identidade política capixaba. Conforme Jovchelovitch (2011, p. 175) "[...] toda representação está ligada ao esforço de pessoas e comunidades para representar a si mesmo [...], [uma vez que] as representações aglutinam a identidade, a cultura e a história de um grupo de pessoas". Como se deu essa articulação? Como definir essa identidade?

O conteúdo das representações sobre o Espírito Santo definia a região como abandonada, secundária e "satélite", embora com grande potencial, o que revelava, ao mesmo tempo, a percepção externa em face à Província/Estado do Espírito Santo, bem como as mágoas dos capixabas diante dessa percepção.

Em 27 de julho de 1889, sob o mesmo título do jornal, *A Província do Espírito Santo* (Vitória, p. 2) publicava um artigo em que defendia Moniz Freire contra seus críticos, utilizando termos que configuravam o que seus seguidores já pensavam a seu respeito, naquele momento, às vésperas da proclamação da República:

[...] recordar a guerra lorpa<sup>171</sup> e pequenina, que [...] mantém, há tantos anos, contra o nosso eminente amigo Dr. Moniz Freire - poderosa e fúlgida inteligência, caráter finamente temperado, alma generosa e altiva, que já é uma glória do partido liberal e breve será uma glória de nossa província.

Trata-se de uma certeza provavelmente presente em muitos de seus leitores, correligionários ou simplesmente habitantes dessa província do Império, talvez devido não só a seus talentos,

---

<sup>171</sup> O verbete *lorpa* que, conforme o *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 2010, p. 1287), é um adjetivo que significa grosseiro, boçal, é também encontrado, com esse mesmo significado, em outras edições do *A Província do Espírito Santo*.

mas ao que ele já incorporava ao seu discurso: a representação que o capixaba fazia de si mesmo e que, a essa altura das reflexões que vimos fazendo nesta tese, já nos é permitido delinear. Trata-se dos objetivos e dos pilares<sup>172</sup> que compõem o edifício de uma identidade política articulada por Moniz Freire:

*Viver um conjunto de sonhos:*

- a) defender uma ligação política e econômica com Minas Gerais, de modo a trazer para o Espírito Santo os produtos que os mineiros venderiam não só para o mercado interno brasileiro, mas também os destinados à exportação;
- b) realizar melhorias no Porto de Vitória, de modo a possibilitar eficiência nessas transações comerciais que seriam feitas entre o Espírito Santo e Minas Gerais;
- c) construir rodovias e especialmente estradas de ferro que ligassem as várias regiões capixabas a Vitória e a Minas Gerais, para que, assim, as mercadorias produzidas no Espírito Santo e em Minas pudessem ser exportadas pelo Porto de Vitória e não pelo do Rio de Janeiro;
- d) transformar Vitória em um grande centro comercial e de confluência de produtos provenientes do interior do Estado, mas sobretudo dos produtos da rica Minas Gerais; para isso, desenvolver a cidade e torná-la capaz de absorver as demandas proporcionadas por esse crescimento;
- e) povoar o Estado com uma imigração maciça que lhe trouxesse mão de obra e mercado consumidor que caracterizam as ricas regiões.

*Trilhar um difícil caminho de mágoas:*

- a) reconhecer a existência do desprezo e do abandono com que vinha sendo tratado o Espírito Santo ao longo de sua História;
- b) superar as mágoas daí provenientes, por meio não só do reconhecimento das potencialidades da terra capixaba, mas, sobretudo, por uma enfática defesa de sua autonomia política.

---

<sup>172</sup> Santos (2012b, p. 177) afirma que o grupo de Moniz Freire trabalhou em "[...] um verdadeiro projeto para o Espírito Santo, cujas linhas mestras foram aos poucos se definindo. Ele pode ser chamado efetivamente de 'projeto capixaba', uma vez que tinha na afirmação da capitalidade e da centralidade da cidade de Vitória, (e de seu arrabalde da 'Capichaba'), a sua pedra de toque". Vê-se que nossa proposta de estudo se aproxima muito das considerações de Santos em várias de suas obras, especialmente as mais recentes, que nos foram de grande utilidade para a elaboração desta tese. Entretanto, nossa abordagem procura atingir não só o pensamento político, mas vários outros componentes – práticas políticas e sentimentos, por exemplo – daquilo que, a nosso ver, pode ser considerado uma identidade política capixaba, o que torna esta tese semelhante e, ao mesmo tempo, diferente da fundamentada obra de Santos.

*Buscar a efetivação de seus propósitos, por meio de práticas e articulações políticas:*

- a) projetar o Espírito Santo no cenário nacional, produzindo sua imagem e reduzindo sua impotência política, bem como sua dependência com relação ao Poder Central e a outros poderes políticos;
- b) desenvolver, externamente ao Estado, conexões políticas que possibilitem êxito a empreendimentos realizados por Estados de pequena capacidade econômica e pouco poder político e tratados como "satélites" no conjunto das províncias ou na Federação republicana brasileira;
- c) crescer, internamente, a união entre capixabas, de modo a conseguir, pela harmonia, a força necessária para os embates políticos indispensáveis para a obtenção dessas vitórias.

#### 4.1 SONHOS E MÁGOAS: A CONSTRUÇÃO DE UMA REPRESENTAÇÃO

A nosso ver, a identidade política construída por Moniz Freire baseia-se largamente na representação, presente em todo o século XIX, de que os sonhos da região eram impedidos pelo abandono em que foi colocada essa faixa de terras litorânea, entre a Bahia e o Rio de Janeiro, espremida entre Minas Gerais e o mar. Assim, pareceu-nos de grande importância para esta tese verificar e analisar inicialmente uma questão que é unânime e, ao mesmo tempo, controversa na historiografia capixaba: a crise em que entrou a Capitania do Espírito Santo a partir da segunda década do século XVII. O Espírito Santo foi realmente abandonado? Se sim, qual a dimensão da crise provocada por esse abandono? A resposta é controversa entre os historiadores que estudam esse período de nossa história. A esse respeito, um estudo, ainda que sumário, torna-se indispensável a uma tese que pesquisa a construção de uma representação de desprezo e de abandono do Espírito Santo. Desse modo, iniciaremos este segmento do Capítulo 3 com a análise dessa problemática.

Convém ressaltar que nosso objetivo é analisar esse período da história capixaba, com a finalidade de conhecer os desenvolvimentos de um processo de construção de uma representação de abandono e de desprezo presente nos capixabas do século XIX e início do século XX. Embora possa confundir os incautos, essa análise nada tem a ver com a ideia de

"mito fundador" estudada por Marilena Chauí,<sup>173</sup> mas com as reflexões de Moscovici (2012, p. 37), quando afirma que as representações

[...] são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações [...], [implicando] um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior [...].

É assim que, fundamentado em Moscovici, analisaremos o passado capixaba, estudando as elaborações ocorridas "no decurso do tempo", ao longo de "sucessivas gerações", em busca de uma "estratificação da memória coletiva" que gerou a representação de um Espírito Santo abandonado, sem recursos e sem possibilidades de realizar seu crescimento.

O Espírito Santo do século XVII era uma das regiões preferidas pelas bandeiras, que tudo faziam à procura das minas de ouro. Desse modo, em 1693, chegou a Vitória o primeiro ouro descoberto nessas regiões, trazido pelo bandeirante paulista Antônio Rodrigues Arzão, "[...] que revelou a existência do cobiçado metal no território capixaba, ou proximidades, segundo a atual divisão territorial do país" (OLIVEIRA, 2008, p. 176). Daemon (2010, p. 184) assim descreve a chegada de Arzão em Vitória:

Chega a esta então vila da Vitória o taubatebano Antônio Rodrigues Arzão, vindo da Casa da *Casca*, aldeia dos lados do rio do mesmo nome e um dos afluentes do rio Doce, perto da serra dos *Arrepiados*, o qual apresentou ao então capitão-mor, João Velasco Molina, e aos oficiais da Câmara três oitavas do ouro, o *primeiro tirado e descoberto nas minas do Brasil*, segundo o que se acha escrito por nossos cronistas e do qual se fizeram duas medalhas, ficando uma delas em poder do capitão-mor e outra com Arzão.

---

<sup>173</sup> Marilena Chauí leciona no Departamento de Filosofia da USP, tendo como áreas de especialização a História da Filosofia Moderna e Filosofia Política. Escreve trabalhos sobre ideologia, cultura popular e outros temas correlatos. Em seu *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, Chauí (2004, p. 9) trata amplamente do conceito de mito fundador, que ela caracteriza como uma *fundatio*, um mito que "[...] impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal". Ela analisa o mito em sua acepção psicanalítica, ou seja, como um "[...] impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela". A *fundação* refere-se a "[...] um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido". Chauí diferencia *fundação* e *formação*. Para ela, *formação* refere-se "[...] não só às determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em transformação e, portanto, na continuidade ou na descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processos temporais". Esta tese interpreta o passado do Espírito Santo do ponto de vista de *formação*, *construção*, e não como *fundação*. Neste nosso caso simplesmente analisamos a elaboração de uma representação.

Uma nova etapa<sup>174</sup> se inicia, então, na Capitania do Espírito Santo. Em 1710, o rei de Portugal, por meio de resolução colocada em prática por D. Lourenço de Almada, governador-geral, proíbe as explorações e descobertas de minas de ouro na capitania, como também a continuidade nas aberturas de estradas para Minas Gerais. Daemon (2010, p. 204) informa que acabou "[...] em Cosme Rolim de Moura o direito particular à capitania do Espírito Santo, que ficou pertencendo ao Estado, mas tendo existido em poder dos donatários por espaço de 193 anos". O Espírito Santo torna-se, então, uma Capitania Régia, com sua administração sujeita ao Governo da Bahia e seu foro judicial subordinado, a princípio, ao ouvidor do Rio de Janeiro até quase a metade do século XVIII, quando foi estabelecida a comarca da Vila da Vitória. A Capitania do Espírito Santo chegou ao fim do século XVIII com uma crise da produção para a exportação, um baixo crescimento populacional, ameaça de grupos indígenas resistentes ao processo de colonização, isolamento político e pequena capacidade de interiorização.

Uma das questões mais debatidas na historiografia capixaba é a explicação da decadência da capitania como consequência da interdição de abrir caminhos para proteger o ouro das Gerais. Uma das interpretações nos é dada por meio do artigo *Fantasia persecutórias na História do Espírito Santo*, no qual o professor André Ricardo Vale Vasco Pereira (2013, p. 149) afirma tratar-se de um erro de análise "[...] o tema do atraso econômico e social do Espírito Santo frente aos outros estados da Federação brasileira, [sendo] uma preocupação constante, tanto na historiografia quanto na política e em outros discursos correntes". Ele considera que o erro "[...] consiste no fato de não se perceber que o Espírito Santo, em todas as fases de sua trajetória histórica, se encontra inserido numa dinâmica maior, seja de alcance nacional/colonial, seja de alcance mundial" (p. 149). O cientista político diz ser "[...] corrente considerar uma área como atrasada em relação a outras, buscando-se desculpas para tal atraso" (p. 149) e que é comum cair no erro apontado por Marc Bloch, que analisa o "[...] equívoco de atribuir à forma como uma trajetória histórica se iniciou os resultados posteriores, para o bem ou para o mal" (p. 149). E, no caso capixaba, o professor Pereira destaca a chamada barreira verde: o impedimento de acesso dos moradores do Espírito Santo à região das Minas Gerais. "Sem poder desfrutar destas riquezas, o futuro estado teria começado mal sua trajetória, bem ao estilo do ídolo das origens blochiano" (p. 149), conclui o pesquisador.

---

<sup>174</sup> Para os dados relativos a essa nova etapa, ver Carvalho (2010).

Nesta tese, ao nos referirmos a eventos como o isolamento do Espírito Santo na colônia, no Império ou na República, foram tomados todos os cuidados teóricos e metodológicos para não incorrer nos erros apontados pelo autor de *Fantasia persecutórias*. Assim, ao se referir ao isolamento do Espírito Santo – seja na chamada "barreira verde", seja no desprezo político voltado ao Espírito Santo na Primeira República – esta tese tem por objetivo tão somente desenhar um quadro geral que deu origem a uma representação presente sobretudo na elite capixaba do século XIX e início do século XX. Não se trata, portanto, de elocubrações sem fundamento histórico, nem tampouco de descrições despidas de análise científica. São análises recheadas de documentação e referências sérias, fundamentadas também nas reflexões de Marc Bloch (2002), sobre o "ídolo das origens".<sup>175</sup>

Nesse sentido, é conveniente registrar também outra interpretação sugerida por Carvalho (2010, p. 48), como fruto de sua pesquisa sobre a participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial, entre 1790 e 1821:

[...] a tática de manter o interior do Espírito Santo isolado não mais responderia às necessidades da Coroa lusitana ao término do século XVIII. Vale ainda ressaltar que o interesse em manter o Espírito Santo como barreira natural para impedir o contrabando de ouro das Minas Gerais ocorreu apenas durante o Setecentos, não impedindo, porém, o trânsito de pessoas e mercadorias entre as duas capitânicas, seja via rio Doce, seja pelos caminhos terrestres. [...] durante 33 anos [1725 a 1758], através de leis, tentava-se manter a Capitania do Espírito Santo como barreira

<sup>175</sup> O conhecido historiador francês analisa dois erros nos quais pode incidir um estudioso da história: o ídolo das origens e o devoto do imediato. Quanto ao primeiro, Bloch (2002, p. 56) afirma que se trata da "[...] explicação do mais próximo pelo mais distante [...] [e que] dominou os estudos históricos] às vezes até a hipnose". Ele também chama esse erro de "obsessão das origens" e resume com a ideia de que "[...] as origens são um começo que explica [...] [e que] basta para explicar" (p. 56). Trata-se de um "[...] gosto apaixonado pelas origens" (p. 57), em que o intérprete confunde "[...] uma filiação com uma explicação" (p. 58). Ora, o segundo erro está nos antípodas dos exploradores de origens e nele "[...] situam-se os devotos do imediato, [que] concebem o conhecimento do que chamam presente como quase absolutamente desligado do passado" (p. 60). Trata-se de cientistas que "[...] pretendem compreender a economia [ou também a política] contemporânea com a ajuda de observações limitadas, no tempo, a algumas décadas [...]" considerando "[...] a época em que vivem como separada das que a precederam [...], [o que é uma] atitude instintiva de muitos curiosos simplistas" (p. 62). Esta tese procura não incorrer em nenhum dos dois erros, entendendo que, entre gerações, às vezes muito afastadas, "[...] essas transferências de pensamento [...] fazem, propriamente, a continuidade de uma civilização" (p. 56). Bloch exemplifica suas ideias com o erro em que podem incidir estudiosos do século XVI que ousassem dizer que "[...] para correta compreensão do mundo atual a compreensão da Reforma protestante ou da Reforma católica, afastadas de nós por um intervalo várias vezes centenário, não tem mais importância [...]" (p. 64). Exemplificando também com crenças desaparecidas sem deixar o menor traço, ou formas sociais abortadas, que deixaram de comandar o presente, ele se pergunta, à guisa de conclusão, se devemos considerá-las inúteis à compreensão do presente, "[...] sob a condição, é verdade, de que a aproximação diga respeito a realidades ao mesmo tempo diversas e não obstante aparentadas" (p. 65). Nossas aproximações não dizem respeito a realidades "diversas", mas bastante "aparentadas", quais sejam, as dos prognósticos de sucesso ou do isolamento político a que o Espírito Santo do tempo de Moniz Freire vinha sendo relegado, juntamente com a mágoa daí decorrente para a população da região e que a documentação é pródiga em afirmar. Trata-se de uma representação de abandono, acompanhada pelo sentimento de mágoa e que Moniz Freire articulou para a construção de uma identidade política capixaba. A presente tese pretende não incorrer em nenhum dos erros apontados por Marc Bloch: nem no ídolo das origens, nem no devoto do imediato. Este estudo volta-se para a formação, a construção de uma representação, e não para a fundação, segundo a conceituação de Chauí (2004).

natural contra os descaminhos do ouro das Minas Gerais, não significando, entretanto, o isolamento daquela região ou mesmo de toda a extensão da Capitania capixaba, visto que sua faixa litorânea se manteve habitada durante todo o Período Colonial.

É similar a conclusão de Santos (2012b, p. 145) explicando a "estagnação relativa" do Espírito Santo:

[...] não se pode negar que a conjuntura aberta com a penetração holandesa, no século XVII [...] prejudicou de forma irreversível a nascente economia açucareira do Espírito Santo. As restrições impostas pela Coroa portuguesa no século XVIII, em virtude da necessidade que sentia de proteger as minas de ouro do interior do País, teriam impedido que as repercussões positivas da mineração no século XVIII fossem plenamente absorvidas na capitania, prolongando assim parcialmente um estado de coisas que já vinha de antes.

De qualquer forma, tratava-se de um isolamento relativo que, com certeza, gerava consequências na maneira como a Capitania do Espírito Santo era vista pela Coroa Portuguesa, deixando também marcas no modo como o Espírito Santo via a si próprio.

O final do século XVIII e o início do século XIX, entretanto, fizeram com que a Coroa portuguesa voltasse mais seu olhar sobre a Capitania do Espírito Santo, a fim de torná-la mais lucrativa para Portugal, como aplicação de uma política geral de revitalização do Brasil, estimulada desde o Marquês de Pombal, que governou Portugal como ministro do rei D. José I, entre 1750 e 1777.

Morto D. José I, sobe ao trono sua filha, D. Maria I, que, mentalmente instável, cede o governo português a seu filho, D. João VI, que governou como Príncipe Regente e, depois da morte da mãe, foi no Brasil coroado Rei de Portugal. D. João VI recebeu muita influência de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (1745-1812), que cursara a Universidade de Coimbra e iniciara sua carreira diplomática logo após a morte de D. José I. Fora ele o principal conselheiro de D. João VI a dar-lhe a ideia de transferir a Corte portuguesa para o Brasil, em 1807, com argumentos de que, a partir do promissor Brasil, a Coroa poderia se defender de seus inimigos. Segundo Santos (2012b), muitos brasileiros fizeram suas carreiras, em grande parte, devido à relação que tinham com D. Rodrigo, tornado conde de Linhares. Entre eles, José Bonifácio de Andrada e Silva, Hipólito José da Costa e Antonio Pires da Silva Pontes, que governou o Espírito Santo entre 1800 e 1804. Membros do clã dos Pintos Ribeiro – do qual fazia parte Moniz Freire – também eram próximos de D. Rodrigo.



Nomeado por D. João VI para governar a Capitania do Espírito Santo, de 1800 a 1804, o mineiro natural de Mariana, Antonio Pires Silva Pontes, era amigo do conde de Linhares, que deu a um filho o nome de Rodrigo de Sousa. Segundo o *Ofício do governador-geral D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Souza Coutinho, de três de abril de 1799*, citado por Oliveira (2008), o novo chefe do Executivo capixaba "[...] trazia especialmente recomendada a abertura e navegação do rio Doce [já que, anteriormente], [...] em 1773, o Real Erário expedia uma ordem ao governo de Minas proibindo que qualquer pessoa, sob pretexto algum, passasse pelo rio Doce" (OLIVEIRA, 2008, p. 260). Tratava-se, agora, de uma nova atitude da metrópole, no que diz respeito aos meios de comunicação entre as duas capitanias.

Oliveira (2008) menciona explicitamente que, em várias práticas políticas que beneficiavam o Espírito Santo, Silva Pontes agia sob a inspiração do conde de Linhares. É de se notar que esse projeto político de ligação entre as duas capitanias também vai, aos poucos, incorporando-se a uma representação que considerava que o progresso do Espírito Santo só adviria dos desdobramentos positivos que se dessem a esses planos. Trata-se de um dos sonhos que Moniz Freire agregará a seu discurso político e que se constituirá em um dos mais importantes pilares da identidade política construída por ele.

Foi, assim, com esse objetivo de ligação entre as duas regiões – Minas e Espírito Santo – que Silva Pontes também instalara, no Espírito Santo, os quartéis de Lorena, da Regência e do Sousa (nome dado em homenagem a D. Rodrigo), com a finalidade de apoiar as exigências do fisco, mas também de assegurar ambiente garantido para o comércio entre Minas e a Europa, por meio de portos capixabas. Nesse sentido, interessam vivamente as observações de Caio Prado Jr. (1961, p. 244) sobre esse comércio e a abertura do rio Doce:

Mais importante que todas estas novas vias de penetração do litoral para Minas, é a do rio Doce. Ela ocupa seriamente a administração pública porque, geograficamente, é de fato pelo Espírito Santo, e não pelo Rio de Janeiro, a saída natural da capitania. Contingências políticas e interesses fiscais, mais tarde o fato consumado, mantiveram até hoje o primitivo percurso aberto por Garcia Rodrigues. Mas a topografia, a praticabilidade e a menor distância apontam claramente para o vale do rio Doce.

É interessante notar que Caio Prado menciona "contingências políticas" e "interesses fiscais", para o fato de o comércio de Minas ser feito por meio do Rio de Janeiro, e não pelo Espírito

Santo. Nota-se também aí o papel de Silva Pontes ao introduzir essa pauta em seus planos de governo, que beneficiariam econômica e politicamente não só Minas Gerais, mas também o Espírito Santo. Trata-se, novamente, de se observar a função das articulações na obtenção de vantagens para o Espírito Santo, prática que, posteriormente, foi bastante adotada por Moniz Freire.

Sobre a importância do rio Doce na administração de Silva Pontes,<sup>176</sup> Oliveira (2008, p. 263) tece as seguintes considerações: "Outro teria sido o destino [...] da própria bacia do rio Doce se o governador Silva Pontes tivesse continuado à frente do governo da capitania [...]". Santos (2002b, p. 185), em um estudo sobre Silva Pontes, conclui que, "[...] com o conhecimento que temos da História do Espírito Santo, nesses duzentos anos, é difícil não perceber que ali, em seu governo, germinaram ideias que, certamente, influenciaram, sobremaneira, a definição de nossa identidade [...]". Nota-se que, aos poucos vai se esboçando, então, outra representação que agirá na configuração da identidade política desenhada por Moniz Freire: a vocação para um relacionamento próximo com Minas Gerais, como um dos fatores de crescimento das duas regiões. Também esse sonho será incorporado por Moniz Freire na construção de seu discurso e de sua prática política.

Ao doutor conimbricense sucede no governo capixaba Manuel Vieira d'Albuquerque e Tovar,<sup>177</sup> que dirige o Espírito Santo de 1804 a 1811. O interesse pelo rio Doce continua e Daemon (2010, p. 265) cita a *Carta Régia* de 10 de agosto de 1810, sobre a estrada para Minas pelo rio Doce: "Tendo procurado por todos os modos possíveis facilitar a livre circulação e condução dos gêneros e produtos do interior dos meus vastos estados do Brasil, e fazer que os mesmos, quanto se possa, ser exportados aos portos de mar por meio de canais e rios navegáveis, não deixou de merecer minha particular consideração a navegação do rio Doce [...]". Oliveira (2008, p. 269) conclui que "D. Rodrigo de Sousa Coutinho continuava sendo o grande animador da obra que pretendia transformar o *Nilo brasiliense* [apelido pelo qual era chamado o rio Doce] em instrumento vivo do progresso". À povoação reconstruída

---

<sup>176</sup> Muitas acusações foram feitas pelos capixabas ao governo de Silva Pontes. Se fundamentadas, poderiam colocá-lo entre os piores administradores que o Brasil já conheceu. Oliveira (2008, p. 265) afirma, entretanto, que tais denúncias "[...] eram inspiradas por sentimentos menos nobres, pois os memorialistas e historiadores têm concedido a Silva Pontes as homenagens que se tributam aos governadores dignos do respeito da posteridade". Fundamentadas ou não, as críticas não invalidam o que aqui pretendemos analisar: o papel de Silva Pontes na elaboração de uma viável proposta de desenvolvimento do Espírito Santo.

<sup>177</sup>Tovar também teve uma administração muito acidentada, incompatibilizando-se com as principais figuras da terra, segundo Oliveira (2008).

sobre as ruínas da antiga aldeia de Coutins – destruída pelos índios – Tovar deu o nome de Linhares, em homenagem ao conde de Linhares, ministro que protegia a Capitania do Espírito Santo. Tovar deixou o governo<sup>178</sup> em 1811. Daemon (2010, p. 268) informa que "Tomam posse no mês de dezembro deste ano [1811] do governo interino desta capitania o coronel Inácio João Monjardino<sup>179</sup> e Antônio Lopes Pereira, por ter ido em viagem para a Corte o governador". Logo em seguida, em 1812, o governo da capitania é transmitido a Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira, que dirigirá o Espírito Santo até 1819.

Já em 1819, em sua visita ao Espírito Santo, o bispo D. José Caetano da Silva Coutinho<sup>180</sup> (2002, p. 70) escrevia sobre o comércio entre o Espírito Santo e Minas Gerais, quando, tratando de Linhares, afirma que "[...] o comércio com Minas muito fácil e indispensável, principalmente de vinhos e vinagres, de ferro e aço, e do sal [...]".

Apesar de existente o comércio, Santos (2005, p. 50) constata a falta de êxito: "[...] tendo em vista o fracasso inicial do projeto de Silva Pontes de transformar o rio Doce na principal via de comunicação com Minas Gerais [...]". Continua ele afirmando que, entretanto, tudo indicava que tomava corpo em Vitória "[...] a ideia de realizar essa ligação por via terrestre", obra que será executada pelo governador Rubim. O "tomava corpo" significa, com certeza, afirmar que crescia, em certa parcela da população, a representação sobre o papel que essa ligação poderia exercer na efetivação dos sonhos de crescimento do Espírito Santo.

Em *Carta Régia* (BALESTRERO, 1976, p. 145-148), assinada no palácio do Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1816, D. João VI assim se expressava, dirigindo-se ao governador Francisco Alberto Rubim:

[...] constando na minha real presença o feliz resultado dos vossos esforços e boas disposições para se conseguir a comunicação dessa capitania com a de Minas Gerais, e achando-se em consequência deles já aberta uma estrada com mais de 22 léguas de distância [...]. Convindo muito à conclusão desta estrada até se encontrar

<sup>178</sup> Embora não tenha sido possível determinar a data em que a Capitania do Espírito Santo deixou de estar subordinada ao governo da Bahia, Oliveira (2008) considera que esse acontecimento teria se dado durante a gestão de Tovar (1804-1811).

<sup>179</sup> Inácio João Monjardim já ocupara o cargo de capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, desde 1782 até 1798. Deu origem a um dos mais influentes clãs da Província do Espírito Santo, entre os quais se destaca José Francisco de Almeida Monjardim e o Barão de Monjardim, ambos relacionados com Moniz Freire e já mencionados nesta tese. Foi sucedido por Manuel Fernandes da Silveira que, depois de dois anos de governo, passou a direção da Capitania do Espírito Santo para Antônio Pires da Silva Pontes. Sobre esse tema, ver Oliveira (2008).

<sup>180</sup> Foi o oitavo bispo do Rio de Janeiro. Nasceu em 1768 e morreu em 1833. Foi deputado à Constituinte brasileira de 1823. Foi, depois, eleito senador. Visitou o Espírito Santo duas vezes, em 1812 e 1819. Para isso, ver Coutinho (2002).

alguma já aberta e transitável em que a capitania de Minas, e bem assim que se haja de empreender a abertura de muitas outras diferentes estradas por todo o vasto sertão que separa as duas capitanias [...]. Que se promova com a maior atividade a comunicação dessa capitania com a de Minas Gerais por muitas e diferentes estradas, tantas quantas se julgarem convenientes [...].

Comunicação com Minas Gerais e imigração<sup>181</sup> para povoar o interior do Espírito Santo trata-se de duas pautas presentes também na prática política de Moniz Freire. Quanto à imigração, assim se refere Balestrero (1976, p. 69-70), no que diz respeito ao governador Rubim:

Já me referi ao desconhecimento geral em torno da façanha de Francisco Alberto Rubim, em 1812, quando conquistou para si e para o Espírito Santo a prioridade do movimento imigratório para o Brasil [...] com os açorianos, sobre cujos ombros ficaram a responsabilidade da sua própria defesa e a incumbência difícil da penetração do território [...]. E foram eles os precursores dessa penetração".

Sobre essa estrada existe uma valiosa documentação pertencente ao *Acervo do Arquivo Nacional*, entre as quais um ofício, mencionado por Oliveira (2008, p. 286, nota V), em que o governador Francisco Rubim mostra sua satisfação em ter aberto essa via de comunicação com Minas Gerais: "[...] os Céus queiram, que deste meu trabalho se tirem a favor do Estado, e dos Povos das duas Capitanias todos os interesses, que são de esperar, e que há muito com ânsia se desejam".

Sobre o fracasso posterior da estrada do Rubim, escrevia Auguste de Saint-Hilaire<sup>182</sup> (1974, p. 109, nota 3):

[...] os mineiros, não conseguindo vender seu gado e outras mercadorias na Vila da Vitória, onde os habitantes, em sua maioria, se alimentavam de peixe e mariscos, acabaram renunciando a todo comércio com o Espírito Santo; e agora o caminho está obstruído por troncos caídos, cipós e galhos de árvores. É bem difícil [...] que os habitantes tão apáticos da Província do Espírito Santo façam florescente sua região. Os próprios botocudos conhecem a diferença que há entre esta gente e os mineiros.

A Capitania do Espírito Santo não conseguia absorver os produtos que os comerciantes mineiros mandavam para ela. A rota comercial foi abandonada,<sup>183</sup> deixando, assim, de ser

<sup>181</sup> Para maiores dados a respeito da comunicação com Minas Gerais por meio do rio Doce ou da estrada que ficou conhecida como estrada do Rubim, ver Oliveira (2008).

<sup>182</sup> Saint-Hilaire (1779-1853) era um botânico, naturalista e viajante francês que esteve no Espírito Santo em 1818. Seu relato *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce* foi originalmente publicado em Paris, em 1833, formando os capítulos VII a XV de *Voyage dans le District des Diamans et sur le littoral du Brésil*. Sobre o Espírito Santo, ele desenha um retrato vivo de Vitória. Como bom observador, ele percebe o zelo no embelezamento das casas. Fala dos conventos e igrejas, dos edifícios públicos, da economia e da população.

<sup>183</sup> Vários fatores devem ter contribuído para esse fracasso. Enaile Flauzina Carvalho (2010) considera que, entre esses, podem ser enumerados dois: a produção capixaba de gêneros de subsistência, até com possibilidades de

elemento fomentador do progresso. Se não tivesse fracassado naquele momento histórico, a comunicação entre Minas Gerais e a Capitania do Espírito Santo teria, com certeza, transformado Vitória em um polo de exportações dos mineiros. Trata-se de outra representação presente nos planos de Moniz Freire, conforme se verá posteriormente. Entretanto, de acordo com Santos (2005, p. 53): "O estado letárgico da economia regional [...] ainda profundamente entregue às atividades de subsistência (pesca etc.) [...] limitou drasticamente as chances de sucesso do primeiro empreendimento colonial intentado no Espírito Santo pelo governador Rubim [...]".

O último governador nomeado para o Espírito Santo, antes da Independência em 1822, foi Baltasar de Sousa Botelho de Vasconcelos que governou até 1822, quando foi dado início à criação das Juntas Provisórias, ficando as províncias,<sup>184</sup> a partir daí, sujeitas ao governador geral do Brasil.

Mais tarde, em 1825, o intelectual e político Pe. Marcelino Pinto Ribeiro Duarte – do clã dos Pinto Ribeiro – defendia a ideia de povoar o Espírito Santo. Conforme pesquisas de Santos (2005, p. 54), ele defendia que “[...] o Espírito Santo era a menor província do país em população, agricultura e comércio e por essa razão oferecia as melhores condições para o estabelecimento de colônias de imigrantes estrangeiros, principalmente nas margens dos rios Araçatiba e Santa Maria, o que [...] poderia facilitar em muito o comércio com Minas Gerais [...]”.

Posteriormente, em 1831, em uma reunião de líderes mais representativos da comunidade e do poder local, o conselheiro José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim – durante muito tempo chefe do clã dos Pintos Ribeiro, na primeira metade do século XIX – emitiu o parecer de que, no lugar de se mandarem colonos alemães para os aldeamentos do rio Doce, seria melhor que os enviassem para a colônia que ficava à margem da estrada do Rubim,

---

comercialização de excedentes, o que dificultava a absorção dos produtos vindos de Minas Gerais; e a ineficiência do comércio direto com a Europa para as exportações tanto de mineiros como de capixabas.

<sup>184</sup> Com a transformação de Portugal em Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815, as antigas capitanias passaram a ser denominadas províncias. Entretanto, mesmo depois dessa data, o Espírito Santo continuava sendo mencionado como capitania em várias fontes. Preferimos optar pela categorização de Oliveira (2008), que considera 1822 como o marco divisório, para o Espírito Santo, entre as caracterizações capitania e província.

revitalizando, assim, a comunicação com Minas. Nota-se, assim, na elite capixaba, em especial no clã dos Pintos Ribeiro, uma continuidade na preocupação com a ligação entre o Espírito Santo e Minas Gerais, bem como na necessidade de imigrantes para o desenvolvimento da região.

Em 1847, o presidente da Província do Espírito Santo, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, fez inúmeras ponderações sobre a imigração para o Espírito Santo e que são bastante úteis para, depois, entender-se o pensamento de Moniz Freire e a construção de uma identidade política capixaba. Em seu relatório (ESPÍRITO SANTO, 1848a, p. 36) apresentado à Assembleia Legislativa do Espírito Santo, em maio de 1847, ele expressa ao mesmo tempo mágoa e desejo de que a Província do Espírito Santo se desenvolva e se afirme entre as grandes do Brasil, pensamento que, conforme se verá nesta tese, Moniz Freire irá também defender: "Tendo observado com mágoa, pelo que sabia desta província, o seu estado de atrasamento a despeito de encerrar nela em si tão grandes recursos naturais, a despeito de sua excelente posição geográfica, que a deviam elevar a um dos mais importantes lugares entre as províncias do império [...]".

Continuando seu relato, Ferraz (1848a, p. 36) constata que uma das causas do "atrasamento" é "[...] a falta de população industriosa e livre, que se aplicasse à lavoura, e tirasse de suas magníficas terras na maior extensão devolutas e incultas, o partido que oferecem com tão larga profusão". Ele, então, propõe, como uma das soluções para colocar o Espírito Santo entre os "[...] mais importantes lugares entre as províncias do império" (p. 36), o estímulo à imigração, já que a província tinha tudo para que o empreendimento desse certo: rios, portos, matas, madeiras de lei, terrenos férteis, barateza dos meios de subsistência e até ouro. Couto Ferraz deu início efetivo à colonização estrangeira no Espírito Santo: trouxe os 163 colonos alemães que, em 1847, formaram a colônia de Santa Isabel, no que é hoje o município de Domingos Martins. Localização? Às margens da estrada São Pedro d'Alcântara, que ligava o Espírito Santo a Minas Gerais. Em seu relatório (ESPÍRITO SANTO, 1848a, p. 38), ele afirma: "Tendo finalmente de passar por meio da colônia a estrada de S. Pedro d'Alcântara, outras muitas vantagens terão de forçosamente aparecer, logo que se torne franca e frequente a comunicação entre esta e a província de Minas Gerais [...]", mostrando, assim, que estava presente nele a relação profunda entre os dois empreendimentos: a colônia de Santa Isabel e a revitalização da estrada de ligação com Minas.

O mesmo Couto Ferraz, em outro relatório (ESPÍRITO SANTO, 1848b, p. 49 a 52), afirmava sobre a estrada do Rubim, agora conhecida por Estrada S. Pedro d'Alcântara:

[...] Pertencendo estas estradas por sua importância, a toda a província, como veículos de comunicação com a rica província de Minas Gerais, deixei de compreendê-las no título das obras públicas de cada município, destinando-lhes um artigo especial [...]. Tenho pois empregado quanto tem estado a meu alcance para realizar mais esta comunicação com a província de Minas Gerais, da qual tantas e tão seguras vantagens deve esta província esperar [...].

É interessante constatar também que, se havia interesse de políticos diretamente ligados à Província do Espírito Santo, também existia uma oposição política que trabalhava em sentido contrário, motivada por razões outras que não o progresso das regiões capixabas. É assim que, em 1860, o influente político liberal do Império, o mineiro Theophilo Ottoni (1860, p. 91), publicou uma circular aos eleitores de Minas Gerais em que renovava o que ele já havia dito em 1841, argumentando contrariamente ao projeto de comunicação Vitória/Minas por meio de estradas: "Entendia que não eram proveitosamente aplicados os esforços para abrir estradas de Mariana e Ouro Preto para Vitória, mas já então indicava as estradas de Itapemirim, São Fidélis e Mucury como as que tinham mais atualidade. O tempo provou que eu estava bem informado [...]". O próprio Theophilo Ottoni afirma que essas ideias contrárias à ligação Vitória/Minas Gerais já estavam em seu discurso pronunciado em 1841, quando ele analisava a questão das comunicações de Minas com o litoral e que foi, segundo ele, publicado no *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro) de 14 de julho de 1841.

A elite capixaba, entretanto, não se preocupava apenas com a ligação com Minas Gerais, mas com todo o Império. Em 1851, por exemplo, a Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo (BICHARA, 1984, p. 231) preparou uma representação dirigida ao ministro e secretário de Negócios do Império, o visconde de Mont'Alegre, reiterando o desejo de se ter uma ligação direta e permanente com as outras províncias do Império, indicando, assim, a preocupação da elite capixaba com planos relacionados com a maneira como eram, então, vistas as possibilidades de crescimento do Espírito Santo:

A Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo, convencida de que uma das causas que concorrem para o atraso da mesma Província é a falta de comunicação direta e permanente com as outras do Império, por meio do qual se torne visitada e conhecida, para sair do ouvido a que por uma espécie de mau fado se acha condenada, encarou a disposição da Lei Geral nº 555 [...] que autorizou o Governo para fazer tocar no porto da Cidade de Vitória os Paquetes de vapor, como uma dessas medidas que muito podem contribuir para o seu engrandecimento e civilização. Mas apesar do tempo já decorrido sem que se realizasse aquele benefício

outorgado pelo Corpo Legislativo, ela acaba de ver com mágoa que a Província não mereceu ser incluída no contrato ultimamente celebrado pelo Governo Imperial com a Companhia respectiva.

Vai se delineando, aí, cada vez mais, uma representação e, com ela, os traços de uma identidade política capixaba.<sup>185</sup> Será com os mesmos propósitos que, no futuro, Moniz Freire tentará ligar Minas Gerais e Espírito Santo por meio de linhas ferroviárias, como também batalhará pela comunicação do Espírito Santo com outras regiões do país. Vê-se, assim, que, antes de Moniz Freire, representantes da elite já começavam “[...] a tomar consciência dos grandes obstáculos que se interpunham ao seu crescimento [do Espírito Santo] e que geravam nela um ambiente persistente de ‘desânimo’ e pessimismo” (SANTOS, 2005, p. 62).

Em relato sobre sua visita ao Espírito Santo entre 1860 e 1861, J.J. von Tschudi<sup>186</sup> (2004, p. 59-60) fala sobre a ligação entre o Espírito Santo e Minas Gerais:

Porto Velho é um lugarejo totalmente insignificante às margens da parte oeste da baía, chamada de Lameirão, e ponto de partida da antiga estrada São Pedro de Alcântara que supostamente liga a capital da Província do Espírito Santo à de Minas Gerais. Já em épocas anteriores sentiu-se a necessidade e a importância de se fazer a ligação da costa do Espírito Santo com o interior distante, e foram realizados os mais diversos projetos, ora por terra, ora por rios. Já falei anteriormente a respeito da tentativa malograda de uma via fluvial utilizando-se o rio Doce [...]. Os esforços

---

<sup>185</sup> Entre os historiadores que procuraram analisar o pensamento político capixaba, está Estilaque Ferreira dos Santos, que explicita suas reflexões sobretudo por meio de dois livros sobre Moniz Freire (publicados em 2012 e 2013, ambos mencionados nas referências desta tese), como também de um fundamentado artigo publicado na revista *Dimensões*, de 2005. Suas pesquisas foram muito úteis para a confecção deste trabalho. São coincidentes muitas das reflexões feitas pelo historiador e o autor desta tese que, já em 2004, em sua dissertação de Mestrado pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) levantara muitas ideias relacionadas com a construção de uma identidade política capixaba e Moniz Freire, tanto no que diz respeito aos sonhos, quanto às mágoas. Assim, havíamos estudado e analisado o isolamento do Espírito Santo, o desprezo com que foi e é tratado, a ligação Espírito Santo/Minas Gerais e tantas outras manifestações que serão aprofundadas nesta tese, mas que já tinham sido consideradas por mim em *Espírito Santo, um estado "satélite" na Primeira República: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912)*. Nesta tese aqui desenvolvida, o conjunto das ideias políticas de Moniz Freire terá um papel de destaque, mas não preponderante como em Santos, pois daremos prioridade a reflexões relacionadas também com o discurso, as práticas políticas e os sentimentos, e não só o pensamento, que, a nosso ver, fazem parte do conjunto que compõe a obra total de Moniz Freire na construção de uma identidade política capixaba e que Santos não pretendeu desenvolver ou aprofundar. Por outro lado, diferentemente de Santos, procuraremos também focar no papel das representações articuladas por Moniz Freire para a construção dessa identidade. Vê-se, também, que, ao colocar várias características – como o abandono, o esquecimento e o desprezo – dentro de um mesmo contexto de uma identidade política capixaba, esta tese se diferencia das hipóteses que Santos levanta em seus livros e artigos que, por outro lado, também não tinham a obrigação de utilizar os procedimentos de fundamentação teórica e metodológica que caracterizam a defesa de uma tese que, neste caso concreto, é o desdobramento de pesquisas que deram origem a trabalhos publicados antes dos referidos estudos de Santos.

<sup>186</sup> Tschudi (1818-1889) diplomou-se em Medicina. Era filósofo, naturalista e autor de importantes trabalhos de cunho científico. Entre novembro de 1857 e dezembro de 1858, J. J. von Tschudi fez uma segunda viagem à América do Sul, agora incluindo o Brasil, que ele visitava pela primeira vez. O desembarque se deu no Rio de Janeiro e o roteiro incluiu Minas Gerais, algumas cidades do sul da Bahia, daí voltando ao Rio, ocasião em que passou por Vitória. Para mais dados, ver Tschudi (2004).



para se produzir uma ligação terrestre, pela qual o ministro de Estado, Conde Linhares, mostrou um forte interesse, não foram mais felizes.

Em seguida, ele menciona a retomada desses projetos de ligação entre as duas províncias, bem como de imigração, indicando, com suas observações, que se tratava de políticas conhecidas por uma parcela da população:

Agora, em época mais recente, o Governo retomou estes projetos e o futuro dirá se ele se sairá bem. O interior da Província é em sua maior parte coberto por uma selva densa, bastante montanhoso e habitado por grupos dispersos de índios selvagens. Por isso, uma ligação terrestre duradoura e funcional entre as duas províncias só pode ter perspectiva de sucesso, racionalmente falando, através da colonização por uma população estrangeira ou nativa que gradualmente avance para o interior, concomitante à construção de estradas. De qualquer modo, ela teria enorme importância tanto para Minas Gerais quanto para o Espírito Santo e esta última Província, tão decadente, poderia adquirir assim uma maior significação (p. 60).

Nota-se, aí, a ligação – certamente também de conhecimento geral para essa parcela da população – entre *comunicação-para-Minas/colonização/construção de estradas*, que constituirá também parte da visão de Moniz Freire na construção de uma identidade política capixaba, conforme se pode ver também no seguinte fragmento do relato de Tschudi (2004, p. 113-114):

Entre o rio Novo e o rio Benevente, o Estado possui terras suficientes para assentar milhares de famílias. Que vantagens uma população numerosa, próspera e voltada para a agricultura traria para a pobre e despovoada Província do Espírito Santo e mesmo para o entreposto comercial do Rio de Janeiro! Naturalmente, a colônia iria se ampliando aos poucos em direção oeste e abriria para a lavoura e o comércio as terras imensas, ainda pouco conhecidas e quase totalmente desabitadas entre as partes cultivadas da Província do Espírito Santo e Minas Gerais. O Brasil pode efetuar ali uma conquista grandiosa, pacífica e abençoada!

Vê-se que, em determinados segmentos da população, ao longo do século XIX, aos poucos vão se esboçando, tomando forma e adquirindo contornos cada vez mais nítidos os traços que caracterizarão os sonhos e mágoas que Moniz Freire articulará em seu projeto de construção de uma identidade política capixaba.

Entre esses traços está o incentivo à imigração<sup>187</sup> para o Espírito Santo, que se pode notar em praticamente quase todos os relatórios<sup>188</sup> que os Presidentes da Província capixaba dirigiram à

---

<sup>187</sup> Nos documentos oficiais da Província do Espírito Santo, ao se referirem à imigração, muitas vezes os relatórios analisam-na quando tratam da categoria *colonização*, o que se deve ao fato de que esses imigrantes eram, nessa ocasião, trazidos para o Espírito Santo para se estabelecerem em colônias como a de Santa Isabel.

Assembleia Legislativa, desde que teve início a colônia de Santa Isabel, em 1847. Entretanto, para esta tese, pareceu interessante destacar alguns desses relatórios, em função das considerações que, logo no início do processo imigratório, tecem a respeito da imigração, indicando a visão corrente na província sobre o papel do processo imigratório no desenvolvimento do Espírito Santo.

Assim, em seu relatório na abertura da Assembleia Legislativa Provincial (ESPIRITO SANTO, 1848b, p. 28), o presidente Coutto Ferraz tece os maiores elogios às possibilidades da província capixaba, com relação à imigração:

Sobram-nos lugares onde assentar muitas colônias agrícolas. Aí estão essas riquíssimas e tão invejadas terras das antigas minas [de ouro] de Castelo. Aí estão as fertilíssimas e tão abandonadas, gigantescas florestas, que se estendem por um e outro lado do rio Doce; aí estão as matas de Guarapari, e de outros municípios da Província, todas mais ou menos perto de portos de mar e da navegação fluvial.

Alguns anos depois, Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros (ESPÍRITO SANTO, 1856a, p. 10-11) afirmava que, naquele momento, ninguém desconhecia que a imigração traria prosperidade ao país e que o Espírito Santo era privilegiado, quanto às possibilidades de sucesso no estabelecimento de colônias de imigrantes. E termina suas reflexões, ponderando:

Felizmente, graças aos esforços e desvelos do governo imperial, algum movimento se vai notando neste sentido; assim não seja ele entorpecido ou paralisado por empresários ambiciosos, que encobrendo vistas egoísticas e fraudulentas, queiram especular, e tirar partido desse louvável afã com que o governo protege toda e qualquer empresa colonial.

Em outro relatório (ESPÍRITO SANTO, 1856b, p. 21) o mesmo José Maurício Fernandes Pereira de Barros considerava que o interesse mercantil relacionado com a vinda de imigrantes para o Brasil reconhecera em pouco tempo "[...] que a província do Espírito Santo, tão abundante de terras devolutas férteis, limítrofe de Minas, tão rica de futuro e a dois dias de viagem do Rio de Janeiro oferece por certo condições muito asadas para a colonização [...]",

---

<sup>188</sup> Valem para esses documentos as observações da historiadora Gilda Rocha (2004, p. 20): "[...] sabemos que as 'falas' e relatórios dos presidentes de província, nomeados que eram pelo Governo Imperial, não primavam pela imparcialidade. Primeiro porque eram políticos que quase sempre desconheciam a realidade do Espírito Santo (e isso é válido para todos os presidentes de província do império) e, também, porque pouco ou mesmo nenhum compromisso tinham com a terra que governavam, sendo meros executores das ordens do Governo Central". Entretanto, embora em seus relatórios e demais documentos mostrassem ações e serviços que não condiziam com a realidade, eles, com certeza, fornecem informações úteis para o tipo de análise que aqui se faz, qual seja, o da elaboração de representações sobre as potencialidades do Espírito Santo.

ratificando, assim, a importância do Espírito Santo devido à proximidade com Minas Gerais e com o Rio de Janeiro.

Ainda José Maurício, em outro relato (ESPÍRITO SANTO, 1857a, p. 10), analisa a imigração para a Província do Espírito Santo e concorda que "[...] a colonização torna-se cada vez mais necessária; é ela que exclusivamente guarda a chave de ouro de seu futuro [...]". Sempre a ideia de que a imigração seria "a chave de ouro" para o futuro capixaba.

Ocupando provisoriamente o cargo de Presidente da Província, em 1857, seu primeiro vice-presidente, o barão de Itapemirim,<sup>189</sup> apresentou um relatório na abertura da Assembleia Legislativa Provincial (ESPÍRITO SANTO, 1857b) em que dizia que "[...] a colonização traz aumento de população, dá incremento à produção e ao consumo, cria e distribui a riqueza". Trata-se de observações que testemunham a presença da mesma imagem sobre o papel da imigração para o Espírito Santo, da parte de um expressivo representante da elite capixaba.

Em 1858, no cargo de segundo vice-presidente da Província do Espírito Santo, ocupando provisoriamente a presidência, outro influente membro da classe dirigente, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, assim se refere à imigração:

Se da imigração europeia esperam-se grandes vantagens para o Império, segundo a opinião de inteligências superiores, certo que a nossa província que muito necessita de população e população agrícola e industriosa, resultados benéficos deve receber da colonização, se para aí convergirem as vistas do governo supremo, e as nossas (ESPÍRITO SANTO, 1858, p. 9).

Dois anos depois, o mesmo Monjardim (ESPÍRITO SANTO, 1860, p. 12) novamente demonstrava saber da importância da imigração para o Espírito Santo, ao afirmar que colonização "[...] é o objeto de mais importância da administração desta província, que mais trabalho e cuidado requer, com ele empreguei toda a minha solicitude".

O influente Monjardim já ligava a imigração ao aumento de população e coloca como condição a necessidade do "governo supremo" se interessar. Fazendo também relação entre imigração e crescimento populacional, manifesta-se o Presidente da Província, bacharel Pedro Leão Velloso (ESPÍRITO SANTO, 1859, p. 37):

---

<sup>189</sup> Trata-se do primeiro barão de Itapemirim, Joaquim Marcelino da Silva Lima (1779-1860). Para mais dados, ver a obra *Nobreza capixaba: os barões e suas descendências*, do genealogista Paulo Stuck Moraes (2013).

Fora ocioso entrar na demonstração das vantagens, que vossa província há a auferir do desenvolvimento da colonização. Está se metendo pelos olhos que, com solo fertilíssimo, mas despovoado, não há de esperar lisonjeiro futuro, senão de providências que lhe trarão braços, e de outras que lhe assegurem melhor proveito daqueles que já tem. É da imigração estrangeira, e também nacional, que há de esta terra derivar seu engrandecimento [...].

Outro Presidente da Província, Dr. João da Costa Lima e Castro (ESPÍRITO SANTO, 1861a, p. 11), relaciona a imigração com a comunicação entre Espírito Santo e Minas Gerais, fazendo menção à estrada São Pedro d'Alcântara: "Cumpre-me [...] recordar que tendo sido estabelecida em Viana pelo governador Rubim com o fim de povoar a estrada de Minas, uma colônia de portugueses insulares, esta chegou a grande prosperidade, achando-se hoje ricos pela maior parte os antigos colonos e seus descendentes".

Nesse sentido, é interessante observar com atenção o relatório do presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior (ESPÍRITO SANTO, 1861b, p. 52-53), tratando do fracasso da estrada São Pedro de Alcântara e das articulações políticas nela envolvidas. Seu relatório inicia com a constatação de que "Há muitos anos que o pensamento de comunicar esta província com a de Minas Gerais preocupa o governo geral e os seus delegados, em ambas as províncias". Em seguida, ele refere-se explicitamente à estrada mandada construir por Francisco Rubim e comenta:

Algumas boiadas desceram pela nova estrada que parecia prometer trânsito e aproveitamento dos sacrifícios que tinham sido feitos [...]. Infelizmente não se colheu o fruto de tantos esforços, fadigas e dedicação. A estrada que fora encetada sob os auspícios das mais lisonjeiras esperanças, tornou-se um inútil sulco no deserto, de tal sorte que em 1826 se achava obstruída (p. 54).

Mais adiante, Costa Pereira Junior denuncia que os ministros do Império pediram orçamentos de despesas, com vistas à desobstrução e à retomada da viabilidade da estrada, mas nada foi feito, até que, em 1847 – afirma ele –, houve algumas melhorias. De qualquer forma, em 1850 – continua o relato do Presidente da Província –, o presidente Azambuja declarara que os lavradores mineiros preferiam uma viagem longa e incomodada, o transporte mais fácil nos portos menos afastados do Rio de Janeiro e de Campos dos Goytacazes, pelo que, não conviria fazer melhorias nas comunicações Vitória/Minas. Daí a conclusão de Costa Pereira Jr.: "Abandonada, quase sem trânsito, existe apenas como uma triste decepção e quando muito um apelo para o futuro" (1850).

De seu relato, podemos inferir que, se recebesse apoio político, seria esse o melhor meio de fazer a comunicação Vitória/Minas. Mas, sem esse apoio, a estrada ficou "abandonada". Os mineiros, então, procuravam outros portos, que não os do Espírito Santo. Vale a pena lembrar o posicionamento de Theophilo Ottoni, quanto à ligação Minas/litoral, excluindo Vitória, já analisada neste mesmo capítulo.

Rocha (2004) constata que, se, por um lado, a grande maioria dos homens que ocupavam os cargos de Presidentes de Província "[...] se serviam para subir na hierarquia da elite política do império, por outro a monarquia deles se servia para ganhar eleições [...]" e, por isso, os Presidentes de Província, em geral, para se elegerem para algum cargo legislativo, envolviam-se nas lutas locais. Desse modo, seus relatórios fornecem dados preciosos sobre a movimentação política local. Vê-se, assim, que a imigração para o Espírito Santo, a necessidade de crescimento de sua população, a comunicação Minas/Vitória, as manobras políticas que tiravam do Espírito Santo as possibilidades de desenvolvimento, tudo isso constituía uma rica pauta de representações e preocupações não só dos presidentes, mas também da elite capixaba que então se formava e se firmava.

Ora, quando, em 1882, Moniz Freire ingressou na política, na Maçonaria e no jornalismo, encontrou na elite do Espírito Santo os mesmos sonhos e mágoas que atravessaram o século XIX e lhe possibilitaram construir uma identidade política que servisse de fundamento para buscar o brilho da estrela "intrometida". Para a realização desses planos, seria indispensável aglutinar um grupo de pessoas que partilhasse os mesmos sentimentos, percebesse as mesmas aspirações e trabalhasse pelo mesmo ideal. É o tema do próximo segmento.

#### 4.2 A FORMAÇÃO DO GRUPO POLÍTICO MONIZISTA NA REPÚBLICA

Formou-se um grupo político que girava em torno de Moniz Freire, aqui o chamamos de "monizista", e que possuía uma visão política consoante com o pensamento de seu líder, o qual, por sua vez – conforme se pode notar por meio das análises aqui feitas –, incorporava tendências, sentimentos e sonhos que estavam presentes, ora mais explicitamente, ora difusamente, no imaginário da elite política capixaba que dirigia ou influenciava o Espírito Santo no século XIX e início do século XX. Tratava-se, a nosso ver, de um conjunto de práticas e representações – para usar a expressão cunhada por Chartier (1990) e colocada no

título de um de seus livros – que incluíam preponderantemente uma tomada de posição em frente ao desenvolvimento do Espírito Santo e que já iam constituindo uma identidade política capixaba.

Trata-se de um grupo liderado por Moniz Freire e constituído por amigos, quase todos positivistas e maçons, entre os quais podemos destacar: Cleto Nunes Pereira (1855-1908), Afonso Claudio de Freitas Rosa (1859-1934), Graciano dos Santos Neves (1868-1922), Bernardo Horta de Araújo (1887-1913), José Francisco Monjardim (1870-1944) e Luis Siqueira da Silva Lima (1844-1916). Outros, como Henrique da Silva Coutinho (1845-1915), afastaram-se do grupo, quando ocorreu a cisão no *Partido Republicano Construtor*.

Embora analisando a formação de um grupo político, esta tese não pretende se fundamentar no conceito de cultura política, mesmo considerando que seja útil fazer algumas observações relacionadas com essa temática, uma vez que ela oferece a oportunidade de se colocarem reflexões que ajudarão a compreender a construção de uma identidade política por Moniz Freire.

O conceito de *cultura política* tal qual, citando Serge Berstein, é definido por Magalhães (2005, p. 295), pode ser considerado como "[...] um sistema de representações fundado sobre uma determinada visão de mundo, sobre uma leitura significativa, senão exata, do passado histórico, sobre escolhas de um sistema institucional e de uma sociedade ideal [...]". Também Gontijo (2005, p. 278) trata desse relacionamento e esclarece: "No que tange à compreensão da cultura política - noção de caráter plural -, cabe apontar que se trata de um elemento **constitutivo da identidade** de um grupo [...]". E conclui que "[...] o estudo das sociabilidades pode contribuir para a compreensão da cultura política na medida em que ele investiga **formas identitárias**, que incluem práticas e representações políticas. [...]" (p. 278) (grifos nossos). Cecília Azevedo (2005, p. 380) também relaciona os dois conceitos – cultura e política – quando afirma que a cultura política caracteriza "[...] formas de organização e comportamento social e político que distinguiriam e sustentariam o sentido de comunidade e identidade nacional [...]". Vê-se, assim, que a identidade contém vários aspectos, entre os quais a cultura e que, desse modo, pode-se considerar que a identidade política englobaria uma cultura política.

Nesse sentido, também são valiosas as observações de Ângela de Castro Gomes (2005, p. 32-33) sobre a ligação entre cultura política e identidade: "[...] é possível compreender por que uma cultura política, mesmo sendo integrada por elementos diversos e até conflitantes, pode guardar coerência e permitir a produção de interpretações da realidade, sendo fundamental para a construção de identidades". A pesquisadora (2005, p. 32) afirma também que

[...] as culturas políticas têm formas pelas quais se manifestam e se evidenciam mais frequentemente [...], [por exemplo], um projeto de sociedade, de Estado ou uma leitura compartilhada de um passado comum [...], [tendo igualmente] algumas instituições-chave [...] fundamentais para sua transmissão e recepção [...] [como família ou partidos].

Para ela, "[...] estudar uma cultura política, ou melhor, trabalhar com a sua formação e divulgação - quando, quem, através de que instrumentos -, é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais [...]". É bem o que pretendemos nesta tese, em que trabalhamos com a "formação e divulgação" de uma identidade política e procuramos entender o processo pelo qual "certa interpretação do passado" integrou-se na "memória coletiva" de importantes segmentos da sociedade capixaba.

Essas "formação e divulgação" deram-se por meio de um grupo, constituído de vários capixabas atuantes na vida pública, mas com certeza tiveram na figura de Moniz Freire o propulsor e representante mais emblemático. Nesse sentido, Chartier (1990, p. 23), analisando as razões "[...] para fazer dessa noção [de representação] a pedra angular de uma abordagem [...]", afirma que a aplicação do conceito de representação permite visualizar "[...] as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição [...]" (p. 23), como também compreender que "representantes" – que ele declara serem instâncias coletivas ou pessoas singulares – marquem "[...] de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade" (p. 23).

Entre os vários meios utilizados por Moniz Freire para divulgar seu pensamento e contribuir para a formação de uma determinada identidade política, está o partido político que ele dirigiu e criou, tão logo foi proclamada a República no Brasil, em 1889. Para os objetivos desta tese, interessa vivamente acompanhar a gênese de seu partido, em meio ao tumulto gerado pela disputa de poderes que caracterizou o início republicano brasileiro, levando-se em

consideração que o surgimento desse partido não foi repentino, uma vez que, por meio de seu jornalismo e de sua atuação política no Império, Moniz Freire foi incorporando tendências políticas, desenvolvendo um pensamento, aglutinando pessoas, constituindo, assim, todo um capital político que fluiu naturalmente para a formação do *Partido Republicano Construtor*, cujas origens estão no período preparatório do advento da República.

Para a chegada da República, grande papel exerceram os clubes republicanos, espalhados pelo país a partir da Convenção Republicana de Itu (1873), reunida para divulgar o *Manifesto Republicano* de 1870, que foi uma declaração publicada pelos membros dissidentes do *Partido Liberal*, liderados por Quintino Bocaiúva e Joaquim Saldanha Marinho. Ambos haviam decidido formar um *Clube Republicano* no Rio de Janeiro, com o ideário de derrubada da Monarquia e o estabelecimento da República no país. Em sua conclusão, o Manifesto (CHACON, 1985, p. 253) declara: "[...] apresentamo-nos perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do Partido Republicano Federativo".

Com a implantação da República, em 1889, foram extintos os dois partidos principais do Império – o Liberal e o Conservador –, permanecendo, entretanto, o Republicano que, "[...] embora fundado em 1870, nunca chegou a constituir-se como uma organização unificada nacionalmente, caracterizando-se como uma federação de núcleos provinciais com matizes ideológicos diversos e com estratégias políticas frouxamente coordenadas pelo núcleo central do Rio de Janeiro" (PINTO, 2013, p. 236). Ainda conforme Pinto (2013, p. 236), o Federalismo instituído pela Constituição de 1891 agravou essa situação, "[...] consolidando uma estrutura partidária estadual e antipartidária em plano nacional [...]", embora tivesse havido tentativas de organização de partidos em nível nacional, como o do *Partido Republicano Federal* (PRF) em 1893, *Partido Republicano Conservador* (PRC) em 1910 e *Partido Republicano Liberal* (PRL) em 1913. Desse modo, conforme a nova lógica política, deixou de existir a competição entre agremiações nacionais, formando-se nos Estados, ao fim da primeira década republicana, "[...] partidos dominantes, quando não únicos, que passaram a monopolizar as posições do governo [...]" (PINTO, 2013, P. 236). Daí, por exemplo, o *Partido Republicano Paulista* (PRP) e o *Partido Republicano Mineiro* (PRM). Entretanto, conclui a pesquisadora (2013, p. 237), "[...] este padrão não foi seguido de maneira uniforme por todas as unidades da Federação brasileira". Como se deu o processo no Espírito Santo?



Data de 1887 (OLIVEIRA, 2008) a fundação do primeiro Clube Republicano na terra capixaba, em Cachoeiro de Itapemirim, em virtude da ação de Bernardo Horta de Araújo, Antonio Gomes Aguirre e Joaquim Pires de Amorim. Segundo Santos (2012a), entre os fundadores do Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim, a maioria era constituída de fazendeiros, negociantes e profissionais liberais, entre os quais não se encontrava sequer um Sousa Monteiro, que tinha a sede da família na fazenda Monte Líbano, no sul da província e, posteriormente, marcou a política capixaba na Primeira República (1889-1930). De Cachoeiro de Itapemirim formaram-se outros clubes. Dos 14 clubes da província, 11 ficavam no sul. Em setembro de 1888, reuniu-se na mesma Cachoeiro de Itapemirim o primeiro *Congresso Republicano Provincial do Espírito Santo*, do qual também participou Afonso Claudio de Freitas Rosa. Foram escolhidos delegados para o *Congresso Federal do Partido Republicano* e foi apresentado, para a eleição ao Parlamento no pleito de agosto de 1889, um candidato a deputado geral, Bernardo Horta, proposto pelo *Partido Republicano do Espírito Santo*. Em meio à denúncia de fraudes, Bernardo Horta perdeu as eleições.

Enquanto se organizavam os clubes, começavam a ser planejadas conferências e divulgação de informações pelos jornais, propagando a ideia da República. Envolvem-se, sobretudo, os jornais *O Cachoeirano*, de Cachoeiro de Itapemirim, e *A Tribuna*, da região de Benevente. Proclamada a República, Afonso Claudio de Freitas Rosa, amigo pessoal de Moniz Freire, é nomeado Presidente de Estado – nome com que eram chamados os governadores de Estado, na Primeira República – e, em seguida, convocam-se as eleições para a Constituinte Federal (1890) e as Constituintes Estaduais (1891). No mês seguinte ao da Proclamação da República, Moniz Freire já se posicionara publicamente pelo novo regime, conforme estudado em capítulo anterior.

Entretanto – conforme também já se analisou –, pouco tempo depois da Proclamação da República, ocorreu uma divisão entre os republicanos do Espírito Santo. Antonio Aguirre renunciou à Comissão Executiva do *Partido Republicano* e, juntamente com Bernardo Horta, ambos renunciaram aos cargos de vice-governadores, rompendo, desse modo, a parceria política com o governador Afonso Claudio. Começaram, então, a organizar a *União Republicana Espírito-Santense*, juntamente com outros políticos, entre os quais o barão de Monjardim. Entretanto, Moniz Freire e Cleto Nunes Pereira não aderiram ao novo partido e fundaram nova corrente política, o *Partido Republicano Construtor*. Parece que o objetivo da dissidência era colocar obstáculo à candidatura de Moniz Freire para a Constituinte.

A *União* – nome com que ficou conhecida a *União Republicana Espírito-Santense* –, conforme pesquisas de Santos (2012a), reunia três correntes políticas: republicanos, antigos liberais e antigos conservadores. Entre eles, estava o barão de Monjardim, político influente, antigo chefe do *Partido Liberal* e aparentado de Moniz Freire, como também Aristides Freire, líder do extinto *Partido Conservador* e redator do jornal *A Folha de Victória*. No sul, a *União* também contava com o apoio de José Feliciano Horta de Araújo, político cachoeirense, pai de Bernardo Horta e genro do barão de Itapemirim, chefe do ex-*Partido Liberal* em sua região. Segundo Marta Zorzal e Silva (1993), a *União* foi extinta em 1895, quando vários de seus membros fundaram no Espírito Santo o *Partido Republicano Federal*, que durou pouco.

Por sua vez, o *Partido Republicano Construtor* era liderado por Moniz Freire e tinha o apoio de antigos conservadores e membros do *Partido Republicano*: Henrique Coutinho, Constante Sodré, Gil Goulart e antigos companheiros de jornalismo e lutas políticas do líder, como Afonso Claudio e Cleto Nunes. A figura principal era, com certeza, Moniz Freire. Não foi sem razão que, em 1896, a propósito do término de seu primeiro mandato como governador do Estado, o jornal *Estado do Espirito Santo* (Vitória, 23 maio 1896, p. 1) publicava uma declaração de seu então diretor, Augusto Calmon, que chamava Moniz Freire de "Astro de primeira grandeza [...], [pois] quando ele surgiu, pode-se dizer, surgiu o Espírito Santo", o que coaduna perfeitamente com as reflexões suscitadas por esta tese. Mais adiante, na mesma página, o diretor do jornal continuou os elogios, relacionando Moniz Freire com a problemática do abandono, mencionada por nós: "Dr. Moniz Freire enfrentou e venceu num lapso de tempo todas essas seculares barreiras, até ali inacessíveis, franqueando largas portas para o futuro grandioso do seu e nosso estremecido berço natal". Era o reconhecimento da liderança política exercida pelo fundador do *Partido Republicano Construtor*.

O *Estado do Espirito Santo* (Vitória, p. 1-2, 7 ago. 1890) publicou a Ata da Sessão Pública da Fundação do *Partido Republicano Construtor*, em que afirma que a agremiação deve ser um local de encontro de afeições e sentimentos e, na parte do programa relativa ao que se propõe para o Estado do Espírito Santo, estabelece que se trabalhará para que se promova a construção de vias férreas que liguem o Espírito Santo a Minas Gerais e que se incentive a imigração para o Estado, dois importantes pilares da visão política *monizista*. Vê-se, assim, que, já na Ata de Fundação, o partido de Moniz Freire adotou as ideias que larga parcela da elite capixaba fazia sobre as possibilidades e os caminhos do progresso para o Estado do

Espírito Santo. A representação vigente ia sendo incorporada ao discurso político que servia de base e de veículo para a definição de uma identidade política capixaba.

Com a cisão, o Presidente do Estado, Afonso Claudio, como se viu, passou a sofrer forte oposição, especialmente por meio do jornal *O Cachoeirano*. Ele acabou licenciando-se do cargo, em 6 de setembro de 1890, por real motivo de doença.

É interessante se aprofundar na análise dessa cisão entre os republicanos capixabas, a fim de entender a trajetória política de Moniz Freire, já que seu grupo se firmou no desenrolar das divergências que ocasionaram a ruptura. Em sua *História da Litteratura Espirito-Santense*, Affonso Claudio (1912, p. 539 ) fornece alguns detalhes que podem possibilitar uma análise diferente da que tradicionalmente é oferecida pelos estudiosos a esse respeito. Ele trata especificamente de uma determinada maneira de desenvolver articulações políticas e que fazia parte de seu modo de agir, semelhante ao de Moniz Freire:

Do curso que tiveram os surtos do republicanismo, sucedeu que proclamada a República e quando na direção dos negócios públicos, entendeu o primeiro Governador não dever iniciar uma política exclusivista pelo prurido de ser coerente até a superstição e sim aproveitar os bons cidadãos, embora adversários da véspera, mas que em todos os tempos tinham sabido antepor os reclamos do Estado às injunções dos partidos a que pertenciam.

Afonso Claudio, em seguida, explica o que seria essa prática de não fazer uma "política exclusivista", aproveitando os "bons cidadãos": "Era um sistema de integração de aptidões úteis, de elementos aproveitáveis ou assimiláveis [...]". Pode-se perguntar, então, qual o objetivo pretendido pelo primeiro Presidente de Estado do Espírito Santo? Ele declara ser "[...] obter por seleção o apaziguamento de divergências e o esquecimento de rancores latentes [...]". Quem se beneficiaria de uma política assim voltada para a harmonização? Ele sinaliza: a "[...] concórdia da comunhão social e do bem público". Tratava-se, a nosso ver, de um determinado programa de estratégias, que seus adversários – os criadores da *União Republicana Espírito-Santense* – não aceitaram e passaram a defender outra pauta "[...] que positivasse o predomínio dos agrupamentos da propaganda em todas as direções da administração pública". Assim, as declarações de Afonso Claudio possibilitam interessantes reflexões quanto às causas da cisão: seus adversários se radicalizavam e não aceitavam a inclusão de quem divergisse de suas opiniões, contrariamente ao grupo liderado por Moniz Freire, francamente partidário da união de forças para se obter o crescimento do Espírito Santo.

Dessa cisão, Afonso Claudio (1912, p. 544) tirava algumas conclusões, entre as quais a de que "[...] não fomos nós quem nos separamos dos dois bons companheiros da propaganda, abandonando-os e sim eles que romperam a solidariedade que conosco deviam manter até o fim [...]".

É ilustrativo, entretanto, citar uma correspondência publicada na página 3 de *O Estado do Espírito Santo*, de 12 de setembro de 1890, assinada por Victor Hugo (pessoa que aparece mencionada no jornal em várias outras ocasiões) e que, a considerarmos sob o ponto de vista dos conflitos jesuitismo/positivismo aqui analisados, pode transmitir informações bastante interessantes. O missivista defende a eleição dos candidatos do *Partido Republicano Construtor* e trata dos motivos da oposição que esse partido sofre por parte do outro, a *União Republicana Espírito-Santense* que, segundo o missivista, não aceita a Constituição proposta pelo Governo Provisório da República, instalado em 1889:

Contra esta Constituição [...] levanta-se uma barreira composta dos [...] políticos atrasados do regimen passado, que votam implacável ódio ao Governo Provisório [...]. Essa barreira quer tentar derribar esse governo liberal e justo mandando ao Congresso os inimigos nossos com o propósito de fazerem nova Constituição a seu jeito [...].

Em seguida, Victor Hugo (1890, p. 3) especifica como agia essa oposição no Espírito Santo:

Em todos os estados federados do Brasil tem se formado partidos. Aqui neste estado levantaram-se dois - a União, ligação dos atrasados, dos [...] que blasfemam contra a República por causa da separação da igreja do Estado, do casamento civil, da secularização dos cemitérios [...]; o Construtor, partido que tem em seu grêmio os elementos mais puros dos partidos extintos, do Republicano propagandista e a maioria dos novos brasileiros.

O missivista forneceu dados que, a serem verdadeiros, dão ainda mais consistência à hipótese sobre o fundo ideológico (jesuitismo/positivismo) da divisão política no Espírito Santo, já que da *União* sairão vários nomes que, acrescidos aos de outros, consagrar-se-ão como opositores de Moniz Freire e defensores de Jerônimo Monteiro.

Formado o *Partido Republicano Construtor*,<sup>190</sup> foi ele o meio de que Moniz Freire se utilizou para divulgar e defender no Espírito Santo a plataforma política que contribuiu para a

---

<sup>190</sup> Berstein (2009) afirma que os partidos políticos modernos nasceram no mundo ocidental, no final do século XIX, e argumenta, com os cientistas políticos americanos, que existem quatro critérios que definem um partido político atualmente: a duração no tempo; a extensão no espaço; a aspiração ao exercício do poder; e a vontade de buscar o apoio da população. Apesar de se constituir em partido regional, o *Partido Republicano Construtor* enquadra-se na caracterização de partido político moderno, embora – talvez pela sua inserção temporal – ainda

construção de uma identidade política capixaba. Ora, entender e analisar as origens de seu partido político constitui um objetivo altamente esclarecedor para o desenvolvimento de uma tese que focaliza o político. Nesse sentido, Serge Berstein dá uma importante contribuição para o entendimento dessa problemática. Conforme Berstein (2009, p. 60), "[...] o partido aparece fundamentalmente como o lugar onde se opera a mediação política". Argumentando que a realidade vivida se acha no âmbito do concreto cotidiano e que o campo do político pertence à esfera do discurso, Berstein (2009, p. 61) nega que exista uma passarela natural entre as duas e que o programa articulado por uma formação política em resposta a um problema apresentado à sociedade seja a expressão direta desse problema, pois isso implica passar "[...] do domínio do concreto para o do discurso [...]" (p. 60), fazendo com que, nesse espaço, entre o problema e o discurso, se situe a mediação política, cujas forças articulam, "[...] na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações" (p. 60). A mediação política é, assim, uma tradução, mais fiel ou menos fiel do modelo que se pretende exprimir. Daí, um legítimo questionamento: em que sentido o discurso político de Moniz Freire realizava essa mediação? Por meio do *Partido Republicano Construtor*, seu discurso reflete problemas reais da sociedade capixaba?

Como resposta a esses questionamentos, Berstein (2009, p. 60) fornece fundamentos teóricos que podem facilitar nossas reflexões sobre Moniz Freire e seu partido:

[...] um partido não nasce fortuitamente, da decisão de seus criadores, e só tem chance de sobreviver se responder de uma maneira ou de outra a um problema fundamental colocado para a sociedade contemporânea, e que faz com que haja adequação entre a imagem que ele transmite de si mesmo e as aspirações mais profundas de uma parte importante da população que aceita, como solução para os problemas que ela percebe, a mediação política que ele lhe propõe.

Ora, o agir político de Moniz Freire parece se adequar ao Espírito Santo do final do século XIX e início do século XX, que se lamentava porque seus sonhos de crescimento não eram estimulados conforme os capixabas achavam que mereciam. Moniz Freire foi indubitavelmente portador desses sonhos e mágoas. Berstein (2009, p. 69) esclarece que, no momento de sua criação, "[...] existe adequação total entre um partido político e uma determinada situação à qual ele responderia [...]". Pode-se afirmar também que, nessa virada do século, o partido de Moniz Freire ainda gozava das prerrogativas do "momento de sua criação", ou seja, havia "adequação" – se não total, ao menos muito grande – entre seu partido

---

disponha de algumas características de "partido" do século XIX liberal, com uma "[...] tendência da opinião representada pelas elites" (BERSTEIN, 2009, p. 65).

e a situação à qual ele respondia. E é isso o que esta tese quer realçar, quando considera que o *Partido Republicano Construtor*, por meio de seu líder, Moniz Freire, correspondia aos anseios de grande parte da elite política capixaba, da qual se pode citar Afonso Claudio como um dos exemplos, conforme sinaliza Santos (2006).

Sobre a relação entre um partido e uma identidade política, é novamente Berstein (2009, p. 92) que fornece bases conceituais para o que aqui se pretende analisar. Afirma ele que os partidos operam uma socialização política, uma vez que, "[...] pelo viés da cultura de que são portadores, eles estruturam o eleitorado, dão-lhes uma **identidade política** [...]" (grifo nosso). Desse modo, por meio de seu partido, que incorporou seu discurso e sua prática política, Moniz Freire trabalhou para a construção de uma "identidade" política capixaba. Como foi configurada essa identidade? Toda a movimentação política em torno das *Cartas a S.M. o Imperador* oferece emblematicamente um exemplo claro a respeito dessa configuração.

#### 4.3 AS CARTAS A S.M. O IMPERADOR, AFFAIR SÍMBOLO DO RELACIONAMENTO ENTRE MONIZ FREIRE E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA CAPIXABA

Como expressão do sentimento de mágoa devido à desconsideração com que era tratada a Província do Espírito Santo, nenhum escrito de Moniz Freire, no período imperial, é mais claro que o conjunto denominado *Cartas a S. M. o Imperador*, documento emblemático e síntese da identidade política capixaba construída por Moniz Freire. Tratava-se de sete cartas dirigidas ao Imperador D. Pedro II, numeradas em algarismos romanos e publicadas, em primeira mão, no jornal *A Província do Espírito Santo* (Vitória), de 14 de maio até 23 de junho de 1885, na coluna intitulada *A Província do Espírito Santo*. No mesmo ano de 1885, foi publicado em livro, sob o título *Cartas a S.M. o Imperador: editoriais da "A Província do Espírito Santo"*. As articulações políticas e a movimentação de opinião pública ocorridas em função das *Cartas* permitem-nos afirmar serem elas emblemáticas do que se quer demonstrar nesta tese.

As *Cartas*<sup>191</sup> foram diretamente motivadas por alguns fatos, todos eles relacionados com a desconsideração e o menosprezo voltados ao Espírito Santo e que são, nelas, fartamente registrados por Moniz Freire. Tais fatos foram: um recente arquivamento, pelo Senado do Império, de um projeto de lei que concedia subvenção a uma empresa de navegação do rio Doce; o adiamento na construção dos prédios da Alfândega e da Caixa Econômica em Vitória; e, sobretudo, a substituição do projeto de construção da Estrada de Ferro de Natividade<sup>192</sup> por um outro que levaria mais tempo para ser concluído, além de ser mais custoso aos cofres públicos. Nas *Cartas* estão presentes as mágoas e os sonhos para o Espírito Santo, bem como as práticas políticas utilizadas para a obtenção de seus objetivos.

É interessante notar que, em 2012, apresentando a 2ª. edição das *Cartas*, o *Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* (MONIZ FREIRE, 2012, p. 9) procurou relacionar Moniz Freire com a atualidade, afirmando que “[...] a cruzada de Moniz Freire é questão recorrente e atual” e menciona, nesse sentido, as demandas estaduais que “[...] permanecem, no fundo, as mesmas [...]” (p. 9), com enormes problemas burocráticos que “[...] impedem a implantação de uma infraestrutura moderna e mais eficiente no Espírito Santo” (p. 9). Em seguida, comenta:

As questões referentes ao aeroporto da Capital, da duplicação da BR 101 e da modernização dos portos, da rediscussão de alíquotas de impostos estaduais e da regulação do marco exploratório de petróleo no seu litoral [...] parecem obstruir a plena concretização da vocação de entreposto comercial do estado.

É clara, nessas afirmações, a aceitação de ligação entre o discurso de Moniz Freire e as questões que, hoje, caracterizam a cultura política capixaba.

Já na primeira das *Cartas*, Moniz Freire (2012, p. 14) manifesta a tristeza e a mágoa com a maneira com que é tratado o Espírito Santo: “[...] somos uns enjeitados dos poderes públicos”. Na segunda Carta (MONIZ FREIRE, 2012, p 17), há várias referências a esse desprezo: “Não se explica o desamor dos estadistas e legisladores brasileiros pela prosperidade desta zona do Império, [...] sua incompetência [de nossos homens públicos] para o governo começa por ignorarem eles até a geografia do país [...], o mau humor com que são olhadas as pequenas províncias [...]”. Na *Carta III* (MONIZ FREIRE, 2012, p. 21), ele se refere ao “[...] pouco caso [...] [com que o governo trata o Espírito Santo, ao lado de] múltiplas desconsiderações

---

<sup>191</sup> As citações que fazemos das *Cartas* estão referenciadas em sua reedição publicada em 2012, pelos *Cadernos de História*, n. 49, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

<sup>192</sup> Conforme informações do IBGE, trata-se do antigo nome da atual cidade de Aimorés (MG).

[...] como sejam o silêncio com que responde a importantes solicitações da Assembleia e das Presidências [...]". Na *Carta IV*, Moniz Freire (p. 26) é muito contundente e declara que a Província do Espírito Santo é considerada "[...] filha espúria da comunhão brasileira [...] essa esquecida zona [...]". Em seguida, afirma (MONIZ FREIRE, 2012, p. 27) que "[...] passamos assim como um agregado social parasitário, sustentado pelas sobras de nossos comensais, incompetentes para fazer exigências vãs, que em prejuízo do equilíbrio geral pretendemos ainda obter o sangue de outras artérias [...]". Na quinta *Carta* (MONIZ FREIRE, 2012, p. 29), ele se refere ao Espírito Santo como uma província "[...] pequena e desprotegida [...]" e termina afirmando (MONIZ FREIRE, 2012, p. 31) que é necessário vingar a Província "[...] da humilhação a que ela é reduzida nas organizações orçamentárias, humilhação que a espíritos pouco investigadores pode parecer um fato real" (p. 31). Realmente, talvez tivesse razão o *Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, em recentes afirmações, pois Moniz Freire bem poderia dizer o mesmo a respeito dos poucos investimentos federais no Estado do Espírito Santo, no século XXI.

Na última de suas *Cartas* (MONIZ FREIRE, 2012, p. 41-42), ele desenha explicitamente um verdadeiro programa, quando afirma ser urgente levar ao Espírito Santo as seguintes medidas:

- [...] a) subvenção a uma boa navegação do rio Doce até Porto do Souza, como um meio eficaz de derivar os produtos do norte de Minas e acoroçar o progresso agrícola das zonas vizinhas, e das marginais do rio;
- b) subvenção de uma navegação regularizada e semanal entre todos os portos da província até os do sul da Bahia;
- c) prolongamento da estrada de ferro Carangola até o Cachoeiro de Itapemirim, como meio de trazer ao Baixo Itapemirim, e daí para a Vitória, toda a produção do Sul, com o qual também a capital ficaria em contato mais fácil do que a corte para a sua importação;
- d) cessão da subvenção dada atualmente a companhia Espírito-Santo&Caravelas, a fim de libertar os portos intermediários da atração do monopólio fluminense, e fazer a passagem dessa subvenção à companhia dos paquetes brasileiros para fazerem as três escalas mensais pelo porto da Vitória, e assim suprir a falta da outra companhia que nos proporciona atualmente as comunicações com o grande centro comum;
- e) para complemento de tudo isto - subvenção temporária a uma ou duas companhias estrangeiras de vapores transatlânticos, que abram-nos o comércio direto das praças europeias ou norte-americanas;
- f) auxílios a imigrantes para se internarem no Oeste da província, e boa viação para esse centro.

Vê-se aí um projeto de governo do qual faziam parte: ligação com Minas Gerais; expansão da exportação capixaba em direção à Europa e Estados Unidos; fortalecimento econômico de Vitória, com vistas a diminuir as relações comerciais com o Rio de Janeiro e, assim, reforçar a autonomia da província; expansão das vias férreas, também com o objetivo de fazer crescer o



Espírito Santo e, desse modo, reduzir sua dependência; apoio à imigração, com idênticas intenções.

Ou seja, a grande meta – aumentar a autonomia da província, por meio de seu crescimento – acha-se presente em inúmeros pronunciamentos de Moniz Freire, em especial nas *Cartas*. Um dos argumentos utilizados é que a Província do Espírito Santo oferece possibilidades grandes. Assim, na *Carta II* (MONIZ FREIRE, 2012, p. 17), ele menciona o "desamor" à Província do Espírito Santo, por parte dos homens públicos brasileiros, "[...] não porque ela seja indigna de incentivos, ou pouco suscetível de progressos: V. M. [D. Pedro II] já viajou-a em parte, e sabe que elementos fecundos de riqueza oferece essa natureza bruta à indústria e à atividade humana". Exemplo dessas possibilidades é a colonização: "[...] o que se gastou durante poucos anos com a colonização [...], esse dispêndio [...] é hoje pago com juros usuários pelo trabalho diário dos cultivadores estrangeiros em nossas prósperas colônias" (MONIZ FREIRE, 2012, p. 26). Tratando dos benefícios da importação e da exportação, ele (MONIZ FREIRE, 2012, p. 29) comenta, por exemplo, que seriam tão grandes, que "[...] a província gozaria hoje de melhor nome no país e fora dele, se as administrações de há muito se houvessem empenhado em medidas tendentes a garantir o sucesso dessa ideia [de desenvolver esse tipo de comércio]".

Sobre o papel de Vitória, nesse desenvolvimento por ele assegurado, Moniz Freire (2012, p. 30) ressalta que a prosperidade geral só será alcançada quando "[...] se realizar a convergência de todos os elementos para um centro de operações, - papel para o qual a Vitória está predestinada pelas suas condições". Do crescimento de Vitória "[...] adviriam imediatamente soberbos resultados - a constituição de um empório comercial na província, imigração de grandes capitais, alargamento de população e do crédito e desenvolvimento da lavoura [...]", que fariam da Capital "[...] uma boa praça importadora e exportadora" (p. 30).

Suas propostas (MONIZ FREIRE, 2012, p. 36), em especial no que diz respeito à construção da via férrea Vitória-Natividade, abririam "[...] uma época de prosperidade incalculável quase a uma das províncias mais prometedoras do Império". É a promessa de *brilho da estrela "intrrometida"*.

Ele advogava, assim, para o desenvolvimento da província, patrocínio do Governo Central, que nunca vinha e, às vezes – como nesse caso da estrada de ferro – era cancelado, na prática,

devido a ações de políticos. Ele (MONIZ FREIRE, 2012, p. 17) conhecia "[...] a influência nula que elas [as pequenas Províncias] exercem na trama e nos conluios políticos, que é o ofício único que os nossos pais da pátria sabem desenhar sem embaraços". Já na primeira *Carta*, Moniz Freire (2012, p. 15) diz-se consciente de que "[...] a nossa representação [senador e dois deputados] seja minguada, ou porque os representantes sejam pouco influentes, a verdade é que os interesses provinciais [...] são sempre deixados à margem por outros de menor monta [...]". Sobre o senador pelo Espírito Santo, ele afirma (MONIZ FREIRE, 2012, p. 22 -23) ser "[...] um respeitável cidadão da Lapônia [...]" que, junto aos dois representantes na Câmara de deputados, não tem força para "[...] abrir uma dissidência que é o único argumento suficiente para reduzir os nossos governos e as respectivas maiorias que os apoiam" (p. 23).

Tal era a falta de autonomia da Província do Espírito Santo, que seus senadores, por exemplo, não eram capixabas, situação que ocorreu algumas vezes também na Primeira República, por exemplo, com a eleição de João Luis Alves, mineiro senador pelo Espírito Santo, conforme se verá mais adiante, nesta tese. Na *Carta II* Moniz Freire (2012, p. 18-19) a isso se refere, com relação ao senador "capixaba" naquele momento:

[...] lá estava no senado o velho representante desta província, tão notável pelos seus méritos como pela sua inservibilidade à terra que o constituiu seu mandatário. S. ex. que já se tem mais de uma vez declarado senador por Minas, não se lembrou que nesse assunto como em tantos outros, os interesses da terra natal ligaram-se de muito perto aos da província, à qual s. ex. paga com a ingratidão e o egoísmo mais pungentes o favor que fez-lhe [...] meses depois de ser a sua candidatura vergonhosamente batida pela província que hoje o conta como seu senador oficioso.

O argumento dado pelos políticos – sobretudo no caso da negativa em construir a via férrea Vitória-Natividade (na realidade foi postergada, o que, na prática, correspondia a uma negação) – era a informação oficial de que as finanças públicas do Espírito Santo eram ruins e que, por isso, a província não mereceria ajuda do Governo Central, em detrimento de outras bem-sucedidas. Oliveira (2008, p. 423, notas II) menciona documentos que afirmam, por exemplo, que dois anos depois das *Cartas*, a Província do Espírito Santo ocupava "[...] o décimo quinto lugar na ordem da importância da renda [...]".

Ora, Moniz Freire (2012) demonstra, nas *Cartas*, que se trata de argumentação improcedente e que não justifica, por exemplo, a negação de verbas para a construção da via férrea para Natividade, bem como várias outras negativas às quais se refere ele em suas *Cartas*. Na *Carta IV* (MONIZ FREIRE, 2012, p. 26), ele já denuncia que, além das despesas com a vinda de

imigrantes, "[...] a nossa história econômica não aponta outra despesa notável efetuada com o incitamento da prosperidade provincial". Entretanto, diz ele, "[...] o Espírito Santo figura em todos os orçamentos como uma pedinte de suprimentos do tesouro, e os pais da pátria servem-se dessa circunstância para recusar-nos quantos melhoramentos se reclame" (p. 26). Moniz Freire, então, entra com uma exposição que desfaz a ideia de que, província pequena, o Espírito Santo dá prejuízo ao país, argumentação que – com adaptações – poderia e é utilizada em pleno século XXI, bastando ler as declarações de Lucas Izoton em 2012, reproduzidas e analisadas em capítulo inicial desta tese.

Moniz Freire (2012, p. 27) declara que, "[...] longe de pesar a província sobre o tesouro, é este quem leva-lhe à porfia bem estimáveis somas, para ocorrer algures às solicitações de nossas co-irmãs mais protegidas, enfeudadas aos figurões da política pátria". E ele argumenta com informações irrefutáveis, afirmando que os dados estatísticos usados no orçamento do país "[...] não exprimem a legítima posição da província em sua conta corrente com o Estado, nos auxílios que este lhe presta, e nas contribuições com que ela concorre para a manutenção da integridade nacional" (MONIZ FREIRE, 2012, p. 27). Ele, então, demonstra, na *Carta VI* (MONIZ FREIRE, 2012, p. 33 a 37), que a província só figura com *déficit* no orçamento, porque nele não entra o maior movimento da província, que são os impostos sobre importação e exportação, que reforçam o orçamento da alfândega do Rio de Janeiro, por onde se faziam essas transações capixabas. Daí, segundo ele, uma das razões para se pleitear o desenvolvimento de Vitória. As recusas de investimento no crescimento do Espírito Santo não se deviam à situação endividada da província, mas, com certeza, segundo Moniz Freire (2012, p. 37), só poderiam ser creditadas a uma gestão de ministros condenada "[...] à mediocridade [...], [como] o sr. C. da Rocha,<sup>193</sup> que não tem patriotismo nem intuição administrativa, para ver um pouco mais adiante dos interesses de suas candidaturas ou de suas fortunas particulares!"

Conforme planejamos, não deveria fazer parte desta pesquisa o aprofundamento de comparações entre a situação capixaba e a das outras províncias/estados brasileiros, no que diz respeito à posição econômica em frente ao conjunto do Brasil. Nosso objetivo centrou-se exclusivamente na construção de representações sobre o Espírito Santo – correspondendo elas

---

<sup>193</sup> Trata-se do então secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1884-1885), ministro Antônio Carneiro da Rocha (1842-1925) que, com esse cargo de secretário, exercia o papel de ministro dos Transportes e ministro da Agricultura, conforme informações fornecidas pelo *site* oficial do Ministério da Agricultura: [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br).

ou não ao "real", no sentido que lhe dá Chartier (1990) – e no papel de Moniz Freire na articulação dessas representações. Entretanto, a esse respeito vale fazer algumas reflexões, fundamentadas nas pesquisas realizadas por Eucélia Maria A. Mergár (2011, p. 93), que apresenta uma interessante tabela (Tabela 7) sobre o comportamento da arrecadação de impostos e das despesas no Espírito Santo, entre 1839 e 1850 e constata que, "[...] na maioria dos anos, a arrecadação superou as despesas ou empatou [...]".

A grande questão, segundo a pesquisadora (2011, p. 94), era que, "[...] não tendo recursos próprios para construções, para outros tipos de investimentos tão necessários à vida da província, restava aguardar-se o socorro dos cofres imperiais [...]", que chegava insuficientemente, porque, muitas vezes, os suprimentos advindos dos cofres imperiais dependiam "[...] da força política dos seus presidentes [de província], já que o orçamento geral do Império também se apresentava deficitário [...]" (p. 100), realidade que, muito provavelmente, se aplicava também a outras províncias do Império que, com certeza, tinham queixas semelhantes às do Espírito Santo.

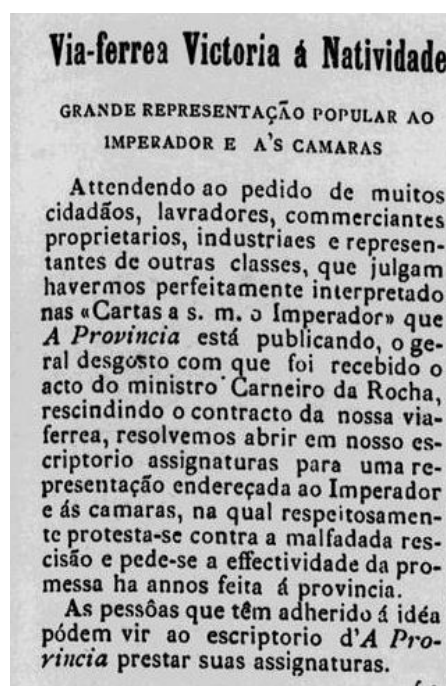
Franco (2015, p. 90) apresenta um quadro com os recursos repassados pelo Governo Central às províncias do Império, entre 1855 e 1856, e comenta: "[...] das 19 províncias existentes, a do Espírito Santo só recebeu montante maior que Minas Gerais, Amazonas, Goiás, Piauí e Paraná, o que bem nos dá a pouca significância que essa província tinha na época [...]", recebendo, assim, menos que qualquer das pequenas províncias do Nordeste. Trata-se de uma situação que, conforme afirma Moniz Freire, persistiu ao longo do final do Império e da Primeira República (1889-1930). E, curiosamente, continuou em nossos dias, conforme documentado no início desta tese.

De qualquer forma, na *Carta VII*, Moniz Freire (2012, p. 39-43) defendeu enfaticamente a construção da via férrea Vitória-Navidade, dizendo que se tratava de uma "[...] estrada futura [que trará o] engrandecimento desta província" e pede que o Imperador D. Pedro II seja "[...] o advogado dos direitos desta pobre terra" (p. 43) e termina com as contundentes palavras: "Pleiteai, Senhor, contra o exclusivismo dos pseudo-estadistas brasileiros, a justiça da causa desta terra que não tem hoje outro tribunal a que recorrer" (p. 43).

No dia seguinte à publicação da última *Carta*, *A Província do Espírito Santo* (Vitória, 1885, p. 3) publicava um anúncio dando início a uma campanha de abaixo-assinado ao Imperador e

às Câmaras, contra o ministro Carneiro da Rocha e a favor da construção da estrada de ferro Vitória-Natividade.

FIGURA 4 – Campanha pública em defesa do Espírito Santo



Fonte: *A Provincia do Espirito Santo*, Vitória, p. 3, 17 jun. 1885.

Em 26 de junho, o mesmo jornal (1885, p. 3) publicava trecho de uma carta vinda do jornal *O Cachoeirano*, apoiando as *Cartas ao Imperador*, elogiando a campanha e afirmando que havia sido levantado, com ela, "[...] um protesto contra a espoliação que sofreu a província pelo ato iníquo de um ministro chamado Carneiro da Rocha, e para o qual a imprensa da Província deve unir seus brados estigmatizando-o em nome do povo a quem matou as suas mais justas aspirações".

Aliás, desde o início da campanha, o jornal *O Cachoeirano* vinha prestando seu apoio. Em 7 de junho de 1885 (p. 2), ele noticiava a rescisão do contrato da estrada de ferro Vitória-Natividade e afirmava que a medida "[...] veio provar a mesquinhez de nosso governo na grande causa da província [...] [e obriga] a um protesto de todos os espirito-santenses, e mesmo mineiros [...]". E se pergunta: "[...] e o que faz no Senado o Sr. Ottoni [mineiro e senador pelo Espírito Santo]? Nada e sempre nada!" (p. 2). Em seguida, o jornal mencionava

a campanha que estava sendo feita por "[...] nossos ilustres colegas da *A Província do Espírito Santo* [...]" (p. 2), cujos artigos sobre o tema prometem também publicar, em breve.

No dia 27 de junho de 1885, *A Província do Espírito Santo* (Vitória, p. 3) noticiava o andamento e a estratégia da campanha:

Estão sendo tirados em livro os artigos editoriais que a Província publicou há dias, endereçando-as a S.M. o Imperador.

A edição vai ser profusamente espalhada entre os representantes da nação, altos funcionários e o jornalismo, devendo também acompanhar alguns exemplares à representação popular dirigida ao Imperador e à Câmara dos deputados.

Havemos de levar bem alto o protesto dos habitantes do Espírito Santo contra a rescisão do contrato da projetada via férrea da Vitória à Natividade. O futuro há de abençoar os esforços do presente.

No mês seguinte, em 14 de julho de 1885, o mesmo jornal (p. 2) noticiava o envio do abaixo-assinado juntamente com a brochura *Cartas ao Imperador*, pelo navio Mayrink, que fazia a ligação Vitória-Rio de Janeiro, declarando que "[...] todos os senadores, deputados e a grande imprensa do país vão receber exemplares da nossa brochura". Em seguida, agradecia ao notário público capitão A. Augusto que se prestou "[...] a reconhecer gratuitamente as numerosas firmas dos signatários das aludidas representações [...] [concluindo que tudo fazia parte de uma] propaganda generosa que iniciamos em prol das legítimas aspirações da província" (p. 2). Interessante observar que Moniz Freire tinha claro o papel da propaganda e da pressão da opinião pública na obtenção de seus objetivos políticos.

Ainda que sem aderir oficialmente à campanha dirigida por Moniz Freire, o jornal do *Partido Conservador*, *A Folha da Victoria* (Vitória, p. 2, 17 dez. 1885), publicou uma notícia repudiando a atitude do ministro da Agricultura, indicando que um de seus políticos conservadores também havia se posicionado contrariamente à medida de suspensão da construção da via-ferrea: "[...] aquele dr. defendeu e mostrou no Brasil a conveniência da fatura dessa estrada, de que nos privou o governo liberal, em virtude da escandalosa rescisão em que se envolveu o célebre Sr. Carneiro da Rocha, quando ministro da Agricultura".

Não existem, no *Arquivo da Biblioteca Nacional*, os exemplares do *Folha da Victoria* anteriores a outubro de 1885, quando a campanha já havia terminado. Não podemos, portanto, afirmar como se deu o envolvimento do *Partido Conservador* na campanha em defesa da via férrea. Entretanto, é curioso notar que, antes mesmo de Moniz Freire publicar as *Cartas*, o jornal *A Folha da Victoria* (Vitória, p. 2, 30 nov. 1884) fazia um verdadeiro libelo contra o *Partido Liberal* do qual fazia parte Moniz Freire, acusando os liberais capixabas de não

fazerem nada a respeito da suspensão da construção da estrada de ferro. Convém observar que somente depois dessa invectiva conservadora Moniz Freire publicou as *Cartas*, o que não invalida as análises aqui feitas sobre o pensamento do autor das *Cartas ao Imperador*. A *Folha da Victoria* comentava, então, sob o título *Estrada de ferro da Vitória a Natividade*:

Pairava em nosso espírito uma preocupação sinistra - de que não gozaríamos das vantagens materiais desse fator do progresso, único capaz de transformar o nosso estado presente em futuras grandezas [...]. Onde estão aqueles que deveriam se opor a esse desastre? Não se vê ninguém, não se levanta a figura de um homem que possa embaraçar o pensamento do governo com o valor de sua palavra ou com o prestígio moral de sua capacidade política [...]. De nada valem no presente, porque não temos quem tome a si a defesa de nossos interesses [...] Confessemos a improficuidade de nossos representantes no domínio liberal [...]. Quais os serviços prestados pelo sr. tenente coronel Alpheu Monjardim [líder do Partido Liberal e chefe do clã ao qual pertencia Moniz Freire] e Leopoldo Cunha a esta província? [...] Estiveram na Câmara, porém não disseram para que lá foram; mudos como montanha de granito, indiferentes ao nosso progresso, só vaidosos pela eminente posição que ali ocupavam [...]. Eis a razão por que somos olhados com indiferença; não temos quem se levante por nós e brade com todas as forças de seus pulmões na defesa de nossos legítimos interesses.

Podemos notar, nas declarações de *A Folha da Vitória*, que também na parcela da elite que se opunha a Moniz Freire se percebem os traços das representações que os capixabas construíam a respeito da maneira como eram tratados pelos poderes públicos.

De qualquer forma, um período de menos de dez dias após o envio do abaixo-assinado, foi suficiente para dar à campanha um triste fim, noticiado por *A Província do Espírito Santo* (Vitória, p. 2, 24 jul. 1885), que publicou, então, uma Carta vinda da Corte e assinada simplesmente por "Z", que se dirigiu à redação do jornal, defendendo o Imperador e dizendo que a medida de cancelamento do projeto de via férrea teve a aprovação do monarca. Afirmava também que "[...] a estrada da Natividade há de ser construída, porém mais tarde, quando for tempo [...] [e que] o pai só dá aos filhos o que eles em seu conceito precisam e quando julga oportuno". Ou seja, de nada adiantou a pressão da opinião pública diante de um poder político irredutível.

Mesmo derrotado em sua campanha, Moniz Freire demonstrou que o *brilho da estrela "intrometida"* só poderia ser buscado por meio de muita articulação política e também de um conjunto de medidas que futuramente passou a ser denominado de *marketing*.<sup>194</sup> É também

---

<sup>194</sup> De acordo com o *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2010, p. 1344-1345, verbete *marketing*), trata-se de uma palavra cujo correspondente em português é mercadologia, significando um "[...] conjunto de estratégias

um dos traços da prática política de Moniz Freire em frente a seus planos de desenvolvimento do Espírito Santo

Após termos analisado um *affair* que dá uma visão de conjunto do que se pretende analisar nesta tese, os próximos segmentos procurarão estudar detalhadamente os pilares da identidade política capixaba construída por Moniz Freire:

- a) viver um conjunto de sonhos;
- b) trilhar um difícil caminho de mágoas;
- c) buscar a efetivação de seus propósitos, por meio de práticas e articulações políticas.

#### 4.4 OS SONHOS DE BRILHO DA ESTRELA "INTROMETIDA"

Conforme esta tese vem demonstrando, desde o início de sua vida política, Moniz Freire já vinha se dedicando com afinco cada vez maior à realização dos sonhos de crescimento que fizessem sua terra natal brilhar no universo político brasileiro. Suas *Cartas ao Imperador* são exemplo do quanto batalhou por esses ideais no período Imperial. Entretanto, foi a partir de sua ascensão à Presidência do Estado que se deu a grande fase de sua carreira voltada para a consecução desses planos. Isso ele o fez por meio de um permanente discurso político voltado para esses ideais, ao lado de práticas e realizações que, aos poucos, davam contornos cada vez mais precisos sobre a sua visão política com relação ao Estado do Espírito Santo. As representações dos capixabas foram, gradativamente, assumidas por ele, na construção de uma identidade que passou a caracterizar a política capixaba de 1882 a 1908.

Trata-se de um processo de elaboração de uma identidade que, na verdade, pode ser interpretada como a produção de uma ideologia, termo vago, cuja significação se tornou ambígua, devido ao uso que dele se faz na política. Conforme Duby (1988, p. 131), "[...] o historiador deve tomá-lo [o termo ideologia] no seu sentido mais amplo, e separando-o das entoações pejorativas das quais encontra-se frequentemente carregado". Em seguida, Duby (1988, p. 32) adota para ideologia o significado a ela atribuído por Louis Althusser, procedimento também nosso, nesta tese: "[...] um sistema [...] de representações (imagens,

---

e ações que visam a aumentar a aceitação e fortalecer a imagem de pessoa, ideia, empresa, produto, serviço, etc., pelo público em geral, ou por determinado segmento desse público".



mitos, ideias ou conceitos, segundo a ocasião), dotado de uma existência e de um papel histórico no seio de uma dada sociedade". Por outro lado, Jorge Larraín (2010, p. 108) constata que as ideologias "[...] procuram criar e naturalizar posições de sujeito para a construção de identidades políticas". Nesse sentido, sim, poderíamos, então, interpretar como ideologia a construção de uma identidade política por Moniz Freire.

Emblemático de seus propósitos está o primeiro discurso de Moniz Freire, após sua promessa constitucional, perante o Congresso constituinte que o colocou como o primeiro governador eleito do Espírito Santo, em 1892. Aí ele assume o compromisso de "[...] esforçar-se por criar uma Pátria grande para os espírito-santenses" (ESPÍRITO SANTO, 1892, p. 2). E todo o seu rápido discurso de cinco páginas é voltado para justificar esse anseio. Nele se acham consubstanciados os pilares que definem a identidade política criada por ele.

Moniz Freire não se furta a analisar os dois extremos que envolvem o apreço pelo seu local de nascimento: o exagero e a falta de amor, que ele chama, respectivamente, de "falso bairrismo" e "absenteísmo" que produzem dois erros práticos, quais sejam, o da ideia de que "o hóspede é sempre suspeitado" e o da "idolatria do que é de fora" (1982, p. 2). Advogando o equilíbrio, ele defende, entretanto, que "[...] nós somos [...] ainda um estado fraco [...]" (p. 2) e tudo precisa ser cultivado com cuidado, já que "[...] o que nós precisamos fundar é um estado na plena posse de si mesmo [...]; um estado que honre e estimule os seus homens públicos [...]; que viva dentro de si com os próprios elementos da sua política, de seu comércio, das suas inteligências, das suas riquezas quaisquer" (p. 3). Ele, então, conclui que "Esse é o verdadeiro problema da nossa autonomia moral [...]".

Trata-se, conforme se pode ver, de uma visão sobre a questão conceitual de autonomia, cujos fundamentos ele estabelece: "plena posse de si mesmo"; honrar e estimular seus homens públicos; viver dentro de si "com os próprios elementos de sua política, de seu comércio, das suas inteligências, das suas riquezas" (p. 2).

Dá ele (p. 3) parte para a análise da importância de sua eleição, pois

[...] precisávamos [...] que o momento histórico de nossa iniciação autonômica fosse presidido por um espírito-santense, cujo patriotismo não pudesse ser suspeitado pelos seus conterrâneos; e que tivesse além disso a coragem de dizer, como eu digo perante vós, que hei de governar o meu estado só e unicamente com o meu estado.<sup>195</sup>

<sup>195</sup> Russ (1994, p. 23) define Autonomia como o "[...] caráter do que se dá a si mesmo sua lei, do que obedece à sua própria lei". Japiassu e Marcondes (2001, p. 21) definem-na como "[...] a liberdade política de uma

Em seguida, ele quis indicar o quanto é grande o Espírito Santo, afirmando que "[...] tomando por base o cômputo da população [...] talvez não haja em todo país outro estado que apresente proporção igual de riqueza calculada sobre as estatísticas de produção" (ESPÍRITO SANTO, 1892, p. 3), uma vez que, com uma pequena população é "[...] o 8º ou o 9º estado da União em rendas públicas [...], [embora ocupe ainda], aos olhos do Brasil inteiro o lugar de estado de 4ª classe" (p. 4). Moniz Freire utiliza-se aí dos anseios, sentimentos e mágoas que vinham construindo, desde o Império, uma representação social sobre a província e o Estado do Espírito Santo.

Enquanto até aí ele trilha sobretudo o caminho das mágoas, a parte final de seu discurso é dedicada também aos sonhos, pois "[...] talhado para viver grande e próspero entre os primeiros, nós vegetamos servilmente entre os últimos, ao menos no conceito geral da nação" (ESPÍRITO SANTO, 1892, p. 4). A causa dessa situação Moniz Freire entende que é o fato de que a riqueza agrícola do Estado se acha, segundo ele, "esparsa" na pequena propriedade que só se torna forte quando seus elementos são "concentrados", e não "dispersos". Vê-se que sua preocupação está em inverter o processo de *dispersão*, realizando a *concentração*. Daí sua reflexão: "[...] é preciso que produzamos [...] a riqueza concentradora, a riqueza que colige todos os outros elementos de riqueza e os distribua por todo o organismo" (p. 4). Ele refere-se, obviamente, a um organismo, uma instituição, um ente político que realize a *concentração*, a *reunião* e a *distribuição*. Que ente é esse? "Sabeis que refiro-me à riqueza comercial e à outra que dela emerge - a capital. Tratemos de concentrar as forças dispersas, para que elas possam juntas colaborar no engrandecimento do nosso estado" (p. 4). Ou seja, nada poderá ser feito, se não houver o empoderamento<sup>196</sup> de Vitória. E, se tal ocorrer, a grandeza virá, pois "[...] façamos hoje o que se se houvesse começado há vinte anos passados,

---

sociedade capaz de governar-se por si mesma e de forma independente, quer dizer, com autodeterminação". Bobbio (2002) inclui o estudo da Autonomia no de Autogoverno, cujo significado Marco Cammeli (2002, p. 81) afirma ser impreciso e usado na Inglaterra pela expressão "communal autonomy", inspirado no sistema do "[...] Autogoverno enquanto se realiza através de uma série de entidades que exercem as próprias funções com um largo grau de independência do Governo central e que são regidos por sujeitos diretamente indicados pelas bases interessadas". Vê-se, assim, que, embora se possa objetar que empiricamente não existe nada autônomo em termos absolutos, Moniz Freire refere-se a uma autonomia relativa, perfeitamente defensável em termos conceituais e práticos.

<sup>196</sup> O uso do termo empoderamento generalizou-se nas últimas décadas, em especial com relação às minorias e/ou aos que sofrem discriminação na sociedade. Apesar do amplo uso do termo, há, com relação a ele, ambiguidades e contradições. Empoderar-se parece significar simplesmente que as pessoas adquirem o controle de suas vidas. Não há consenso quanto a seu sentido. Entretanto, quando se refere aos interesses dos despossuídos do poder, o termo passou a ser usado como "[...] substituto de integração, participação, autonomia, identidade [...]" (LEON, 2001, p. 96).

o Espírito Santo já seria uma estrela de primeira grandeza na constelação em que S. Paulo é o alpha" (p. 4), citação outras vezes mencionada nesta tese.

Do ponto de vista da prática política, ele aí traça metas: a introdução de novos agentes de trabalho (imigração) e o desenvolvimento de vias férreas, tudo isso constituindo "[...] a base material do meu programa de governo" (p. 5). Ele deixa claro que seu objetivo era organizar um local que "colige", reúna os elementos de uma riqueza "concentradora", que atraia e também "distribua". Trata-se de uma referência óbvia à capital, Vitória, que realizaria todas essas funções.

Ele termina seu discurso com um apelo de conagração político, outro traço que distingue Moniz Freire: só conseguiremos, se nos unirmos e nos articularmos. É assim que ele apela para a "[...] assimilação de todos os elementos bons para a obra comum do nosso engrandecimento [...]", fazendo referência aos que não nasceram capixabas, mas aos quais ele se dirige como o faz aos da terra natal: "Espírito-santenses pelo berço e pelo coração!" (p. 5).

À maneira das *Cartas ao Imperador*, seu primeiro discurso como Governador do Estado fez transparecer as três grandes características dessa identidade política capixaba que aqui pretendemos estudar e analisar: *a) viver um conjunto de sonhos; b) trilhar um difícil caminho de mágoas; c) buscar a a realização dos sonhos por meio da efetivação de práticas e articulações políticas.*

Todas as iniciativas de Moniz Freire estavam voltadas para a construção de um grande centro populoso como o passo mais importante para o desenvolvimento do Estado, fundamentado na ideia de que isso seria produzido pelo aumento da atividade comercial, o que, aliás, ocorria em importantes cidades, conforme verificava o próprio Moniz Freire:

Não há país no mundo, de importância política ou comercial, que não tenha as suas grandes praças, e quanto mais notáveis são estas mais elevada é a categoria da nação; as primeiras nações do globo são a França, a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha, que possuem cidades como Paris, Londres, Nova York, além de tantas outras que figuram em primeira linha após estas (ESPÍRITO SANTO, 1896a, p. 35).

Moniz Freire confirmou essa ideia em várias de suas mensagens. É assim que, em 1896, ele mostrava que seu governo agradava aos capixabas, porque: “[...] deixa satisfeita a grande aspiração espírito-santense de converter Vitória em um dos principais mercados de Minas

[...]" (ESPÍRITO SANTO, 1896a, p 162). Ou seja, esta era uma "grande aspiração espírito-santense".

Pesquisadores, entre eles Carlos Teixeira de Campos Júnior (1996, p. 149),<sup>197</sup> também veem essa característica da política de Moniz Freire: “A proposta de Moniz Freire voltava-se para tornar Vitória o grande centro comercial do estado e, quiçá, levá-la a exercer também alguma polarização sobre regiões mineiras. Concentrar o comércio era a meta”.

Dáí a principal ação de seu primeiro mandato: construir uma via férrea que ligasse o sul do Estado a Vitória, a fim de canalizar para a Capital a produção cafeeira daquela zona. Também se planejou estabelecer uma ligação ferroviária que unisse o norte do estado e parte de Minas Gerais com Vitória (ESPÍRITO SANTO, 1896b).

Moniz Freire é muito claro, quando se refere à ligação ferroviária com Minas Gerais: “Concluídas as duas linhas, o Porto de Vitória será o mercado da maior parte da zona mineira que fica-lhe a oeste, e de quase todo o Norte daquele estado até as cabeceiras do S. Francisco” (ESPÍRITO SANTO, 1893, p. 14).

A tabela<sup>198</sup> seguinte foi montada com o objetivo de se comparar o interesse demonstrado por Moniz Freire com o de todos os outros Presidentes do Estado, com relação a cada tema, no recorte temporal de 1892-1912, período que abrange o auge e a decadência da liderança de Moniz Freire na política capixaba. Podemos notar que Moniz Freire foi dos que mais se preocuparam com estradas – tanto de ferro, quanto de rodagem – e com a imigração. São dois temas que, nos planos de Moniz Freire, se ligavam ao engrandecimento do Estado. Suas mensagens, conforme se pode ver na tabela, totalizam mais de 50% das páginas que tratam desse assunto nos documentos do período. A Tabela 6 colige dados do primeiro mandato (1892-1896) de Moniz Freire, já que o segundo mandato (1900-1904) foi grandemente

---

<sup>197</sup> Algumas de suas informações foram utilizadas nesta tese.

<sup>198</sup> Em conformidade com as técnicas sugeridas por Laurence Bardin (2003), foram montadas algumas tabelas, com base em 908 páginas de 21 documentos (mensagens, discursos e relatórios) oficiais de todos os Presidentes do Estado do Espírito Santo, de 1892 a 1912, disponíveis na Internet. Tais documentos fazem parte do *corpus* documental desta pesquisa. O recorte temporal abrange um período de 20 anos (1892-1912). A lista dos *temas tratados* foi organizada com base na própria relação oferecida pelo mesmo *site*, que pertence à Universidade de Chicago. O item *Outros temas* engloba não só as partes introdutórias e as conclusões desses documentos, como também outros assuntos não presentes na relação aqui usada e/ou abordados de maneira resumida nos documentos. Também essa tabela foi utilizada em nossa dissertação de Mestrado (SUETH, 2006).

prejudicado pela crise financeira por que passou o Estado do Espírito Santo, o que impediu Moniz Freire de levar adiante os planos colocados em prática de 1892 a 1896.

TABELA 6 – Mensagens, discursos e relatórios presidenciais: 1892-1896

TEMAS TRATADOS	Número de páginas sobre o tema, nos documentos oficiais de todos os Presidentes (1892-1912)	Número de páginas sobre o tema, nos documentos oficiais de Moniz Freire (1892-1896)	Comparação percentual entre o número de páginas, em Moniz Freire(1892-1896) e os Presidentes estaduais (1892-1912)
Agricultura em geral	37	6	16,2
Bancos	27	5	18,5
Educação	49	9	18,4
Empréstimos	32	9	28,1
Estradas de ferro	91	53	58,2
Estradas de rodagem e comunicação fluvial	15	9	60,0
Finanças e orçamento	186	27	14,5
Fronteiras	30	-	-
Imigração	52	27	51,9
Imprensa	10	-	-
Indústria	8	1	12,5
Obras públicas	124	38	30,6
Polícia	20	-	-
Política	128	30	23,4
Saúde	34	12	37,5
Setor extrativo	6	-	-
Outros temas	59	31	52,5
TOTAL	908	307	33,8

**Fonte:** Mensagens, discursos e relatórios de todos os presidentes do Estado do Espírito Santo, de 1892 a 1912, reunidos no *site*: [www.crl.uchicago.edu](http://www.crl.uchicago.edu).

Podemos observar na Tabela 6 o grande interesse demonstrado por Moniz Freire, com relação à comunicação: estradas de ferro, de rodagem e via fluvial. Por outro lado, notamos também seu interesse pela imigração. São planos que, conforme temos visto, fizeram parte de seus objetivos para o crescimento do Estado do Espírito Santo.

Em 1886, seu então amigo e correligionário – que, depois, passaria a ser seu grande inimigo político –, Henrique Coutinho, em discurso na *Exposição Provincial*, de 18 de julho de 1886, noticiada pelo *A Província do Espírito Santo* (p. 4), já se referia à importância das estradas de ferro e da imigração para o Espírito Santo, sob o mesmo olhar de Moniz Freire, dando a entender, assim, que se tratava de uma aspiração do grupo político do qual fazia parte:

[...] é ponto sobre o qual não há [...] duas opiniões divergentes [...] que o futuro da Província do Espírito Santo depende unicamente de três circunstâncias que se deve de pronto atender: Imigração, Colonização e Estradas de ferro [...]. Eis um ponto sobre o qual os governos do Brasil não têm as vistas em bases seguras; eis um ponto sobre o qual bem mostramos ser o país da mistificação e do papelório [...]. Nada ou muito pouco temos feito e é preciso empregar todos os recursos de nossa inteligência [...] em prol desta província que dispõe de todos os elementos para um futuro mais grandioso do que o de muitas de suas irmãs [...].

Entretanto, é no *Relatório* (ESPÍRITO SANTO, 1896) que Moniz Freire apresentou em 1896, quando terminou seu primeiro mandato (1892-1896), que poderemos ver uma síntese de sua visão política e de suas práticas políticas, no que diz respeito ao que ele sonhou para o Espírito Santo.

#### 4.5 OS SONHOS NO RELATÓRIO DE MONIZ FREIRE AO PASSAR O GOVERNO EM 23 DE MAIO DE 1896

Podemos afirmar que esse *Relatório* é também emblemático do pensamento e das práticas políticas que se constituíram na identidade política elaborada por Moniz Freire. Trata-se de 165 páginas distribuídas em uma introdução e nove capítulos, assim intitulados:

#### QUADRO 1 – Sumário do Relatório de Moniz Freire, ao passar o Governo, em 1896

- |   |
|---|
| I) O que encontramos<br>II) A organização<br>III) Obras e empreendimentos gerais<br>IV) Terras, colonização e imigração<br>V) Instrução pública<br>VI) Higiene e Saúde Pública<br>VII) Assuntos diversos<br>VIII) Finanças<br>X) O que fica |
|---|

**Fonte:** Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. J. de M. C. Moniz Freire, Presidente do Estado do Espírito Santo, ao passar o governo ao Exmo. Sr. Dr. Graciano dos Santos Neves em 23 de maio de 1896. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896.

Logo na Introdução do *Relatório*, Moniz Freire historia a difícil política capixaba nos primeiros anos da República e faz uma referência à aprovação da Constituição estadual (1892), depois da qual foi possível dar o impulso inicial aos elementos que iriam "[...] elevar

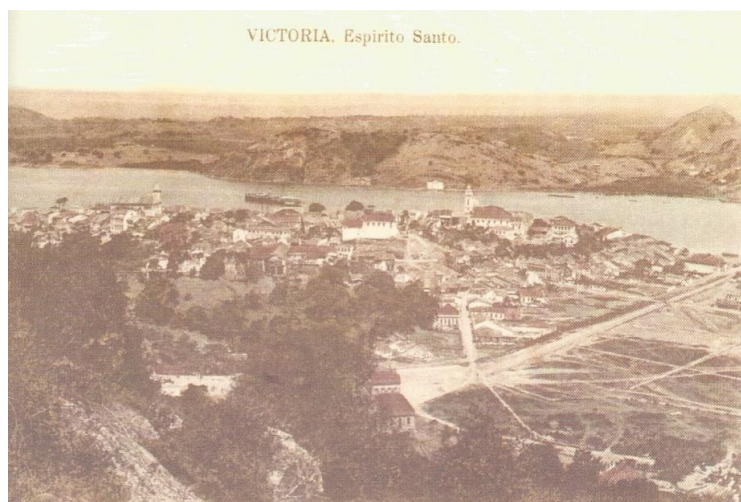
em breve tempo o Espírito Santo à posição de astro de primeira grandeza na constelação sul-americana" (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 11). Pode-se aí notar que o título desta tese foi inspirado nas metáforas utilizadas em muitas ocasiões por Moniz Freire e que se coadunam com o que descrevemos como sendo o objetivo da identidade política criada por ele: *o brilho da estrela "intrometida"*.

No primeiro capítulo, ele relembra a maneira como era visto o Espírito Santo no período imperial e ressalta:

[...] era reputado uma das províncias mais atrasadas e das menos importantes do Brasil até o advento da República. Só dispondo de dois votos no parlamento, e nunca tendo chegado a possuir um filho que gozasse de vasto prestígio na política nacional, a sua posição foi sempre subalterna e humilde, apesar da sua situação geográfica entre três províncias ricas e poderosas, e da sua proximidade da capital do Império (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 13).

Ele faz aí também uma descrição da capital, Vitória, no início da República. Era uma cidade velha e pessimamente construída, sem gosto e sem arquitetura, apertada entre a baía e as montanhas, mal abastecida de água e com um péssimo serviço de iluminação a gás, sem edifícios notáveis, sem teatro, sem passeio público e desprovida de toda defesa sanitária. Não possuía sequer pessoal operário para os serviços ordinários de estiva, de transportes e de cargas e descargas de navios. A descrição parece estar de acordo com o que o postal nos induz a imaginar, o que importa a esta tese, pois caracteriza a Vitória que Moniz Freire queria modificar.

FIGURA 5 – Vista parcial de Vitória em 1902



**Fonte:** LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides. **Era uma vez... Vitória.** Vitória: Multiplicidade, 2000.

É importante notar, pela Tabela 7, que se trata da capital de um Estado que é o segundo menor em população do Brasil, tanto em 1890, quanto em 1900, superando apenas Mato Grosso que, nessa ocasião, englobava os atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Vê-se que, conforme a próxima tabela, nos dez últimos anos do século XIX, o Espírito Santo crescera 54,25% em número de habitantes, passando de 135.997 pessoas para 209.783 pessoas, correspondendo ao período da descrição de Moniz Freire com relação a Vitória que ele queria transformar.

TABELA 7 – Quadro comparativo das populações dos Estados brasileiros em 1900

ESTADOS	POPULAÇÕES		
	Em 1872	Em 1890	Em 1900
Alagoas.....	348.009	511.440	649.273
Amazonas.....	57.610	147.915	249.756
Bahia.....	1.379.616	1.919.802	2.117.956
Ceará.....	721.686	805.687	849.127
Espírito Santo.....	82.137	135.997	209.783
Goyaz.....	160.395	227.572	255.284
Maranhão.....	360.640	430.854	499.308
Matto Grosso.....	60.417	92.827	118.025
Minas Geraes.....	2.102.689	3.184.099	3.594.471
Pará.....	275.237	328.455	445.356
Parahyba.....	376.226	457.232	490.784
Paraná.....	126.722	249.491	327.136
Pernambuco.....	841.539	1.030.224	1.178.150
Piahy.....	211.822	267.609	334.328
Rio Grande do Norte.....	233.979	268.273	274.317
Rio Grande do Sul.....	446.962	897.455	1.149.070
Rio de Janeiro.....	819.604	876.884	926.035
Santa Catharina.....	159.802	283.769	320.289
S. Paulo.....	837.354	1.384.753	2.279.608
Sergipe.....	234.643	310.926	356.264
TOTAL DOS ESTADOS.....	9.837.089	13.811.264	16.624.320

**Fonte:** Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900: = précis du recensement du 31 décembre 1900 (BRASIL, 1905).



Também convém registrar não só a população do Estado do Espírito Santo, mas também a de sua capital, Vitória, nesses mesmos períodos (Tabela 8):

TABELA 8 – População de Vitória no final do século XIX

ANO	POPULAÇÃO
1890	16.887
1900	11.850

Fonte: [www.censo2010.gov.br](http://www.censo2010.gov.br). Disponível em: <[ibge.gov.br](http://ibge.gov.br)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Todos esses dados são importantes para que se possa avaliar devidamente os sonhos de Moniz Freire, no sentido de liderar o Espírito Santo na busca de um lugar ao sol, em meio a outros Estados que possuíam capitais, todas elas com população superior a de Vitória, inclusive a recém-criada Belo Horizonte que, em 1900, dispunha de 13.472 habitantes. Nesse mesmo ano, o IBGE (BRASIL, 2010) registra São Paulo com 239.820 habitantes e o Rio de Janeiro com 811.443 habitantes. Ora, o Espírito Santo era um Estado pouco populoso, mas não "mediocre e pobre".

À página 32 de seu *Relatório*, ele procura refutar essa ideia do "mediocre e pobre", indicando as causas que concorreram para que o Estado produzisse essa impressão: "[...] é a dispersão das diversas forças econômicas, devida à sua configuração geográfica - uma faixa de território com trinta a quarenta léguas de largura ao longo do Oceano, enriquecida de portos mais ou menos abrigados, nas fozes de rios mal navegáveis quase todos [...]" (ESPÍRITO SANTO, 1896). Essa "[...] dispersão das diversas forças econômicas" (p. 32) também era prejudicada pelo fato de que "[...] as distâncias para o Rio de Janeiro eram pequenas [...]" (p. 32) o que fazia com que todos se comunicassem diretamente com essa grande cidade, "[...] não permitindo que um deles [municípios capixabas] se destacasse notavelmente dos outros, atraísse-os e servisse de núcleo de convergência" (p. 33). Daí a solução pela qual ele trabalhou incessantemente: "O processo artificial para desviar essa corrente natural, que procura justamente o mercado mais abundante, mais rico e mais abastecido, é formar da Vitória uma grande praça; e isso só se conseguirá "[...] por meio da viação férrea [...]" (ESPÍRITO SANTO, 1896).

Essas ideias são recorrentes em todas as Mensagens de Moniz Freire, quando Presidente do Estado. Seu objetivo sempre foi claro: "[...] fundar dentro do estado uma praça de primeira ordem, um mercado comercial forte e abastado, um centro econômico capaz de dirigir, auxiliar e fomentar todo o desenvolvimento do estado" (ESPIRITO SANTO, 1896, p. 34). Sua convicção era de que "[...] essa é a nossa maior necessidade, e será a fonte de todos os nossos futuros adiantamentos [...]" (p. 35).

Tratava-se, assim, de atuar sobre esse pequeno Estado com essa pequena capital, a fim de tirá-los do desprezo e colocá-los em posição de dignidade e de respeito, pois "[...] o nosso estado só oferece até agora desânimo e dúvidas, com a sua capital tão atrasada no meio de uma natureza tão pomposa, e com todas as suas cidades privadas dos melhoramentos mais elementares" (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 38), como podemos constatar pelos dados estatísticos aqui exibidos. Sabia-se, entretanto, que "[...] o pouco aqui despendido e o pouco que despender-se, representam apenas uma parte escassa das nossas próprias contribuições, que atualmente não podem ser bem avaliadas porque ainda pagamo-las quase todas na alfândega do Rio de Janeiro" (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 39), conforme argumentação que já havia desenvolvido em suas *Cartas ao Imperador*.

Os projetos, nesse sentido, eram realmente grandiosos. Do ponto de vista da construção de estradas de ferro, seu *Relatório* (1896, p. 30) indica o plano de se estabelecerem no Estado

[...] três grandes troncos, um destinado ao centro, outro ao sul, ambos com o seu ponto de partida na Vitória, e o terceiro destinado a um futuro mais remoto, tendo por ponto de partida a cidade de S. Mateus, devendo servir às zonas compreendidas entre os rios Doce e Mucuri, e podendo talvez mais tarde ligar-se com o tronco central.

Foi assim que, dando preferência ao tronco do sul, deu início à construção da *Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo*.

Por outro lado, afirma Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 40), há ainda outra razão de ordem superior e poderosíssima para se realizar o crescimento de Vitória e a construção das vias férreas:

Nós nos esforçamos ardentemente para atrair pelas ligações férreas para o Espírito Santo o comércio inteligente e abastado de **imensas zonas mineiras**: que garantias porém podemos dar-lhe, e que esperanças de sucesso ter, se o estado não oferecesse as seguranças de um mercado abastecido e forte, capaz de resistir à concorrência que às nossas linhas farão outras que se dirigem para o Rio de Janeiro? (grifos nossos).

Assim, "[...] o plano da viação férrea para o Sul não ficaria completo, se não se cogitasse de estendê-lo aos territórios mais remotos da fronteira e entroncá-lo a algum sistema de viação mineira, como sempre foi aspiração de nosso estado" (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 55). Ele confirma, com as palavras finais, que não se trata de um sonho individual, mas coletivo: é uma "aspiração de nosso estado".

Desse modo, para tornar Vitória uma grande praça comercial, serão necessárias

[...] três condições essenciais: [...] 1º, tornar as comunicações com a Vitória mais fáceis, mais rápidas e mais baratas do que com o Rio; 2º, por a Vitória em contato imediato com todos os centros agrícolas importantes, a poucas horas de distância; 3º, impedir que essas vantagens primordiais sejam iludidas, facilitando-se igualmente os meios de transporte para os escoadouros atuais (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 41).

Como aparelhar Vitória para se tornar, assim, uma grande praça? Vem daí a criação do *Novo Arrabalde*, projetado por ele e só colocado inteiramente em prática por governos subsequentes e que consistia em um "[...] alargamento do centro populoso, parecendo-me que a esse destino se prestavam admiravelmente as grandes planícies situadas a nordeste da ilha, em sítio ameníssimo, rasgadas sobre o estuário da baía, e gozando do mais belo panorama que há em todos os nossos arredores" (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 73). Foi organizada uma comissão especial chefiada pelo engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, com o objetivo de "[...] tornar essa grande área, cinco ou seis vezes maior que a cidade atual, um bairro saudável e convidativo".

Com todos esses planos – embora só parcialmente realizados – Moniz Freire considera que seu período de governo teve a glória "[...] de ter feito a luz sobre a nossa situação atual, e criado no conceito unânime do país a reputação hoje inabalável dos imensos recursos e da grandeza futura do estado" (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 160).

A análise (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 160) que ele fazia de seu governo, seus planos e seus sonhos era clara:

Éramos considerados um estado de quarta ordem, apontado nas estatísticas oficiais, e na opinião generalizada de todos os homens públicos eminentes, como um dos que mal suportariam sem o auxílio central a nova vida federativa; hoje somos invocados como um testemunho das excelências do regime, como um argumento pela República, como um exemplo de esforço e de trabalho e o nome do Espírito Santo fulgura na primeira plaina entre os estados do Brasil fadados a mais altos destinos.

E não se pode dizer que se tratava apenas de uma manifestação de sonhos irrealizáveis. Ele mesmo afirma mais adiante, na mesma página, que "[...] o Espírito Santo é o nono estado brasileiro em renda, e pode ser considerado um dos primeiros relativamente à sua população; custeamos com o orçamento ordinário serviços onerosíssimos como o de imigração [...]". Sua certeza é a de que essas diretrizes conduzirão "[...] o estado à posse inteira dos seus destinos [...]" (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 163). Contra a ideia de Estado "miserável e pobre", ele ainda fez (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 157) uma confrontação de dados estatísticos que só futuramente passou a ser utilizada sob o nome de renda *per capita* ou até mesmo de PIB<sup>199</sup> *per capita*: "Com cerca de 250.000 habitantes, e isso mesmo indo além do que as estatísticas demonstram, a nossa renda é a décima parte da de S. Paulo, que tem mais de 2.000.000 de habitantes, e a terça parte da de Minas, que tem uma população de três milhões, uma extensão vinte vezes maior, e é o segundo estado do Brasil a esse respeito."

É realmente interessante refletir sobre essas considerações feitas por Moniz Freire, baseadas em dados com certeza divulgados oficialmente na ocasião. Ele constata que, de fato, a renda de Minas era três vezes maior que a do Espírito Santo. Assim, se a renda do Espírito Santo é X, a de Minas é 3X. Ora, Minas tinha 12 vezes mais habitantes que o Espírito Santo. Desse modo, se o número de habitantes do Espírito Santo é Y, o de Minas é 12Y. Pode-se calcular, então, que a renda *per capita* de Minas seria de  $3X/12Y$ , ou seja,  $1X/4Y$ , enquanto a do Espírito Santo seria de  $X/Y$ , o que nos leva a concluir que, na comparação, a renda *per capita* do Espírito Santo era quatro vezes maior que a dos mineiros, conforme os dados fornecidos na ocasião. Por que considerar, então, o Espírito Santo um estado desprezível? Tinham fundamento na realidade os sonhos de Moniz Freire para o crescimento do Estado.

De qualquer modo, realizados ou não, os planos traçados por Moniz Freire destinavam-se ao crescimento de seu Estado, por meio da transformação de Vitória em um importante centro comercial, com seu porto aparelhado e com ligações férreas que permitissem o afluxo de riquezas para um Espírito Santo povoado de imigrantes e com forte ligação econômica com o vizinho, o Estado de Minas Gerais. Era o velho sonho acalentado por Silva Pontes e outros

---

<sup>199</sup>Conforme Oliveira (2002), Produto Interno Bruto (PIB) é o somatório de todos os bens e serviços produzidos em uma economia em determinado período. O PIB *per capita* é utilizado para fazer referência ao peso médio, representando o somatório da variável em questão dividido pela população. Para o cálculo do PIB, entram bens e serviços. Entretanto, a comparação de Moniz Freire só diz respeito à renda.

presente na representação que o capixaba fazia de seu Estado e articulado então por Moniz Freire.

#### 4.6 O DIFÍCIL CAMINHO DAS MÁGOAS<sup>200</sup>

Este estudo concebe a construção de uma identidade política caracterizada não só por um pensamento político, mas também por vivências<sup>201</sup> e por sentimentos<sup>202</sup> que, conforme afirmado, davam vida e calor à representação social que os capixabas elaboraram a respeito da posição em que o Espírito Santo era colocado no Brasil. Segundo Hall (1998, p. 71), podemos constatar que "[...] a identidade está profundamente envolvida no processo de representação".

Embora tenha começado sua atuação jornalística anteriormente, somente em 16 de março de 1882, Moniz Freire, juntamente com seu amigo Cleto Nunes, iniciou, em terras capixabas, sua grande presença no cenário do jornalismo político, com a fundação do jornal *A Província do Espírito Santo* que, já em seu primeiro número, proclamava destemidamente "Daqui advogaremos com o critério de nossas convicções todas as grandes necessidades desta

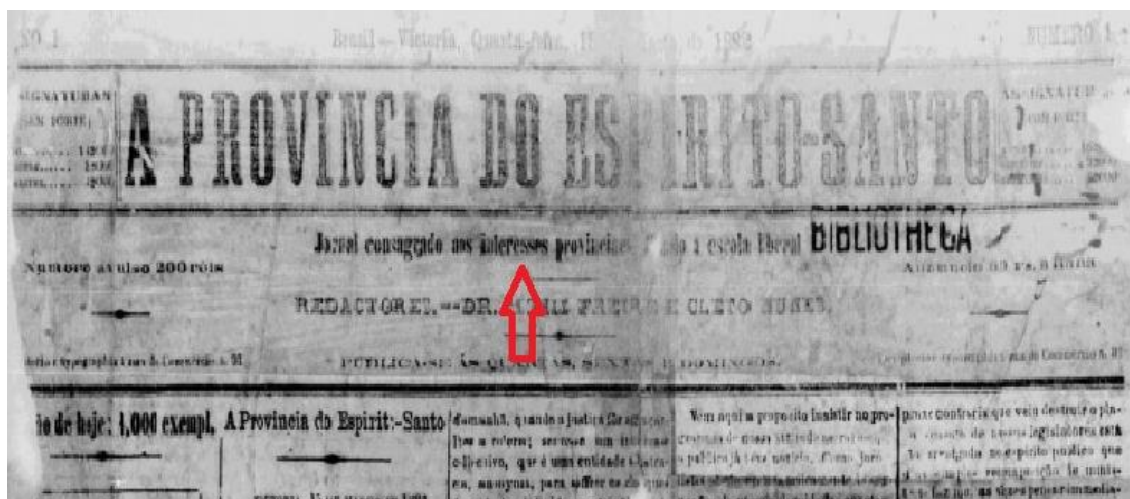
<sup>200</sup> Quando nos referimos, aqui, à *mágoa*, utilizamos a palavra e seus derivados conforme as acepções dadas pelo *Dicionário Aurélio da língua portuguesa* (2010, p. 1309), no verbete "mágoa" que, segundo o filólogo, é um substantivo feminino que significa figurativamente "[...] desgosto, amargura, pesar, tristeza", como também "[...] sentimento ou impressão desagradável causada por ofensa ou desconsideração; descontentamento, desagrado", todos dando origem ao adjetivo **magoadado** que, por sua vez, tem o sentido de "[...] ferido, pisado, contundido, melindrado, ofendido, suscetibilizado, aflito, contristado [...] lastimoso". Todos esses significados – tanto do substantivo quanto do adjetivo – acham-se presentes nos discursos e práticas relacionados com a identidade política capixaba e estavam muito presentes no discurso de Moniz Freire.

<sup>201</sup> Segundo o *Dicionário Aurélio da língua portuguesa* (2010, p. 2168), o verbete *vivência* refere-se a uma experiência de vida, o que se viveu, existência. São significados perfeitamente adequados ao desenvolvimento que esta tese procura dar à maneira como o Espírito Santo vivia e sentia essa experiência de desprezo e de abandono. Nicola Abbagnano (2007, p. 397) analisa o significado de *vivência* no verbete *erlebnis*, termo alemão, que, segundo o filósofo, "[...] pode ser traduzido por 'experiência viva' 'experiência vivida' ou vivência [...]", designando toda atitude ou expressão da consciência. Ele se aproveita das reflexões do filósofo alemão, Wilhelm Dilthey (1833-1911), afirmando que *vivência* é "[...] meu sentimento de alguma coisa ou meu querer alguma coisa [...]".

<sup>202</sup> Conforme Russ (1994, p. 264), o verbete *sentimento* é um substantivo masculino que vem do latim *sentire*, significando perceber pelos sentidos, mas tendo um significado usual moderno: "[...] estado afetivo em geral; [...]. Paixão ou emoção superior, que tem causas morais". A filósofa complementa com algumas definições particulares, entre as quais a de Kant: "Chama-se sentimento a capacidade de ter prazer ou dor em razão de uma representação [...]". Há, entretanto, outras palavras que têm com ela uma relação de vizinhança, por exemplo, afetividade, coração, sensibilidade, ódio, emoção e, entre elas, mágoa. De acordo com essa conceituação também está Nicola Abbagnano (2007, p. 1039, verbete *Sentimento*) em seu *Dicionário de filosofia*. Para ele, *sentimento* pode significar "[...] o mesmo que emoção [...], [mas também] fonte de emoções, como princípio, faculdade ou órgão que preside às emoções, e do qual elas dependem, ou como categoria na qual elas se enquadram. É com esse último sentido que essa palavra é comumente empregada hoje, quando se opõe o sentimento à 'razão'". Complementando essas significações, Abbagnano (2007, p. 363, verbete *Emoção*) considera que se entende por *emoção* "[...] qualquer estado, movimento ou condição que provoque no animal ou no homem a percepção do valor (alcance ou importância) que determinada situação tem para sua vida, suas necessidades, seus interesses".

Província [...]”, em um jornal que ostenta por lema – escrito logo abaixo do título, conforme assinalado pela seta vermelha da Figura 6 – a frase "Jornal consagrado aos interesses provinciais, filiado à escola liberal".

FIGURA 6 – Primeiro número de *A Província do Espírito Santo*, em 1882



Fonte: Internet: <bn digital.bn.br> Acesso em: 20 abr. 2015.

Por meio da imprensa, especialmente do *A Província do Espírito Santo* e seu sucessor, *O Estado do Espírito Santo*,<sup>203</sup> Moniz Freire trabalhou muito pelo engrandecimento da sua terra, combatendo o ambiente de desprezo que, na política brasileira de então, se voltava contra a região capixaba, como também defendeu sua autonomia política. Embora se possa objetar que os jornais não são imparciais ao fornecerem informações, Jean-Jacques Becker (1996, p. 196) indica para o historiador a grande utilidade do recurso a esse gênero de fontes: "[...] eles [os jornais] não são apenas o meio de expressão de espíritos independentes, mas também, e com muito mais frequência, de grupos de pressão diversos, políticos ou financeiros". No caso de *A Província do Espírito Santo*, trata-se do grupo político liderado por Moniz Freire. Por outro lado, Michel Winock (1996, p. 282), referindo-se a correntes de pensamento e das famílias políticas, comenta que o jornal "[...] constitui a fonte mais rica, a que espousa as inflexões da época, as nuances da conjuntura, e reflete as relações na sociedade, em suas tentativas de coerência entre a 'doutrina' e os 'fatos'". É, assim, na busca pelas "inflexões da época" e das

<sup>203</sup> O jornal *O Estado do Espírito Santo*, a partir de sua edição de 15 de março de 1893, passou a se intitular apenas *Estado do Espírito Santo*, sem o artigo "O".

"nuances da conjuntura" que, por meio dos jornais da época, procuraremos averiguar a construção de uma identidade política capixaba por Moniz Freire.

Levantando-se em defesa dos interesses da província, já em 1883, *A Província do Espírito Santo* (Vitória, p. 2, 22 jun. 1883) declarava seu claro posicionamento:

A Província nunca vacilou, nem pediu armistícios: em prol dos interesses puramente provinciais foi o primeiro órgão que desfraldou em suas colunas o programa da política circunscrita à província, sem obediência a influências estranhas, danosas, e deprimentes à nossa autonomia.

Em 26 de junho de 1884, novamente o jornal (p. 2) continua sua luta contra a tutela política em que estava colocado o *Espírito Santo*, lembrando períodos anteriores em que a província lutava pela sua autonomia:

A Província brandia lança naquela época, como sempre fá-lo-á, contra a tutela administrativa e política em que tem largos anos estado esta província, e reclamava com justa indignação patriótica contra a submissão que se nos tem querido impor, fazendo-se da província um feudo do primeiro magnata que a ela aporta.

Uma "justa indignação patriótica" revertida em sentimentos de tristeza e mágoa. É assim que, na coluna *A Província do Espírito Santo*,<sup>204</sup> analisando a *Política Provincial*, o jornal que ostenta o mesmo nome que intitula a coluna declara em 14 de fevereiro de 1884 (p. 2):

Terra pequena, tida em conta nula pelos governos, olhada indiferentemente pelas suas irmãs brasileiras, o *Espírito Santo* precisa conspirar contra o menosprezo com que são olhados seus filhos, que raros têm ocupado um assento no parlamento, que nunca foram ministros, nem presidentes de províncias, nem professores de cursos superiores. Ainda vai além: nos cargos da magistratura brasileira não temos representantes, nem ao menos na judicatura de direito. Esse espetáculo é contristador, altamente irritante, e desabona em todo o império aqueles que têm por pátria este pedaço do torrão americano, porque importa reconhecer que semelhante fenômeno dá aras suficientes para se duvidar de nossos créditos individuais.

Podemos notar aí palavras que claramente indicam profunda mágoa pelo que ocorre no tratamento dado ao *Espírito Santo*. Em continuidade a esse pensamento, a coluna ainda procura realçar a óbvia existência de capixabas de valor: "Tal é o nosso bairrismo, com que procuram fazer-nos carga [...] aqueles que, fingindo-se amigos de nosso progresso, nem ao menos consentem que se afirme em todas as posições o mérito daqueles espirito-santenses que o têm" (1884, p. 2)

---

<sup>204</sup> Tais colunas não têm assinatura, mas sua linguagem é exatamente a mesma utilizada por Moniz Freire em seus artigos e suas declarações. Além do mais, o jornal cita como "redatores" os nomes de Moniz Freire e Cleto Nunes. Por outro lado, análises da política capixaba só seriam publicadas com o aval da direção do jornal. Desse modo, podemos concluir que, se essas colunas não foram escritas diretamente por Moniz Freire, elas, com certeza, refletem seu pensamento político.

Três dias depois, dando sequência à série de artigos sobre a *Política Provincial, A Província do Espírito Santo* (Vitória, p. 2, 24 fev. 1884) mais uma vez expressa com muita clareza sua mágoa com relação à maneira como o Espírito Santo é olhado por si mesmo e pelos outros:

[...] desconfiamos das nossas aptidões e nos supomos inferiores às tarefas que demandam mais algum esforço; por isso estamos habituados ao regime da tutela, no qual não há uma opinião pública, não se pensa nem se delibera, à espera dos ditérios superiores. É um traço geral de nosso caráter.

Parece que estamos lendo uma das inúmeras constatações feitas por capixabas da atualidade que analisam fenômeno similar registrado no início desta tese. Como consequência desse "traço geral de nosso caráter", o colunista explica: "Não é natural portanto que nos admiremos da nula consideração que ligam à província todos os governos, e que um escritor estrangeiro, referindo-se ao Espírito Santo, dissesse que nenhum peso tem na balança política do país". Em seguida, a coluna menciona o fato de que "Todas as províncias escolhem para os altos cargos de confiança eletiva homens seus, radicados na sua política e nos seus interesses locais [...]", enquanto no Espírito Santo são escolhidos tipos "[...] que da província lembram-se somente quando a ocasião se oferece de explorá-la em proveito de seus cálculos". E exemplifica com o Senado, que há mais de 30 anos não tinha uma cadeira com um representante capixaba, pois "[...] tem-na ocupada por homens sem ligação alguma com a província, que nenhum interesse por ela tomam, e que lá passam na Corte vida milagrosa, rindo-se provavelmente de nossa ingenuidade e jogando com a posição para garantir o êxito de suas conveniências". Tais considerações lembram bem o período posterior da Primeira República, quando o Espírito Santo não se fez presente em qualquer Ministério, conforme analisaremos mais adiante.

As mágoas eram, em grande parte, provenientes do desprezo voltado para um Estado pequeno e sem autonomia. Ora, a luta pela autonomia tornava-se, assim, um revide contra o desprezo e um meio de superar as mágoas. Bauman (2005, p. 84) afirma que "[...] a identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa absoluta a ser devorado [...]". É nesse sentido que se pode entender muito do discurso político de Moniz Freire, como uma "recusa absoluta a ser devorado". Por exemplo, tratando da campanha eleitoral de 1886, para deputado geral, *A Província do Espírito Santo*, em 13 de janeiro (p. 2) defendeu a candidatura de Moniz Freire com um discurso de quem receia "ser devorado": "Se triunfar o Dr. Moniz Freire, que consubstancia em sua candidatura as esperanças da autonomia dos espírito-santenses [...]". Em junho de



1889, *A Província do Espírito Santo* segue a mesma tendência, publicando uma carta a ela dirigida por um leitor que apoiava a ascensão, anos antes, do *Partido Liberal*:

Raiou o dia em que nos devemos levantar e mostrar aos nossos co-irmãos que esta província não é um burgo podre [...]. Trata-se da autonomia das províncias e dos municípios, é tempo de provarmos que nesta abençoada terra temos e dispomos de elementos próprios que podem promover o seu engrandecimento. Avante conterrâneos; unamo-nos e levantemos o nome espírito-santense, a fim de podermos também levantar do abatimento em que temos estado prostrados.

Proclamada a República, em 1889, continuava a mesma representação sobre o Espírito Santo, acompanhada dos mesmos sentimentos de mágoa e de ressentimento pela pouca autonomia do Estado. Prossegue, também, o discurso político de Moniz Freire por um Espírito Santo independente, livre de tutelas e próspero: é a busca pelo brilho da estrela "intrometida".

Já se mostrou aqui o posicionamento do liberal Moniz Freire em face de uma República para cuja proclamação ele não trabalhou diretamente, nem por meio da participação nos *Clubes republicanos*, nem da atuação no *Partido Republicano*. Entretanto, já no dia 15 de dezembro de 1889, ele publicava no *Diário do Espírito Santo* (nome provisório adotado para o *A Província do Espírito Santo*), às págs. 1 e 2, um manifesto denominado *Aos meus concidadãos*, em que indica claramente sua posição favorável à República que chegava. Também afirmou em discurso, como deputado constituinte, pronunciado no dia 12 de janeiro de 1891 (BRASIL, 1890-1891, p. 234):

Nós, os liberais, que trabalhávamos convencidamente pela federação, sabíamos [...] onde levaria essa conquista; sabíamos que trabalhávamos também pelos ideais da República, quando procurávamos lançar, dentro dos moldes monárquicos, ideias e princípios que chegariam fatalmente a sitiar a monarquia, sem comoções revolucionárias, pelas próprias instituições que a cercassem.

Em 1890, foi eleito deputado pelo Espírito Santo, para a *Constituinte Nacional* que elaborou a Constituição de 1891. Durante os trabalhos de elaboração do texto final, destacou-se, por exemplo, na defesa da ideia de dar um mínimo de quatro deputados a cada Estado (ROURE, 1979), como também de permitir, conforme Campos Sales, que cada Estado tivesse sua legislação, a fim de que não se tirasse dos Estados uma das mais importantes manifestações de sua soberania legislativa.

Nessa *Constituinte Nacional* também foi autor de emendas de "[...] um novo e original processo de substituição do Presidente da República - mais do que substituição, porque era a destituição do cargo [...]" (ROURE, 1979, p. 474). A ideia, entretanto, não vingou. Defendeu

o voto aos analfabetos (BRASIL, 1890-1891, p.233) e disse lastimar que "[...] com a recusa do voto aos analfabetos, continuemos a fazer critério político da circunstância de o indivíduo saber ler e escrever". Na mesma sessão de 12 de janeiro de 1891 (p. 233), foi contrário ao voto feminino, sob o argumento de que "[...] essa aspiração se me afigura imoral e anárquica, porque, no dia em que a convertêssemos em lei, pelo voto do congresso, teríamos decretado a dissolução da família brasileira". Os anais registram vários "não apoiados".<sup>205</sup> Sua grande glória, entretanto, consistiu em encabeçar o grupo que propôs uma emenda estabelecendo a eleição direta para Presidente da República, em oposição a um consistente número de constituintes que propunha para o Brasil o mesmo sistema que vigora nos Estados Unidos (ROURE, 1979).

Com o prestígio conferido por tão importantes intervenções, é interessante notar também seu papel na defesa dos pequenos Estados, como era o seu. Ressaltamos suas sugestões feitas em um debate que se travou na *Constituinte Nacional* a propósito de uma emenda que autorizava os Estados a taxar com mais de 15% o imposto de importação, do que poderia resultar vantagens para alguns, em prejuízo dos estados menores. Moniz Freire participou indiretamente desse debate, apoiando por meio de muitos apartes as intervenções de Gil Goulart, senador pelo Espírito Santo e seu fiel amigo e correligionário, desde a cisão que deu origem à formação do *Partido Republicano Construtor*.

Em seu discurso na sessão de 28 de janeiro de 1891, Gil Goulart (BRASIL, 1890-1891, p. 571) defendeu o Espírito Santo contra as acusações de ser deficitário, utilizando argumentos idênticos aos de Moniz Freire em suas *Cartas ao Imperador*, afirmando existir uma verdadeira transferência de renda do Espírito Santo para o Rio de Janeiro, o que dava a falsa impressão de cofres deficitários para as finanças capixabas. Gil Goulart também defendeu estradas de ferro para o Espírito Santo, com os mesmos argumentos das *Cartas* e afirmou várias vezes que a referida emenda "[...] constitui uma clamorosa injustiça aos estados pequenos [...]". Assim, vê-se, na Constituinte, a presença da mesma luta travada no Espírito

---

<sup>205</sup> O registro de "não apoiados" significa que não havia unanimidade na rejeição de Moniz Freire ao voto feminino. De qualquer forma, embora seja uma posição não justificável sob o olhar do século XXI, a ideia de Moniz Freire tinha respaldo no pensamento de sua época, numa sociedade brasileira que criou uma imagem da mulher com um determinado papel numa sociedade onde seu principal lugar "[...] deveria ser o mundo privado, cuidando das tarefas domésticas, da família (filho e marido) [...]"(FRANCO, 2010, p. 179). Desse modo, continua Franco (2010,p. 182), "[...] ao se estabelecer que as funções femininas deveriam estar restritas ao lar e as masculinas associadas com a rua – o mundo público – estabeleceu-se, em verdade, uma profunda desigualdade entre essas funções".

Santo, por parte do grupo "monizista": os mesmos sonhos e as mesmas mágoas, em busca da autonomia e do brilho da estrela "intrometida".

Quando, em 1892, Moniz Freire tomou posse como Presidente do Estado do Espírito Santo, eleito em eleição indireta pela Assembleia Legislativa estadual, teve início uma nova fase em sua carreira política, agora fazendo parte do Poder Executivo estadual, com reais possibilidades de levar adiante seus planos para sua terra natal. Procurou realizar, em seu primeiro mandato (1892-1896), os sonhos de transformar sua terra natal em um Estado próspero e respeitado pela Federação brasileira: idealizou estradas de ferro, introdução de imigrantes e melhorias para a Capital. Para isso, providenciou empréstimos a bancos europeus. Realizou boa parte de seus planos, mas sofreu resistência do sistema político em que atuava.

A pouca autonomia do Espírito Santo impediu, por exemplo, a vinda de mais imigrantes para o Estado, já que, para isso, precisaria de ajuda federal, que não foi possível obter, porque São Paulo foi beneficiado com verbas desviadas de Estados menos influentes, conforme se refere Moniz Freire, dirigindo-se ao Legislativo estadual em 1893:

Infelizmente falhou completamente este ano o auxílio federal com que contávamos, e que vós orçastes na receita do corrente exercício, para o serviço de imigração [...] o ministro da Indústria não pôde [...] satisfazer as minhas reiteradas requisições. Existe com efeito no orçamento o crédito de 4.000 contos para ser distribuído igualmente pelos vinte estados, mas a título de pagamento de passagens dos imigrantes introduzidos em virtude dos contratos federais; essa verba ainda foi reputada insuficiente, e o governo pediu ao Congresso crédito suplementar [...]. Sucede porém que dos imigrantes introduzidos em virtude dos contratos federais, em número de trinta mil seguramente, talvez não tenham mais de duzentos tomado destino deste estado; de modo que nem temos a verba para auxiliar o serviço que fazemos por nossa conta, em virtude do contrato estadual, nem recebemos dos imigrantes introduzidos pelos contratantes federais a porcentagem correspondente à verba que o orçamento da União nos destinou (ESPÍRITO SANTO, 1893, p. 16-17).

Com certeza, interferiram outros problemas que segregaram o Espírito Santo e atrapalharam a vinda de imigrantes para o Estado. Moniz Freire se refere a essa questão na mensagem de despedida de seu primeiro mandato: "Este contrato [para trazer imigrantes] termina em fins do corrente ano; o preço das passagens nele estipulado é o que vigorava em 1892 para todos os contratos, federal e estaduais, mas atualmente o serviço está sendo feito para São Paulo e para Minas, a preços muito mais razoáveis" (ESPÍRITO SANTO, 1896a, p. 120). No mesmo pronunciamento (p. 17), ele afirmava categoricamente que "[...] o resultado é que a verba

orçamentária só aproveitou ao estado de S. Paulo que é poderoso e rico, em detrimento de outros, como o nosso, que não poderiam dispensá-la” (ESPÍRITO SANTO, 1896a, p. 17).

São inúmeros os exemplos de desprezo político ao Estado do Espírito Santo. Ao advogar a necessidade de um serviço regular de higiene para o Estado, assim se queixava Moniz Freire: “[...] porque faltam-nos para isso pessoal competente, recursos, e outros elementos indispensáveis, dos quais no Brasil só dispõem a Capital Federal e São Paulo, que têm despendido muitos milhares de contos para montá-lo [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1895, p. 8).

Entre um mandato e outro (1896-1900), Moniz Freire passou a desenvolver, na França, negociações para obter novos investimentos para o Estado, destinados à construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, iniciada em seu primeiro mandato. Nesse momento, em 1897, foi publicado, em Paris, um texto assinado por L. G. Escragnolle Taunay, sob o pseudônimo de Álvaro Castélllo (1987), contendo muitas críticas ao empréstimo que Moniz Freire fizera em seu primeiro mandato para a construção dessa via férrea. São claramente insolentes as propostas desse documento que quer um fim imediato e "inevitável" à estrada de ferro que ele chama de "ruinosa". Nele, por assim dizer, é imposto o fim do empreendimento, afirmando, por exemplo, que “[...] é preciso chegar até à suspensão dos trabalhos desta via férrea” (CASTÉLLO, 1987, p. 120). No final, chega-se a denunciar que, se o governo não suspendesse o empréstimo, essa atitude levaria “criminalmente” o Espírito Santo à deriva para o desconhecido.

Vê-se, com clareza, que o documento não se importava que houvesse uma ligação entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, por meio do sul do Espírito Santo. O que seu autor não queria era a ligação com Vitória. Ou seja, defendia a conveniência de se ligar Minas Gerais à praça do Rio de Janeiro, e não à de Vitória. É de se notar, aí, a mesma intenção do senador Theophilo Ottoni em 1841 e 1860, conforme já analisado neste capítulo.

Esse documento assinado sob o pseudônimo de Alvaro Castello foi publicado na imprensa capixaba e constitui um dos que procuravam rebaixar o nome do Espírito Santo e colocá-lo em posição de desvantagem com relação aos outros Estados brasileiros. Sua publicação deu-se no jornal *Commercio do Espirito Santo*, em quatro dias consecutivos, desde 30 de junho de 1897 até 4 de julho do mesmo ano, sob a manchete “O Estado do Espirito Santo – seu orçamento – sua dívida externa – estrada de ferro sul do Espirito Santo – situação tensa –

remédios”. Tratava-se de periódico que fazia oposição à política de Moniz Freire. Ele torna-se, assim, um dos documentos que Silva (2014) considera "performativo", no sentido de que não apenas descreve uma situação ou um estado de coisas, mas faz produzir determinado efeito. Segundo Silva (2014, p. 93, grifo nosso),

[...] uma sentença como 'João é pouco inteligente', embora pareça ser simplesmente descritiva, pode funcionar - em um sentido mais amplo - como performativa, na medida em que sua repetida enunciação pode acabar produzindo o 'fato' que supostamente apenas deveria descrevê-lo. É precisamente a partir desse sentido ampliado de 'performatividade' que a teórica Judith Butler analisa a **produção da identidade** como uma questão de performatividade.

É interessante notar que, nesse momento, era imensamente prejudicial ao Espírito Santo ser difamado em Paris, em especial por um membro da família Escragnolle Taunay, cujos ancestrais nasceram no país onde o Espírito Santo assim criticado buscava apoio financeiro para promover seu desenvolvimento. Conforme Singer (1979, p. 380), a França “[...] tinha se especializado no financiamento de projetos apoiados por garantias governamentais de juros, naquele momento de expansão do imperialismo europeu”.

Era intensa a batalha política travada em Paris, nesse momento, em torno de Moniz Freire e do Espírito Santo. A *Revue du Brésil*, jornal publicado em Paris e consagrado aos interesses do Brasil, em seu número 15 de fevereiro de 1897, trouxe um retrato elogioso à figura desse ilustre capixaba, que foi publicado pelo jornal *Estado do Espirito Santo*, em seu número 16 de março de 1897 (p. 1). Contém vários elogios à administração de Moniz Freire, como já foi analisado em capítulo anterior desta tese.

Em 1900, Moniz Freire é eleito novamente Presidente do Estado do Espírito Santo. Em seu discurso dirigido aos deputados, por ocasião da sua posse em seu segundo mandato, Moniz Freire afirmava que, se o Espírito Santo começasse a se desenvolver antes, “[...] já seria uma estrela de primeira grandeza<sup>206</sup> na constelação em que S. Paulo é o alfa” (ESPÍRITO SANTO, 1892, p. 4).

Vê-se que o Estado do Espírito Santo, conforme os documentos oficiais, não recebia o mesmo tratamento que São Paulo. Daí os inúmeros registros de mágoas, tristeza e ressentimento com relação a esse tratamento desigual, numa Federação na qual todos os Estados, em princípio,

<sup>206</sup> Conforme já registramos, os textos das Mensagens estão repletos de figuras de retórica. Elas são um ornamento gratuito e fazem parte do discurso, obedecendo a um determinado propósito. Para isso, ver Bardin (2003, p. 171).

eram considerados iguais. Mas, na realidade, alguns eram os excluídos. Daí um dos pilares da identidade capixaba: a sensação de exclusão e de abandono. Tomaz Tadeu da Silva (2014, p. 82, grifo nosso) analisa a relação entre essa exclusão e o processo de formação de uma identidade:

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. [...] dizer 'o que somos' significa também dizer 'o que não somos'. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence [...]. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras [...]. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, **afirma e reafirma relações de poder**.

No ano de 1903, referindo-se à crise financeira por que passava o Estado, devido à queda de preços do café no mercado internacional, Moniz Freire assim se lamentava:

Sendo o menor de todos eles; o menos populoso; e o mais pobre de recursos; [...] desprovido, portanto, de todos os aparelhos de crédito que os outros possuem [...] ele está privado, para sua defesa, de todos esses pontos de resistência que o número e a riqueza, isto é, a solidariedade social em campo dilatado e o capital empenhado em protegê-la por instinto da própria conservação, proporcionam aos núcleos humanos mais vastos (ESPÍRITO SANTO, 1903, p. 6).

Observa-se, nessas declarações, a presença da mesma convicção da ausência de autonomia e da conseqüente sensação de menosprezo e de mágoa que esta tese quer realçar. Daí o “menor de todos”, “o menos populoso”, “o mais pobre”, o “desprovido”, “privado”. Acha-se presente também a constatação de que há outros Estados que não são desprovidos, mas protegidos pela “solidariedade social”. Quem são eles? Os “núcleos humanos mais vastos”, entre os quais não está incluído o Espírito Santo. Trata-se de convicções e de sensações de menosprezo que acabam se constituindo em um dos importantes pilares da identidade política capixaba. Citando Max Frisch, Bauman (2005, p. 45) afirma que se pode definir “[...] a identidade como a rejeição daquilo que os outros desejam que você seja”.

No que diz respeito à solução para a crise da cafeicultura, Moniz Freire lamentava que “[...] a outros porém cabe a iniciativa desse movimento, em que o nosso papel terá de ser apenas o de modestos cooperadores, apesar de termos ligados os nossos mais caros interesses à sorte dessa causa” (ESPÍRITO SANTO, 1903, p. 8). Os capixabas são “*modestos cooperadores*”, secundários e dependentes, enquanto a “*outros*” cabe a “*iniciativa*” para a solução desse problema, que é a crise da cafeicultura brasileira.

Com base nessa mensagem de 1903, montou-se a Tabela 9,<sup>207</sup> que fornece dados significativos para a ideia do sentimento de mágoas ocasionado pela dependência do Espírito Santo e presente no discurso político de Moniz Freire.

TABELA 9 – Mensagem de 1903: alguns conceitos-chave

CONCEITOS CHAVE	NÚMERO DE PALAVRAS	EXEMPLOS DE PALAVRAS
Força	65	Valor, vigor, fortuna, riqueza
Fraqueza	92	Apreensões, infrutíferos, crise
Atividade	31	Resultados, soluções, iniciativa
Passividade	6	Sofrer, abster, submeter
Sobre-estima	21	Confiar, bastar, reconhecer
Subestima	24	Insuficiente, inconveniente, mal situado

**Fonte:** Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da quarta Legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 22 de setembro de 1903. Victoria: Papelaria e Typographya Nelson Costa & Comp., 1903.

A Tabela 9 indica claramente a ligação entre dependência e fragilidade daquele que se encontra em posição inferior. Daí a preponderância da subestima. Nota-se também que não se trata de um pessimismo dominante, pois existe a presença de um sonho a animar a possibilidade de bons resultados. É indubitável, porém, que, nessa Mensagem de 1903, as dimensões positivas são superadas pelas negativas, do que se pode inferir que a causa do sentimento de mágoa é a convicção de que ao Espírito Santo falta um papel saliente na política, nesse momento histórico, como mostra a conclusão da Mensagem de 1903, eivada de mágoas e de esperanças:

[...] meu programa de administração continuará a ser [...] a mesma obstinada e permanente defesa das forças combalidas do estado contra os novos efeitos das adversidades que as têm abalado. Nessa porfiada resistência, tenho a convicção de que, se grande não há sido o êxito, todavia, apesar de atropelados por embaraços cada vez maiores, as nossas condições, longe de se agravarem, têm alcançado assinável desafio, e tendem a retomar aspecto animador, se as suas dependências não se tornarem ainda mais ingratas (ESPÍRITO SANTO, 1903, p. 31).

<sup>207</sup> A montagem desse quadro fundamentou-se em uma das práticas sugeridas por Bardin (2003, p. 127-130) e foi realizada com base no Índice elaborado para a análise dos documentos políticos e proposto pelo *Stanford Political Dictionary*. Ele procura fundamentar-se em alguns conceitos-chave que possuem dimensões positivas ou negativas. Várias dessas tabelas, como também vários desses e outros comentários encontram-se presentes em nossa dissertação de Mestrado, publicada em livro (SUETH, 2006) e que já continha algumas das ideias também defendidas nesta tese, a qual, por sua vez, em vários aspectos, é um desdobramento daquela dissertação.

No governo seguinte, seu sucessor, também ele do grupo “monizista”, mostra igualmente a permanência do pessimismo e do sentimento de mágoa. É assim que se podem mencionar trechos dos discursos do coronel Henrique da Silva Coutinho (1904-1908) que, em algumas ocasiões, faz alusão à “[...] exigüidade de recursos de que dispomos [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1906, p. 7) à necessidade de “[...] fazer o estado despertar do letargo em que jaz [...]” (p. 7), em meio “[...] à grande propaganda de descrédito contra o estado, unicamente com fins políticos [...]” (p. 26-27). Trata-se do sucessor Henrique Coutinho que, nessa ocasião, já iniciava muitos atritos com Moniz Freire, realizando uma grande cisão dentro do PRC, o que desembocará na eleição de Jerônimo Monteiro em 1908 e contribuirá para o fim do prestígio político de Moniz Freire no Espírito Santo. A partir desse momento da cisão, Moniz Freire atuará na política no Rio de Janeiro, para onde se mudou, como senador da República, cargo que exerceu até 1914. Terá alguns importantes envolvimento na política capixaba e que serão analisados posteriormente.

No que diz respeito às mágoas em função do desprezo da Federação com referência ao Espírito Santo, pretendemos finalizar esse segmento da tese com a Tabela 10, que claramente demonstra um dos fundamentos da construção dessa mágoa e de sua presença na representação que se fazia quanto ao posicionamento político do Espírito Santo no conjunto da Federação brasileira.

TABELA 10 – Número de anos em que os postos de gabinete foram ocupados por representantes dos partidos estaduais: de 15 de novembro de 1889 a 14 de novembro de 1910

ESTADOS	ANOS EM TODOS OS MINISTÉRIOS	ANOS NA FAZENDA, VIAÇÃO E JUSTIÇA
Minas Gerais	12,64	7,69
Bahia	9,73	9,35
São Paulo	9,02	7,29
Pernambuco	5,51	4,74
Goiás	5,41	5,41
Mato Grosso	4,66	4,66
Rio Grande do Norte	4,41	4,41
Rio de Janeiro	4,25	3,07
Santa Catarina	4,00	4,00
Ceará	3,12	2,36
Paraíba	2,73	2,73
Rio Grande do Sul	2,56	1,51
Pará	2,27	1,08
Sergipe	1,30	1,30

**Fonte:** Dados extraídos de Dunshee de Abranches, Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil (São Paulo, 1918); Almanaque de Gotha, 1923-1931 (Gotha, 1922-30); Augusto de Bulhões, ministros da Fazenda do Brasil 1808-1954 (Rio, 1955); Max Fleiuss, História Administrativa do Brasil (São Paulo, 1922).



Por meio da observação da Tabela 10, podemos notar que os políticos capixabas se achavam ausentes de qualquer Ministério nesses 21 anos iniciais da República brasileira, estando entre os seis estados sem qualquer representação nesses organismos.<sup>208</sup> Cardoso (1979) oferece dados estatísticos que indicam que a mesma avaliação pode ser feita com relação ao período que vai de 1910 até a Revolução de 30, o que configura, assim, a mesma realidade durante toda a Primeira República (1889-1930).

Em *Os estabelecidos e os outsiders*, Norbert Elias (2000, p. 20) analisa pesquisa feita por ele sobre o fenômeno do desprezo voltado pelos antigos moradores aos recém-chegados, na comunidade de Winston Parva, na Inglaterra, e conclui que "[...] os indivíduos 'superiores' podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes - julgando-se humanamente inferiores", dando origem à exclusão social. Ele também afirma (2000, p. 37) que "[...] a construção de fantasias enaltecidas e depreciativas desempenha um papel muito óbvio e vital na condução das questões humanas em todos os níveis das relações de poder". Entretanto, o próprio Elias (2000, p. 16) concluiu também que se trata de um fenômeno geral, aplicável a "levantamentos macrossociológicos, [uma vez que] a pesquisa indicou que os problemas em pequena escala do desenvolvimento de uma comunidade e os problemas em larga escala do desenvolvimento de um país são inseparáveis" (2000, p. 16). Embora o Estado do Espírito Santo não fosse propriamente um *outsider*, era representado como tal e, por isso, parecem valer para ele as observações de Elias.

Está sendo possível, assim, conferir, neste segmento, *O difícil caminho das mágoas*, a presença marcante, no discurso político de Moniz Freire, de considerações que denotam um reconhecimento claro da existência de uma representação de desprezo e de abandono com que se via o Espírito Santo ao longo de sua História. Por outro lado, também observamos aqui a construção de uma estratégia de que, para superar as mágoas daí provenientes, seria necessário voltar-se para duas modalidades de iniciativas – valorização das potencialidades da terra capixaba e defesa enfática de sua autonomia política –, levadas a efeito por meio de uma prática constante de costuras e articulações políticas, tema do próximo segmento.

---

<sup>208</sup> O Brasil, em quase toda a Primeira República, era composto de 20 Estados e um Distrito Federal. Para isso, ver o *Anuario estatístico do Brazil 1908-1912* (1916).

#### 4.7 O PAPEL DAS ARTICULAÇÕES POLÍTICAS

Na busca da realização de seus projetos políticos, Moniz Freire deparou-se com inúmeros problemas que resultavam não só de posições puramente individuais das pessoas a quem ele se dirigia, mas também se originavam de conflitos relacionados com as diferenças de ideologias, de visões políticas e de representações sobre o Estado do Espírito Santo e seu posicionamento na Federação brasileira. É óbvio, por exemplo, que ele encontraria resistências, se fosse buscar apoio com políticos que olhassem o Espírito Santo com o desprezo e o desdém contra os quais ele muitíssimas vezes escreveu e lutou.

Para Moniz Freire, também não seria fácil obter empréstimos de bancos internacionais influenciados pela ideia de que o Espírito Santo era um estado falido, como também seria quase impossível conseguir apoio com parlamentares ou ministros brasileiros que considerassem sem qualquer importância política esse pequeno pedaço de terra entre a Bahia, Minas Gerais e o Rio de Janeiro. A estrela "intrometida" estava, assim, fadada ao esquecimento e ao abandono, por não dispor de *moedas de troca*<sup>209</sup> que lhe dessem possibilidades de sucesso em suas demandas. Entra, especialmente aí, a importância dos entendimentos políticos, que exerceram um papel fundamental na construção da prática política de Moniz Freire e na obtenção do sucesso em tantos de seus projetos, constituindo um possível modelo de ação para Estados que, como o Espírito Santo, não dispunham nem de força nem de poder suficientes para enfrentar os grandes, qualquer que seja o campo de ação, político, diplomático ou econômico.

Desse modo, essa sua maneira de agir – fruto da convicção de que, para o Espírito Santo, o sucesso só chegaria por meio de articulações políticas – também se configurou como um dos pilares da identidade política capixaba construída por ele com base na representação que adquiriu forma por meio dos sentimentos de mágoa e de abandono aqui analisados.

É preciso levar em consideração que o jogo de poder estabelecido pelo *Federalismo à brasileira* e pela *Política dos Governadores* caracterizou-se por uma definição de igualdade entre os Estados, na qual – sem qualquer posicionamento ideológico relacionado com a fábula de George Orwell<sup>210</sup> (1903-1950), *Animal Farm*, publicada em 1945 – todos são iguais, mas

---

<sup>209</sup> Utilização de favores, especialmente políticos, em troca de obtenção de benefícios.

<sup>210</sup> Pseudônimo com que ficou conhecido o escritor inglês Eric Arthur Blair (1903-1950).

*alguns são mais iguais* do que outros. Desse modo, o Espírito Santo ficou posicionado entre os secundários e "satélites", conforme procuramos demonstrar em nossa dissertação de Mestrado (SUETH, 2006). Moniz Freire não dispunha de um Estado considerado forte, rico e populoso, pelo contrário, era malvisto em todo o período do Império e também relegado ao desprezo na Primeira República. Trata-se de um desigual jogo de poder e de dominação que ele procurou vencer por meio de conexões políticas, alianças e diálogos.

No que diz respeito à dominação, Weber (1999) considerava que essa prática se servia também de outros meios que não o econômico, para ser exercida, já que nenhuma dominação se contenta apenas em ter como probabilidade de persistência motivos puramente materiais, afetivos ou racionais com relação a valores, mas todos procuram despertar a crença em sua legitimidade.

Nesse sentido, Jean Pierre Azema (2009, p. 411) afirma:

[...] em sua maioria os historiadores do contemporâneo recusam um economicocentrismo que faria do político no máximo o 'reflexo' de uma infraestrutura dominadora, a tal ponto que o desencadeamento das guerras seria programado apenas pelas contradições objetivas da economia [...]. A historiografia recente tende a enfatizar muito mais as disputas estratégicas e o peso das mentalidades coletivas. Acrescentemos que, tanto quanto sabemos, nenhuma tese defensora do economicocentrismo conseguiu a mínima base que fosse para explicar o desencadeamento do segundo conflito mundial [...].

Até algumas décadas, a Academia tinha dificuldades em reconhecer força e probabilidades de vitória aos que, como o Espírito Santo, estivessem em posição de dominado econômica e/ou politicamente. Entretanto, conforme Ângela de Castro Gomes (2005, p. 23-24, grifo nosso), nas últimas décadas, muitos pesquisadores passaram a recusar a

**[...] predominância de um enfoque socioeconômico mais estrutural, e passando a privilegiar** abordagens que ressaltavam variáveis políticas e culturais [...], [abandonando] modelos que trabalham com a relação de dominação – no mundo econômico, político ou cultural –, a partir da premissa de que o dominante é capaz de controlar e anular o dominado [...].

Se "[...] inclusive os escravos são sujeitos de sua própria história [...]" (p. 24), por que essa regra também não se aplicaria a um Estado *miserável e pobre*, quando se movimenta e se articula politicamente?

Gomes (2005, p. 24) vai mais adiante e afirma que a proposta dos novos estudos indica que os processos sociais – diríamos também os políticos – só podem "[...] ser bem compreendidos

[...] pela inclusão das ideias e ações daqueles diretamente envolvidos, [e que, nas relações de dominação,] os dominantes não 'anulam' os dominados, ainda que haja extremo desequilíbrio de forças entre os dois lados". Desse modo, prossegue a pesquisadora:

Alinhamentos automáticos entre dominados contra dominantes e vice-versa são relativizados, e uma dinâmica política de **alianças** e oposições muito mais complexa e sofisticada emerge para a análise historiográfica. Ou seja, a análise das relações de dominação [...] passa a atentar para um conjunto de ações que tem marcas mais sutis, envolvendo '**negociações**' e produzindo **alinhamentos** aparentemente inusitados (grifos nossos).

Neste estudo do papel das costuras políticas em Moniz Freire, pretendemos ressaltar que se deu, em seu agir político, essa articulação de "alianças", "negociações" e "alinhamentos" inusitadas que acabou por se constituir num dos pilares da identidade política criada por ele, em um conjunto de "[...] ideias e ações daqueles diretamente envolvidos" (GOMES, 2005, p. 24).

Já descrito e analisado, é bastante elucidativa dessa maneira de fazer política a campanha que desenvolveu a propósito das *Cartas ao Imperador*. Era, talvez, o único meio de que, naquele momento, Moniz Freire poderia dispor para enfrentar o jogo político do qual estava sendo vítima o Estado do Espírito Santo, naquele caso das verbas para a construção da *Estrada de Ferro Vitória-Natividade*. Outros episódios, entretanto, sinalizam para esse fazer político de Moniz Freire, na procura de realizar seus projetos para o Espírito Santo.

Assim, sua maneira de conceber o agir político pode ser percebida em inúmeros de seus escritos, entre os quais, vários artigos que ele publicou no *Correio da Manhã*<sup>211</sup> do Rio de Janeiro, sob o pseudônimo de Kosciuszko. Por um certo tempo, ele escreveu regularmente uma coluna denominada *Política e Políticos*, com assuntos diversos, desde problemas da prefeitura do Rio, imigração e História, até visitas de membros da família imperial ao Brasil. Poucas vezes tratou, aí, de temas capixabas. A coluna *Política e Políticos*, de 9 de maio de 1907, traz, sob o título "Momento Pacífico", observação arguta sobre a maneira de se portar da opinião pública e consiste, nesse sentido, uma boa fonte indicativa de sua prática política:

Entre as mentiras convencionais que se espalharam pelo mundo moderno figura a de que os partidos constituem, e se mantêm, pelo vigor e justeza dos seus programas de ideias; cada qual por isso trata de afixar as suas, como razão de existência. Em regra,

<sup>211</sup> Consultamos vários recortes desses artigos publicados em 1907, em coleção cedida ao Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco pelo Doutorando José Mauriene Araújo Felipe (Ufes), como também na hermenêutica digital da Biblioteca Nacional.

um programa é um trompe l'oeil.<sup>212</sup> O número não se move pela inteligência, mas pelo coração. Sem dúvida, os seus condutores, para saberem onde o levam e lhe guardarem a direção, devem ter opiniões assentadas e rumo seguro; o seu valor, porém, não procede daí, e sim da confiança que inspiram, do conjunto de atributos que possuem para determiná-la.

O jornal *Estado do Espírito Santo* publicou (Vitória, p. 1), no ano de 1908, o texto de sua conferência na *Associação Cristã de Moços* (RJ), com o título *Existência política nos estados*, em que tratou inteligentemente de política e repetiu o conceito mencionado:

As massas humanas só se deixam arrastar pelo sentimento: o que forma os partidos é a confiança nos homens que os dirigem, são os vínculos de simpatia, de afeição e de dependência, os exemplos de valor e de virtude, as dedicações de pessoa a pessoa de família, de grupo a grupo e, apesar disso, não raro, o interesse que se alimenta nas esperanças da vitória mais ou menos próxima.

Todo o estilo linguístico que Moniz Freire utilizou em suas *Mensagens* e artigos escritos nos jornais denota a consciência dos conceitos emitidos nos artigos comentados neste segmento. Trata-se, assim, de um conjunto de conceitos e de práticas que indicam a convicção da utilidade política das negociações, alianças e diálogos na obtenção do sucesso nos projetos traçados. Entre os vários arranjos políticos que protagonizou em benefício do Espírito Santo, mencionaremos alguns que – como a campanha das *Cartas ao Imperador* – podem também ser considerados emblemáticos desse agir que caracterizou a identidade política criada por ele.

O conjunto aqui analisado dessas "alianças", "negociações" e "alinhamentos" – conforme a especificação dada por Gomes (2005) – apresenta uma aparente desconexão, resultante da circunstância de que os fatos aqui estudados não têm realmente ligação entre si, embora apresentem um denominador comum que interessa a esta tese: eles indicam a prática de articulações desenvolvidas por um político que dirige uma unidade federativa considerada pequena e sem força por aqueles que controlam o poder político ou econômico. É essa a ideia que queremos destacar nas reflexões que se seguem.

Iniciaremos com seu relatório dirigido ao sucessor em 1896, seguido do seu posicionamento em frente à questão da crise de superprodução do café e de sua intervenção quanto aos problemas da imigração no Espírito Santo. Mais adiante, analisaremos o episódio da

---

<sup>212</sup> Segundo o Dicionário *Larousse* (2008) (verbetes *trompe l'oeil*), essa expressão francesa significa que um objeto é de aparência agradável, mas enganosa, um "conto do vigário".

descoberta das areias monazíticas, que também exemplifica com bastante clareza essa prática política que atribuímos a Moniz Freire. Também são elucidativas desse tema suas intervenções por ocasião dos problemas que o Estado teve no pagamento de sua dívida externa, última de nossas análises deste segmento.

#### **4.7.1 Relatório dirigido a seu sucessor em 1896**

Vários episódios indicam práticas políticas similares, quando se estudam os períodos em que Moniz Freire assumiu o governo do Estado. Nesse sentido, é emblemático o *Relatório* (ESPÍRITO SANTO, 1896) que Moniz Freire, no final de seu primeiro mandato (1896), dirigiu a seu sucessor, Dr. Graciano dos Santos Neves, e, sob outro aspecto, já aqui analisado.

As dificuldades pelas quais começava a passar o país em 1896 – "[...] a retração dos estabelecimentos de crédito [...], a baixa extraordinária dos nossos títulos no estrangeiro, a versão em voga de que o Brasil tão cedo não lograria entrada nos grandes mercados europeus [...]" (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 49) fizeram com que Moniz Freire procurasse o presidente do *Banco Nacional*, Conde de Figueiredo, para demonstrar-lhe a "[...] necessidade que tinha de recorrer ao seu alto prestígio para assegurar a imediata execução do projeto que mais interessa presentemente à grandeza e ao futuro do Espírito Santo [...]" (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 49) e, com isso, conseguiu do presidente do *Banco Nacional* a declaração de que o Estado do Espírito Santo se achava em condições de fazer um empréstimo de primeira ordem, "[...] e a garantia de sua intervenção para alcançá-lo". Conforme Moniz Freire, em menos de um mês, os banqueiros europeus confirmaram o empréstimo, por eles considerado de "primeira ordem". A operação foi realizada. O entendimento foi bem-sucedido.

O mesmo *Relatório* de 1896 narra as negociações feitas por Moniz Freire ao governo de Minas Gerais, em 1892, para a construção de vias férreas que ligassem os dois Estados vizinhos. Apenas quatro meses depois de sua posse, Moniz Freire foi a Minas e combinou com o governador desse Estado, Affonso Penna, um convênio que foi assinado em 30 de agosto de 1893, estabelecendo a necessidade imediata da "[...] construção da estrada de ferro que partindo do Alegre se dirija a Santa Bárbara ou Mariana, no estado de Minas, e bem assim

a que saindo da Vitória se dirija à cidade do Peçanha" (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 57). Era a busca de uma negociação política, tendo em vista o melhoramento dos dois Estados.

No que diz respeito ao Porto de Vitória, Moniz Freire lamentava-se:

[...] no tempo do Império nunca se cuidou do porto da Vitória, e na República o Congresso tem sido sempre solícito em consignar-lhe verbas maiores ou menores, desde 1891, mas o Governo Federal não tem-nas aplicado, malgrado as minhas constantes reclamações. Nesse assunto rendo homenagem à nossa representação das duas casas do Congresso, que não tem cessado de esforçar-se pela aquisição do melhoramento [do porto], já acudindo ao meu apelo de sua intervenção perante o Governo, já conseguindo sempre a passagem de emendas ao orçamento mantendo a perpetuidade de nossa reclamação e o reconhecimento da sua justiça (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 76).

Ainda com relação ao porto, Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1896, 77-78) atesta que defendeu seu melhoramento "[...] reiteradas vezes ao Governo Federal, e constam da secretaria geral do estado [...], [além de sua] correspondência particular com os diversos cidadãos que ocuparam durante esse tempo a pasta da Indústria e Viação". Tratava-se, como podemos notar, de conexões epistolares – ou seja, articulações e alinhamentos – tendo em vista objetivos políticos relacionados com os sonhos e mágoas presentes nos anseios de fazer crescer o Espírito Santo, características de sua prática política.

#### **4.7.2 A crise de superprodução do café**

Também emblemática do quanto Moniz Freire era consciente do poder das negociações e até da propaganda e do *marketing* político foi toda a movimentação dirigida por ele, a fim de solucionar a crise de superprodução do café e que, mais tarde, em 1906, sem seu concurso, deu origem ao conhecido *Convênio de Taubaté*.

Em 1901 (ESPÍRITO SANTO, 1901, p. 6), ele afirmava que a decadência da lavoura de café sempre fora, de sua parte, assunto de apreensões, levando-o a procurar, cinco anos antes, o governador de São Paulo, para juntos lançarem um convite aos chefes dos outros Estados produtores para uma conferência que efetivamente se realizou em Petrópolis, em 1896, e que gerou um convênio diverso do que seria assinado dez anos depois em Taubaté. O convite, por meio de uma carta assinada por Moniz Freire e pelo governador de São Paulo, foi dirigido aos colegas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia e destinava-se a uma conferência que lançasse as bases de uma ação conjunta desses principais produtores de café e que consistiria

em "[...] um trabalho metódico e demorado de propaganda, com o fim de conquistar na Europa novos mercados de consumo para esse importante produto [o café]" (ESPÍRITO SANTO, 1901, p. 7).

Sobre essa questão, ele conta que afirmara, em 1896, que "[...] todo esse ardor de produtividade se acha ligado ao interesse que desperta a alta paga que no presente encontra o produto; mas a ninguém passa despercebido que essa paga é o resultado da depreciação da nossa moeda, e não corresponde aliás a preços vantajosos se cotejamo-la com a enorme depressão cambial" (ESPÍRITO SANTO, 1901, p. 7). Contando com "[...] muitas especulações cambiais no Brasil e especulações de bolsa na Europa" (p. 8), ele temia que houvesse "[...] um acréscimo considerável de produção, desacompanhado de um aumento proporcional no consumo [...]" (p. 8), provocando na lavoura de café "[...] um desânimo maior do que as esperanças que atualmente a cercam [...]" (p. 8). E, então, sua conclusão: "[...] podemos ter uma ideia de qual venha a ser a nossa situação, quando nos encontrarmos, nós sós, com uma produção superior à procura universal" (p. 8).

Moniz Freire detalha qual teria sido o plano organizado por ele em 1896 e que não fora colocado em prática:

[...] uma propaganda habilmente conduzida; não uma propaganda de vozes e impressos [...], mas a propaganda de fato, dirigida por homens ativos, criteriosos e competentes, dispendo de largas remessas do grande produto brasileiro, e de capital suficiente, para prepará-lo e derramá-lo pelos centros operários, pelas fábricas e usinas, pelos liceus, pelo exército e pela marinha, nos países onde ele [o café] ainda não tem consumo, principalmente por ser mal conhecido, e atuando nos outros no sentido, não só de reivindicar a procedência nacional, como de obter melhores cotações, para os nossos tipos que aí se apresentam sob estranhas denominações, relegando o nome do café brasileiro para as qualidades ínfimas e desacreditadas (ESPÍRITO SANTO, 1901, p. 9).

Além disso, o Brasil deveria promover "[...] exposições permanentes; o estudo detalhado das condições dos outros países produtores; o exame dos favores comerciais capazes de serem negociados entre o nosso e os demais governos [...]" (ESPÍRITO SANTO, 1901, p. 10), tudo isso acompanhado da organização cuidadosa de estatísticas, a fim de se entabolar "[...] relações diretas entre o nosso comércio e o dos mercados convenientes, fazendo deste um parceiro no jogo dos nossos interesses [...]" (p. 10). Tratava-se de um conjunto de sugestões que propusera em 1896, mas o lembrava agora, em 1901, quando a superprodução aconselhava "[...] como medida salvadora a destruição parcial dos nossos estoques [...]" (p. 11). Nada do que Moniz Freire propusera fora feito até então. Daí sua queixa: "A verdade é



que caminhamos desprevenidos e indiferentes para o momento aflitivo em que nos encontramos, vendo [em 1901] os preços declinarem até que chegaram a um limite de baixa, além do qual só uma pequena parte da exportação poderia efetuar-se sem prejuízo certo [...]" (ESPÍRITO SANTO, 1901, p. 11). Assim, cinco anos antes do Convênio de Taubaté, Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1901, p. 12) afirmava que

[...] a solução só adviria de um impulso enérgico de toda a lavoura de café, organizada em uma vasta associação [...], para o fim de promover agora, em condições muito mais desfavoráveis e portanto mais complicadas e onerosas [que em 1896], os meios de defesa que uma propaganda, efetuada fora da pressão imediata do perigo, teria desdobrado com lentidão, com calma, com mais segurança, com sacrifícios menos, com esperanças melhores de sucesso, e ao abrigo de todas as impaciências.

O que fazer com a principal produção do país, o café? O que fazer, naquele crítico momento de crise de 1901? Moniz Freire respondeu:

Valorizá-la [a produção do café], restringindo-lhe quanto possível a saída, por um complexo de medidas sábias, enquanto não se consegue alargar o seu consumo; trabalhar vigorosamente, e sem perda de tempo, em promover esse alargamento, consignando profusamente a tal destino as retenções que se fizesse sobre os excessos de nossos estoques, em vez de destruí-los; eis o que me parece indispensável para debelar a situação, pela ação coligada de todos a quem ela oprime (ESPÍRITO SANTO, 1901, p. 14).

Apesar de não ter sido ouvido, quando foi assinado o *Convênio de Taubaté*, em 1906, voltado para a defesa dos cafeicultores em face à crise por que passava a lavoura de café devido à superprodução, Moniz Freire fez pronunciamentos no Senado, em defesa do acordo. Destacase o pronunciamento de 5 de agosto de 1907, quando ele (BRASIL, 1907, p. 185) afirma, contra a opinião de alguns senadores, que a superprodução é uma das causas da crise do café e defende veementemente um empréstimo de três milhões de libras para o Estado de São Paulo, afirmando que "[...] o interesse não é de São Paulo, o interesse é geral, é nacional, porque o café representa na vida econômica de nosso país quase dois terços de sua renda [...]".

Conforme se vê, trata-se de práticas que sinalizam no sentido de um alto entendimento do que seja, em política, o papel da propaganda e da mobilização da população. No centro dessas práticas, sempre se encontrava o anseio de projeção do Espírito Santo no cenário nacional.

### 4.7.3 A vinda de imigrantes para o Espírito Santo

Quanto à imigração italiana para o Espírito Santo, Moniz Freire precisou enfrentar, em 1893, a oposição do governo da Itália que baixou circulares mandando proibir o "[...] aliciamento de gente para o Espírito Santo, e desaconselhando aos seus patrícios a imigração com esse destino" (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 109). Moniz Freire imediatamente dirigiu-se, por telegrama, ao representante dos capixabas em Roma, ao cônsul brasileiro em Gênova, ao superintendente de imigração para o Brasil em Paris e ao cônsul italiano no Rio de Janeiro, a fim de que revertissem a situação.

Em seguida, também enviou exposições às mesmas autoridades, demonstrando que "[...] no estado já haviam estabelecidos desde muito tempo cerca de quarenta mil estrangeiros dos quais trinta mil são italianos" (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 109), vivendo sem problemas. "Felizmente produziu resultado essa intervenção; o movimento imigratório continuou a fazer-se regularmente [...]" (p. 109). Foi criado, então, em Vitória, o consulado italiano dirigido por Dr. Carlos Nagar, com o qual Moniz Freire se esforçou "[...] por manter as mais cordiais relações durante a sua curta permanência [...]" (p. 109) no Estado. Infelizmente essa estada provocou o famoso *Relatório Nagar* que gerou, em 1895, nova proibição de vinda de imigrantes italianos, cujo número chegara, entretanto, à cifra de 13.244 imigrantes no Espírito Santo, apesar de o Estado ser prejudicado pelo preço das passagens que, para São Paulo e Minas Gerais, eram menores que para o Espírito Santo.

O *Relatório Nagar* foi lido por Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1895, p. 20) que concluiu que seu autor o redigiu "[...] com ânimo hostil ao Espírito Santo [...]" e que, feito com "fina educação", se tornou, por isso mesmo, "[...] mais perigoso do que se fosse uma simples verrina, dessas muitas que na Europa se publicam contra os países da América [...]" (p. 20). Além do mais, escreveu sob a forte impressão de uma epidemia de febre amarela que grassava em Vitória e no rio Doce, como também se baseava em "[...] informações mais ou menos incompletas sobre o estado, do qual ele só conheceu a Capital e a Vila Velha" (p. 20). Concluiu Moniz Freire, em sua Mensagem de 1895 (ESPÍRITO SANTO, p. 21), que as autoridades italianas não deviam fundar seu juízo "[...] sobre fatos isolados e meras reclamações individuais".

De fato, a proibição de 1893 fora revogada devido à ação política desenvolvida por Moniz Freire. A proibição de 1895, entretanto, não foi modificada, o que tirou de Moniz Freire a possibilidade de continuar sua política imigrantista. Porém, conforme Gilda Rocha (2000, p. 130), pesquisadora da imigração estrangeira para o Espírito Santo, "Tudo leva a crer [...] que o decreto italiano de julho de 1895 não foi cumprido à risca; os mapas de movimento de imigrantes [...] indicam que até 2 de abril de 1896 chegaram a Vitória, procedentes de Gênova, vários vapores trazendo imigrantes italianos". De qualquer forma, a tese da pesquisadora é de que "[...] a suspensão dos serviços de imigração no Espírito Santo pouco, ou nada, teve a ver com a proibição do Governo italiano" (p. 130). É a hipótese que também consideramos plausível, em consonância com o que procuramos demonstrar sobre a prática de Moniz Freire, de obter resultados por meio de articulações e negociações políticas, embora com sucesso em alguns casos e em outros, não.

Trata-se, mais uma vez, de um conjunto de alianças e movimentações políticas várias, que indicam os caminhos utilizados por Moniz Freire em busca da realização de mais esse sonho voltado para o Espírito Santo, a imigração.

#### **4.7.4 O episódio da descoberta das areias monazíticas**

No início de seu segundo mandato (1900-1904), em sua Mensagem de 1900 (ESPÍRITO SANTO, p. 16), Moniz Freire tratou de uma importante questão que também exigiu dele um trabalho de entendimento político igualmente intenso. Foi a descoberta "[...] das afamadas areias amarelas [areias monazíticas],<sup>213</sup> em que é rica uma parte de nosso litoral".

Nessa Mensagem, Moniz Freire afirma que "[...] tem servido de embaraço à exportação das areias a oposição do Governo Federal à concessão dos terrenos de marinhas [...]" (ESPÍRITO SANTO, 1900, p. 16), uma vez que nesses terrenos haviam sido feitos os primeiros reconhecimentos da existência dessas areias, embora posteriormente se verificassem "[...] inegotáveis jazidas da preciosa substância" (p. 16) em toda a zona interior. Foi concedida permissão da exportação, mas o prazo se encerrara e demorou a ser prorrogado.

---

<sup>213</sup> Conforme Rosa (2013), a areia monazítica brasileira ficou conhecida no Brasil a partir do final do século XIX. Um engenheiro de Minas, chamado Gordon, foi o descobridor dos depósitos do litoral e o valorizador do produto que, até então, ainda não tinha qualquer aplicação industrial. As primeiras amostras foram colhidas em Caravelas, na Bahia, e enviadas ao professor Henrique Gorceix (1841-1919), fundador e então diretor da Escola de Minas de Ouro Preto. Passou a ser bastante valorizada posteriormente, em especial, na II Guerra Mundial.

Foi aí que entrou o agir político de Moniz Freire que pessoalmente se contactou com o ministro da Fazenda, uma vez que o assunto envolvia recebimento de impostos. A presença da União nessa questão deve-se ao fato de existirem as areias também em terras de seu domínio. À espera de um acordo com o Governo Federal, Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1900, p. 18) declara que "[...] se, porém, o acordo não puder realizar-se por qualquer circunstância [...]" eu procurarei ativar, da forma que se me afigurar mais conveniente, a frutificação desse novo elemento de receita, certo de que encontrarei todos os auxílios da parte do Governo Federal". Entretanto, já em sua Mensagem de 1903 (ESPÍRITO SANTO, p. 18), Moniz Freire esclarece que "[...] ainda não se acha, infelizmente, resolvida a nossa pendência com a União, acerca da discriminação dos terrenos onde se encontram as diversas jazidas de areias monazíticas existentes no estado". Embora tenham sido em vão, essas negociações políticas de Moniz Freire indicam os meios utilizados por ele, com o objetivo de afirmação do Espírito Santo no cenário nacional.

#### **4.7.5 Os pagamentos da dívida externa**

Tendo terminado seu mandato em 1896, passou o governo para o novo presidente eleito para o estado, Dr. Graciano dos Santos Neves, que recebeu o poder em "[...] quadra difícil, quando o café sofria terrível queda de preço, abalando, até os alicerces, a economia e o comércio capixabas" (OLIVEIRA, 2008, p. 437). O novo presidente suspendeu várias obras planejadas e iniciadas por Moniz Freire, desagradando a seus correligionários políticos, o que o levou à renúncia, passando o governo ao vice-presidente, Constante Gomes Sodré, em setembro de 1897. Pela Constituição Estadual, foi necessária a realização de novas eleições que elevaram José Marcelino Pessoa de Vasconcelos ao cargo de Presidente de Estado, tomando posse em janeiro de 1898.

Em 1900, Moniz Freire voltou para seu segundo mandato, já dificultado pela imensa crise pela qual passava o Estado, devido "[...] à prodigiosa desvalorização da moeda nacional [...]" (ESPÍRITO SANTO, 1900, p. 6). As chuvas, a princípio escassas, e, em seguida, falhando completamente – provocando decréscimo considerável na produção de café – produziram uma grande crise financeira no Estado do Espírito Santo. O primeiro fator – depreciação da moeda – era de caráter nacional, mas o segundo – escassez de chuvas – era regional. Para o entendimento dessa problemática, a Tabela 11 fornece indicações preciosas.

TABELA 11 – Exportação de café capixaba (1896-1900)

ANO	EXPORTAÇÃO (SACA DE 60KG)	RECEITA GERADA
1896	419.229	2.968:410\$495
1897	579.858	3.413:048\$004
1898	557.498	2.956:016\$155
1899	456.329	2.336:228\$792
1900	394.153	2.084:327\$652

**Fonte:** Mensagem do Presidente Bernardino de S. Monteiro (ESPÍRITO SANTO, 1919, p. 5).

A Tabela 11 pode ser analisada juntamente com a 12, a fim de se avaliar o desastre que foi para o Espírito Santo a baixa nos preços do café e, portanto, da receita gerada pela produção desse grão.

TABELA 12 – Receita gerada pelo café proporcionalmente à receita total do Estado do Espírito Santo no segundo mandato de Moniz Freire (1896-1900)

ANO	PORCENTAGEM RELAÇÃO AO CAFÉ	EM
1896	76%	
1897	81%	
1898	80%	
1899	74%	
1900	71%	

**Fonte:** Mensagem do Presidente Bernardino de Souza Monteiro (ESPÍRITO SANTO, 1919, p. 5).

A Tabela 12 permite-nos ver que o café era a fonte quase exclusiva da receita do Estado, o que ajuda a compreender a apreensão de Moniz Freire diante da crise financeira.

Com os recursos proporcionados por um empréstimo obtido no *Banque de Paris et des Pays Bas*, por seu antecessor, em dezembro de 1899, foi possível, em meio a muitas dificuldades, dar continuidade à construção da *Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo*. Também havia sido contraído, na mesma ocasião pelo seu antecessor, um empréstimo ao *Banco da República*, fazendo subir a receita do Estado, a fim de enfrentar a crise por que passava.

Tendo feito muitos cortes no orçamento, Moniz Freire, entretanto, não só aprovou a construção da via férrea planejada, mas também procurou manter o processo imigratório, indicando que "[...] sem o pequeno sacrifício que ela [a despesa com a imigração] impõe, dentro de poucos anos nós teríamos perdido, sem compensações, uma grande parte das nossas fontes de recursos e determinado no progresso material do estado um recuo imperdoável" (ESPÍRITO SANTO, 1900, p. 23). Mesmo em meio a dificuldades enormes, ele estava disposto a levar adiante seus sonhos de desenvolver o Estado.

Em sua Mensagem de 1902 (ESPÍRITO SANTO, 1902), Moniz Freire procurou justificar, com dados estatísticos, que suas medidas de contenção de despesas – com os critérios de cortar gastos, ao mesmo tempo em que mantinha a execução de alguns planos – estavam produzindo resultados eficientes. Oliveira (2008, p. 441) afirma, entretanto, que, "[...] impossibilitado de satisfazer seus compromissos, o Espírito Santo viu-se compelido a uma atitude inédita nos anais da vida pública brasileira: pediu moratória aos credores estrangeiros". Sabendo-se que a moratória é a suspensão de pagamento dos serviços da dívida externa, é interessante buscar em Moniz Freire a explicação do que ele próprio classificou como um "[...] desagradável incidente havido o ano passado entre o estado e o *Banque de Paris et des Pays-Bas*, motivado pelo fato de não ter sido pago, na data do seu vencimento [...] o *coupon* da dívida externa" (ESPÍRITO SANTO, 1902, p. 11). O banco invocava uma cláusula que estabelecia estar o contrato desfeito, caso não houvesse o pagamento de alguma das prestações no devido tempo. Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1902, p. 18) argumentou contra o banco e, ao mesmo tempo, recorreu ao Governo Federal, que "[...] fez ao estado o empréstimo de 3000:000\$000 [trezentos mil réis], para auxiliar o pagamento reclamado [...]", como também obteve a suspensão da referida cláusula, tudo contribuindo para "[...] o satisfatório desfecho que teve assim o conflito [...]" (p. 18).

Em virtude desse incidente, Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1902, p. 13) desenvolveu inúmeras tratativas no sentido de resolver a questão jurídica que motivara o problema, declarando que

[...] julguei do meu dever pedir ao *Banco Nacional Brasileiro*, que fora o seu negociador, para fazer declarar em Paris, aos portadores das obrigações do estado [do Espírito Santo], que este deplorava ser constrangido, por força das circunstâncias, a falhar ao pagamento daquele *coupon*, prometendo resgatá-lo, logo que a situação orçamentária o permitisse [...].

Nas negociações com o banco de Paris, Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1902, p. 16) desenvolveu toda uma argumentação em francês, baseada no Código Civil francês e no brasileiro, contra o banco, já que "[...] o devedor foi impedido de fazer aquilo a que se obrigou, em consequência de uma força maior."

Antes do desfecho, Moniz Freire se lamentava de que não fora atendido em suas solicitações ao Governo Federal: "[...] vendo desatendidas as minhas últimas solicitações ao Governo Federal [...]" (ESPÍRITO SANTO, 1902, p. 13). Moniz Freire assim se expressou:

O governo julgou, porém, que sem autorização legal não poderia fazer o adiantamento pedido, e havia recusado-o definitivamente, quando se deu o rompimento entre o banco e o estado. Calculando os efeitos dessa recusa, eu havia por fim, bem ou mal instruído, invocado o precedente de favores idênticos prestados a outros membros da federação [...]. (ESPÍRITO SANTO, 1902, p. 20).

Só depois de invocado o argumento anteriormente citado, o conflito terminou pela mediação do Governo Federal, que fez ao Estado o empréstimo de 300.000\$000 (trezentos contos de réis), para auxiliar o pagamento reclamado pelo banco francês. Os argumentos de Moniz Freire prevaleceram: foi feito ao Espírito Santo "[...] o empréstimo de 300:000\$000, para auxiliar o pagamento reclamado" (ESPÍRITO SANTO, 1902, p. 18).

Desse modo, em virtude da gravidade da crise nacional do café, seus planos ficaram mais lentos, mas os sonhos permaneciam, pois, "[...] dentro em pouco [...] restarão apenas 83 quilômetros de viação férrea a concluir para por em comunicação a nossa capital com a capital da República, e com todo o sul do estado [...]" (ESPÍRITO SANTO, 1902, p. 22), sem falar no fato de que estava sendo organizada a *Companhia Vitória a Diamantina* que converteria em realidade "[...] o antigo e sempre malogrado projeto da ligação férrea entre o Espírito Santo e Minas Gerais pela bacia do rio Doce" ( p. 22).

Entretanto, tratava-se de transformações propostas por lideranças com interesses econômicos e políticos visualizados, mas sem canais de representação articulados com a autoridade central, o que lhes fazia entrar em conflito com uma grande e eficiente estrutura de poder, traçada pelo Federalismo à brasileira e pela *Política dos Governadores*. Trata-se de mais um episódio que indica a estratégia de negociações e articulações utilizadas por Moniz Freire em busca do *brilho da estrela "intrometida"*.

#### **4.7.6 Articulações políticas: pilar de uma identidade política capixaba**

Portanto, muitos foram os eventos que denotaram muito claramente as diversas modalidades de alinhamentos e entendimentos políticos que Moniz Freire procurava desenvolver para solucionar incidentes que obstaculizavam a realização de seus planos com relação ao crescimento do Espírito Santo. Essas práticas políticas também sinalizam muito especificamente para as características do agir político do líder de um Estado-"satélite", envolto em contexto repleto de estereótipos e visões falseadas por parte de seus pares da Federação brasileira. Desse modo, os resultados por ele obtidos não se deviam à força econômica ou de prestígio de seu torrão natal, mas à inteligência e a práticas políticas de um negociador.

Como um importante exemplo do agir político de Moniz Freire, o final deste segmento bem poderia incluir as reflexões que serão feitas no item sobre o ocaso de sua liderança, que faz considerações em torno das articulações, alianças, pronunciamentos e silêncios, que fizeram parte do agir político de Moniz Freire a partir do início dos Novecentos, tais como a cisão política no *Partido Republicano Construtor*, as intervenções de Moniz Freire no desenrolar da carreira política de Jerônimo Monteiro e seu envolvimento na campanha eleitoral de Bernardino Monteiro para Presidente do Estado do Espírito Santo, como candidato sucessor de Marcondes Alves de Souza (1912-1916).

Esse conjunto analisado no "ocaso de sua liderança" forma um bloco monolítico que indica com muita clareza a crescente perda do capital político de Moniz Freire e, assim, o declínio não só de sua liderança, mas também da força da identidade política criada por ele. Trata-se, desse modo, de um segmento que procurará explicar o relativo silêncio em que caiu a pessoa



de Moniz Freire na história de um Estado que, em seguida, viu surgir diferentes lideranças, outras orientações políticas e novas formas de sinalizar o crescimento do Espírito Santo, em um novo movimento tão intenso e profundo que, com certeza, poderia dar origem a uma outra tese de Doutorado.

Vê-se, assim, que Moniz Freire articulou um conjunto de imagens que, internamente ao Espírito Santo ou no Brasil, representavam os sonhos e as mágoas dos capixabas e, com essas premissas, elaborou uma identidade que marcou a política dessa província/Estado desde 1882, início de sua atuação pública na região, até 1908, quando se afirmam no Estado as novas forças políticas dos Souza Monteiro.

#### 4.8 OCASO DE UMA LIDERANÇA: AURORA DE UMA NOVA IDENTIDADE?

A cisão do *Partido Republicano Construtor* em 1905 pode ser considerada um marco importante na trajetória de Moniz Freire, uma vez que delineou um rompimento que deu origem à ascensão de Jerônimo Monteiro e, com certeza, ao fim da carreira política de Moniz Freire no Espírito Santo, embora, a partir daí, tenha se desenvolvido sua grande atuação no Senado, quando, residindo no Rio de Janeiro, representou o Espírito Santo desde 1904 até 1914, numa intensa ação política.

A pergunta pertinente a ser feita agora, a fim de se entender a carreira política de Moniz Freire e sua construção de uma identidade política capixaba é: como se deu essa cisão em seu partido? Ora, pelos documentos conhecidos, pode-se constatar que ela foi provocada por circunstâncias várias, que levaram ao conflito interno que deu origem à cisão, como também ao declínio do que Bourdieu (1989) chama de capital simbólico, o que acarretou a diminuição do capital político de Moniz Freire no Estado, provocando como consequência um arrefecimento da identidade por ele elaborada. Entre os fatores que para isso contribuíram, pode-se incluir o agravamento da crise do café, no Brasil, no começo do século XX, bem como o aumento das dificuldades por que passava o Estado do Espírito Santo no período, uma vez que se trata de eventos que provocaram o enfraquecimento político de Moniz Freire e, assim, sua capacidade de liderar e de influenciar. Já na sua chegada ao segundo mandato

(1900-1904), Moniz Freire enfrentou desavenças e divisões em seu núcleo de influência, em virtude desses fatores.

Entretanto, por outras razões ainda desconhecidas, Moniz Freire perdeu capital político na mesma ocasião, não sabendo se isso teve ou não relação com a crise econômica ou com indicativos de outra ordem. Foi assim que, em 1900 e 1901, houve, por exemplo, uma grande dissidência na Loja Maçônica *União e Progresso*, à qual pertenciam Moniz Freire e muitos políticos da sua *entourage*. Algum conflito desconhecido deu origem à fundação de duas outras lojas, a Loja *Silêncio e Virtude* e a Loja *Monte Líbano*. Achiamé (2010, p. 44-45), estudioso da Maçonaria no Estado, levanta a dúvida que salta aos olhos:

Eram questões ligadas à política estadual? Não se pode esquecer que nesse período estava no auge a liderança de Moniz Freire, que [...] exercia forte ascendência sobre muitos irmãos do Quadro. Nem pode ser ignorado que divergências políticas no mundo profano eram trazidas para o interior da União e Progresso, ocasionando discussões, debates e [...] fortes dissidências com afastamento de irmãos e fundação de novas lojas [...].

O fato foi que, conforme Fraga (1995?),<sup>214</sup> a segunda das dissidentes, a *Monte Líbano*, foi instalada<sup>215</sup> em julho de 1900 por 13 irmãos<sup>216</sup> da *União e Progresso*, entre os quais Graciano dos Santos Neves, o Presidente de Estado que sucedeu ao primeiro mandato de Moniz Freire e não o terminou, renunciando antes, em razão das dificuldades financeiras por que passavam as finanças do Estado e da queda do preço do café no mercado internacional. A segunda dissidente, a *Silêncio e Virtude*, foi instalada em março de 1901 por 29 irmãos também egressos da *União e Progresso*, sendo um deles José de Mello Carvalho Moniz Freire. Entre esses 29 irmãos, estava também Cleto Nunes Pereira, companheiro de ideais e de jornalismo de Moniz Freire. Com certeza não foi por acaso a escolha da palavra *Silêncio* para ser incluída na denominação da nova loja. As hipóteses que fazemos a seguir, a respeito da queda do capital político de Moniz Freire, talvez expliquem os motivos dessa escolha. É interessante notar que Moniz Freire estava no lado contrário à dissidente que ostentava o nome da fazenda do sul do estado, Monte Líbano, berço dos Souzas Monteiro, oligarquia que irá sucedê-lo no domínio da política capixaba.

<sup>214</sup> Fraga (1995?), estudioso da Maçonaria capixaba, entre as páginas 279 e 284, fornece a lista dos maçons que fizeram parte das duas lojas dissidentes, o que permitiu a este estudo levantar as hipóteses aqui propostas.

<sup>215</sup> Termo que na Maçonaria se usa para a fundação de uma loja. Seus fundadores são chamados de instaladores.

<sup>216</sup> Nome que os maçons dão aos que pertencem aos quadros da Maçonaria.

Por outro lado, a Loja *Monte Líbano*, em agosto de 1906, retornou ao seio da *União e Progresso*. Somente dois anos depois, ocorreu o mesmo com a *Silêncio e Virtude*, exatamente em 1908, quando um acordo político foi realizado pelas elites capixabas que, por influência de D. Fernando de Souza Monteiro, colocaram no poder estadual Jerônimo de Souza Monteiro,<sup>217</sup> membro da oligarquia que sucederá a Moniz Freire no domínio político do Estado do Espírito Santo. Achiamé (2010, p. 45) levanta a questão: "Não por coincidência, nesse período que se inicia por volta de 1908, assistimos também a uma grande conciliação entre os políticos do estado patrocinada por Jerônimo Monteiro".

Tudo nos leva a crer que a dissidência e a perda de prestígio de Moniz Freire estejam relacionadas com a ascensão de Jerônimo Monteiro que, já no ano de 1900, havia fundado o *Partido da Lavoura*, que fazia oposição a Moniz Freire.

De qualquer forma, em 1905, dá-se o rompimento entre Moniz Freire e o governador do Espírito Santo que o sucedeu – Henrique Coutinho – e que tinha sido eleito por sua influência. Tal ruptura motivou a não eleição de Moniz Freire, candidato ao Senado em 1906, derrotado por larga margem de votos por Augusto Calmon. Parece, assim, estar declinando, no Espírito Santo, a estrela de Moniz Freire que, no entanto, "[...] tinha forte base de apoio no Rio de Janeiro, e era amigo pessoal do presidente eleito Afonso Pena. [...] [e] podia contar também com o apoio de Pinheiro Machado que, ademais, era como ele positivista [...]" (BANCK, 1998, p. 55-56). Entretanto, apesar de derrotado, Moniz Freire foi declarado eleito pela Comissão de Verificação de Poderes, o que a legislação da época permitia. O argumento utilizado foi que Augusto Calmon estava impedido, por dirigir o *Jornal Oficial*, que divulgava as notícias oficiais do governo do Estado do Espírito Santo. De qualquer forma, Moniz Freire, que já havia sido eleito senador em 1904, exerceu o mandato até 1914.

Antes dessa eleição, porém, o rompimento com Henrique Coutinho já havia selado a perda de uma importante parcela da base de apoio de Moniz Freire. A origem da ruptura não é muito

---

<sup>217</sup> Não há indícios de que Jerônimo Monteiro tenha pertencido aos quadros da Maçonaria. Seu nome não se encontra em nenhum registro das lojas existentes em Vitória, nessa quadra histórica. Por outro lado, embora existisse desde 1892 a Loja *Fraternidade e Luz*, de Cachoeiro de Itapemirim – à qual, na época, Jerônimo Monteiro poderia ter se filiado –, a revista *Maçonaria em Foco* (Ed. n. 1, ano 1), em artigo intitulado *A história da Maçonaria no sul do Estado* (p. 12), só menciona Bernardo Horta de Araújo entre os políticos capixabas que pertenceram a essa loja. Pode-se levantar a hipótese de que Jerônimo Monteiro fizesse parte de alguma loja maçônica do Estado de São Paulo, onde morou por vários anos. Entretanto, o mais provável é que, por influência do irmão bispo, não tenha ingressado na Maçonaria. Suas práticas políticas sinalizam pelo seu não pertencimento.

clara. Uma das hipóteses era que, em janeiro de 1905, haveria eleição para o preenchimento de vagas de três vereadores<sup>218</sup> para a Câmara Municipal de Vitória e Moniz Freire fora acusado de ter imposto uma chapa, à revelia do que desejavam outros membros do *Partido Construtor*. O novo órgão de divulgação da política oficial, o *Jornal Oficial* (Vitória, p. 1, 10 jan. 1905), publicou uma espécie de Manifesto, intitulado *Partido Construtor*, em que se afirmava:

O 'Estado' [jornal *Estado do Espírito Santo*] de anteontem trouxe o grito de guerra que não se arreceiou de levantar o senador Moniz Freire, precursor da luta política que, dentro em breve, se há de travar entre bons amigos e velhos correligionários. Bem devia saber S. Exa. [...] que o Partido que tão nobre e generosamente deu-lhe uma grande parte das responsabilidades dos quinze anos de governo [...] não pensaria em recuar diante da bandeira vermelha que S. Exa. acaba de desfraldar, só para garbo e ostentação do seu capricho injustificável.

O argumento dado para o rompimento era claro: um "capricho injustificável". Em seguida, o Manifesto protestou contra a chapa apresentada por Moniz Freire e afirmou ser ele "Responsável exclusivo pela divergência que se firma, autor caprichoso e consciente da cisão que ora se abre entre seus correligionários [...], [o que significava] um duro excesso de mando e autoritarismo [...]" (1905, p. 1). Estava clara a maneira como era por eles divulgada a razão do rompimento, pelos adversários de Moniz Freire.

No dia 15 de janeiro, o mesmo jornal (p. 2) publicou, sob o título *O caso do Espírito Santo*, uma entrevista com um dos deputados federais do Espírito Santo, Galdino Loreto, curiosamente o único parlamentar que ficara ao lado de Henrique Coutinho nessa ruptura. Perguntado sobre divergências anteriores, ele respondeu que "[...] atritos propriamente ditos não houve [...], porém algumas desinteligências [...]" que ele depois narra, lembrando que se tratava de questões de escolhas de Moniz Freire quanto a pessoas que deveriam ocupar cargos públicos e que Henrique Coutinho e outros correligionários seus não aceitavam. Mencionou também que ficaram do lado de Moniz Freire os senadores Cleto Nunes e Siqueira Lima, como também os deputados Bernardo Horta e José Monjardim, todos companheiros<sup>219</sup> de Moniz Freire na Maçonaria.

<sup>218</sup> Em linguagem da época, a eleição seria para governadores (nome que se dava aos vereadores) do Conselho Municipal, também chamado de Governo Municipal (nome que se dava à Câmara Municipal). A Presidência do Conselho era um cargo que equivalia ao de prefeito do município, atualmente.

<sup>219</sup> Cleto Nunes e José Monjardim são diretamente mencionados por Fraga (1995 ?) como pertencentes à Maçonaria. Bernardo Horta é citado na revista *Maçonaria em Foco* (s.d.). Siqueira Lima é o 3º Barão de Itapemirim, provavelmente maçom também, embora seu nome, Luís Siqueira da Silva Lima (1844-1916), não apareça incontestavelmente nas listas de membros de lojas maçônicas capixabas. Em Fraga (1995?, p. 228)

Moniz Freire (BRASIL, 1905), na sessão de 25 de maio de 1905, no Senado, lamentava o desprezo com que era visto o Espírito Santo e afirmava que, nesse momento, levaria ao plenário "[...] as queixas e os protestos dos oprimidos [...] porque os pequenos estados, como o do Espírito Sano, também fazem parte da Federação Brasileira" (p. 82). A mágoa perpassou todo seu discurso político. Então narrou o que estava se passando em seu Estado, no que diz respeito às disputas políticas suscitadas pela cisão entre ele e o governador Henrique Coutinho. Inúmeras cenas de violência e morte foram por ele citadas, mesmo sem a esperança de, ao denunciar, encontrar solução. Ele assim dizia:

[...] não alimento esperança de obter desta Casa remédio para tais males, porque de antemão sei que seria inútil; [...] o meu intuito [...] é apenas servir de eco, junto aos poderes federais, aos gemidos daqueles que caem vitimados pelas armas assassinas dos defensores do governo estadual, aos gemidos dos meus correligionários; é apenas para cumprir um dever [...] (p. 82).

Em seguida (p. 83), falando sobre o coronel Henrique Coutinho, afirma: "Só me penitencio de ter levado 14 anos a acreditar que ele fosse o que se apregoava – o melhor e mais dedicado de meus amigos".

Nessa mesma sessão de 25 de maio de 1905 (BRASIL, 1905, p. 81), após muitas outras acusações a Henrique Coutinho, Moniz Freire fez uma declaração que, apesar de ter sido feita no calor emocional provocado por notícias de violências gravíssimas contra seus correligionários no Estado, foi com certeza uma mácula em sua biografia e depõe contra o caráter conciliador que habitualmente imprimiu em toda sua prática política:

Quando, dentro da lei, os recursos forem impossíveis; quando, dentro da lei, as garantias nos parecerem ineficazes; quando o governo não nos opuser senão a violência, e se colocar disfarçadamente no terreno da força e do arbítrio, chegaremos também até lá para opor às armas as armas, à violência a violência.

Ao longo de suas críticas ao coronel Coutinho, foi contestado várias vezes por Joaquim de Oliveira Catunda (1905, p. 84), senador pelo Ceará, que declarava não ser crível que "[...] o sr. Coronel Coutinho, que todos nós conhecemos aqui, homem mansueto, homem honesto, pelo simples fato de ser governador do Espírito Santo se tenha convertido nesse perturbador violento da ordem, da legalidade e do direito". E conclui que "[...] o coronel Coutinho é muito

---

aparece um Luiz Siqueira de A. Lima como pertencente à Loja *União e Progresso*. Na página 257, é citado Luiz Siqueira Lima como um dos fundadores da Loja *Fraternidade e Luz*, em 1898, em Cachoeiro do Itapemirim, cidade onde ele provavelmente ingressara na Maçonaria, já que sua família é oriunda do sul do Estado do Espírito Santo, onde se encontra Cachoeiro do Itapemirim. Galdino Loreto, que ficara contrário a Moniz Freire, não tem seu nome registrado entre os que pertenceram a qualquer loja maçônica de Vitória no período estudado. Para as informações de membros da Maçonaria entre o final do século XIX e o início do século XX, ver Fraga (1995?).

religioso" (p. 84). Ressaltamos o "muito religioso", em razão da hipótese – de uma provável ação sorrateira do bispo de Vitória contra Moniz Freire – que, aos poucos, vai emergindo das reflexões suscitadas pelas pesquisas desta tese, uma vez que, naquelas circunstâncias especiais, trata-se de uma afirmação que confirma mais uma vez as ligações entre Henrique Coutinho e D. Fernando.

Ora, conforme as pesquisas de Banck (1998, p. 59), "[...] o conselheiro pessoal de Coutinho era o bispo de Vitória, D. Fernando Monteiro,<sup>220</sup> um dos irmãos de Jerônimo". Por outro lado – continua Banck – "D. Fernando estava tentando recuperar a influência que a Igreja tivera no ensino, contrabalançando assim as medidas de secularização baixadas por Muniz [...]", positivista convicto, embora não radical, que "[...] certamente teria nisso boa causa para aborrecimento" (p. 59). Acrescentamos a tudo isso o fato de que, em 1907, quando o Presidente Afonso Pena tomou a iniciativa de acalmar as dissidências políticas em vários Estados, o nome de D. Fernando – que rejeitou a proposta – foi sugerido por Henrique Coutinho para ser o candidato a governador do Espírito Santo. Entretanto, foi o próprio D. Fernando quem sugeriu o nome do irmão, Jerônimo, conforme atesta a sobrinha dos dois, a historiadora Maria Stella de Novaes (1979).

D. Fernando fora sagrado bispo em Paris, em 12 de outubro de 1901 e, no ano seguinte, tomou posse da diocese do Espírito Santo. Desde a proclamação da República, o regime republicano brasileiro passava por um processo de desgaste em suas relações com a Igreja Católica, em virtude da separação entre a Igreja e o Estado, estabelecida pelo novo regime que se instalara em novembro de 1889. Ora, todo o esforço de manutenção do poder da Igreja no Brasil inseria-se em um processo internacional de reação da Santa Sé ao avanço de ideias e políticas que a Igreja Romana considerava "erros modernos", como o Comunismo, o Liberalismo, o Positivismo e a Maçonaria, por exemplo. Essa reação católica "[...] caracterizou o que ficou conhecido como o esforço de 'romanização' da Igreja, movimento reformador da prática católica surgido na segunda metade do século XIX, liderado pelos papas Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903), que procurou retomar as determinações do Concílio de Trento (1545-1563) [...]" (HERMANN, 2003, p. 124).

---

<sup>220</sup> D. Fernando nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, em 1866, região dominada pelo clã dos Souzas Monteiro. Estudou no Colégio do Caraça (MG), tendo se ordenado sacerdote lazarista, depois do curso concluído em Paris. Tomou posse da diocese do Espírito Santo em 9 de março de 1902 e a governou até sua morte em 1916.

Para se entender o comportamento e as ideias de D. Fernando, é preciso levar em consideração que a Igreja Católica, desde 1903 até 1914 – portanto durante quase todo o episcopado de D. Fernando – foi dirigida por um Papa continuador fiel desse movimento de "romanização" e, portanto, um conservador que não transigia com as ideias modernas e liberais: Pio X,<sup>221</sup> cujo lema era "*Renovar todas as coisas em Cristo*", expresso na encíclica *Et Supremi Apostolatus*, sua carta apostólica que, por assim dizer, apresentou as orientações de seu pontificado. Essa encíclica foi até comentada em livro por D. Fernando: *O Papa e a Encíclica et Supremi Apostolatus Cathedra*. Pio X foi um defensor intransigente da ortodoxia doutrinária e governou a Igreja Católica com mão firme numa época em que esta enfrentava um laicismo muito forte e diversas tendências do Modernismo, encarado por ele como a síntese de todas as heresias. Pio X não receou provocar uma crise com a França quando condenou o presidente francês por visitar Victor Emmanuel III, Rei de Itália, com quem a Igreja estava de más relações desde a tomada dos Estados Papais na unificação italiana, em 1870. Entre as consequências desse embate cita-se a completa separação entre Igreja e Estado na França e a expulsão dos jesuítas.

Foi exatamente sob esse pontificado que D. Fernando governou a diocese do Espírito Santo. Conforme foi aqui analisado, seu irmão Jerônimo de Souza Monteiro só se tornou governador do Estado por iniciativa sua, que costurou toda a articulação de políticos que apoiaram a candidatura de Jerônimo ao governo.

A família Sousa Monteiro possuía suas raízes na Fazenda Monte Líbano, sul do Estado. Segundo Maria Stella de Novaes (1951), nela estivera pelo menos por três vezes o bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, conhecido por suas posições conservadoras e antimaçônicas. Em relato de sua viagem ao Espírito Santo em 1886, o bispo registra uma das visitas que fizera à casa do pai de Jerônimo Monteiro, na fazenda Monte Líbano: "A casa pertence ao bom Cristão o Sr. Capitão Francisco de Souza Monteiro, pai do Minorista Bernardino, e uma das melhores fortunas deste Município" (LACERDA, 2012, v. 2, p. 235). Redigido por um bispo antimaçom, o elogio "bom Cristão" só poderia significar, nesse contexto histórico, que, entre outras características, não pertencia à Maçonaria. Tal era a

---

<sup>221</sup> Pio X foi canonizado pela Igreja Católica em 1954, em plena Guerra-Fria, pelo papa do anticomunismo, Pio XII, quando a política norte-americana sofria ainda os efeitos do fundamentalismo macarthista. Pio X introduziu grandes reformas na liturgia e codificou a Doutrina da Igreja Católica, sempre num sentido tradicional. Incentivou a divulgação e o ensino do conservador Catecismo do Concílio de Trento. Condenou enfaticamente o Modernismo e os movimentos católicos que o defendiam, como o *Sillon*, dando sequência à luta ideológica de Pio IX com suas encíclicas contrárias ao mundo moderno e ao liberalismo.

ligação do prelado com os Sousas Monteiro, que ele havia concedido licença para que se realizassem atos religiosos na capelinha da casa, por meio de um documento assinado em 11 de abril de 1886, dois meses antes de D. Fernando seguir para Paris, onde irá pertencer à Congregação da Missão e será ordenado sacerdote em 1890. Depois voltou a Paris, onde foi sagrado bispo na frente dos restos mortais de S. Vicente de Paulo, na Casa Mãe dos Vicentinos, na Cidade Luz, em 12 de outubro de 1901 (NOVAES, 1951).

Em janeiro de 1895, a paróquia de Vitória havia sido assumida pelo Pe. Eurípedes Pedrinha que, quando foi nomeado o primeiro bispo para o Espírito Santo, D. João Batista Corrêa Neri apresentou um relatório, descrevendo o ambiente da província, do ponto de vista religioso. Sem mencionar a fonte em que se fundamentou, Novaes (1951, p. 83) cita entre aspas uma parte desse relato:

A maçonaria avassala tudo; raríssimas são as pessoas que não pertencem a essa sociedade secreta. O Arcipreste<sup>222</sup> nem do púlpito nem da imprensa tratou desse assunto; apenas em suas conversações, quando se oferecia ocasião, declarou a doutrina da Igreja e mostrou seu desgosto por esse fanatismo pela maçonaria.

Mencionadas por Novaes (1951, p. 83), as informações do Arcipreste dão a entender que não tratar do assunto "[...] nem do púlpito nem da imprensa, apenas em suas conversações, quando se oferecia ocasião", era um procedimento comum às autoridades católicas com relação à Maçonaria, nesse momento, no Espírito Santo. É provável que essa prática explique a não existência de pronunciamentos claros de D. Neri ou de D. Fernando contrários à Maçonaria, em geral, ou a Moniz Freire, em particular. Os procedimentos, entretanto, são indubitáveis: havia um conflito. Em seu livro biográfico, Novaes (1951, p. 83) menciona outros dados que parecem ser extraídos do citado relatório do Pe. Pedrinha:

A maçonaria e o positivismo dominam [...]. Em Cachoeiro de Itapemirim, a Loja "Fraternidade e Luz" congregava os elementos mais representantes da cidade. Era distinto, mesmo para as senhoras, pertencer à maçonaria. Tanto assim que se fundou na Barra do Itapemirim, a Loja Teodora, para o belo sexo. Espalhavam-se em todo o estado, as irmandades, cujos membros, com o tempo, foram qualificados 'maçons de opa'.

D. Neri chegou ao Espírito Santo em 18 de maio de 1897 (NOVAES, 1951), quando Moniz Freire já havia terminado seu primeiro mandato e se preparava para, daí a três anos, iniciar seu segundo mandato, exercido de 1900 a 1904. Em 3 de março de 1902, chegou a Vitória seu

---

<sup>222</sup> Conforme o *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 2010, p. 192, verbete *Arcipreste*), a palavra significa "[...] dignidade] conferida aos párocos de algumas catedrais ou colegiadas".



segundo bispo, D. Fernando de Sousa Monteiro. O *Estado do Espirito Santo*, de 9 de março de 1902, noticiou sua chegada. Na lista das autoridades civis e religiosas que foram recepcioná-lo não consta o nome o governador, o que, para a época, era incomum. O comércio, conforme Novaes (1951), ofereceu um banquete no Carmo e o primeiro brinde coube, entretanto, a Moniz Freire, informando, assim, que, nesse último evento, o governador se achava presente. De qualquer forma, segundo a sobrinha de D. Fernando, "[...] a mútua simpatia estreitou o Bispo e o Chefe do estado, porque, homens de cultura apurada, maneiras distintas à francesa, bem se compreenderam" (NOVAES, 1951, p. 115). Não agiriam de modo diferente dois diplomatas de países conflitantes.

D. Fernando participou de várias inaugurações, no segundo mandato de Moniz Freire, por exemplo, em março de 1902, quando foram inauguradas as estações de Estrada de Ferro, do Araguaia e Engenheiro Reeve (NOVAES, 1951). Por outro lado, Moniz Freire também procurava ter com ele relacionamentos diplomáticos, como manda a boa política. Por exemplo, quando, em 1903, inaugurou o trecho Santo Eduardo-Cachoeiro, da Estrada de Ferro, Moniz Freire foi visitar Dom Fernando na fazenda Monte Líbano (NOVAES, 1951). Nada disso, porém, impedia os atritos, certamente de bastidores, conforme atestava Pe. Pedrinha. Foi assim que Novaes (1951, p. 121) afirmou que, em Cachoeiro, com a influência da *Loja Fraternidade e Luz*, "[...] a Maçonaria arregimentava os homens para o combate sistemático à Igreja Católica. Mas D. Fernando, educador [...] bem avaliava que o melhor apostolado era o do ensino". Ou seja: sem conflitos abertos. É certo, entretanto, que Dom Fernando efetivamente desenvolvia um trabalho contrário à Maçonaria, conforme Novaes (1951, p. 205): "Inspirados na amabilidade de Dom Fernando, quantos futuros vicentinos se dedicaram à obra de Ozanam? Quantas senhoras se alistaram, espontaneamente, nas Damas da Caridade? Quantas renunciaram à Maçonaria?!...[...]"<sup>223</sup>.

Naquele início da República brasileira, era considerada uma posição conservadora ter relações mais próximas com a família imperial brasileira. Ora, D. Fernando, conforme Novaes (1951, p. 106-107), mantinha boas relações com os membros da ex-família real brasileira:

Datam, talvez dessa época [de sua sagração em Paris] as relações de D. Fernando com a Família Imperial Brasileira, amizade perpetuada, em cordial correspondência, durante os quatorze anos de seu episcopado [...]. Quantas vezes [...] ele recebia

---

<sup>223</sup> Antoine Frédéric Ozanam (1813-1853) foi um intelectual e ativista católico, fundador da organização de leigos chamada Sociedade de São Vicente de Paulo.

cartas da Princesa Isabel e retratinhos dos príncipes, enviados por S.A., 'para que o bispo abençoasse os novos brasileiros, nascidos longe da Pátria'.

Também há indícios de que Jerônimo de Sousa Monteiro partilhava de algumas ideias política e religiosamente consideradas conservadoras na época, provavelmente por influência do irmão bispo. Por exemplo, em 1917, na tribuna da Câmara dos deputados, por motivo da data de comemoração da unificação da Itália, chegou a declarar-se contrário a um telegrama de congratulações ao Parlamento daquele país, utilizando argumentos que denotam um conservadorismo católico, o qual se posicionou sempre contrário à Unificação Italiana:

[...] não posso concorrer com o meu voto para realçar uma data que relembra atos injustos do Poder italiano, desrespeitando os mais legítimos direitos da Igreja Católica Apostólica Romana e despojando-a violentamente de seus bens e propriedades. Católico e representante de um povo católico, na sua quase totalidade, cumpro restrito dever consignando a presente declaração (BRASIL, 1917, p. 422-423).

Moniz Freire representava uma posição ideológica diferente daquela exibida por D. Fernando e seu irmão Jerônimo Monteiro, conforme se pode inferir dos fatos aqui analisados. Moniz Freire era maçom e positivista convicto. Há farta documentação sobre o fato de que as ideias positivistas foram abertamente defendidas por ele. O jornal *A Província do Espírito Santo*, de 5 de setembro de 1882 (p. 1-2), traz, por exemplo, um longo artigo seu, defendendo com clareza as ideias de Augusto Comte, no 25º aniversário de seu falecimento, afirmando que "[...] sua filosofia é uma solução inabalável do vasto problema humano [e defendendo a] [...] sublime Redenção operada pelo Positivismo". Seu filho Radagázio Moniz Freire declarou, segundo depoimento de Alves (1963, p. 12):

Meu pai era positivista teórico, porque tinha por Augusto Comte e sua filosofia uma extraordinária admiração, sendo que a Sociologia deste era o seu livro de cabeceira, e objeto, pois, de leitura diária. Quanto ao culto, nunca o praticou e acredito mesmo, poucas vezes compareceu à capela da rua Benjamin Constant.

Ivan Monteiro de Barros Lins (2009), historiador do Positivismo no Brasil, menciona Moniz Freire e Cleto Nunes entre os parlamentares positivistas ou próximos, nas três primeiras legislaturas republicanas (1891 a 1899), e afirma também que Moniz Freire implantou no Espírito Santo uma Constituição Estadual de forte influência comtiana. Por outro lado, Afonso Cláudio, em sua *História da literatura espírito-santense* (1912, p.307), afirma sobre o amigo Moniz Freire: “As suas ideias filosóficas, em começo, obedeceram à doutrina do positivismo heterodoxo sob a direção de Littré; mais tarde à ortodoxia de Comte, quer na filosofia quer na política”.

O mesmo Lins (2009), autor da *História do Positivismo no Brasil*, informa que o positivista Silva Jardim fizera, em 1882, em Vitória, sete conferências sobre a educação considerada do ponto de vista do Positivismo, a convite do Presidente da Província do Espírito Santo, o também positivista Dr. Herculano Inglês de Sousa. Tal foi entusiasmo provocado pelas conferências, que *A Província do Espírito Santo*, dirigida por Moniz Freire e Cleto Nunes, adotou o calendário positivista, conforme se pode ler, por exemplo, na primeira página do periódico de 25 de agosto de 1882. Lins (2009) também informa que o presidente Inglês de Sousa nomeara promotor público de Vitória o positivista Generino dos Santos e que circulava na Capital do Estado o jornal *O Horizonte*, dirigido pelo simpatizante do Positivismo, Maximino Maia, que mantinha uma seção para estudantes, na qual estreou Nilo Peçanha, então aluno do Ateneu Provincial do Espírito Santo. Lins (2009, p. 285) também menciona como positivista outro amigo de Moniz Freire, Afonso Claudio, que "[...] também foi íntimo do redator-gerente de *O Horizonte* - Maximino Maia". Vê-se que era realmente marcante a presença do ideal positivista na Vitória do final do século XIX e início do século XX.

Em 1903, D. Fernando já era bispo do Espírito Santo, quando um conhecido pregador e polemista católico, Pe. Júlio Maria (1850-1915) fez, na catedral de Vitória, uma série de conferências que foram duramente criticadas pelo positivista e amigo de Moniz Freire, Graciano dos Santos Neves, em artigo intitulado *Meia Ciência*, no jornal *Estado do Espírito Santo* (Vitória, p. 1, 2 jul. 1903). Entretanto, segundo Lins (2009, p. 290), "[...] a figura mais eminente do Positivismo capixaba foi o Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire [...]".

Dado o prestígio do bispo D. Fernando entre seus familiares e entre os capixabas em geral, tudo leva a crer, assim, que, muito provavelmente, o prestígio do maçom Moniz Freire fora solapado pela nova oligarquia que passou a dominar o Espírito Santo, a partir de Jerônimo Monteiro. Uma análise das tramas políticas de então permite-nos inferir essa ideia, sobretudo se considerarmos que, depois que passou a dirigir o governo do Estado, Jerônimo encaminhou, conforme Silva (1993), adotou uma estratégia de reunir todas as forças políticas num só partido, o que se deu em 4 de abril de 1908, com a fundação do *Partido Republicano Espírito-Santense*, evento que consolidou a liderança do novo governador eleito naquele ano.

Amigo de Moniz Freire, Torquato Moreira foi dos raros a protestar, afirmando “[...] confiar pouco nas vantagens de um Partido sem outro que a ele se opusesse” (NOVAES, 1979, p. 145). Igualmente Graciano dos Santos Neves não se conformou com a ideia de que todos os

partidos houvessem se fundido no *Partido Republicano Espírito-Santense* e, “[...] em consequência, extinguido a oposição ao governo do estado” (NOVAES, 1979, p. 146). Foi enorme a campanha movida, a partir daí, pela imprensa, contra Jerônimo Monteiro e seu partido único. Infelizmente, não existem nos arquivos os exemplares dos jornais que continham esses artigos, pois “[...] foram destruídos [...]” (NOVAES, 1979, p. 50) por um jornalista que se arrependera dos ataques que, naquele momento, fazia contra Jerônimo e seu irmão D. Fernando, bispo de Vitória.

De qualquer forma, a ascensão de Jerônimo Monteiro que envolveu toda uma movimentação política – com articulações, alianças e conflitos – também era elucidativa do agir político de Moniz Freire e do fim de sua liderança. Trata-se da construção do sucessor de Henrique Coutinho (1904-1908), em meio à grave crise por que passava a política capixaba, motivada pela ruptura ocorrida em 1905 dentro do *Partido Republicano Construtor* e que envolvia a capacidade de liderança de Moniz Freire. O que fazer para pacificar a família capixaba, dividida pelas brigas políticas ocasionadas pela divisão do *Partido Construtor*? Era o que muitos, então, se perguntava no Espírito Santo.

Silva (1993) afirma que, para o ano eleitoral de 1907, surgiram novas articulações políticas que permitiram que a facção do *Partido Republicano Construtor*, liderada pelo Coronel Henrique Coutinho, buscasse uma aliança com Jerônimo Monteiro do *Partido da Lavoura*, fazendo com que esse fosse indicado como candidato único na convenção realizada em 16 de outubro de 1907. Divergiram dessa orientação algumas lideranças, entre as quais o então monsenhor Eurípedes Pedrinha e José Gomes Pinheiro Jr.

Entretanto, tudo leva a crer que a opção por Jerônimo Monteiro havia sido também uma escolha feita por Afonso Pena, Presidente da República desde 1906, e que agira por meio do influente político mineiro João Luís Alves. Tanto mais que Jerônimo Monteiro tinha por sogro o comendador Cícero Bastos o qual, embora mineiro de nascimento, residiu por vários anos no Estado de São Paulo onde, em meio ao funcionamento da política do café com leite, exercia influência política e abria muitas portas para o genro capixaba (NOVAES, 1979).

Em conversações para resolver o problema da sucessão no Espírito Santo dividido politicamente, entraram em articulação Moniz Freire, Bernardo Horta e João Luís Alves que sugeriu o nome de Jerônimo Monteiro. O próprio Moniz Freire (1911) relatou o que João Luís Alves lhe dissera: "Eu [João Luís Alves] penso que a situação do Espírito Santo se modificará, e que o seu partido melhorará de sorte, se você fizer um acordo com a família Monteiro. Você sabe a importância que tem no estado o bispo [...]", ao que Moniz Freire retrucou: "Sou amigo do bispo, aprecio-o como homem de fina educação e tenho-o por um patriota, mas receio que os meus amigos tenham objeções a essa proposta [de escolha do Jerônimo Monteiro]" (BRASIL, 1911, p. 164).

Notamos aí o papel fundamental e provavelmente decisivo que o bispo D. Fernando exerceu na escolha do nome do irmão, conforme também já analisamos. Bernardo Horta, Dr. Siqueira Lima, Cleto Nunes, Dr. Graciano dos Santos Neves, todos maçons e amigos de Moniz Freire, não aceitaram a proposta. Diante dessa relutância, foi procurado, então, Dr. Afonso Pena, a quem Moniz Freire expôs as dificuldades e sugeriu:

E porque [sic] não levantamos a candidatura do Bispo? Ele é da família Monteiro, é espírito-santense, homem ponderado, um espírito reto; porque não faria o sacrifício de trocar as vestes talares pela cadeira de Presidente do Espírito Santo? Seria um relevantíssimo serviço que nós o solicitaríamos a prestar neste momento difícil da política do estado (BRASIL, 1911, p. 165).

Dr. João Luís Alves afirmará, posteriormente, que não acreditava que D. Fernando "[...] ligado como é a Igreja, seja capaz de renunciar ao episcopado para aceitar a presidência do estado". Tempos depois, D. Fernando foi ao Rio de Janeiro conferenciar com Afonso Pena e declarou que não aceitaria essa indicação. Moniz Freire sugeriu, então, ao negociador, João Luís Alves, outro nome, seu amigo Domingos Rocha, capixaba que já havia governado Minas Gerais e era professor da Escola de Minas de Ouro Preto. Junto com Afonso Pena, foram combinados alguns nomes de políticos influentes que poderiam procurar e obter o consentimento do candidato sugerido.

Estavam as conversações nesse patamar, quando Jerônimo Monteiro saiu do Rio de Janeiro para Vitória e lá se anunciou pela imprensa que Henrique Coutinho adotara o nome de Jerônimo Monteiro para seu candidato. Moniz Freire afirmou que seu primeiro impulso foi "[...] resistir a todo transe à candidatura do sr. Jerônimo Monteiro" (BRASIL, 1911, p. 168).

Entretanto, a pedido de um amigo comum, o político paulista Dr. Manoel Pedro Villaboim,<sup>224</sup> Moniz Freire aceitou a candidatura proposta. E Jerônimo Monteiro tornou-se, então, o governador do Espírito Santo. Começou, aí, uma nova liderança: a dos Souzas Monteiro. Novo capital simbólico e novo capital político produzirão, com certeza, nova identidade política para o Espírito Santo, fundamentada em novas representações sociais, diferentes daquelas em que se fundamentou Moniz Freire.

Ora, o prestígio de D. Fernando não só contribuiu para alçar ao poder seu irmão Jerônimo e a oligarquia dos Souzas Monteiro, mas com certeza também solapou o capital político que o positivista Moniz Freire construía ao longo de décadas. Por outro lado, Afonso Pena enviara um político mineiro, João Luís Alves, para promover a candidatura de Jerônimo Monteiro ao governo do Estado em 1908. A questão já estava então decidida pelos que comandavam a *Política dos Governadores*. Nesse sentido, Banck (1998, p. 60) cita o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, de 14 de novembro de 1908:

Fervia a politicalha do Estado do Espírito Santo, devido à escolha do futuro presidente do Estado. Os homens d'ali foram avisados de que o deputado Alfredo Ruy Barbosa, de passagem para a Bahia, levaria uma carta com a indicação do nome do candidato. O navio demoraria no porto, permitindo que ao emissário fosse oferecido um banquete. Na hora solene os comedores estavam nervosos, inquietos... No fim do banquete o deputado Alfredo Ruy tirou a carta do bolso e entregou ao destinatário, que o leu com solenidade. Foi geral o espanto. Daquele envelope de surpresas saiu o nome de D. Jerônimo Monteiro. Começaram então os aplausos. O sol nascente é sempre muito bonito. O governo que vai começar será sempre melhor do que o que vai acabar.

Vê-se, por meio desses episódios, que a campanha contra Moniz Freire e a ascensão de Jerônimo Monteiro se achavam intimamente ligadas pela ação conjugada da *Política dos Governadores* e das tramas da Igreja Católica local que, conforme já se viu, nesta tese, colocava-se francamente pelo Jesuitismo contra o Positivismo e a Maçonaria, defendidos por Moniz Freire. Silva (1993, p. 23) declara que, a partir da fundação do *Partido Republicano Espírito-Santense* (PRES), no plano federal, havia se consolidado a *Política dos Governadores*, "[...] o que vai dificultar o surgimento de oposições consistentes nos estados [...]". Ou seja, ficava dificultada a possibilidade de oposição por parte do positivista e maçom Moniz Freire.

---

<sup>224</sup> Político e jurista influente, Dr. Villaboim (1867-1937) também estudou na Faculdade de Direito de Recife e desenvolveu grande atuação especialmente no Estado de São Paulo. Exercera a magistratura no Espírito Santo, no final do Império.

Começava, assim, a oligarquia dos Souzas Monteiro. Mas tratava-se, como se vê, de uma movimentação política iniciada bem antes de 1908. Em 1900? Em 1905? Há notícias de que, no ano de 1905, surgiram "[...] casos difíceis, trabalhosos, consequências das invectivas de espíritos convictos de independência ou de intromissões vezeiras da polícia nas atribuições peculiares aos vigários" (NOVAES, 1951, p. 166). A biógrafa dos Souzas Monteiro narra vários atritos provocados, segundo ela, por pessoas contrárias à presença de padres nas cidades, até fazendo com que Dom Fernando escrevesse ao Presidente do Estado, Henrique Coutinho, pedindo providências. Trata-se do mesmo coronel Coutinho que então convidava Dom Fernando para inaugurações de seu governo, "[...] promovia listas de donativos para o Santuário da Penha [...]" (NOVAES, 1951, p. 199) e sugeriu o nome do próprio Dom Fernando para Presidente do Estado. Conforme já se analisou, a proposta do bispo foi o nome de seu irmão Jerônimo de Sousa Monteiro. Novaes (1951, p. 206) narra os efeitos dessa escolha:

[...] aproximava-se a renovação do Governo Estadual. A 16 de outubro [1907], a convenção do Partido Construtor indicou o nome de Jerônimo à Presidência do estado. Logo, a grande manifestação popular ao candidato em foco invadiu a Rua José Marcelino. Teve, assim, o Palácio Episcopal uma noite festiva, assinalada pela oratória de Thiers Veloso.

Durante todo o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), foi grande a parceria com o irmão bispo. Nenhum pronunciamento conhecido, contrário a Moniz Freire ou a suas ideias. Nada escrito a respeito do Positivismo ou da Maçonaria. É, talvez, a regra explicitada anteriormente pelo Pe. Pedrinha (NOVAES, 1951, p. 83): não tratar do assunto "[...] nem do púlpito nem da imprensa, [...] apenas em suas conversações, quando se oferecia ocasião". Algumas atitudes, entretanto, revelam o conflito. Assim, por exemplo, D. Fernando não compareceu a nenhum evento, quando das vindas dos Presidentes da República Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca ao Estado. Ambos eram maçons, o primeiro até recebeu homenagem da Loja *União e Progresso*, de Vitória (FRAGA, 1995?). Nas duas visitas, D. Fernando não se fez presente, pois encontrava-se "em visita pastoral" pelo interior do Estado (NOVAES, 1951), procedimento indicativo de óbvia crítica, em se tratando de visitas presidenciais à Capital de um Estado cujo governador era irmão do bispo.

Pesquisando sobre a educação no mandato de Jerônimo Monteiro (1908-1912), Franco (2006b, p. 105) constata que, "[...] apesar de o Estado ter-se desvinculado do catolicismo após a proclamação da República [...], elites dominantes e Igreja Católica nunca romperam

definitivamente seus laços". Aplicando essas reflexões exatamente ao caso do relacionamento entre D. Fernando e Jerônimo, Franco (2006b) exemplifica com a fundação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora que teve como marco o ano de 1902, quando se iniciou o episcopado de D. Fernando de Souza Monteiro: "[...] o sucesso do Colégio do Carmo [nome com o qual também era conhecido o educandário católico] esteve ligado ao apoio que a associação Igreja e Estado lhe destinou". Franco (2006b) cita que, em 1908, o prédio do colégio só não foi devolvido ao Governo Federal porque, nesse sentido, agiu o Presidente do Estado a favor da causa do bispo, seu irmão.

Jerônimo e D. Fernando trabalhavam tão juntos, que o primeiro se reunia várias vezes com o irmão, para lhe comunicar muitas obras que desenvolvia no Estado. É nesse sentido, por exemplo, que pode ser interpretada a presença de D. Fernando em muitas inaugurações. Novaes (1979, p. 209, grifo nosso) comenta que essa união entre os irmãos fez com que se confirmasse

[...] a força daquela **trindade fraterna** de 1907, porque embora votado, inteiramente, à Igreja e à elevação das almas, segundo a Doutrina do Evangelho e a pureza da Liturgia Católica, Dom Fernando secundou, valiosamente, a obra educacional e humanitária do irmão Presidente, enquanto no Senado, erguiam-se a lógica enérgica e a sólida cultura de Bernardino [Monteiro, irmão dos dois], para fulminar investidas maldosas.

Como símbolos do Estado, é interessante notar, também aí, a presença de D. Fernando e do assim chamado jesuitismo. Havia o Dr. Jerônimo, pelo Decreto nº 455, de 7 de setembro de 1909, instituído o grande Selo; pelo Decreto nº 456, do mesmo dia, o Escudo das Armas do Estado; e a 5 de dezembro de 1910, o Distintivo Presidencial. Ora, "[...] todos os símbolos com as cores azul e rosa [...]. Eram as cores de um Clube Abolicionista, de Benevente [...] e que muito havia colaborado na Campanha Republicana. Eram igualmente as vestes de Nossa Senhora da Vitória, Padroeira da Capital do Estado [...]" (NOVAES, 1979, p. 205). Mais adiante Novaes explica: "Justificavam-se portanto as cores adotadas, conforme os entendimentos do Presidente com seu irmão, o Sr. Bispo Diocesano [...]". Por fim, a divisa do Estado (NOVAES, 1979, p. 206), presente nos Selos, *Trabalha e Confia*, "[...] inspirada certamente na formação religiosa do Presidente, que remontava ao Colégio São Luís, em Itu, dirigido pelos sacerdotes jesuítas de Santo Inácio de Loiola: - 'Trabalha, como se tudo dependesse de ti; Confia, como se tudo dependesse de Deus'."



Tem-se a impressão de que, intencionalmente, o *Trabalha e Confia* seria uma réplica ao *Ordem e Progresso*. É o Jesuitismo contra o Positivismo. Trata-se de uma hipótese que veste como uma luva em meio ao que se pode inferir das análises aqui feitas, fundamentadas nas fontes consultadas. Talvez se pudesse utilizar, nesse caso, o conceito de luta de representações que Chartier (1990, p. 17) afirma serem de "[...] tanta importância como as lutas econômicas, para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio".

Novaes (1951, p. 259), que conviveu com seu tio, D. Fernando, presta um interessante depoimento sobre o papel desse bispo, até no período eleitoral que preparou a eleição de Bernardino Monteiro em 1916: "Esboça-se, então, nova campanha política e o *Partido Republicano Espírito-Santense* apresentou Bernardino candidato à sucessão [...]. Mais um motivo para que a oposição enxovalhe o nome da família Monteiro, com o alvo certo em Dom Fernando".

Não eram totalmente desprovidos de razão os adjetivos que, na época, os opositores de Jerônimo Monteiro utilizavam quando se referiam a seu nome: "conde papalino". De fato, o governador recebera essa comenda do Vaticano. Trata-se de uma honraria meramente decorativa e não transmissível, conferida pela Igreja Católica, mas que, naquele momento, tinha uma grande significação simbólica, em meio aos conflitos entre o jesuitismo e o modernismo condenado por Pio X, o papa que governou a Igreja católica praticamente durante todo o episcopado de D. Fernando. Como mero exemplo, citamos o jornal *Estado do Espírito Santo* (Vitória, p. 1, 10 out. 1909) que reproduz um artigo do *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), com críticas a Jerônimo Monteiro a quem se refere como conde por seis vezes na pequena extensão de quatro parágrafos.

Logo depois de eleito Jerônimo Monteiro governador do Estado, morria o senador Cleto Nunes e pensou-se, então, no nome do barão de Monjardim para sucedê-lo. Assim se posicionou Moniz Freire:

[...] dada a eleição do Sr. Jerônimo Monteiro, sem hostilidade nossa, e antes com simpatia e apoio de uma parte dos meus amigos, apoio que eu condenei positivamente, declarando que a minha recomendação fora apenas a abstenção no pleito, pareceu-me que era boa oportunidade para o eleito dar uma prova de seus sentimentos benévolos, aceitando essa indicação (BRASIL, 1911, p. 168-169).

Mas Jerônimo Monteiro não quis apoiar a proposta de Moniz Freire e a vaga foi preenchida pelo mineiro João Luís Alves, tido então como o "ramo de oliveira", um elemento conciliador da política capixaba, conforme Novaes (1979).

Moniz Freire afirmou que o novo governo não cumprira seu papel de conciliação e de harmonia que anunciara e que "[...] seu plano era destruir a oposição, humilhando-a [...], [anunciando] a extinção do partido oposicionista e de todo o meu prestígio político na minha terra natal" (BRASIL, 1911, p. 170), ao que ele questiona, dizendo ter a seu lado "[...] a flor dos homens de talento do Espírito Santo, toda a nossa elite intelectual [...]; Afonso Claudio, Graciano Neves, [...] monsenhor Pedrinha, [...] Constante Sodré [...]" (p. 170). Por outro lado, "[...] tudo quanto no Espírito Santo tem talento, tem valor, tem um passado político e influência pessoal legítima, se encontra de meu lado na condenação ao Sr. Monteiro e ao seu Governo" (BRASIL, 1911, p. 172). Igualmente "[...] no seio da colônia espírito-santense do Rio de Janeiro, colônia que é bastante numerosa, não há talvez seis pessoas desinteressadas que sejam apologistas da administração do Sr. Jerônimo Monteiro" (p. 172). De qualquer forma, tratava-se de uma administração que subiu com o apoio de Afonso Pena e que, segundo Moniz Freire, em seu discurso no Senado (BRASIL, 1911, p. 172), conquistou "[...] a admiração e as consagrações do Sr. Presidente da República [...]".

Convicto, porém, de que era grande seu prestígio no Espírito Santo, Moniz Freire desafiou Jerônimo Monteiro a concorrerem a uma eleição qualquer, para mostrar, segundo ele, "[...] se ainda vale alguma coisa o meu prestígio no Espírito Santo" (ESPÍRITO SANTO, 1911, p. 172). É interessante observar que o monsenhor Pedrinha, a quem ele se refere em seu discurso, era o monsenhor Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha, um dos padres que sofrera dura perseguição do bispo D. Fernando de Souza Monteiro, ficando inclusive privado de atuar como vigário. A esse respeito, a Câmara dos deputados registra em seus anais, em 11 de julho de 1916 (BRASIL, 1916, p. 740), uma denúncia do jornalista Affonso Lyrio:

Por esse tempo [do governo Jerônimo Monteiro] os eclesiásticos alienígenas [estrangeiros] começaram a invadir o estado, atraídos por instantes chamados do bispo [...]. Os poucos clérigos nacionais foram, pois, alijados; nem outro resultado se poderia esperar [...] e não se resignariam a que o prelado por superior na hierarquia da igreja os espezinhassem [sic] e deprimissem [sic] por efeito das suas sãs ambições pessoais.

Em 1911, ainda no Senado, Moniz Freire fez várias outras denúncias contrárias a Jerônimo Monteiro, no que diz respeito, por exemplo, à dívida do *Banco da República*, liquidada por Jerônimo Monteiro, quando ainda não havia tomado posse como Presidente do Estado do Espírito Santo: "[...] o que o Banco recebeu não foi o que o estado entregou para este pagamento. Aí é que está todo o eixo do escândalo" (BRASIL, 1911, p. 162). Já em 1912 (BRASIL, p. 51), em sessão de 7 de agosto, Moniz Freire afirmava que, na mesma ocasião em que praticara "esse estelionato" mencionado, Jerônimo Monteiro, como procurador de Henrique Coutinho, negociava com a Leopoldina a venda da *Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo*, por um valor inferior a um terço do que a estrada havia custado ao Estado e que "[...] a Leopoldina foi quem ditou ao estado em que deveria empregar o dinheiro pago por ela [...]".

No final de seu discurso, afirmava também que era grande a dívida do Estado do Espírito Santo, sem que ninguém soubesse como foi dissipado o imenso acréscimo feito à dívida anterior, "[...] para se chegar a esta cifra fantástica; e porque era necessário apresentar serviços para justificar o consumo criminoso, a evaporação de tamanha soma, tratou-se de iluminar a Vitória e de construir palácios desnecessários" (BRASIL, 1912, p. 54). Em 1912, acusando novamente Jerônimo Monteiro de estelionatário, conseguiu (BRASIL, 1912) que não fosse nomeado diretor-geral dos Correios da República, como pretendia.

No Senado, Moniz Freire (1904-1914) teve como companheiros Bernardino Monteiro (1909-1916), irmão de Jerônimo, e João Luís Alves (1908-1920),<sup>225</sup> parente distante do novo governador e que, embora mineiro, fora eleito senador pelo Espírito Santo. Moniz Freire fez algumas longas intervenções no Senado, por exemplo em 21 de novembro de 1906, sobre o que foi estabelecido pelo *Convênio de Taubaté*, e em 5 de agosto de 1907, sobre a valorização do café. Em 11 de agosto de 1911 e 7 de agosto de 1912, pronunciou-se, fazendo denúncias contra Jerônimo Monteiro. Em 1909, 1910 e 1913, fez importantes discursos sobre o voto secreto, que defendia com muita firmeza. Segundo Franco (2003, p. 51), entre os senadores que o apoiaram nesse projeto, "[...] destaca-se Ruy Barbosa, que foi o primeiro a felicitar Moniz Freire pela iniciativa". Também realizou conferências para a *Associação Cristã de Moços*, em 1908, e para o *Instituto dos Advogados*, em 1910. Seu jornal, o *Estado do Espírito Santo*, fechou as portas em 1911, depois de ter sofrido um atentado. Ainda procurou se envolver na luta política nacional, em 1913, participando da fundação do *Partido Republicano*

---

<sup>225</sup> Os dados referentes à permanência de políticos no Senado brasileiro foram buscados no *site* oficial do Senado: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

*Liberal*, liderado por Rui Barbosa, seu amigo, ao lado de quem Moniz Freire participara em 1910, na Campanha Civilista.

Era grande seu prestígio na política nacional, ao mesmo tempo em que não se firmava mais na política capixaba. Assim, ao longo de suas falas no Senado Federal, Moniz Freire nunca deixou de se manifestar pelo Federalismo e contrariamente ao poder exorbitante de que dispunham os Presidentes da República, "His Majesty the President", conforme denominação de Chacon (1985, p. 61).

Também se manifestou contra a "subserviência" que a muitos orientava na vigência da *Política dos Governadores*. Na sessão de 25 de agosto de 1913 (BRASIL, 1913a, p. 167), por exemplo, ele se lamentava: "O Brasil é hoje uma nação infeliz [...] e substituímos por toda parte a resistência pela subserviência". Na mesma sessão (BRASIL, 1913a, p. 173), analisou o funcionamento da política brasileira naquele momento histórico:

Apelo para a consciência de todo o Senado e de todos os brasileiros, perguntando, sem esperar que me respondam, se conhecem alguma monarquia no mundo civilizado, onde o rei ou o imperador exerça de fato o império de que dispõem os Presidentes e Governadores dos nossos estados? [...] Quem os contraria se pode considerar homem ao mar.

E conclui mais adiante: "Somos uma República in-nomine; uma Monarquia de fato" (BRASIL, 1913a, p.177).

Seu conceito do que seja a *Política dos Governadores* é bastante pertinente, quando afirma que (BRASIL, 1913a, p. 178)

[...] no Brasil [...] a política republicana tem sido apenas um sindicato de exploração do poder, organizado para a defesa mútua dos empregos, das posições e dos interesses dos seus associados. O segredo do sistema consiste apenas nisto: os Deputados e Senadores apóiam o Governo Federal, que sustentam os Governos estaduais, que fazem os Deputados e Senadores.

É interessante notar que, em dado momento de sua fala, na sessão de 26 de agosto de 1913, Moniz Freire fez uma crítica ao absolutismo de Luis XIV, ao que foi aparteado por João Luís Alves – o político mineiro, senador pelo Espírito Santo e defensor de Jerônimo Monteiro –, aqui citado várias vezes e que se levantou em discreta defesa do autor do "*L'État c'est moi*".<sup>226</sup>

---

<sup>226</sup> Frase que significa "O Estado sou eu", atribuída ao rei Luís XIV da França.

"Pontos de vista; a crítica do reinado de Luís XIV é um ponto de vista" (BRASIL, 1913b, p. 188).

Na mesma sessão (BRASIL, 1913b, p. 207), Moniz Freire manifestou o porquê de tomar uma das atitudes consideradas mais surpreendentes de sua vida, que foi o apoio à candidatura do irmão de Jerônimo Monteiro, Bernardino Monteiro, à Presidência do Estado do Espírito Santo, em um momento em que essa candidatura estava sendo contestada até pelo Governo Federal. Moniz Freire (1913b), coerente com as ideias aqui expressas, declarou:

Deposição de governadores, de congressos estaduais a coice de armas, a golpes de subterfúgios ridículos, sob pretextos ultrajantes de respeito à autonomia regional, tudo isto se tem praticado autoritariamente, imperiosamente, por ordem dos Presidentes da República, sem outro título à obediência nestes excessos criminosos senão o *quia nominor leo*.<sup>227</sup>

Entendemos, assim, que o apoio a Bernardino Monteiro emergia da defesa da autonomia que caracterizava o pensamento político de Moniz Freire. Ao fim do governo de Marcondes Alves de Souza (1912-1916), quando da propaganda eleitoral para a sucessão estadual, o Espírito Santo passou por grandes embates políticos, tendo se dividido entre os partidários de José Gomes Pinheiro Júnior e Bernardino Monteiro, que teve sua vitória reconhecida, o que provocou nos partidários daquele a tentativa de organização de um segundo governo, com sede em Colatina, em um episódio que ficou conhecido como *a Revolta do Xandoca*, nome derivado do apelido de Alexandre Calmon, influente político que se aliou aos opositores de Bernardino. Segundo Bou-Habib (2007, p. 4), a "[...] oposição compareceu estimulada pelo Governo Federal, enfrentando a oligarquia Souza Monteiro [...]". Ora, esse estímulo do Governo Federal só poderia levar Moniz Freire, em consonância com o que pregava no Senado Federal, a defender o grupo que estivesse do lado da *autonomia* dos estados e da "resistência" contra a "subserviência". Foi o que fez, em seu manifesto *A minha atitude*, publicado no *Diario da Manhã* (Vitória, p. 1-2, 22 jan., 1916).

Ele começa seu manifesto, afirmando: "Sou e continuarei infenso ao movimento de hostilidade que se está fazendo contra a candidatura do Sr. Senador Bernardino Monteiro a sucessão presidencial do estado" (DIARIO DA MANHÃ, 1916, p. 1). Em seguida, fez

---

<sup>227</sup> Expressão latina que significa *Porque me chamo leão*, em referência à fábula de Esopo, *O leão e o cordeiro*.

referência ao fato de ter sido procurado pelo Presidente da República e declarou estar disposto a promover "[...] com o máximo interesse o acordo geral e a harmonia da família espírito-santense [...]" (p. 1). Considera, entretanto, a posição de Wenceslau Brás "injusta" e defende o governo de Marcondes de Souza que sucedeu Jerônimo Monteiro e apoiava seu irmão Bernardino. Critica Jerônimo Monteiro, mas afirma que, com relação ao irmão, "[...] jamais encontrarão até aqui em sua vida pública ou privada, fato a alegar que o desabone ou diminua" (p. 1). E conclui:

Estou plenamente convencido de que a candidatura do Dr. Bernardino Monteiro representa, neste momento a resistência do Espírito Santo autônomo, contra um movimento que, por inúmeras razões se pode suspeitar de haver sido planejado, urdido e planejado, à revelia dos seus verdadeiros interesses e com o menosprezo latente dos espírito-santenses [...] (DIARIO DA MANHÃ, 1916, p. 2).

Nesse Manifesto de apoio à candidatura de Bernardino Monteiro ao governo do Espírito Santo, Moniz Freire (DIARIO DA MANHÃ, 1916, p. 1) declara:

Quanto à política estadual, a minha maior aspiração é ver o Espírito Santo de novo entregue à direção dos seus filhos mais ilustres, parte deles postos fora de todos os cargos, corridos, obrigados ao êxodo, esquecidos e substituídos desvantajosamente para o estado, que faz hoje o papel de um burgo podre deplorável em torno do qual gravitam as ambições mais disparatadas, todos os seus destinos dirigidos de fora, por gente que lhe é estranha, e que no mínimo o despreza. Doe-me no fundo da alma ver o descaso com que ele é tratado, ouvir os escárneos que lhe são prodigalizados, as chacotas de que se acompanha a repartição dos nossos despojos [...].

Foi essa uma de suas últimas manifestações públicas a favor de seu estado natal, defendendo as mesmas posições que o caracterizaram desde que iniciou sua vida política no Espírito Santo. A falta de autonomia, o abandono e o desprezo ao Espírito Santo são aí novamente lembrados por ele. Foi uma de suas últimas tentativas de ainda buscar o brilho da estrela "intrrometida" por meio de uma atuação que pudesse fazer retornar à vida pública capixaba os pilares da identidade política criada por ele.

Pouco tempo depois, ele publicou no *Correio da Manhã*,<sup>228</sup> do Rio de Janeiro, um longo artigo, sob o título *Política do Espírito Santo*, em que procurava indicar que, no fundo, seu apoio a Bernardino Monteiro não significava uma tomada de posição simplesmente personalista, mas que visava ao bem do Estado do Espírito Santo. Foi sua última manifestação de apreço pelo estado que defendeu e pelo qual lutou.

---

<sup>228</sup>O exemplar que pesquisamos é original e faz parte da coleção cedida ao Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco pelo doutorando José Mauriene Araújo Felipe (Ufes), contendo recortes originais de vários artigos escritos por Moniz Freire para o *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro.

FIGURA 7 – Último documento público: Moniz Freire manifesta sua real posição em frente a Bernardino Monteiro

Eis ahí tudo a que a se reduziram os meus *conchavos*. Todo homem de bem que me lêr comprehenderá e me fará a justiça de verificar que nada alienei da minha dignidade, e da minha independencia, para sentir qualquer embaraço, silenciando se me parecer opportuno, ou combatendo, se me conviesse, a situação dominante no *Es-pirito Santo*.

Fôra justo que eu continuasse apoiando o Governo que ajudei a crear; mas elle proprio devia prever, e seguramente previa, que, transformado no que se transformou, só poderia contar com a minha hostilidade, por mais enojado que eu me sinta das lutas politicas. Ainda quando me achasse sem a menor disposição para ellas, esta publica manifestação seria mister que eu a fizesse, para resalva do meu nome, da minha coherencia, e para não deixar correrem, sem a minha contradita, as intrigas dos meus desaffectedos.

**MONIZ FREIRE**

Fonte: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3 [1918?].

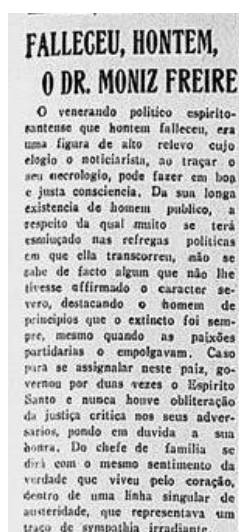
Trata-se de uma réplica às críticas que haviam sido feitas ao seu artigo *A minha attitude*, publicado no *Diario da Manhã*. Ele (*CORREIO DA MANHÃ*, 1918?, p. 3) inicia afirmando que "[...] nem antes, nem durante, nem depois da campanha de que resultou a eleição do Dr. Bernardino Monteiro, houve a menor aproximação entre mim e o Dr. Jerônimo Monteiro". Em seguida, sobre suas ligações políticas com Bernardino, ele pontua:

Eu estaria disposto a isto [ficarmos ligados politicamente], cheguei a formular bases gerais para uma completa reorganização política do estado, que aproveitasse a todos os nossos homens capazes, sob a chefia do velho chefe da propaganda, o Dr. Afonso Claudio. Ele aceitou essas bases, com uma ligeira modificação em que convim [...].

Isso não ocorreu, porque "[...] depois de empossado, ele [Bernardino Monteiro] tomou seu rumo, nunca me ouviu, nem eu procurei fazer-me ouvido, sobre coisa alguma" (CORREIO DA MANHÃ, 1918?, p. 3). A pretendida aliança não mais seria possível, "[...] depois que o Dr. Bernardino fez aclamar o seu irmão chefe do partido governista, o *factotum*, e inspirador de sua política, restaurando no domínio, de que o coronel Marcondes limpamente o alijara, dos povos e terras do Espírito Santo" (p. 3). A proposta que atraía Moniz Freire havia sido a de que, eleito, Bernardino Monteiro procuraria "[...] chamar a si todos os Espírito-Santenses capazes, dissipando todos os ressentimentos [...]" (1918?), ou seja, harmonizando as diversas posições políticas, a fim de unir os capixabas em defesa do interesse do Estado, o que não aconteceu, obrigando Moniz Freire a continuar sozinho sua luta política com o objetivo de "[...] um dia vir a salvá-lo [o Estado do Espírito Santo] do **opróbrio** [...]" (p. 3, grifos nossos). E afirma, no último parágrafo: "[...] por mais enojado que eu me sinta das lutas políticas [...]" (p. 3). Essa foi, com certeza, sua última tentativa para colocar em prática os pilares da identidade política que ele criara para o Espírito Santo e que, naquele momento, dava sinais de que caíra em profundo esquecimento e entrara em pesado e triste crepúsculo.

Corria o ano de 1918. Moniz Freire ainda concorreria a mais uma eleição para o Senado Federal, competindo com Jerônimo Monteiro. Perdeu a eleição. Iniciado em 1908, com a fundação do *Partido Republicano Espírito-Santense*, o crepúsculo evoluíra e se transformara em noite. Era o mês de março. Dias depois, em 3 de abril de 1918, no Rio de Janeiro onde morava, morria José de Mello Carvalho Moniz Freire (Figura 8).

FIGURA 8 – Fragmento de notícia da morte de Moniz Freire



Fonte: *Correio da Manhã*, Riode Janeiro, 4 abr. 1918.



O jornal carioca escreveu elogiosamente um resumo de sua vida e, tratando de uma de suas fases na vida pública capixaba, fez dele um elogio que sintetiza a visão e a prática políticas que o caracterizaram:

Guarde-se no Espírito Santo a memória dos seus discursos e pareceres: os primeiros, assinalados por uma inteligência sem tropos, embora calorosa, sempre empolgante, pelo poder de uma dialética precisa com a medida da proporção; e os segundos, mostrando o estudioso, o homem de gabinete que, malgrado o ambiente negativo da província, se comprazia em aprofundar as questões, de as esgotar e, invariavelmente, de as resolver.

Moniz Freire procurara com veemência projetar o Espírito Santo no cenário nacional e, para isso, dedicou-se a incontáveis e preciosas articulações políticas que levassem o êxito a essa difícil tarefa de trabalhar para o sucesso de um Estado representado como "satélite", de pequena capacidade econômica e pouco poder político. Internamente, procurou harmonizar, sempre que possível, a política capixaba, tendo em vista a grandeza de seu torrão natal.

Pode-se, com certeza, dizer que José de Mello Carvalho Moniz Freire construiu uma identidade política capixaba, fundada em representações que se manifestavam em importantes parcelas da elite capixaba e caracterizada por trilhar um difícil caminho de mágoas, em busca de um conjunto de sonhos que só poderiam ser efetivados por árduas articulações políticas. Em meio a mágoas, buscou sonhos que conduziram ao *brilho da estrela "intrrometida"*, construindo, assim, uma identidade política que caracterizou o Espírito Santo entre 1882 e 1908.

Eram 3 de abril de 1918, no oitavário da festa comemorativa de Nossa Senhora da Penha, considerada, por muitos, no Espírito Santo, juntamente com a moqueca capixaba, a panela de barro e o congo, uma das expressões da identidade cultural capixaba, quando morreu José de Melo Carvalho Moniz Freire, que possuía, em sua certidão de batismo (L.004, 1851-1862, p. 191), registrada a informação de que ele tinha como "protetora N. S. da Penha".

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tornou evidente, no Espírito Santo entre 1882 e 1908, a forte presença de características políticas moldadas por José de Melo Carvalho Moniz Freire que, em seu discurso e suas práticas políticas, incorporou representações sobre a província/estado capixaba, disseminadas em importantes segmentos da elite política e econômica do Estado no período monárquico (1822-1889) e na Primeira República (1889-1930).

Tratava-se de um conjunto de características que conceituamos como fazendo parte de uma identidade política capixaba sintetizada pela busca de um conjunto de sonhos – ligação com Minas Gerais; melhorias na cidade de Vitória e na infraestrutura viária da província/estado; e imigração que possibilitasse grande crescimento à região –, que seriam alcançados em meio a ressentimentos e mágoas provocados pelo desconhecimento, desprezo e abandono a que eram relegadas as potencialidades da região e que por isso se constituíam de sonhos que só se viabilizariam por meio da efetivação de práticas e articulações políticas muito bem estruturadas, já que se tratava de um agente secundário, "satélite" e representado como pobre, enfrentando estrelas de primeira e segunda grandezas.

Assim, em meio a mágoas, o brilho da estrela "intrometida" só poderia ser mostrado ao país por meio da movimentação de engrenagens fortes, inteligentes e bem elaboradas. Definimos, então, essa identidade política criada por Moniz Freire, entre 1882 e 1908, como fundamentada em três pilares: a busca de um determinado sonho; as articulações políticas; e um caminho pontilhado de mágoas.

É emblemático desse proceder político de Moniz Freire o *affair* das *Cartas a S.M. o Imperador* (1885), que reivindicava para o Espírito Santo uma estrada de ferro que permitisse sua ligação com Minas Gerais e lhe possibilitasse a realização de seus sonhos, em meio ao desconhecimento e conseqüente desprezo com que a região era tratada pelo Poder Público e pelos políticos em geral.

Vindo de um clã familiar dotado de imenso capital político e caracterizado por uma grande atuação na vida pública capixaba, Moniz Freire estudou na Faculdade de Direito de Recife e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, logo começando a atuar na política e a se

eleger para cargos públicos, quando de sua volta ao Espírito Santo. A fundação do *A Província do Espírito Santo* em 1882 deu-lhe possibilidades de divulgar suas ideias e formar mentes voltadas para os mesmos ideais, por meio de um trabalho jornalístico que continuou na República, com seu jornal sob o nome de *Estado do Espírito Santo*.

Por outra perspectiva, sua filiação à Maçonaria capixaba lhe possibilitou maior atuação na vida pública brasileira, em momento em que essa entidade representava grande força política no país. Por sua vez, o *Partido Republicano Construtor* (PRC), criado por ele na República, exerceu papel fundamental em sua política voltada para o crescimento de sua terra natal, uma vez que, para importantes cargos públicos – governadores, deputados e senadores –, essa agremiação política possibilitou a eleição de lideranças capixabas voltadas para a realização desses mesmos propósitos. Ele mesmo fora eleito Presidente do Estado para duas gestões: 1892-1896 e 1900-1904.

Como senador da República, sua atuação trouxe-lhe um brilho que, com certeza, refletia sobre o Espírito Santo e poderia gerar representações diferentes daquelas que imaginavam um Estado falsamente incapaz e desprezível. Suas falas no Senado e na primeira Constituinte da República são exemplos marcantes de suas intervenções, entre as quais podemos destacar muito especialmente sua liderança na bem-sucedida campanha pela inclusão do voto direto para Presidente da República, no Texto Constitucional, em contraposição ao sistema norte-americano de eleição presidencial, advogado por muitos de seus pares. Seus artigos no importante *Diário da Manhã* do Rio de Janeiro indicam também sua capacidade de interpretar e sugerir, tanto em assuntos nacionais, quanto internacionais, trazendo, assim, prestígio para a terra em que nasceu e da qual era representante no Senado da República.

Ao desenvolver esta tese que analisa Moniz Freire, não foi nosso objetivo produzir uma história de sua vida, tratando sua existência como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significação e direção. Inspirado em Bourdieu (1998), não nos conformamos com qualquer "ilusão biográfica" e nos distanciamos da maneira de representar de forma linear a existência, conforme adotado por toda uma tradição literária, consciente de que o real é formado de elementos descontínuos e que surgem de modo imprevisto e aleatório. Nossa intenção foi analisar apenas um aspecto de sua obra: a construção de uma identidade política capixaba.

O ocaso político de Moniz Freire significou o esvaziamento dessa identidade por ele construída para o Espírito Santo. Assim, a partir de seu crepúsculo, o brilho da estrela "intrometida" não mais foi buscado por meio de seus sonhos e em função das mágoas que ele articulava em seu discurso e suas práticas políticas. Trata-se de ideias-força que, conforme estudiosos, devem uma boa parte de sua credibilidade à confiança nas pessoas que as professam, o que ocasiona a obrigação de se desacreditarem os autores, caso se queira refutar as ideias. É a lógica do campo político que, ao combater as ideias e as pessoas dos adversários, utiliza-se de estratégias do ressentimento e da depreciação pessoal. Assim se passou com o descrédito de Moniz Freire, que significou, desse modo, a diminuição da força política da identidade criada por ele.

Ora, a construção dessa identidade, iniciada em 1882 e, a nosso ver, terminada em 1908 – com a fundação do *Partido Republicano Espírito-Santense* (PRES) –, começou a ser eclipsada, segundo as hipóteses que levantamos, pela emergência de representações a respeito do porta-bandeiras dos pilares oriundos desses sonhos e dessas mágoas. Foi, a nosso ver, a concretização do que Chartier (1990) chamava de guerra de representações e que culminou com a vitória dos ideais, das práticas políticas e das pessoas que orientavam o PRES, muito especialmente Jerônimo Monteiro, político profundamente influenciado por seu irmão, o bispo D. Fernando Monteiro, inimigo da Maçonaria e do Positivismo, instituição e ideologia com as quais Moniz Freire se identificava publicamente e que constituíram a matéria-prima do imaginário que o jogou no ostracismo político em que foi colocado nos últimos anos de sua vida.

Entretanto, nestas considerações finais, também podem ser feitas outras reflexões que, na realidade, são voltadas para o processo inverso do que fizemos no início desta tese, quando, na esteira das análises de Le Goff (1990) e Bloch (2001), partimos das observações do presente para estudar o passado. O inverso, agora sugerido, pode ser traduzido pelo desejo de se refletir sobre o pós-Moniz Freire, depois de termos elaborado uma tese sobre ele. Justificamos esta metodologia pelo que já escrevemos no Capítulo 2 sobre o ofício do historiador, que se inicia com um presente referenciado e bem definido e que se traduz pela compreensão do presente pelo passado e vice-versa.

Assim, mesmo não fazendo parte dos objetivos de nossa pesquisa, e não pretendendo a *longa duração* defendida por Braudel (1992), perguntamo-nos se, depois da morte de Moniz Freire,

em 1918, ainda perduraram, na política capixaba, resíduos – estilhaços, talvez – da identidade política por ele elaborada entre 1882 e 1908, lembrando sempre que, se há continuidades, elas nunca são sinônimos de imobilidades.

Assim procedendo, foi-nos possível observar, aqui e ali, a continuidade da representação de um Espírito Santo pobre e desprezado, como vemos na publicação que, menos de uma década após a morte de Moniz Freire, a prestigiada revista *Vida Capixaba* fazia de um artigo assinado por Jair Tovar. Tratava-se de uma importante revista fundada em 1923 e que, por mais de 30 anos, retratou a vida social e política do Espírito Santo. Comentando o desprezo com que o Estado capixaba era tratado por jornais de outras regiões brasileiras, ele afirmava ser impossível fugir ao reconhecimento do "[...] pessimismo e o derrotismo do capixaba [...]"(Vitória, 23 maio 1927).

A mesma *Vida Capixaba* (Vitória, 30 junho 1929), dois anos depois, trazia um editorial assinado pelo seu diretor Elpídio Pimentel que, sob o título *Professor de estadística*, elogiava a gestão do então governador Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930) com palavras que nos fazem lembrar as representações que Moniz Freire procurou articular para construir uma identidade política capixaba: "Pelo seu capixabismo de larga visão não seremos mais, dentro em pouco, na grandeza exuberante do Brasil, o Estado esquecido".

Ainda sobre o desconhecimento do Espírito Santo, seus homens e sua história, a revista *Vida Capixaba* (Vitória, 15 janeiro 1938) publicava, em pleno *Estado Novo* (1937-1945), sob o título *Pontos de vista*, um artigo assinado por Antônio Pinheiro, em que o autor comentava que, por parte de não capixabas, havia um desconhecimento dos políticos espírito-santenses, entre os quais o próprio Moniz Freire, que "[...] são indivíduos sem nenhum valor reconhecido lá fora, conhecidos somente entre nós [...]". Vê-se, aí, no "eles" e no "nós", a presença das mágoas que Moniz Freire utilizou em seu discurso.

Por outro lado, exemplo marcante da presença dos sonhos de Moniz Freire foi o *Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo*, elaborado pelo governo de Jones dos Santos Neves (1951-1954), definindo uma política econômica voltada para a ampliação do Porto de Vitória e das vias rodoviárias, como também a construção de obras urbanísticas na capital, procurando realizar, assim, alguns dos sonhos propostos por Moniz Freire em seus programas destinados ao Espírito Santo (VASCONCELLOS, 2010).

Emblemática da continuidade da importância primordial das articulações políticas no processo de crescimento do Espírito Santo, podemos mencionar a construção do *Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias* (Fundap) realizada por meio de trabalhosa movimentação política levada adiante na década de 1970, enfrentando resistências e representações muito semelhantes àquelas com as quais Moniz Freire se deparou, especialmente entre 1882 e 1908. Estudos atuais desvendam a costura das tramas em que se envolveu a política capixaba, diante da necessidade de medidas para desenvolver o Espírito Santo nos primeiros anos do período militar (1964-1985).

Nesse sentido, o governador do Espírito Santo, em 1968, Cristiano Dias Lopes (1967-1971), criou estratégias que sensibilizaram o então ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, mas dependia de vencer uma grande resistência política do presidente do *Banco do Nordeste do Brasil* (BNB) e dos governadores do Norte e do Nordeste que compunham os colegiados diretivos da *Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste* (Sudene) e da *Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia* (Sudam) e acreditavam que sofreriam prejuízo, caso o Espírito Santo fosse beneficiado com os incentivos reivindicados pelo Estado. Dias Lopes percorreu os Estados do Norte e do Nordeste, buscando a aprovação aos anseios capixabas, ao mesmo tempo em que foram grandes as articulações políticas movidas por João Calmon, então deputado federal e presidente da *Arena* regional. Dessa movimentação política surgiu, em 1971, o Fundap que, conforme estudiosos, promoveu uma nova forma de inserção da economia capixaba no mercado nacional e internacional.

Em outubro de 1998, em sua primeira vitória para governador do Espírito Santo, Paulo Hartung declarava que "[...] não podemos [os capixabas] continuar nos comportando como pedintes. Temos que ter orgulho do nosso estado" (A GAZETA, 5 out 1998, p. 1). O jornal que reproduziu suas palavras, afirmava que, segundo Hartung, "[...] sua meta será colocar o Espírito Santo em condições de igualdade com os outros estados da Federação" (p. 1),

A esses exemplos juntem-se os muitos outros que foram por nós mencionados no Capítulo 2 desta tese, para se poder concluir que, com toda a certeza, trata-se de exemplos de que, no pós-Moniz Freire, continuava com alguma força no imaginário capixaba a identidade política por ele criada, nos sonhos, nas mágoas ou nas práticas políticas.

Moniz Freire começou a estabelecer com maior intensidade o intercâmbio comercial com as regiões vizinhas, propondo uma nova base para o desenvolvimento do Espírito Santo. Pesquisadores da política capixaba não têm dúvida em afirmar que todos os processos que vieram depois e pretenderam dotar a região de uma infraestrutura logística, utilizando o discurso de que o Estado precisava dar dinamismo a suas vantagens de localização, tudo isso deriva da visão que Moniz Freire defendera no final do século XIX e início do século XX e que chamamos de identidade política capixaba.

As palavras de Moniz Freire são muito bem-vindas neste momento histórico em que o Estado do Espírito Santo busca seu lugar na Federação brasileira, em meio a embates políticos. Conforme vimos nos capítulos iniciais desta tese, o Estado enfrenta representações de desprezo idênticas àquelas com as quais ele se defrontou, tratado como peça secundária e descartável do jogo político. Palavras bem-vindas, porque, entre sonhos e mágoas, Moniz Freire desenhou caminhos para a realização de *brilho da estrela "intrometida"*.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### Documentos oficiais

BRASIL. Congresso Nacional. Anais do Congresso Constituinte de 1890-1891. **Anais do Senado**, Livro v. 2, p. 570-577, sessão de 28 de janeiro de 1891. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 25 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1891). **Constituição [da] República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 5 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais do Senado**. Livro v. 1, p. 79-238, sessão de 25 de maio de 1905. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 13 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais do Senado**. Livro v. 1, p. 233-247, sessão de 18 de maio de 1906. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 13 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais do Senado**. Livro v. 4, p. 206-219, sessão de 18 de maio de 1906. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 13 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais do Senado**. Livro v. 4, p. 182-186, sessão de 5 de agosto de 1907. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 13 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais do Senado**. Livro v. 2, p. 92-126, sessão de 23 de junho de 1909. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 13 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais do Senado**. Livro v. 3, p. 157-172, sessão de 11 de agosto de 1911. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 13 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais do Senado**. Livro v. 3, p. 48-60, sessão de 07 de agosto de 1912. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 13 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais do Senado**. Livro v. 5, p. 161-184, sessão de 25 de agosto de 1913a. pp. 161-184. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 13 maio 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. **Anais do Senado**. Livro v. 5, p. 185-211, sessão de 26 de agosto de 1913b. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 13 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais da Câmara**: sessão de 11 de julho de 1916. Deputados brasileiros: 1826-1976. Disponível em: <[www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br)>. Acesso em: 13 maio 2015.



BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Typographia da estatística, 1905. Disponível em: <[www2.senado.leg.br/bdsf/item/222260](http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/222260)>. Acesso em: 8 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sinopse do censo demográfico 2010**. Disponível em: <[www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br)>. Acesso em: 8 maio 2015.

ESPÍRITO SANTO (Província). Presidente (1842-1843: Couto). **Falla que o Exm. Presidente da Provincia do Espirito Santo dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 28 de agosto de 1842**. Nictheroy: Typographia Nictheroyense de Rego, Pça. Municipal nº 17, 1843.

\_\_\_\_\_. (Província). Presidente (1846-1848: Ferraz). **Relatório do Presidente da Provincia do Espirito Santo o Dr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847**. Rio de Janeiro: Typ do Diário, de N.L.Vianna, 1848a.

\_\_\_\_\_. (Província). Presidente (1846-1848: Ferraz). **Relatório do Presidente da Provincia do Espirito Santo o Dr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1848**. Rio de Janeiro: Typ do Diário, de N.L.Vianna, 1848b.

\_\_\_\_\_. (Província). Presidente (1848-1848: Pinto). **Relatório com que o Exm Sr. Dr. Andtonio Pereira Pinto entregou a Presidencia da Provincia do Espirito Santo ao Exm Sr. Commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice presidente da mesma**. Victoria: Typ Capitaniense, de P. A. de Azeredo, 1849.

\_\_\_\_\_. (Província). Presidente (1856-1856: Itapemirim). **Relatório com que o Exm. Snr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Provincia do Espirito Santo entregou a administração da mesma ao Exm. Snr. Dr. José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, no dia 8 de março de 1856**. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1856a.

\_\_\_\_\_. (Província). Presidente (1856-1857: Barros). **Relatório que o Exm. Senr. Presidente da Provincia do Espirito Santo o Doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1856**. Victoria: Typ Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1856b.

ESPÍRITO SANTO (Província). Presidente (1856-1857: Barros). **Relatório com que o Exm. Snr. Presidente da Provincia do Espirito Santo o Doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, passou a administração da Provincia ao Exm. Snr. Commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente, no dia 13 de fevereiro de 1857**. Victoria: Typ Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1857a.

\_\_\_\_\_. (Província). Presidente (1857: Itapemirim). **Relatório que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Provincia do Espirito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1857**. Victoria: Typ Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1857b.

(ESPÍRITO SANTO) (Província). Presidente (1858-1859: Monjardim). **Relatório que o Exm. Sr. Commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da Província do Espírito Santo apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1858.** Victoria: Typ Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1858.

\_\_\_\_\_ (Província). Presidente (1858-1860: Velloso). **Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo o Bacharel Pedro Leão Velloso na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1859.** Victoria: Typ Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1859.

\_\_\_\_\_ (Província). Presidente (1858-1860: Velloso). **Relatório com que o Exm. Sr. Commendador Pedro Leão Velloso, ex-presidente da Província do Espírito Santo passou a administração da mesma província ao Exm. Sr. Commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente no dia 14 de abril de 1860.** Victoria: Typ Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1860.

\_\_\_\_\_ (Província). Presidente (1860-1861: Carvalho). **Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Alves de Souza Carvalho, ex-presidente da Província do Espírito Santo passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. João da Costa Lima e Castro, primeiro vice-presidente, no dia 11 de março de 1861.** Victoria: Typ Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1861a.

\_\_\_\_\_ (Província). Presidente (1861-1863: Pereira Junior). **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo Presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior.** Victoria: Typ Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1861b.

\_\_\_\_\_ (Província). Presidente (1880-1882: Tostes). **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo em sua sessão ordinária de 8 de março de 1881 pelo Presidente da Província Exm. Sr. Dr. Marcellino de Assis Tostes.** Victoria: Typ da Gazeta da Victoria, Rua de Santa Luzia, n. 30, 1881

\_\_\_\_\_ (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, Presidente do Estado do Espírito Santo, após sua promessa constitucional perante o Congresso Constituinte.** Vitória: Typ. do Estado, 1892.

\_\_\_\_\_ (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, lida ao Congresso do mesmo Estado na sua sessão de instalação a 16 de setembro de 1893.** Vitória: Typographia do “Estado do Espírito Santo”, 1893.

\_\_\_\_\_ (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Mensagem lida pelo Exm. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo, na instalação do Congresso Legislativo.** Vitória: Typographia do Estado do Espírito Santo, 1894.

\_\_\_\_\_ (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Mensagem do Exm. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo, lida na instalação do Congresso Legislativo em 17 de setembro de 1895.** Vitória: Typographia do Estado, 1895.

(ESPÍRITO SANTO) (Estado). Presidente (1896-1897: Neves). **Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo, lida na instalação do Congresso Legislativo em 22 de setembro de 1896.** Vitória: Typographia do Estado, 1896a.

\_\_\_\_\_ (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. J. de M. C. Moniz Freire, Presidente do Estado do Espírito Santo, ao passar o governo ao Exmo. Sr. Dr. Graciano dos Santos Neves em 23 de maio de 1896.** Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896b.

\_\_\_\_\_ (Estado). Presidente (1897-1898: Neves). **Mensagem do Exm. Sr. vice-presidente do Estado do Espírito Santo, lida na instalação do Congresso Legislativo em 15 de setembro de 1897, juntamente com o Relatório do Exm. Sr. Dr. Graciano dos Santos Neves.** Vitória: Typographia do Estado, 1897.

\_\_\_\_\_ (Estado). Presidente (1898-1900: Vasconcellos). **Mensagem lida pelo Exm. Sr. Dr. José Marcellino P. de Vasconcellos, Presidente do Estado do Espírito Santo na instalação do Congresso Legislativo em 7 de Setembro de 1898.** Vitória: Papelaria e Typ. de A. Moreira Dantas, 1898.

\_\_\_\_\_ (Estado). Presidente (1900-1904: Freire). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da terceira Legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 13 de setembro de 1900.** Victoria: Papelaria e Typographya de A. Moreira Dantas, 1900.

\_\_\_\_\_ (Estado). Presidente (1900-1904: Freire). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da primeira sessão da quarta Legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 28 de setembro de 1901.** Vitoria: Typographia Commercial de Nelson Costa & Comp., 1901.

\_\_\_\_\_ (Estado). Presidente (1900-1904: Freire). **Mensagem apresentada ao Congresso legislativo na abertura da segunda sessão da quarta Legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 2 de outubro de 1902.** Victoria: Papelaria e Typographia Nelson Costa & Comp., 1902

\_\_\_\_\_ (Estado). Presidente (1900-1904: Freire). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da quarta Legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 22 de setembro de 1903.** Victoria: Papelaria e Typographya Nelson Costa & Comp., 1903.

\_\_\_\_\_ (Estado). Presidente (1904-1908): Coutinho). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da quinta Legislatura pelo Presidente do Estado, Coronel Henrique da Silva Coutinho, em 9 de outubro de 1906.** Victoria: Papelaria e Typographia Nelson Costa & Comp., 1906.

\_\_\_\_\_ (Estado). Presidente (1916-1920: Monteiro). **Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, ao Congresso Legislativo, em sua 1ª sessão ordinária da 10ª legislatura.** Vitória: [S.D.], 1919.

## Jornais

O CACHOEIRANO, Cachoeiro de Itapemirim (ES), ano VIII, n. 23, p. 2, 7 jun. 1885. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 18 abr. 2015.

COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano VII, n. 151, p. 1, 30 jun. 1897. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 maio 2015.

COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano VII, n. 153, p. 1, 2 jul. 1897. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 maio 2015.

COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano VII, n. 154, p. 1, 3 jul. 1897. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 maio 2015.

COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano VII, n. 155, p. 1, 4 jul. 1897. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 maio 2015.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, ano VII, n. 3046, p. 1, 9 maio 1907. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 15 maio 2015.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 6978, p. 1, 4 abr. 1918. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 15 maio 2015.

CORREIO DA VICTORIA, Vitória, ano VIII, n. 13, p. 2, 16 fev. 1856. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 jul. 2015.

CORREIO DA VICTORIA, Vitória, ano VIII, n. 54, p. 4, 16 jul. 1856. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 jul. 2015.

CORREIO DA VICTORIA, Vitória, ano VIII, n. 57, p. 4, 26 jul. 1856. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 jul. 2015.

DIARIO DA MANHÃ, Vitória, ano X, n. 132, p. 1-2, 22 jan. 1916. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 jan. 2015.

O ESPIRITO-SANTENSE, Vitória, ano II, n. 105, 19 jun. 1872. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 14 abr. 2015.

O ESPIRITO-SANTENSE, Vitória, ano II, n. 108, 9 jul. 1872. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 10 jan. 2015.

O ESPIRITO-SANTENSE, Vitória, ano III, n. 190, 20 mar. 1873. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 10 jan. 2015.

O ESPIRITO-SANTENSE, Vitória, ano III, n. 252, 14 ago. 1873. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 10 jan. 2015.

O ESPIRITO-SANTENSE, Vitória, ano III, n. 254, 19 ago. 1873. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 10 jan. 2015.

O ESPIRITO-SANTENSE, Vitória, ano IV, n. 318, 17 jan. 1874. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 10 jan. 2015.

O ESPIRITO-SANTENSE, Vitória, ano IV, n. 406, 11 ago. 1874. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 10 jan. 2015.

O ESPIRITO-SANTENSE, Vitória, ano IV, n. 456, 5 dez. 1874. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 10 jan. 2015.

O ESPIRITO-SANTENSE, Vitória, ano XI, n. 48, 15 jun. 1881. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 10 jan. 2015.

O ESPIRITO-SANTENSE, Vitória, ano XIII, n. 69, 30 ago. 1883. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano XVI, n. 4217, p. 1, 23 maio 1896. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em 14 out. 2015.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano XVI, n. 62, p. 3, 16 mar. 1897. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em 14 abr. 2015.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano XXII, n. 152, p. 1, 2 jul. 1903. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em 14 abr. 2015.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano XXVII, n. 236, p. 1, 21 out. 1908. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 13 maio 2015.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano XXVII, n. 237, p. 1, 22 out. 1908. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 13 maio 2015.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano XXVII, n. 238, p. 1, 23 out. 1908. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 13 maio 2015.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano XXVII, n. 239, p. 1, 24 out. 1908. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 13 maio 2015.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano XXVIII, n. 216, 10 out. 1909. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 10 jan. 2015.

O ESTADO DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano IX, n. 2278, 27 jul. 1890. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em 14 abr. 2015.

O ESTADO DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano IX, n. 2316, p. 3, 12 set. 1890. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 18 abr. 2015.

A FOLHA DA VICTORIA, Vitória, ano II, n. 145, p. 2, 30 nov. 1884. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 abr. de 2015.

A FOLHA DA VICTORIA, Vitória, ano III, n. 233, p. 2, 17 dez. 1885. Disponível em: <bndigital.bn.br>.. Acesso em: 20 abr. 2015.

A FOLHA DA VICTORIA, Vitória, ano VI, n. 496, 13 maio 1888. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em 14 abr. 2015.

A FOLHA DA VICTORIA, Vitória, ano VI, n. 497, 17 maio 1888. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em 14 abr. 2015.

JORNAL DA VICTORIA, Vitória, ano I, p. 4, 16 abr. 1864. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em 14 abr. 2015.

JORNAL DA VICTORIA, Vitória, ano I, n. 7, 23 abr. de 1864. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em 14 abr. 2015.

JORNAL DA VICTORIA, Vitória, ano VI, n. 488, 23 jan. 1869 Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em 14 abr. 2015.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ano 73, n. 190, 30 jul. 1895. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 15 jan. 2015.

JORNAL OFFICIAL, Vitória, ano I, n. 1, 10 jan. 1905. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em 14 abr. 2015.

JORNAL OFFICIAL, Vitória, ano I, n. 6, 15 jan. 1905. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em 14 abr. 2015.

A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano I, n. 69, p. 1, 25 ago. 1882. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.

A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano I, n. 1, p. 1, 16 mar. 1882. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.

A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano I, n. 74, p. 1-2, 5 set. 1882. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.

A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano II, n. 250, p. 2, 22 jun. 1883. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.

A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano III, n. 438, p. 2, 14 fev. 1884. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.

A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano III, n. 447, 2p. 2, 4 fev. 1884. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.

A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano III, n. 539, p. 2, 26 jun. 1884. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.

A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano IV, n. 819, p. 3, 17 jun. 1885. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.

A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, Vitória, ano IV, n. 826, p. 3, 26 jun. 1885. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.

A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano IV, n. 827, p. 3, 27 jun. 1885. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.

A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano IV, n. 856, p. 2, 14 jul. 1885. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.

A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano IV, n. 819, p. 2, 24 jul. 1885. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.

A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano V, n. 1131, p. 4, 18 jul. 1886. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.

A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano VIII, n. 1996, p. 2, 27 jul. 1889. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 18 abr. 2015.

REVISTA CAPIXABA, Vitória, ano V, n. 92, 23 maio 1927. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 18 nov. 2015.

REVISTA CAPIXABA, Vitória, ano VII, n. 181, 30 jun. 1929. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 18 nov. 2015.

REVISTA CAPIXABA, Vitória, ano XVI, n. 447, 15 jan. 1938. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 18 nov. 2015.

### Outras fontes impressas

CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA. Livros de Batismo: BR.CMV.NSV.BAT.L.004 (1851-1862), p. 191.

MONIZ FREIRE. **Pela liberdade política do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913. (Discursos pronunciados por Moniz Freire nas sessões de 25 e 26-8-1913).

\_\_\_\_\_. A minha atitude. **Diário da Manhã**, Vitória, ano X, n. 132, p. 1-2, 22 jan. 1916. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 15 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Política do Espírito Santo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 1918?. Arquivo particular do professor Dr. Sebastião Pimentel Franco.

\_\_\_\_\_. **O voto secreto**. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Laemmert Limitada, 1961.

\_\_\_\_\_. Cartas a S.M. O Imperador. Getúlio Marcos Pereira Neves. 2. ed. **Cadernos de História**, Vitória: IHGES, n. 49, 2012.

OTTONI, Theophilo Benedicto. **Circular** dedicada aos Srs. eleitores e Senadores pela Província de Minas Geraes no quadriênio actual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de

deputados pelo 2º districto da mesma província para a próxima legislatura pelo ex-deputado Theophilo Benedicto Ottoni. Rio de Janeiro: Typ do Correio Mercantil de M. Barreto, Filhos & Octaviano, 1860.

ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado da Educação, 2008.

ROSA, Affonso Claudio de Freitas. **História da litteratura espírito-santense**. Porto: Officinas do "Commercio do Porto", 1912. Disponível em: <www.ape.es.gov.br>. Acesso em: 16 abr. de 2015.

\_\_\_\_\_. **História da propaganda republicana no Estado do Espírito Santo**. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002.

ROURE, Agenor de. **A Constituinte Republicana**. Brasília: Ed. da UNB, 1979.

RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir à História até ao anno de 1817 e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do reino do Brasil, escriptas em 1818, e publicadas em 1840 por hum capixaba**. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e rio Doce**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SALES, Manuel Ferraz de Campos. **Da propaganda à presidência**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1983. (Coleção Temas Brasileiros, 29 v.). Disponível em: <www.books.google.com.br>. Acesso em: 23 mar. 2015.

TSCHUDI, Johann Jakob von. **Viagem à Provincia do Espirito Santo: imigração e colonização suíça 1860**. (Coleção Canaã, v. 5). Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

## BIBLIOGRAFIA

### **Livros, capítulos e artigos de caráter teórico/metodológico**

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, George. **Federalismo: uma introdução**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

AZEMA, Jean Pierre. A guerra. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 401-439.



AZEVEDO, Cecília. Sob fogo cruzado: a política externa e o confronto de culturas políticas nos EUA. In: SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 377-406.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2003.

BARROS, Aidil de Jesus P. de. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 18. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.) **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.185-211.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 57-98.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história**, ou O ofício do historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel e Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da História oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 183-191.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da História. Tradução de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Edit.UFRJ; Edit. FGV, 1998.

BRAUDEL, Fernand. **A identidade da França**: os homens e as coisas. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Globo, 1989.

\_\_\_\_\_. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURKE, Peter (Org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed.Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. Tradução de Maria Luíza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

BURKE. **História e teoria social**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

\_\_\_\_\_. **O que é história cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. O uso, em história, da noção de representações sociais desenvolvida na psicologia social: um recurso metodológico possível. **Revista Psicologia e Saber social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 40-52, jan./jun. 2012. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br>. Acesso em: 18 set. 2015.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro/Lisboa: Bernard Brasil/Difel, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

DAHRENDORF, Ralph. **As classes e seus conflitos na sociedade industrial**. Brasília: UnB, 1982.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Coleção História e Historiografia).

DUBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos problemas. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 130-145.

DUVEEN, Gerard. O poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 7-28.

EDGAR, Andrew; SEDGWICK Peter. **Teoria cultural de A a Z**: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. Tradução de Marcelo Rosembert. São Paulo: Contexto, 2003.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GLEISER, Marcelo. O "por quê?" e o "como?". **Folha de São Paulo**, p. 1, 18 jun. 2006. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/ciência/fe1806100601.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciência/fe1806100601.htm)>. Acesso em: 13 dez. 2014.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 21-44.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Org.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 259-284.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

JODELET, Denise. **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

JOUTARD, Philippe. **Histoire et mémoires, conflits et alliance**. Paris: La Découverte, 2013.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Tradução de Pedrinho Guareschi. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 180-196.

LARRAIN, Jorge. Ideologia e hegemonia. In: SCOTT, John (Org.). **Sociologia: conceitos-chave**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 104-108.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história** ou O ofício do historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Edit. da Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LEON, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de genero. Revista **La Ventana**, Guadalajara (Mexico): Centro Universitario de Ciencias Sociales e Humanidades, n. 13, p. 94-106, 2001. Disponível em: <[www.genero.cucsh.udg.mx](http://www.genero.cucsh.udg.mx)>. Acesso em: 1 maio 2015.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca?. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org). **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 285-303.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **Do espírito das leis**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Reflexões sobre identidade e alteridade: Brasil e Estados Unidos. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Org.). **As identidades no tempo**: ensaios de gênero, etnia e religião. Vitória: Edufes: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, 2006. p. 35-46.

PARSONS, Talcott. The distribution of power in american society. In: DAHRENDORF, Ralph. **As classes e seus conflitos na sociedade industrial**. Brasília: UNB, 1982.

PLUMMER, Ken. **Sociologia**. Tradução de Rogério Waldrigues Galindo. São Paulo: Saraiva, 2015.

RAYNAUD, Philippe. Apresentação. In: TOCQUEVILLE, A. **De la démocratie en Amérique**. Paris: Flammarion, 2010. p. 7-27.

REIS, J.C. **Nouvelle histoire e tempo histórico**. São Paulo: Ática, 1994.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 441-450.

\_\_\_\_\_(Org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

REZENDE, Claudia Barcellos. **Retratos do estrangeiro**: identidade brasileira, subjetividade e emoção. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SCHUTZ, Alfred. O estrangeiro: um ensaio em psicologia social. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 113, 2010.

SCOTT, John (Org.). **Sociologia**: conceitos-chave. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica**: Marx, Durkheim e Weber. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Org.). **As identidades no tempo**: ensaios de gênero, etnia e religião. Vitória: Edufes: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 14. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.

SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

TOCQUEVILLE, A. **De la démocratie en Amérique**. Paris: Flammarion, 2010.

VECCHI, Benedetto. Introdução. In: BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista concedida a Benedetto Vecchi. Tradução de: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 7-14.

WEBER, Max. O estado nacional e a política econômica. In: COHN, Gabriel. **Max Weber**: sociologia. São Paulo: Ática, 1982.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**: esbozo de sociologia comprensiva. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília (DF): Ed. UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 271-294.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.7-72.

### **Livros, capítulos e artigos de apoio**

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história volonial e os caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

ACHIAMÉ, Fernando Antonio de Moraes. **Esquadro e compasso em Vitória**: álbum da loja maçônica União e Progresso. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2010.

AGUIAR, Alexandra do Nascimento. A Gazeta de Notícias na primeira eleição direta. **Revista Semina** v. 9, n. 1, p. 1-16, 2011. Disponível em: <www.upf.br>. Acesso em: 2 mar. 2015.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição**: o Espírito Santo, 1850-1888. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

ALVES, José Paulino. **Moniz Freire** (discurso proferido em 15 de novembro de 1961). Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Vitória: 1963. p. 3-25.

BACKES, Ana Luíza. **Fundamentos da ordem republicana**: repensando o Pacto Campos Sales. 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2004.

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **O povoamento do Espírito Santo**: a marcha de penetração do território. Viana (ES): Câmara Municipal, 1976.

BANCK, Geert Arent. Dilemas e Símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. **Cadernos de História**, Vitória: IHGES, n. 13, 1998.

BARATA, Alexandre Mansur. Do secreto ao público: espaços de sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840). In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARBOSA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício**: iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: Ed.UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2000.

BASILE, Marcello Otávio N. de G. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p. 188-301.

BASILIO, Marcello Antônio de Souza. **A vida e a obra de Moniz Freire**. Vitória: [s.n.], 1961.

BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 2002. v. 1.

BELLO, José Maria. A história da República (1889-1902). In: LESSA, Renato. **A invenção republicana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

BENTIVOGLIO, Julio. Liberalismo brasileiro no Oitocentos: pensamento político e ideias liberais nos debates parlamentares (1840-1860). In: CAMPOS, Adriana Pereira et al. (Org.). **A cidade à prova do tempo**: vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos. Vitória: GM Editora; Paris: Université de Paris-Est, 2010. p. 269-281.

BICHARA, Terezinha Tristão. **História do poder legislativo do Espírito Santo**: 1835-1889. Vitória: Leoprint, 1984.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto e Mello. **Café e modernização**: o Espírito Santo no século XIX. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1987.

\_\_\_\_\_. A conjuntura capixaba da formação de sua identidade cultural. In: VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Cultura. **Identidade capixaba**. Vitória: A Secretaria, 2001.

BITTENCOURT. (Org.). **Espírito Santo**: um painel da nossa história. Vitória (ES): Imprensa Oficial, 2002

\_\_\_\_\_. **História geral e econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BORGO, Ivan. Em busca da identidade. In: VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Cultura. **Identidade capixaba**. Vitória: A Secretaria, 2001.

BOU-HABIB FILHO, Namy Chequer. **A revolta de Xandoca**: desafio à oligarquia Monteiro no ES (1916). 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

BRITO, Elaine Maria. **A romanização no Espírito Santo**: D. João Nery (1896-1901). 2007. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

BRUNO, Deusa da Cunha. **Brasil República**: o jogo do poder oligárquico. Niterói: Eduff, 1995.

CALDEIRA, Milton. **Constituições do Estado do Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: FJSN, 1980. (Série Documentos capixabas, v. 5: Constituições do Estado do Espírito Santo).

CALIMAN, Eduardo. O país nos deve essa. **A Gazeta** (ES), Vitória, p. 23, 23 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Novas batalhas, velhos dilemas. **A Gazeta** (ES), Vitória, p. 29, 20 fev.2013.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Mapa: Memória da Administração Pública Brasileira**. Arquivo Nacional do Ministério da Justiça. Disponível em: <[www2.an.gov.br/mapa](http://www2.an.gov.br/mapa)>. Acesso em: 26 mar. 2015.

CAMPOS, Adriana Pereira. A Independência e o Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória: IHGES, n. 59, dez. 2005.

CAMPOS, Italo. Torta capixaba. In: VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Cultura. **Identidade capixaba**. Vitória: A Secretaria, 2001.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV/Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano**: estrutura de poder e economia (1889-1930). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1979. v. 1.

CARONE, Edgar. **A República Velha**: instituições e classes sociais. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

CARRESE, Paul. **Taking federalism seriously**. Disponível em: <[www.firstthings.com/ftissues/ft0106/reviews/carrese](http://www.firstthings.com/ftissues/ft0106/reviews/carrese)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CARVALHO, Enaile Flauzina. **Redes mercantis**: a participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial de 1770-1821. Vitória: Secult, 2010.

CARVALHO, José Augusto de. O capixaba e sua identidade. In: VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Cultura. **Identidade capixaba**. Vitória: A Secretaria, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas**: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. Entrevista. **Revista Nossa História**, ano I, n. 2, p. 51, dez. 2003.

\_\_\_\_\_. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CASTÉLLO, Alvaro. L'État d'Espírito Santo: son burget, sa dette extérieure, son chemin de fer du Sud, situation tendue, remèdes. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto e Mello. **Café e modernização**: o Espírito Santo no século XIX. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1987. p. 119-134.

CAVALCANTI, J.C. Monjardim. Um pequeno grande estado. **200 Maiores Empresas**: Espírito Santo 2006. Vitória (ES), p. 28-30, nov. 2006.

CAVANI, Suzana. Às urnas, cidadãos. **Revista de História**, nov. 2007. Disponível em: <[revistadehistoria.com.br](http://revistadehistoria.com.br)>. Acesso em: 28 mar. 2015.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Ed. UNB, 1985.

CORRÊA, José Carlos. Até quando?. **A Gazeta** (ES), p. 6, 25 abr. 2009, p. 6.

COUTINHO, José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em princípios do século XIX**: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002.

DAEMON, Bazilio Carvalho. **Provincia do Espirito Santo**: sua descoberta, história chronologica, synopsis e estatística. Vitória: Typographia do Espirito-santense, 1879, p. 254. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>. Acesso em: 16 fev. 2015.



DAEMON, Bazilio Carvalho. **Provincia do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. 2. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. (Coleção Canaã, v. 12).

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda. São Paulo: Ed. da USP, 1978. t I e II.

FRAGA, Christiano Woelffel. **A maçonaria no Espírito Santo**: Loja União e Progresso. Vitória: [s.n.], [1995?].

FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

FRANCO, Sebastião Pimentel; SILVA, Gilvan Ventura; LARANJA, Anselmo Laghi. **Exclusão social, violência e identidade**. Vitória: Flor&Cultura, 2004.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **Do privado ao público**: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República. 2001. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. A produção acadêmico-científica sobre a História do Espírito Santo: uma breve retrospectiva. In: VILAÇA, Adilson et al. **Escritos do Espírito Santo**. Vitória: Secult, 2006a.

\_\_\_\_\_. A relação oligarquia/Igreja e a busca de uma educação feminina conformadora: Primeira República no Espírito Santo. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Org.). **As identidades no tempo**: ensaios de gênero, etnia e religião. Vitória: Edufes: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, 2006b. p. 103-116.

\_\_\_\_\_. Verso e reverso: a condição da mulher na comarca de Vitória a partir dos autos criminais (1845-1865). In: CAMPOS, Adriana Pereira et al. (Org.). **A cidade à prova do tempo**: vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos. Vitória: GM Editora; Paris: Université de Paris-Est, 2010. p. 175-197.

\_\_\_\_\_. **O terrívelíssimo mal do Oriente**: o cólera na província do Espírito Santo (1855-1856). Vitória: Edufes, 2015.

FREIRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

\_\_\_\_\_. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. São Paulo: Global, 2013.

GALVÊAS, Kleber. **Identidade capixaba**. Vila Velha: Ed. do Autor, 2005.

GAMA FILHO, Oscar. O Capixaba metafísico. In: VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Cultura. **Identidade capixaba**. Vitória: A Secretaria, 2001. p. 156-173.

GAMA FILHO, Oscar. O canto de Renato Pacheco. **A Gazeta** (ES), p. 8-9, 22 março, 2014.

GÂNDAVO, Pero Magalhães. **Tratado de Terra do Brasil**. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 9 abr. 2015.

HARTUNG, Paulo. Memória e perspectiva. **A Gazeta** (ES), p. 17, 18 abr. 2014.

HERKENHOFF, Simone Lemos Vieira. **Mauá e Moniz Freire: ferrovias e pioneirismo no século XIX**. Vitória: IHGES, 2000.

HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 123-160.

HERSCOVICI, Alain. Identidade capixaba: alguns questionamentos. In: VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Cultura. **Identidade capixaba**. Vitória: A Secretaria, 2001.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 17. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.

IZOTON, Lucas. "República" capixaba. **A Gazeta** (ES), p. 20, 27 abr. 2012.

LACERDA, P.M. de. **Diário das visitas pastorais de 1880 e 1886 à Província do Espírito Santo**. Vitória (ES): Secretaria da Cultura do Espírito Santo e Phoenix Cultura, 2012.

LEMPÉRIÈRE, Annick. Partidos políticos e nação na América hispânica: uma história ou uma historiografia comum?. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 465-484.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LEVI, Lúcio. Federalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Variale et al. 12. ed. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 475-486.

\_\_\_\_\_. Confederação. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Variale et al. 12. ed. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 218-220.

LINS, Ivan Monteiro de Barros. **História do Positivismo no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

LOVE, Joseph. Autonomia e interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937. In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 6. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v. 1, p. 53-76.

LÚCIA, Neida. Identidade capixaba. In: VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Cultura. **Identidade capixaba**. Vitória: A Secretaria, 2001.

MAZOCO, Eliomar Carlos. Ensaio sobre uma identidade cultural capixaba. In: VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Cultura. **Identidade capixaba**. Vitória: A Secretaria, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. A mudança da mudança. **Revista Nossa História**, ano I, n. 5, p. 98, mar. 2004.

MERGÁR, Eucélia Maria Agrizzi. **Repartição da competência tributária no império e seus efeitos na Província do Espírito Santo (1836-1850)**. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

MONJARDIM, Leonardo Passos. **História política da família Monjardim**. Vitória: Lei Rubem Braga, 2003.

MONTEIRO. Hamilton de Mattos. Da Independência à vitória da ordem. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p. 129-143.

MORAES, Paulo Stuck. **Nobreza capixaba: os barões e suas descendências**. Vitória: IHGES, 2013.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira Neves. Sobre identidade e individualidade capixabas. In: VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Cultura. **Identidade capixaba**. Vitória: A Secretaria, 2001.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [197-].

\_\_\_\_\_. **Um bispo missionário: Dom Fernando de Sousa Monteiro, C.M.** Vitória: Esc. Técnica, 1951.

\_\_\_\_\_. **Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB (1964-1982)**. 2013. 335 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos (SP), São Carlos, 2013.

PACHECO, Renato José Costa. **Estudos Espírito-Santenses**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1994.

\_\_\_\_\_. **A cultura capixaba: uma visão pessoal**. Vitória: IHGES, 2004.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. Fantasias persecutórias na história do Espírito Santo. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia**. v. 4, n. 1, jan./jul. 2013. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. História da Imprensa Capixaba. **Revista do IHGES**. n. 3, p. 28-42, 1922. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. A Imprensa no Espírito Santo. **Revista do IHGES**. n. 5, p. 41-56, 1926. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fibra de gaúcho, tchê! **Revista Nossa História**, ano I, n. 2, p. 42 et seq., 2003.

PINTO, Surama Conde Sá. **A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Pública do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

PINTO, Surama Conde Sá. Sobre a lógica do funcionamento dos partidos políticos nos sistemas oligárquicos: o caso do Rio de Janeiro na Primeira República. **Revista Lusíada, História** n. 9, p. 231-251, out. 2013. Disponível em: <[revistas.lis.ulusiada.pt](http://revistas.lis.ulusiada.pt)>. Acesso em: 16 abr. 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. **A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a interiorização da capital**. Vitória: Secult, 2010.

RIBEIRO, Diones Augusto. **Busca à “primeira grandeza”**: o Espírito Santo e o governo de Moniz Freire (1892-1912). 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. Nós, os capixabas. In: VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Cultura. **Identidade capixaba**. Vitória: A Secretaria, 2001.

RIBEIRO, Guilherme. História, historiografia e identidade nacional: Fernando Braudel e o caso francês. **Projeto História**, n. 41, p. 106, dez. 2010. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. **A política dos governadores na contramão do regionalismo político: revisitando o pacto Campos Sales**. Disponível em: <[www.snh2013.anpuh.org](http://www.snh2013.anpuh.org)>. Acesso em: 22 mar. 2015.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, Competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57. n. 2, p. 443-479, 2014. Disponível em: < dx.doi.org/10.1590/0011-5258201414 >. Acesso em: 23 mar. 2015.

ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896**. Vitória: [s.n.], 2000. Disponível em: <www.unb.br>. Acesso em: 11 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: TSCHUDI, Johann Jakob von. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860**. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004, v. 5, p. 17-23 (Coleção Canaã).

ROSA, Mário Fabricio Fleury. **A física atômica no Brasil: da questão das areias monazíticas à CPI de 1956**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília –UnB, Brasília/DF, 2013.

RUTHERFORD, J. (Org.). **Identify: community, culture, difference**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

SALETTTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: Edufes, 1996.

SALVADOR, Frei Vicente do. A História do Brazil, 1627. **Bíbliootlas**: Disponível em: < lhs.unb.br/bibliootlas (laboratório de história social) >. Acesso em: 7 abr. 2015.

SAMPAIO, Silvana. Ser capixaba. In: VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Cultura. **Identidade capixaba**. Vitória: A Secretaria, 2001.

SANTOS, Adilson Silva. **Bernardo Horta e a política de Cachoeiro de Itapemirim (1887-1913)**. Cachoeiro de Itapemirim (ES): Edit. Cachoeiro Cult, 2012a.

SANTOS, Estilague Ferreira dos. O território do Espírito Santo no fim da era colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel (Org.), **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória (ES): Imprensa Oficial, 2002. p. 153-187.

\_\_\_\_\_. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba. **Dimensões**: Revista do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, v. 17, p. 47-68, 2005.

\_\_\_\_\_. A colonização do Brasil vista por um capixaba do século XIX. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Org.). **As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião**. Vitória: Edufes, Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, 2006. p. 47-62.

\_\_\_\_\_. **José de Melo Carvalho Muniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012b.

\_\_\_\_\_. **Escritos políticos de Muniz Freire**. Vitória (ES): Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013.

SANTOS, Estilague Ferreira dos. **História da Câmara Municipal de Vitória**: os atos e as atas. Vitória (ES): Câmara Municipal de Vitória, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Marta Zorzal e. Lideranças políticas e sistema partidário no Espírito Santo: 1830-1990. In: \_\_\_\_\_. **Formação de lideranças locais no Espírito Santo**. Relatório de Pesquisa - Registro nº 093/90. Vitória: Ufes, Departamento de Ciências Sociais, nov. 1993.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo**: Estado, interesses e poder. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

SIMÕES, Roberto Garcia. Identidade do ES. In: VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Cultura. **Identidade capixaba**. Vitória: A Secretaria, 2001.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo. **O desenvolvimento do Porto de Vitória**: 1870/1940. Vitória: Codesa/Ufes, 1984.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOUZA, Mariana Leonardo de. "História do Brasil, por frei Vicente do Salvador - Livro 2 - Da história do Brasil no tempo de seu descobrimento". In: **BIBLIOATLAS** - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <[http://lhs.unb.br/biblioatlas/Hist%C3%B3ria\\_do\\_Brasil,\\_por\\_frei\\_Vicente\\_do\\_Salvador\\_-\\_Livro\\_2\\_-\\_Da\\_hist%C3%B3ria\\_do\\_Brasil\\_no\\_tempo\\_de\\_seu\\_descobrimto](http://lhs.unb.br/biblioatlas/Hist%C3%B3ria_do_Brasil,_por_frei_Vicente_do_Salvador_-_Livro_2_-_Da_hist%C3%B3ria_do_Brasil_no_tempo_de_seu_descobrimto)>. Acesso em: 7 abr. 2015.

SUETH, José Candido Rifan Sueth. Federalismo e exclusão: o caso do Espírito Santo na Primeira República. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; SILVA, Gilvan Ventura; LARANJA, Anselmo Laghi. **Exclusão social, violência e identidade**. Vitória: Flor&Cultura, 2004. p. 141-152.

SUETH, José Candido Rifan. **Espírito Santo, um estado "satélite" na Primeira República**: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Vitória: Flor&Cultura, 2006.

SUETH, José Candido Rifan Sueth; FRANCO, Sebastião Pimentel Franco. A malha rodoviária do Espírito Santo na Primeira República. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória: IHGES, n. 63, p. 79-98, 2009.

TORRES, Bolivar. Heroína construída sobre mitos e verdades. **O Globo** (RJ), p. 6, 30 nov. 2013.

VASCONCELLOS, João Gualberto. Mosaico cultural capixaba. **A Tribuna** (ES), p. 18, 16 maio 2006.

\_\_\_\_\_. **Memória do desenvolvimento do Espírito Santo**: grandes nomes. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2010.

VIANNA, Karulliny Silverol Siqueira. **Imprensa e partidos políticos na Província do Espírito Santo: 1860-1880**. Vitória: IHGES, 2013.

VILLASCHI, Arlindo. Inovação e desenvolvimento capixaba. **Cadernos de Economia**, Vitória, Gráfica da Ufes, ano II, n. 2, out. 2009.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber José de. Visões compartilhadas e coalizão de possibilidades: a antessala do processo de industrialização. In: VILLASCHI, Arlindo (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. Vitória: Flor&Cultura, 2011. v. 1, p. 29-51.

VOGAS, Vitor. No Congresso, o desafio de trazer mais dinheiro. **A Gazeta**, p. 10, 20 set. 2010.

WEHLING, Arno; WHELING, Maria José C. de M. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WIRTH, John. Minas e a Nação: um estudo de poder e dependência regional (1889-1937). In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v. 1, p. 76-99.

WOLF, Paul. Ordem e progresso: origem e significado dos símbolos da bandeira nacional brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2000. v. 95, p. 251-270.

## Dicionários

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bossi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 1 e v. 2.

DICIONÁRIO LAROUSSE francês/português, português/francês. 2. ed. São Paulo: Lafonte, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

RUSS, Jacqueline. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Scipione, 1994.

**Jornais da atualidade**

**ESHoje**, Vitória, p. 4, 22 nov. 2013.

**ESHoje**, Vitória, p. 2, 10 jan. 2014.

**ESHoje**, Vitória, p. 3, 25 jul. 2014.

**ESHoje**, Vitória, p. 5, 15 ago. 2014.

**ESHoje**, Vitória, p. 3, 29 ago. 2014.

**ESHoje**, Vitória, p. 3, 24 out. 2014.

**A Gazeta**, Vitória, p. 15, 13 ago 2004.

**A Gazeta**, Vitória, p. 15, 31 mar. 2007.

**A Gazeta**, Vitória, p. 26, 8 set. 2007.

**A Gazeta**, Vitória, p. 28, 20 abr. 2008.

**A Gazeta**, Vitória, p. 6, 11 maio 2008.

**A Gazeta**, Vitória, p. 22, 27 mar. 2009.

**A Gazeta**, Vitória, p. 11, 22 abr. 2009.

**A Gazeta**, Vitória, p. 6, 25 abr. 2009.

**A Gazeta**, Vitória, p. 19, 15 maio 2011.

**A Gazeta**, Vitória, p. 23, 23 out. 2011.

**A Gazeta**, Vitória, p. 6, 27 abr. 2012.

**A Gazeta**, Vitória, p. 29, 20 fev. 2013.

**A Gazeta**, Vitória, p. 25, 22 dez. 2013.

**A Gazeta**, Vitória, p. 6, 4 maio 2014.

**A Gazeta**, Vitória, p. 19, 11 jul. 2014.

**A Gazeta**, Vitória, p. 17, 11 jul. 2014.

**A Gazeta**, Vitória, p. 1, 11 jul. 2014.

**A Gazeta**, Vitória, p. 18, 12 jul. 2014.



- A Gazeta**, Vitória, p. 15, 12 jul. 2014.
- A Gazeta**, Vitória, p. 40, 17 jul. 2014.
- A Gazeta**, Vitória, p. 19, 19 jul. 2014.
- A Gazeta**, Vitória, p. 22, 30 jul. 2014.
- A Gazeta**, Vitória, p. 21, 30 jul. 2014.
- A Gazeta**, Vitória, p. 23, 30 jul. 2014.
- A Gazeta**, Vitória, p. 21, 6 ago. 2014.
- A Gazeta**, Vitória, p. 30, 14 ago. 2014.
- A Gazeta**, Vitória, p. 14, 14 ago. 2014.
- A Gazeta**, Vitória, p. 25, 16 ago. 2014.
- A Gazeta**, Vitória, p. 24, 19 ago. 2014.
- A Gazeta**, Vitória, p. 21, 29 ago. 2014.
- Metro**, Vitória, p. 3, 11 jul. 2014.
- Metro**, Vitória, p. 2, 29 ago. 2014.
- A Tribuna**, Vitória, p. 20, 18 jun. 2006.
- A Tribuna**, Vitória, p. 4, 27 dez. 2006.
- A Tribuna**, Vitória, p. 5, 16 jun. 2012.
- A Tribuna**, Vitória, p. 29, 16 jun. 2012.
- A Tribuna**, Vitória, p. 7, 18 maio 2014.
- A Tribuna**, Vitória, p. 40, 29 maio 2014.
- A Tribuna**, Vitória, p. 36, 2 jul. 2014.
- A Tribuna**, Vitória, p. 24, 7 jul. 2014.
- A Tribuna**, Vitória, p. 36, 8 jul. 2014.
- A Tribuna**, Vitória, p. 36, 10 jul. 2014.
- A Tribuna**, Vitória, p. 38, 11 jul. 2014.

**A Tribuna**, Vitória, p. 37, 24 jul. 2014.

**A Tribuna**, Vitória, p. 29, 18 ago. 2014.

**A Tribuna**, Vitória, p. 36, 19 ago. 2014.

**A Tribuna**, Vitória, p. 38, 22 ago. 2014.

**A Tribuna**, Vitória, p. 22, 1 set. 2014.

**A Tribuna**, Vitória, p. 37, 19 set. 2014.

**A Tribuna**, Vitória, p. 35, 19 set. 2014.

### **Revistas impressas**

**200 Maiores Empresas - Espírito Santo 2006**, Vitória (ES), ano X, n. 10, nov. 2006.

**Revista Nossa História**, ano I, n. 5, mar. 2004.

**Revista Nossa História**, Ano I, n. 2, dez. 2003.

### INTERNET

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS BRASILEIROS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MAPA – MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. Arquivo Nacional do Ministério da Justiça. Disponível em: <[www2.an.gov.br/mapa](http://www2.an.gov.br/mapa)>. Acesso em: 26 mar. 2015.

ESTAÇÃO CAPIXABA. Disponível em: <[www.estacaocapixaba.com.br](http://www.estacaocapixaba.com.br)>. Acesso em: 25 mar. 2015.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <[www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br)>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

JORNAL FIRST THINGS. Disponível em: <[www.firstthings.com](http://www.firstthings.com)>. Acesso em: 13 mar. 2015.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br)>. Acesso em: 13 dez. 2014.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA SOCIAL DA UNB. Disponível em: <[lhs.unb.br/biblioatlas](http://lhs.unb.br/biblioatlas)>. Acesso em: 7 abr. 2015

MAÇONARIA NO BRASIL. Disponível em: <[www.gob.org.br](http://www.gob.org.br)>. Acesso em: 27 mar. 2015.

MAPA – MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. Arquivo Nacional do Ministério da Justiça. Disponível em: <[www2.an.gov.br/mapa](http://www2.an.gov.br/mapa)>. Acesso em: 26 mar. 2015.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)>. Acesso em: 16 fev. 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Disponível em: <[www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)>. Acesso em: 20 fev. 2015.

REVISTA DE HISTÓRIA. Disponível em: <[revistadehistoria.com.br](http://revistadehistoria.com.br)>. Acesso em: 28 mar. 2015.

REVISTA LA VENTANA. Disponível em: <[www.genero.cucsh.udg.mx](http://www.genero.cucsh.udg.mx)>. Acesso em: 1 maio 2015.

REVISTA LUSÍADA. Disponível em: <[revistas.lis.ulusiada.pt](http://revistas.lis.ulusiada.pt)>. Acesso em: 16 abr. 2015.

REVISTA MAÇONARIA EM FOCO. Disponível em: <[www.youblisher.com](http://www.youblisher.com)>. Acesso em: 12 fev. 2015.

REVISTA SEMINA. Disponível em: <[www.upf.br](http://www.upf.br)>. Acesso em 2 mar. 2015.

SENADO BRASILEIRO. Disponível em: <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>. Acesso em 31 mar. 2015.

SINOPSE DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível em: <[www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Disponível em: <[www.unb.br](http://www.unb.br)>. Acesso em: 10 abr. 2015.

UNIVERSIDADE DE CHICAGO. Disponível em: <[www.crl.uchicago.edu](http://www.crl.uchicago.edu)>. Acesso em: 12 fev. 2015.

